

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

O *NOMOS* DOS PINHEIRAIS:
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA FAZENDA MONTE ALEGRE PELAS
INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ (1930-1940)

CURITIBA

2018

JULIANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

O *NOMOS* DOS PINHEIRAIS:
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA FAZENDA MONTE ALEGRE PELAS
INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ (1930-1940)

Tese apresentada à linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História do Programa de Pós-Graduação em História, setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELA AUTORA
Bibliotecária: Rita de Cássia Alves de Souza – CRB9/816

Teixeira, Juliana de Oliveira

O nomos dos pinheirais: o processo de colonização da Fazenda Monte Alegre pelas indústrias Klabin do Paraná (1930-1940) / Juliana de Oliveira Teixeira. – Curitiba, 2018.
252 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.
Orientadora: Profa. Dra. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

1. Telêmaco Borba (PR) - Indústrias. 2. Telêmaco Borba (PR) - Colonização. 3. [Paraná - Municípios - História](#). 4. Papel - Indústria - Paraná - 1930-1940. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 918.1622




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **JULIANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA**, intitulada: **O NOMOS DOS PINHEIRAIS: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA FAZENDA MONTE ALEGRE PELAS INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ (1930-1940)**., após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.


A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 09 de Maio de 2018.


ANA PAULA VOSNE MARTINS(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


ROBSON LAVERDI(UNIOESTE)


ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA(UFPR)


JACY ALVES DE SEIXAS(UFU)


PRISCILA PIAZZENTINI VIEIRA(UFPR)



Aos *caboclos* e *arigós* que construíram
a cidade em que nasci

AGRADECIMENTOS

Enfim, a tese. Cada página deste texto de história também conta um pouco das muitas histórias que atravessaram a sua produção. Pronto como está, parece ter sido construído de uma vez só, como um mini-universo, cheio de complexidades mas fruto de uma mesma essência. A verdade é que essas folhas foram sendo encaixadas aos poucos, tal qual uma colcha de retalhos. Espero ter aparado bem suas arestas.

Nesta colcha, muita gente me emprestou tecido e linha – e a elas sou grata profundamente. Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa que me permitiu a dedicação exclusiva aos estudos. Ao Centro de Documentação e Memória da Klabin, agradeço pela atenção e disponibilidade. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR e, principalmente, à professora Marion Brepohl – grande parte deste trabalho é resultado das suas provocações e reflexões. Marion: obrigada pelas iluminações, pela dedicação, pelo carinho e por ter aceitado me orientar. Cheguei comunicadora, me sentindo “historialista”. Hoje, saio historiadora porque tive o privilégio de conviver com você e com outras professoras igualmente brilhantes (obrigada Roseli Boschilia, Ana Paula Martins, Karina Bellotti e Renata Garraffoni!).

Também saio historiadora porque, no processo, encontrei dois historiadores incríveis, dois parceiros, dois amigos que admiro muito e que não pouparam esforços para me ajudar nessa empreitada. David A. de Castro Netto e Marcos E. Meinerz: obrigada de coração! Vocês foram, de longe, a melhor parte desse doutorado. Espero ter retribuído à altura.

Não poderia deixar de agradecer aos meus três entrevistados. Francisco de Assis Alves: muito obrigada pela conversa riquíssima e por ter aceitado tão prontamente me auxiliar. Vou carregar suas lembranças e conselhos comigo. Donis e Vaelson Teixeira – ou melhor: vó e vô – que alegria indescritível poder ouvi-los. A história de vocês é também a minha. Me orgulho profundamente de ter raízes na Campina e no trabalho no campo. Obrigada pelos muitos anos de dedicação a nossa família. Este texto e o título de “doutora” também é de vocês.

À minha base mais fundamental: Hermínio, Jane, Ana Carolina e Fernando Henrique Teixeira, meu amor incondicional. Gratidão é pouco para expressar o que sempre fizeram por mim. Eis um tigre doutor! Ao meu companheiro de alma, Luiz C. Rodrigues Filho, agradeço o apoio irrestrito, o abraço carinhoso e o colo sempre disponível. Vencemos mais essa.

Por fim, agradeço a Deus pela dádiva da vida e pela lição diária de persistência. Viver é imenso.

RESUMO

Em 1932, uma vasta extensão de terras do atual município de Telêmaco Borba (PR) – conhecida como Fazenda Monte Alegre – foi comprada pelo grupo industrial paulista Klabin Irmãos & Cia (KIC). Investidores do setor papeleiro, tinham um plano ambicioso para a fazenda: construir uma grande fábrica de papel e celulose. O projeto, apoiado amplamente pelo governo de Getúlio Vargas, logo tomou forma e aquelas terras, antes consideradas um sertão de pinheirais, passaram a abrigar a indústria e sua moderna *company town*. As mudanças rápidas e sem precedentes em Monte Alegre, orientadas por um ímpeto colonizador e burocrático de ocupação de terras, criaram cicatrizes profundas, sejam elas territoriais, ambientais, memoriais ou identitárias. O mesmo *nomos* que demarcou o chão, organizou – e ainda organiza – as lembranças, as histórias da região e até mesmo a narrativa de vida de seus trabalhadores. É objetivo desta tese, então, lançar um olhar retrospectivo sobre os eventos que se desenrolaram de 1932 até o limiar dos anos de 1950, quando a *company town* iniciou seu lento processo de abertura e declínio. Sustenta-se neste texto a análise da ocupação da fazenda por vias colonizatórias, amparadas na gestão burocrática da vida na *company town*, na racialização dos operários e habitantes nativos e no processo de colonialidade do ser – levado a cabo pela instauração de eixos de inclusão e exclusão na sociedade fabril. Para tanto, usa como fontes as cartas, memorandos e circulares produzidos pela própria chefia industrial durante as décadas de 1930 e 1940; entrevistas orais feitas com trabalhadores rurais, dirigentes, supervisores e operários das Indústrias Klabin; e livros publicados em diferentes épocas que versam sobre a história da região. Em linhas gerais, conclui-se que, na sucessão de acontecimentos não necessários durante a ocupação da Fazenda Monte Alegre, desenhou-se um conjunto de relações inéditas que romperam a simples instalação de uma fábrica para se entrelaçarem até hoje na cristalização da história, da memória e da identidade de Telêmaco Borba.

Palavras-chave: Fazenda Monte Alegre; *company town* de Monte Alegre; Indústrias Klabin do Paraná; *nomos* dos pinheirais; colonização.

ABSTRACT

In 1932, a vast expanse of lands in the current city of Telêmaco Borba (PR) – known as Fazenda Monte Alegre – was bought by the industrial group from São Paulo Klabin Irmãos & Cia (KIC). These paper industry investors had an ambitious plan for the farm: to build a large paper and cellulose mill. The project, widely supported by Getúlio Vargas' government, soon took shape and those lands, formerly considered a wilderness of pine trees, began to house the industry and its modern *company town*. The rapid and unprecedented changes in Monte Alegre, driven by a colonizing and bureaucratic impetus of land occupation, created deep scars, be they territorial, environmental, memorial or identity. The same *nomos* who demarcated the ground, organized – and still organizes – the memories, the region history and even the narrative of life of its workers. It is the purpose of this thesis, then, to take a retrospective look at the events that unfolded from 1932 to the threshold of the 1950s, when the *company town* began its slow process of opening and decline. This text defends the analysis of the occupation of the farm through colonization acts, supported by the bureaucratic management of life in the *company town*, by the racialization of native workers and inhabitants, and by the process of coloniality of being – carried out by the establishment of axes of inclusion and exclusion in the industrial society. To do so, it uses as sources the letters, memorandums and circulars produced by the own industrial leaders during the decades of 1930 and 1940; oral interviews with rural workers, directors, supervisors and workers of Klabin Industries; and books published in different periods that deal with the history of the region. In general terms, this thesis concludes that, in the sequence of not necessary events during the occupation of Fazenda Monte Alegre, a set of unprecedented relations was designed, breaking the simple installation of a factory to intertwine until today in the crystallization of history, memory and identity of Telêmaco Borba.

Keywords: Fazenda Monte Alegre; Monte Alegre *company town*; Indústrias Klabin do Paraná; *nomos* of the pine trees; colonization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – AS 10 REGIÕES MESOGEOGRÁFICAS DO PARANÁ.....	28
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO ORIENTAL.....	29
FIGURA 3 – VISTA AÉREA DE HARMONIA EM 1948.....	104
FIGURA 4 – TABELA DE PREÇOS PRATICADA PELA COOPERATIVA CENTRAL, LOCALIZADA EM HARMONIA, DURANTE 10 DE DEZEMBRO DE 1948 A 10 DE JANEIRO DE 1949.....	134
FIGURA 5 – A FÁBRICA DAS IKPC EM MONTE ALEGRE NO FINAL DA DÉCADA DE 1940, INÍCIO DOS ANOS DE 1950.....	214

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SISTEMATIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE AS TRÊS VILAS QUE COMPUNHAM A COMPANY TOWN DAS IKPC.....	106
TABELA 2 – VALORES DOS ALUGUÉIS COBRADOS, EM CRUZEIROS, PELAS CASAS DE HARMONIA EM MARÇO DE 1947.....	109
TABELA 3 – PROJEÇÃO SALARIAL, EM CRUZEIROS, DE ALGUMAS FUNÇÕES DENTRO DAS IKPC ENTRE OS ANOS DE 1942 E 1946.....	109
TABELA 4 – VALOR PAGO PELA HORA TRABALHADA AOS OPERÁRIOS DAS IKPC ENTRE OS ANOS DE 1942 A 1946.....	124
TABELA 5 – TABELA DE PREÇOS PRATICADA NOS POSTOS MÉDICOS DA COMPANY TOWN EM 1946.....	132

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	HISTÓRIA E MEMÓRIA: DAS RELAÇÕES POSSÍVEIS À MEMÓRIA COMO OBJETO DE ESTUDO DO HISTORIADOR	9
1.2	AS FONTES DE PESQUISA E A ORGANIZAÇÃO DESTA TESE	17
2	AS ORIGENS DA F. MONTE ALEGRE E DA FAMÍLIA KLABIN.....	28
2.1	A FAMÍLIA KLABIN	41
2.2	A ALIANÇA ENTRE O ESTADO NOVO E A KIC	59
3	O <i>NOMOS</i> DOS PINHEIRAIS: O PROJETO COLONIZADOR DAS INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ.....	63
3.1	O ESTRANGEIRO EM SUA PRÓPRIA TERRA: AS RELAÇÕES DE ESTRANGEIRIDADE OPERADAS ENTRE DIFERENTES “BRASIS”	63
3.2	A FAZENDA MONTE ALEGRE E O <i>NOMOS</i> DOS PINHEIRAIS	74
3.3	A BUROCRACIA A SERVIÇO DO <i>NOMOS</i> DOS PINHEIRAIS: DO SERTÃO À INSTITUIÇÃO TOTAL	59
4	UMA INSTITUIÇÃO TOTAL ENTRE OS PINHEIRAIS: A COMPANY TOWN DE MONTE ALEGRE.....	96
4.1	A <i>COMPANY TOWN</i> DE HARMONIA	102
4.2	A “ESCOLA PRIMITIVA” E SEU LIVRO DE REGRAS: A INSTAURAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL NO SERTÃO DOS PINHEIRAIS	110
4.2.1	Dormir, brincar e trabalhar no mesmo lugar: o regramento do cotidiano.....	117
4.2.2	O controle burocrático: autoridade, tutela e vigilância	137
4.2.3	As regras para <i>ser</i> e <i>não ser</i> : a racionalização da natureza humana e as consequências da biopolítica.....	157
5	ENTRE MEMÓRIAS FORTES E MEMÓRIAS FRACAS: ADESÃO E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES.....	166
5.1	MEMÓRIAS FORTES E ADERÊNCIAS.....	169
5.1.1	A fábrica como marco pré e pós-civilidade.....	185
5.1.2	A falsa resistência: o jogo de luz e sombra sobre o tráfico de bebidas alcóolicas ..	194
5.2	MEMÓRIAS FRACAS E RESISTÊNCIAS.....	197
5.2.1	A resistência operária	199
5.2.2	A chaminé da discórdia: a obra que afrontou a autoridade de luiz vieira	214
5.2.3	Os acidentes e a falta de segurança no trabalho	220

5.2.4	Os problemas de saúde pública: a poluição e as epidemias.....	223
5.2.5	A população do entorno da fazenda e o garimpo às margens do Tibagi.....	231
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
	FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	239

1 INTRODUÇÃO

As organizações não fogem à lei da vida: o que já foi feito e realizado passa a valer substancialmente em termos de história, pois os objetivos devem ser conquistados de novo, a cada dia. Daí a esperança a que referi no início de minhas palavras. Com ela renovemos nossos esforços, nossa dedicação, nossa luta comum para ainda uma vez, num novo dia, fazermos de IKPC o que ela sempre pretendeu ser: mais do que uma empresa, uma família; mais do que uma família, uma causa. A causa do progresso, com justiça, de nossa Pátria.

A. Jacob Lafer¹

Este trecho do discurso de A. Jacob Lafer, diretor vice-presidente das Indústrias Klabin do Paraná (IKPC) em 1972, reúne em si diversas palavras-chave que serão abordadas no decorrer desta tese. IKPC, empresa, família, progresso – todos esses termos são essenciais para compreendermos como uma vasta extensão de terras da porção centro-oriental do Paraná foi comprada e colonizada por um grupo industrial papeleiro de São Paulo (SP) no decorrer das décadas de 1930 e 1940. A região, conhecida desde o século XIX como Fazenda Monte Alegre, tinha duas características fundamentais para abrigar a instalação de uma fábrica de celulose e papel: recursos hídricos, já que se localizava às margens do rio Tibagi (um dos principais da bacia hidrográfica paranaense), e uma grande quantidade de pinheiros araucária, vegetação nativa e ótima matéria-prima. A conjunção desses fatores, aliada ao incentivo do Estado Novo de Getúlio Vargas, fizeram com que a fazenda passasse de um sertão a um equipado polo industrial e urbano – afinal, ao lado de todo o maquinário das IKPC também foi fundada sua *company town*.

Num curto espaço de duas décadas, a Fazenda Monte Alegre teve seu curso completamente alterado e a existência de um acontecimento assim certamente implica numa série de consequências imprevisíveis. Como bem formula Hannah Arendt (2014, p.312), a história é uma “estória de eventos” e não de forças ou ideias com direções esperadas. Assim, nosso objetivo nesta pesquisa é lançar um olhar retrospectivo sobre esses eventos que se desenrolaram de 1932 (quando o primeiro representante das IKPC cruzou a fazenda) até o limiar dos anos 1950, quando a *company town* iniciou seu lento processo de abertura e declínio. Ainda nos apoiando em Arendt (2014), reforçamos que as implicações e consequências que elencamos aqui, ao nosso ver fundamentais na formação de uma

¹ Trecho extraído do discurso de A. Jacob Lafer, diretor vice-presidente das IKPC, durante um jantar de confraternização entre dirigentes e funcionários das Indústrias Klabin, realizado no dia 14 de dezembro de 1972 em São Paulo (SP). Fonte: Fernandes (1974, p.220).

“totalidade significativa não necessária”, são *abertas* – ou seja, na singularidade da colonização de Monte Alegre, tentamos detectar o “novo inesperado” que confere a esse acontecimento o seu poder de significação.

Para tanto, apresentamos primeiro o palco que dá lugar a esses eventos: os 144 mil hectares às margens do rio Tibagi no Paraná. Ocupadas por índios kaingangs, guaranis, xetás, coroados e tupis desde tempos imemoráveis, as terras paranaenses viram os primeiros “desbravadores” chegarem ainda no século XVI com as expedições portuguesas e espanholas. No século XVII, foi a vez das Reduções Jesuíticas e das bandeiras paulistas “conquistarem” seus territórios e submeterem os indígenas. Já no século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes afluindo pelo Tibagi, vieram as expedições militares e a construção de fortificações para afastar de vez os “selvagens” nativos que insistiam em se colocar no caminho do homem branco.

A região da Fazenda Monte Alegre só passou a ser conhecida por este nome entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Área dos kaingangs, seus muitos hectares foram requeridos e cedidos a José Félix da Silva, um dos maiores sesmeiros do Paraná. Acumulando cargos políticos e militares, o descendente de portugueses fez fortuna arregimentando milícias, deslocando os indígenas e comandando o garimpo de pedras preciosas no Tibagi. Monte Alegre, conquistada às custas da morte de muitos de seus nativos, tornou-se campo das invernadas e caminho dos tropeiros que levavam gados e muares do Rio Grande do Sul à região sudeste do país no século XIX. herdada por descendentes de Félix, a fazenda só ganharia novas funções na década de 1920, quando foi alvo de especulações financeiras frustradas. Considerada parte da massa falida da companhia fundada para exploração dos potenciais da região, foi à leilão em 1932 e arrematada pelo Banco do Estado do Paraná. Com tantos hectares improdutivos em mãos, o então interventor do estado, Manoel Ribas, passou a sondar possíveis investidores – dentre eles, o grupo das Indústrias Klabin.

As Indústrias Klabin, nesta época, já estavam a pleno vapor, aplicando-se não só na produção de papel como em outros setores fabris. Desde a chegada de seu fundador Maurício Klabin ao Brasil em 1889, o grupo – que ainda guardava um forte aspecto familiar – aproveitava o incentivo à industrialização do Estado Novo de Vargas para expandir seus negócios e, principalmente, realizar um sonho antigo de Maurício: produzir celulose de qualidade em solo brasileiro, algo inédito até aquele momento. Manoel Ribas, conhecendo um dos sócios, Wolff Klabin, ofereceu-lhes as terras da Fazenda Monte Alegre. O potencial hídrico e a vasta existência de matéria-prima chamaram a atenção dos Klabin e o negócio foi fechado. Contanto com apoio e empréstimos estatais, as IKPC iniciaram o processo de

instalação de uma fábrica de celulose e papel e de toda a infraestrutura necessária para fazê-la funcionar – de hidrelétrica a estradas, de minas de carvão a uma *company town* para atrair e reter a mão-de-obra.

Foi, portanto, o governo de Vargas o catalisador do encontro entre as Indústrias Klabin e a Fazenda Monte Alegre. Os suportes financeiro e político foram fundamentais para que a fábrica saísse do papel e prosperasse. Hoje, em plena operação e expansão, as IKPC permanecem em Monte Alegre. Seu processo de instauração e desenvolvimento são parte simbiótica da história, da memória e da identidade metacoletivas da cidade que se formou a partir do crescimento da *company town*, Telêmaco Borba (PR). Emancipado da Comarca de Tibagi (PR) em 1964, o município de pouco mais de 76.000 habitantes ainda depende majoritariamente das atividades da indústria – tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista subjetivo e simbólico. Telêmaco Borba é uma cidade industrial, mas não operária. Em torno da chaminé das IKPC gravitam uma série de lugares, lembranças e identidades fortes que replicam o transcurso da colonização de suas terras durante as décadas de 1930 e 1940. Esse evento, que defendemos ser fruto de um *nomos* burocrático balizado em eixos de inclusão e exclusão, espalhou-se não só pelas terras de Monte Alegre, mas também por sua história, sua memória e até mesmo na estruturação da narrativa de vida de seus trabalhadores.

Podemos dizer que a tese central deste estudo está na interpretação da tomada de terras da fazenda, sua demarcação e ordenação por vias colonizatórias e burocráticas. Esforçamo-nos para demonstrar que, mesmo em uma região já palmilhada por muitos “conquistadores”, os industriais foram os últimos – e os mais eficientes – na tarefa de não só explorar o sertão de pinheirais e submeter os habitantes nativos, mas de promover sua colonização em moldes tradicionalmente imperialistas, lançando mão da organização burocrática, da racialização e da colonialidade do ser decorrentes de tais processos. De antemão, o uso desses termos pode parecer deslocado, já que a maioria foi pensada em contextos que envolviam Estados-nação europeus e territórios africanos, asiáticos e sul-americanos. No entanto, se observarmos as singularidade dos eventos que compuseram a colonização de Monte Alegre, veremos o estabelecimento de relações de estranhamento; homens brancos assumindo para si o fardo de libertar os “caboclos” regionais e os operários braçais de seus “dragões da incivilidade”; a gestão da vida dos “primitivos” por memorandos, circulares e correspondências despachados longe de seus olhos; a criação de uma *company town* nos moldes de uma instituição total, cercada de regras e normas para as esferas pública e privada daquela população alheia ao progresso, à disciplina industrial, ao “conforto” e ao

“saneamento” que só um centro urbano e organizado pode prover. Enfim, Monte Alegre, na sucessão de seus acontecimentos não necessários, desenhou um conjunto de relações inéditas que romperam a simples instalação de uma fábrica para se entrelaçarem até hoje na cristalização da história, da memória e da identidade de Telêmaco Borba.

Ao evidenciar esses aspectos e fazer da reflexão retrospectiva os objetivos principais desta tese, consideramos que a justificativa desta pesquisa passa, justamente, pelo esforço de detectar o “novo inesperado” e suas consequências na configuração histórica da Fazenda Monte Alegre. Passa, também, pela necessidade de observar as décadas de 1930 e 1940 pela perspectiva dos dirigentes e de seu alto escalão fabril, e pela perspectiva dos mateiros, dos “caboclos” da terra, dos operários, dos carpinteiros – sujeitos históricos feitos coadjuvantes, abrigados à sombra da fábrica-mãe e dos grandes homens que assumiram para si a tarefa de “iluminar” o sertão dos pinheirais. Trata-se, portanto, de um texto de história – mas também, e fundamentalmente, de uma narrativa sobre memórias e identidades fortes e fracas em constante vinculação.

1.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA: DAS RELAÇÕES POSSÍVEIS À MEMÓRIA COMO OBJETO DE ESTUDO DO HISTORIADOR

A relação entre história e memória foi, e ainda é, objeto de interesse dos historiadores. Dos que apartam complementemente uma da outra aos que procuram suas interfaces, ambas são protagonistas de debates, por vezes exaustivos, mas que precisam ser retomados em trabalhos como este. Dada a pluralidade de pontos de vista, é necessário esclarecermos de que lado estamos e como costuramos suas vinculações nesta tese.

É de Pierre Nora (1993) umas das classificações mais recorrentes sobre as diferenças entre história e memória. Para ele, história e memória não só são radicalmente opostas como têm um relacionamento arbitrário. A aceleração histórica², motivada em grande parte pelas mudanças acionadas a partir da revolução industrial, esfacelou a memória. Acometida pelo “impulso conquistador e erradicador” da história, a memória desmoronou – indo repousar

² Nora (1993, p.7) entende por aceleração da história “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vívido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada”.

seus resíduos em determinados lugares. Se hoje temos *lugares de memória*³, é porque perdemos seus meios. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história.” (NORA, 1993, p.8).

É a exacerbação da história, portanto, quem mata a memória na visão de Nora (1993, p.9) – demarcando uma relação problemática, impulsionada, principalmente, por suas divergências essenciais. Enquanto a memória é “vida, sempre carregada por grupos vivos”, em permanente evolução e suscetível à dialética da lembrança, do esquecimento, da latência e das revitalizações; a história é a reconstrução “problemática e incompleta do que não existe mais”. A memória, por seu elo fundamental com o tempo presente, é um fenômeno sempre atual – já a história é uma representação do passado, uma operação intelectual e laicizante, agindo por meio da análise e do discurso crítico. A memória, mágica e afetiva, alimenta-se tanto de lembranças vagas quanto globais, particulares ou simbólicas, sendo vulnerável a projeções, censuras e transferências. Por essa razão, emerge dos grupos que une “múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. A história, por sua vez, tem vocação universal – “pertence a todos e a ninguém”. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.” (NORA, 1993, p.9).

Joël Candau (2014, p.131-132) também demarca claramente as fronteiras entre história e memória. Se a primeira quer esclarecer da melhor maneira os aspectos do que já passou, a segunda quer instaurá-los pelo ato da memorização. A história tenta revelar as formas do passado e a memória as modela, a exemplo do que faz a tradição. A história ordena; a memória desordena, atravessada pelos afetos, pelas paixões e pelas emoções. “A história pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora. Ali onde a história se esforça em colocar o passado a distância, a memória busca fundir-se nele.” Concordando com a classificação de Nora (1993), Candau (2014) faz apenas uma ressalva – ainda que díspares, a história “toma de empréstimo” alguns traços memoriais. Assim como na rememoração, o trabalho dos historiadores é feito por meio de “pedaços escolhidos” do passado, cuja lógica pode se tornar um jogo sujeito a embates, estratégias militantes e identitárias. Além disso, tal

³ Nora (1993, p.12-13) enxerga os *lugares de memória* como “restos”, “a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção”. Esses lugares nascem e alimentam-se do sentimento de que não existe memória espontânea, “que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebre, notoriar atas, porque essas operações não são naturais”.

qual a memória, a história é simplificadora e seletiva, produzindo esquecimentos. Se se preocupa com os fatos do passado, o faz do tempo presente – afinal, o historiador não é uma “página em branco”. “A história, portanto, pode ser parcial e responder aos objetivos identitários. Na prática, em suas motivações, seus objetivos e, por vezes, seus métodos, ela toma por empréstimo alguns traços da memória mesmo que trabalhe constantemente para dela se proteger. A história é, por essa razão, a ‘filha da memória’.” (CANDAU, 2014, p.133).

Se Candau (2014) vê uma filiação da história com a memória, Fernando Catroga (2001, p.58) amplia essa conexão e a torna recíproca. Partindo do princípio que a escrita da história também é uma fonte produtora e legitimadora de memórias e tradições, “chegando mesmo a conferir credibilidade cientista a novos mitos de (re)fundação e de identificação de grupos sociais, ou da própria Nação (reinvenção e sacralização das origens, dos momentos de grandeza consubstanciados em ‘heróis’ individuais e colectivos etc.)”, Catroga (2001) afirma que a memória também é “filha da historiografia”. Ou seja, ambas se retroalimentam, ainda que aparentemente sejam discrepantes em seus objetivos.

Apesar de Nora (1993) e Candau (2014) contribuírem grandemente para as reflexões desta tese, no que tange a relação entre história e memória é na concepção de Catroga (2001) que nos apoiamos. Como veremos no decorrer deste trabalho, a vinculação dupla entre história e memória se torna evidente na Fazenda Monte Alegre. Para citarmos um exemplo – talvez o mais drástico e patente –, debruçemo-nos sobre o livro *Monte Alegre, cidade-papel* de Hellê Vellozo Fernandes⁴ (1974), uma de nossas principais fontes de pesquisa. Sua narrativa é a obra “histórica” por excelência de Monte Alegre e do município de Telêmaco Borba. E explicamos as aspas em *histórica*: se analisarmos o contexto de produção do livro, bem como o lugar que Fernandes (1974) ocupou na fazenda, ele se encaixa muito mais na chancela da memória do que da história.

⁴ Hellê Vellozo Fernandes nasceu em Curitiba, em 1925, e era “descendente de uma família de tradições intelectuais”. Tanto seu avô, Dario Vellozo, quanto seu pai, Porthos Vellozo, foram escritores – tendo incisiva relação com o gosto de Fernandes pelas letras. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, em 1946 se mudou para Monte Alegre com o marido, o médico Paulo Rios Fernandes. Na fazenda, atuou como jornalista, mas, principalmente, como professora e membro das entidades assistenciais organizadas pelas Indústrias Klabin. Fernandes e o marido moraram em Monte Alegre até o ano de 1988, quando retornaram para Curitiba. “Como jornalista, chefiou a delegação brasileira na II e III Reunião Mundial promovida pela Associação Mundial de Mulheres Jornalistas e Escritoras, respectivamente em Washington, no ano de 1971 e, dois anos depois, em Israel, além de representar ainda o país em outros eventos nas cidades latinas de Lima e do México. Membro de diversas instituições culturais, sócia do Centro de Letras do Paraná, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Centro Paranaense Feminino de Cultura, ocupou a cadeira número 37 da Academia Paranaense de Letras, como quarta ocupante, eleita em 9 de dezembro de 1996.” Fernandes faleceu em 2008, com 83 anos. Informações disponíveis em: <<http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-37/>>. Acesso em 1 out. 2017.

Além disso, há de se levar em consideração que Fernandes não era historiadora – em certos momentos, seu texto ganha a tônica de uma crônica literária. Seus objetivos com *Monte Alegre, cidade-papel*, porém, sempre foram históricos. Na apresentação da obra, a autora reforça que “a pesquisa cuidadosa em arquivos, o levantamento de documentos e a realização de entrevistas feitos concomitantemente deram a base concreta aos fatos que presenciamos durante um quarto de século”; e que sua intenção foi “dentro dos recursos disponíveis, descrever a *história* da implantação de uma indústria nos sertões do Tibagi (Paraná) e dos homens que lá, com seu trabalho, tornaram possível a existência da cidade-papel”. (FERNANDES, 1974, p.5-6, grifo nosso).

Não questionamos aqui os esforços de pesquisa e tampouco a competência de Fernandes (1974), mas precisamos problematizar seu lugar enquanto *historiadora* da Fazenda Monte Alegre. A autora produziu, de fato, uma história possível daquelas terras, mas o fez sem questionar sua própria escrita. Não há um debate historiográfico sobre seu papel de sujeito que se volta ao passado – e, se resgatarmos a classificação de Nora (1993), veremos que é justamente essa operação intelectual, analítica e crítica que diferencia a história da memória. Dessa maneira, a narrativa de *Monte Alegre, cidade-papel* se pretende universal, mas acaba se tornando individual em inúmeros aspectos, principalmente quando Fernandes (1974) divide suas próprias impressões e recordações enquanto membro deste passado. Ademais, mesmo se desconsiderássemos a ausência da crítica historiográfica em seu livro, sua relação com a memória é notória – e inclusive assumida – quando elege “personagens-símbolos” (termo dela) para compor a “parte humana” ao lado da “parte histórica” da fazenda. “É o caso de técnicos em diversos setores da administração e organização dos trabalhos em Monte Alegre, que apareceram em descrição mais alongada, nos períodos decisivos da implantação da indústria de papel e celulose”. (FERNANDES, 1974, p.5).

Tais “personagens-símbolos” foram escolhidos dentre “os milhares de pessoas que deixaram em Monte Alegre uma parte de suas vidas” e que “deixaram sua passagem assinalada”. A autora, consciente de sua seleção, faz a *mea-culpa*, dizendo ser “compreensível que tenhamos citado, quiçá, com mais pormenores a atuação daqueles sobre os quais encontramos mais copiosa documentação ou daqueles cujo trabalho assistimos mais de perto [...]”. (FERNANDES, 1974, p.6). Como uma legítima “filha da memória”, a história de Monte Alegre de Fernandes (1974) escolhe “as peças” do passado com as quais pretende jogar – e, ao se escorar na credibilidade intelectual, laicizante e crítica da história, inventa seus heróis, suas origens e seus momentos de grandeza. *Monte Alegre, cidade-papel* não é só

a baliza da história de Telêmaco Borba, mas também de sua memória e identidade metacoletivas.

É por essa razão, portanto, que classificamos a obra de Fernandes (1974) não como histórica, mas como um *lugar de memória* da Fazenda Monte Alegre dentre outros que citaremos no decorrer deste texto. Simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, os *lugares de memória* são constituídos pelo jogo entre memória e história – e, no caso dos livros históricos, Nora (1993, p.24) só os enxerga assim quando “se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem os breviários pedagógicos”. *Monte Alegre, cidade-papel* é a “cartilha histórica” da fazenda. Ao costurar na mesma narrativa fatos, entrevistas e personagens até então pulverizados nas lembranças, ajudou a remanejar o sentido e a própria identidade da região.

Voltaremos a falar da obra de Fernandes (1974) um pouco mais adiante, quando tratarmos das fontes de pesquisa deste trabalho e dos procedimentos teórico-metodológicos que adotamos. Por ora, esperamos ter esclarecido as vinculações entre história e memória que permeiam esta tese. Tendo isso posto, ainda é necessário nos dedicarmos a apresentar as concepções de memória com as quais nos alinhamos. Assim como sua relação com a história é capaz de suscitar debates, a própria memória, quando transformada em objeto de estudo dos historiadores, pode produzir múltiplos pontos de vista – inclusive opostos entre si.

A primeira questão a se colocar é a natureza da memória: se individual ou coletiva. Henri Bergson (1999), quando escreveu *Matéria e memória* no final do século XIX, atrelou-a às relações entre o corpo e o espírito. Já Maurice Halbwachs, aluno de Bergson, desenvolveu suas noções a respeito da memória no sentido contrário, refutando o individualismo proposto por seu professor. Partindo da ideia de que nunca estamos sós⁵, Halbwachs (2004) formulou o conceito de memória coletiva – próprio dos seres sociais. Mesmo no âmbito mais pessoal, Halbwachs (2004) também enxerga aí a influência dos ambientes externos coletivos. Assim, a memória coletiva tem sua força e duração sustentada num conjunto de pessoas que se lembram, compondo uma “massa de lembranças comuns”.

A memória individual de cada um dos membros desse grupo seria, então, um ponto de vista possível sobre a memória coletiva, alterável de acordo com a posição que o indivíduo ocupa, bem como com as relações que estabelece com outros grupos e ambientes. Ainda que

⁵ De acordo com Halbwachs (2004, p.30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”.

os membros desse grupo não tirem o “mesmo partido do instrumento comum”, dada a diversidade de relações que são capazes de manter, “sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social”. (HALBWACHS, 2004, p.69). Invisível como a atmosfera que respiramos, a “corrente de pensamento social” nos envolve e determina a maneira como lembramos – cria quadros sociais que apoiam e dão sentido às lembranças.

Percebemos, portanto, que Bergson e Halbwachs estão em posições contraditórias – enquanto um postula a individualidade da memória, o outro presume sua coletividade. Admitindo a contribuição de ambos, Candau (2014) propõe uma “terceira via”, reforçando o individualismo memorial bergsoniano, assim como o papel-chave dos quadros sociais halbwachianos. É essa “terceira via” que adotamos nesta pesquisa e que estrutura as reflexões que fazemos sobre nosso objeto de estudo.

Para Candau (2014, p.22, grifo do autor), a única faculdade de memória realmente atestada é a individual – e é se apoiando nas classificações de Bergson que propõe sua taxonomia das três diferentes manifestações memoriais. No nível mais baixo da memória, temos a protomemória, que não pode ser desvinculada da atividade em curso e de suas circunstâncias. “*Grosso modo*, podemos dispor sob esse termo a memória procedural – a memória repetitiva ou memória-hábito de Bergson, a inteligência profunda que, de acordo com Marcel Jousse, permite ao cavaleiro lutar ‘sem se preocupar com sua montaria’ [...]”. A protomemória é de suma importância para as pesquisas de grupos sociais, principalmente aquelas de cunho antropológico, pois é neste âmbito do indivíduo que se constituem as experiências e os saberes “mais bem compartilhados pelos membros de uma sociedade”.

No nível memorial mais alto, temos a memória propriamente dita. É aqui que se enquadram a memória de recordação e de reconhecimento; a evocação deliberada e a invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma “memória enciclopédica”. “A memória de alto nível, feita igualmente de esquecimento, pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória.” (CANDAU, 2014, p.23).

Por fim, num terceiro âmbito, há a metamemória – que é a representação que cada pessoa faz da sua própria memória; é o conhecimento que tem dela e o que diz dela. É na metamemória que notamos os modos de filiação do indivíduo com o seu passado e a construção explícita de sua identidade. Se a protomemória e a memória propriamente dita derivam diretamente da faculdade memorial de cada um, a metamemória sempre será a representação dessa faculdade.

A noção de metamemória é, talvez, a grande contribuição de Candau (2014) ao campo dos estudos memoriais. É o que o diferencia do “dualismo bergsoniano” (CATROGA, 2001, p.43) e, também, o que o aproxima das ponderações coletivas de Halbwachs. Tanto a protomemória e a memória propriamente dita ficam invalidadas quando transportadas para o âmbito grupal, pois estão inteiramente ligadas à faculdade memorial. No entanto, a metamemória, por ser uma forma de representação, ainda guarda certo sentido quando remanejada para o coletivo. Assim, Candau (2014) refuta o conceito de memória coletiva nos moldes halbwachianos por ver nele uma “retórica holista”⁶, mas defende a existência de um discurso metamemorial coletivo, essencial para as relações grupais e seus efeitos memoriais performativos. “Ocorre aí uma espécie de ‘ratificação de um registro’ do trabalho de construção de uma realidade memorial. [...] Por isso, num primeiro momento, deve-se fazer a distinção entre o dizer que há uma memória coletiva e realmente acreditar que ela exista, ou seja, ela existe no plano discursivo, mas não no concreto.” (CANDAU, 2014, p.35).

Destarte, podemos entender a metamemória coletiva como um enunciado representativo que membros de um grupo produzem sobre as memórias supostamente comuns a todos os membros desse mesmo grupo. Trata-se, enfim, de uma “descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças”. Dessa maneira, Candau (2014, p.49) aponta um equívoco nos estudos de Halbwachs quando este vê nas memórias individuais apenas os fragmentos da memória coletiva – mas corrobora com o aluno de Bergson quando insiste na relevância dos quadros sociais. “Os quadros sociais facilitam tanto a memorização como a evocação (ou o esquecimento) – ‘podemos nos apoiar sobre a memória dos outros’ – os orientam, conferindo-lhes uma ‘luz de sentido’ comandada pela visão de mundo atual da sociedade considerada. Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva [...]”.

Candau (2014) só admite a existência de uma memória coletiva nos moldes de Halbwachs em alguns casos específicos e sob certas condições de “interferências coletivas” – como em grupos muito pequenos de indivíduos, abertos à reciprocidade, à inter-relação, à interpenetração e à concordância mais ou menos profunda de memórias individuais.

⁶ Candau (2014, p.29) entende por “retórica holista” o uso de “termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tido como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, e religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica, identidade cultural). Essas retóricas holistas fazem parte da herança de nossas disciplinas (Sociologia, Antropologia Social e Cultural) que, no quadro de problemáticas integrativas e de esquemas de pertencimento, constituíram boa parte de seus vocabulários na era industrial, quer dizer, na era das massas representadas (pensadas) como entidades coletivas”.

Evidentemente, este não é o caso das memórias da Fazenda Monte Alegre. No decorrer deste texto, notaremos que desde as origens da região até a colonização pelas Indústrias Klabin aquelas terras sempre foram marcadas pela atuação de eixos de inclusão e exclusão. E, se determinados membros de um grupo podem ser aliados de um ou mais processos, certamente inviabiliza-se a constituição de uma memória coletiva. Há, sim, um discurso metamemorial coletivo, forjado por alguns membros desse grupo e replicado por outros.

É nesse sentido que optamos por adotar o termo metamemória coletiva nesta pesquisa ao invés de memória coletiva. Ademais, ainda consideramos de suma importância as noções de força e fraqueza memorial também presentes nos estudos de Candau (2014). Se partimos do princípio de que não existe uma memória coletiva, mas discursos a respeito desta, há de se ponderar que determinadas representações e lembranças têm mais pregnância grupal do que outras. As memórias massivas, coerentes, compactas, profundas e que se impõem à maioria dos membros de um grupo são as memórias fortes. “Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade.” (CANDAU, 2014, p.44). Já as memórias difusas, superficiais, sem contornos definidos e compartilhadas por um pequeno conjunto de indivíduos são as memórias fracas. Desorganizadoras, podem contribuir para a desestabilização grupal. A hipótese de memórias fortes e memórias fracas coexistindo dentro de um mesmo grupo é básica para esta tese. É a partir dessa vinculação que traçamos muitas das nossas análises – inclusive para pensar atos de adesão e resistência em Monte Alegre.

Finalmente, encerrando o aparte das filiações teóricas memoriais que sustentam nossa pesquisa, destacamos a conexão entre memória e identidade. Constantemente retomada por pesquisadores, essa ligação destaca o papel-chave da memória em nossa cognição e consciência – uma vez que é a memória a responsável por captar, compreender e ordenar temporal e espacialmente o mundo. Assim, sem memória “o sujeito se esvazia, vive unicamente o presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. [...] Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si”. (CANDAU, 2014, p.59-60).

Sem memória restamos exauridos de sentido e incapazes de construir nossas identidades. Por isso, Candau (2014, p.18-19) decreta que “a memória é a identidade em ação” – é a primeira quem gera e auxilia ativamente na construção da segunda. Por outro lado, a identidade, em seu processo de formação constante, molda predisposições que orientam os

indivíduos a incorporar ou não certos aspectos do passado. Se a memória sustenta o campo da identidade, é a identidade quem estabelece as balizas a partir das quais nos movemos neste mesmo campo. “De fato, memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória, e inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade”.

Memória e identidade, portanto, são faces de uma mesma moeda e ambas ocupam um lugar central nesta tese. No desenvolvimento dos capítulos, retomamos essa relação sempre que necessária, bem como aprofundamos alguns debates sugeridos nesta introdução. Agora, elucidamos apenas o quadro geral (e primordial) que permeia o desenvolvimento de nossa pesquisa – sem o qual muitas das pontas que amarram os eventos da colonização da Fazenda Monte Alegre talvez restassem soltos e distantes de uma totalidade significativa não necessária.

1.2 AS FONTES DE PESQUISA E A ORGANIZAÇÃO DESTA TESE

Para facilitar a classificação dos diferentes tipos de fontes de pesquisa que utilizamos, optamos por reuni-los em três grupos. Num primeiro grupo temos os documentos primários produzidos pelos funcionários e dirigentes das Indústrias Klabin durante a década de 1940, arquivados em seu Centro de Documentação e Memória, na cidade de Jundiaí (SP). São as correspondências, telegramas, circulares, ordens de serviço, memorandos, relatórios e tabelas que gerenciaram não só a instalação da fábrica de celulose e papel, mas a fundação, a construção e a administração burocrática da *company town* das IKPC. Como veremos no decorrer do texto, a cidade-empresa, nos seus primeiros anos, foi comandada a mãos de ferro por Luiz Vieira – representante direto do Estado Novo e homem de confiança de Getúlio Vargas. Usando sua experiência no manejo de obras desafiadoras levadas a cabo em outros sertões brasileiros, Vieira canalizou em si a autoridade e a vigilância que sitiavam Monte Alegre. Assumindo o fardo do progresso estado-novista que marchava para o oeste, Luiz Vieira, o “chefão” da fazenda, foi responsável por criar as regras da vida na *company town* e por comandá-las por detrás das cortinas como um legítimo burocrata. Apesar de sua enorme relevância nos tempos áureos da cidade-empresa, poucos são os velhos e ex-operários que se recordam dele. Tal “apagamento” atesta a eficiência burocrática de sua gestão – na cena principal ficaram os dirigentes paulistas da família Klabin. Desabonados da obrigação de

disciplinar, vigiar e punir, puderam se dedicar à benevolência, à filantropia e ao paternalismo junto aos seus funcionários.

A documentação produzida por Vieira é rica sob vários ângulos. Pouco explorada até então, preservou inúmeros aspectos do cotidiano da *company town*; seu sistema de privilégios típico das instituições totais; e a estruturação hierárquica e autoritária das normas de funcionamento da cidade-empresa que incluíam e excluía pessoas de acordo com sua raça e *status* social. Há, também, documentos de outros emissores – como do escritório-sede das IKPC em São Paulo, cartas-propostas de trabalhadores e comerciantes interessados em vir à *company town*, reclamações sobre salários e pedidos de casas – mas foram arquivados de maneira mais pontual. Assim, podemos afirmar que no primeiro grupo de fontes desta tese temos, basicamente, os decretos do “chefão” produzidos majoritariamente entre os anos de 1942 (data de sua chegada ao Paraná) e 1946 (ano de sua saída progressiva do empreendimento das Indústrias Klabin).

O segundo grupo de fontes usadas nesta tese corresponde às entrevistas orais feitas tanto pelo próprio Centro de Documentação e Memória da Klabin – cujas transcrições nos foram disponibilizadas – quanto às três entrevistas produzidas especificamente para este estudo. A escolha pela história oral foi motivada por duas razões principais. A primeira delas é a conexão direta que estabelece com a memória e a identidade. Candau (2014, p.70, grifo do autor), analisando a construção da identidade individual, chama a atenção para a maneira como memória e narrativa se conjugam para dar sentido aos acontecimentos de uma vida. “Uma vez que o que faz a identidade de uma pessoa não pode jamais ser realmente ou totalmente rememorado, [...] devemos *contá-la*, fazer ‘uma narrativa de identidade’, um ‘discurso de apresentação de si’ que terá a forma de uma ‘totalidade significativa’.”

A história oral ao interpelar sujeitos sobre seu passado e o passado do grupo em que participou (ou ainda participa), convida-os a elaborar narrativas, discursos permeados de “luzes e sombras”, de história e ficção, de verdade factual e verdade estética. E é no momento mesmo da narração que todas essas ações se engendram. O narrador, manejando simultaneamente passado, presente e futuro⁷, tenta tornar coerente os acontecimentos que

⁷ Candau (2014, p.60, grifos do autor) explica que as relações de si para si mesmo, a formação e a expressão de si supõem um trabalho de memória que acontece simultaneamente em três direções diferentes: “uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em relação ao futuro. Sob esse ponto de vista, a relação que temos com o tempo não é *bidirecional*, como afirma Jean Chesneaux, mas *tridimensional*. Somente a ação conjugada e unificadora dessas diferentes memórias pode nos ajudar a conceitualizar, para aceitá-la, nossa inscrição em um tempo [...]”.

julga significativos na sua vida e na vida do grupo, recorrendo a “restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, ‘sublimações’, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, ‘vida sonhada’, ancoragens, interpretações e reinterpretações [...]”. (CANDAU, 2014, p.71). O resultado dessas operações resulta num ato de memória por excelência, balizado pelas estratégias identitárias do indivíduo e pelos quadros sociais nos quais se encontra inserido.

No último capítulo desta tese retomaremos a discussão sobre memória, narrativa e relatos orais. Mas, aqui, queremos deixar claro que a escolha pela história oral não é gratuita, e que foi motivada por nosso escopo teórico e pelas possibilidades que é capaz de abrir. Por meio da conversa entre historiador e fonte, as disputas de sentido e as contínuas negociações entre passado, presente e futuro emergem – compondo um complexo mosaico de memórias que suplanta, e muito, uma simples polaridade entre memórias fortes e memórias fracas; entre identidade individual e identidade metacoletiva. Verena Alberti (2014, p.167), ao falar sobre as potencialidades da história oral, também a classifica como a melhor alternativa para pesquisas que visam analisar o processo de constituição de memórias; que reflexionam sobre as contendas em torno das lembranças grupais – que contam não só sobre o passado, mas também sobre a identidade do próprio grupo, seu sentimento de comunidade, seu “trabalho de linguagem” na construção narrativa.

Essa, portanto, seria a primeira razão que sustenta o uso das fontes orais. A segunda motivação tem caráter mais funcional: a escassez de outros tipos de documentos que permitam o acesso à experiência dos trabalhadores que participaram do processo de instalação e consolidação das Indústrias Klabin na Fazenda Monte Alegre. Como já dissemos, a grande referência histórica da fazenda é o livro de Fernandes (1974), cujas páginas elegeram apenas alguns “heróis” – e nenhum deles exercia um cargo de base. Eram todos chefes, supervisores, engenheiros, diretores. Assim, além de procurar por essas vozes no entrelinhamento dos documentos escritos preservados pela fábrica, podemos ouvi-las em seu próprio ato narrativo com a história oral.

Tendo isso posto, as entrevistas que compõem o escopo documental desta tese foram realizadas sob dois momentos e objetivos distintos. As 52 transcrições cedidas pelo Centro de Documentação e Memória da Klabin são fruto do projeto *Tempo e Memória*, concebido pela própria empresa na década de 1990. Com o auxílio de três historiadoras⁸, as Indústrias Klabin

⁸ As transcrições apontam que das 52 entrevistas realizadas pelo projeto, 38 foram guiadas por Flávia Borges Pereira; 10 por Maria Elizabeth Totini; 3 por Clarice Caires de Mendonça e 1 em conjunto por Borges e Totini.

realizaram uma série de entrevistas com pessoas que, de alguma forma, relacionaram-se com a trajetória do grupo industrial – de seus dirigentes a motoristas, dos engenheiros aos mateiros que guiaram a abertura das picadas na Fazenda Monte Alegre. De acordo com os organizadores do projeto, as entrevistas, sempre do tipo temática, “subsidiaram a pesquisa para resgate da história da Klabin” e para a implantação do próprio Centro de Documentação e Memória em Jundiaí. É relevante destacar ainda que as entrevistas foram guiadas por pessoas diferentes entre os anos de 1991 a 1994, em cidade distintas – a maioria em Telêmaco Borba, Curitiba (PR), São Paulo e Rio de Janeiro (RJ).

Já as três entrevistas realizadas especificamente para esta tese foram pautadas entre os meses de setembro e dezembro de 2016, na cidade de Telêmaco Borba. Donis Teixeira e Vaelson Antunes Teixeira foram entrevistados no dia 19 de setembro de 2016, em sua casa. Além da proximidade – são meus avós – ambos nasceram entre os anos de 1930 e 1940, foram criados e viveram grande parte de sua vida no Lageado Bonito, uma das regiões marginais da Fazenda Monte Alegre. Donis e Vaelson são os “caboclos” do outro lado do rio Tibagi, descendentes de pequenos agricultores e que viviam de acordo com aquilo que plantavam. Muitos de seus vizinhos deixaram seus ranchos no Lageado para serem operários braçais na *company town* das Indústrias Klabin. Suas impressões sobre a vinda da fábrica, sobre a poluição das décadas seguintes e sobre o modo de vida que os homens do progresso tanto se esforçaram para suplantam na cidade-empresa foram fundamentais para compor a base das reflexões e análises que fazemos no último capítulo deste texto.

O terceiro entrevistado é Francisco de Assis Alves, também “caboclo” dos arredores da Fazenda Monte Alegre. Nascido em 1926, começou a trabalhar para o empreendimento das IKPC ainda nos anos de 1940. Passou pelo corte de madeira, pela carpintaria, pelo setor da Expedição e por diversas ocupações até se aposentar com 34 anos de serviço. A trajetória de Assis é muito semelhante à da maioria dos operários que acorreram à *company town*: homens, habitantes da própria região, pouco ou não alfabetizados, de 19 a 30 anos, casados⁹. Suas impressões sobre a vinda da fábrica, sobre a transição do trabalho rural para o industrial e, principalmente, sobre as mudanças infraestruturais e comportamentais inauguradas com as IKPC também foram essenciais para traçar as relações entre as memórias fortes e as memórias fracas que sustentam a narrativa identitária de Monte Alegre. Assis foi entrevistado em 23 de dezembro de 2016, também em sua casa em Telêmaco Borba.

⁹ Esses dados foram retirados da pesquisa de Anacília Carneiro da Cunha (1982). Reunindo uma série de documentos da própria IKPC, ela traçou um perfil do que seria o “homem-papel”, trabalhador médio da fábrica de Monte Alegre entre os anos de 1942 a 1980.

As três conversas, gravadas em áudio, foram guiadas por roteiros temáticos abertos, versando, particularmente, sobre o cotidiano das décadas de 1940 e 1950; a vinda das IKPC para a região; o trabalho fabril (no caso de Assis); o garimpo no rio Tibagi (no caso de Donis e Vaelson); e outros aspectos que foram se encadeando no decorrer das entrevistas. Como frisa Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, p.20), quando o procedimento metodológico adotado pelo historiador é do tipo temático, é ele quem dirige a entrevista e “a captação dos dados decorre de sua maior ou menor habilidade em orientar o informante para discorrer sobre o tema; é este que conhece o acontecimento, suas circunstâncias, as condições atuais ou históricas, ou por tê-lo vivido, ou por deter as informações preciosas”.

Depois de gravadas, as entrevistas foram transcritas – etapa fundamental dentro da utilização da história oral. Nesta tese, por acreditarmos que a língua falada e as marcas individuais dos entrevistados também fazem parte do sentido de suas narrativas, optamos por transcrevê-las da maneira mais fiel possível, mantendo sua estrutura e editando-as somente nos momentos em que se tornavam incompreensíveis. Assim, concordamos com Tania Maria Fernandes (2001, p.93) quando afirma que, ao manipular um documento oral por meio de sua transcrição e edição, estamos alterando-o em sua forma original, “porém não necessariamente modificando seu conteúdo, pois a edição do depoimento oral não deve levar à desestruturação e sim à sua reestruturação gramatical”. Além disso, a manutenção do esquema pergunta e resposta também foi uma escolha metodológica nossa, pois julgamos pertinente apresentar o contexto em que as falas surgiram e a forma como os narradores respondiam ou não os questionamentos propostos.

Tratadas como documentos-monumentos¹⁰, as entrevistas orais produzidas tanto para este estudo como pelo projeto *Tempo e Memória* das IKPC foram interpretadas pelo prisma da intencionalidade e das relações de força que existiram e ainda existem dentro das conjunturas que as produziram. As falas dos narradores são idiossincráticas, mas também fragmentos dos eventos inesperados e imprevisíveis da colonização burocrática da Fazenda Monte Alegre.

Por fim, no terceiro grupo de fontes desta tese temos os livros que versam sobre a história da fazenda e do município de Telêmaco Borba. São eles o já citado *Monte Alegre*,

¹⁰ A noção de documento-monumento aparece na obra de Jacques Le Goff (1984). Para o autor, todo documento é resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da sociedade e da época que o produziu. Por essa razão, seu conteúdo deve ser sempre analisado e desmistificado, rompendo com seu significado aparente. É levando isso em consideração que Le Goff (1984) atrela ao documento a noção de monumento – entendido como uma “roupagem”, “uma montagem” que precisa ser desestruturada criticamente pelo historiador.

cidade-papel de Fernandes (1974), *A Fazenda Monte Alegre conta seu canto*, organizado pelo Colégio Estadual Dr. Luiz Vieira (1997) e *Capital do Papel* de André Miguel Coraiola (2003). Dos três, o único que não teve apoio direto das IKPC foi o de Coraiola (2003) – o que torna a proximidade das obras com a fábrica evidente.

Considerado até hoje como referência sobre a história da fazenda (e como um *lugar de memória* neste trabalho), *Monte Alegre, cidade-papel* é citado exaustivamente no decorrer dos capítulos, pois condensa em si uma série de memórias fortes, replicadas em outros livros e, inclusive, pelos próprios entrevistados. Fernandes (1974) viveu na *company town*, foi jornalista do periódico *O Tibagi* fundado em 1948 por Horácio Klabin, trabalhou como professora e colaborou ativamente por mais de 20 anos com o setor de assistência social das IKPC. Casada com um dos médicos da cidade-empresa, circulou entre o alto escalão fabril e a casta mais seleta da *company town*. O processo de racialização dos operários e dos “caboclos” é bastante demarcado em sua narrativa. Fernandes (1974) conta a história da perspectiva dos homens do progresso, engrandece o fardo dos “matadores de dragões” e anedotiza os costumes e a cultura dos “primitivos” do Tibagi.

A Fazenda Monte Alegre conta seu canto é um apanhado de contos e poesias sobre a *company town* das Indústrias Klabin e, principalmente, sobre o núcleo habitacional de Lagoa – um dos polos primordiais da estruturação da fábrica na fazenda. Ora assinados por nomes completos, ora por pseudônimos, os textos colocam em versos “causos” peculiares, personagens pitorescos, a relação de seus autores com a indústria e com a natureza. O sentimento nostálgico e de tributo ao passado atravessam o livro de ponta-a-ponta, bem como certa noção de comunidade e família – baliza essencial para que as cidades-empresa de inspiração paternalista funcionem apropriadamente. *Capital do Papel*, de Coraiola (2003), é citado pontualmente. De estrutura muito semelhante à obra de Fernandes (1974), o livro acrescenta alguns fatos novos à narrativa histórica cristalizada de Telêmaco Borba ao recorrer a trechos de reportagens e depoimentos.

Frente aos três grupos de fontes utilizados neste trabalho, cabe recuperarmos a pontuação de Edward Thompson (1981) sobre os fatos que jamais falam por si. É preciso que o historiador, manejando os mais diversos documentos, saiba a maneira correta de interrogá-los. Dessa forma, sempre que necessário, recuperamos discussões teóricas e metodológicas que julgamos pertinentes no próprio processo de reflexão sobre as fontes nos diferentes capítulos que compõem esta tese. Então, aqui na introdução, limitamo-nos a esboçar brevemente do que se trata cada etapa deste texto e quais são os conceitos-chave e os autores

que nos guiarão na tarefa de detectar o novo inesperado na colonização da Fazenda Monte Alegre.

No primeiro capítulo nos dedicamos a apresentar a região centro-oriental paranaense e os diferentes “conquistadores” que cruzaram as terras de Monte Alegre do século XVI ao século XX. Detemo-nos mais profundamente na figura de José Félix da Silva, pois foi o sesmeiro quem cercou os 144 mil hectares às margens do rio Tibagi. Foi ele, também, quem marcou o passado pré-industrial da fazenda, arregimentando suas milícias, eliminando e submetendo os indígenas à apropriação. Muitas das lendas e assombrações que ainda pairam sobre aquelas terras – e que foram repassadas de geração em geração pelos “caboclos” – derivam das ações do mesquinho tenente-coronel. A “era” de José Félix, no entanto, encontrou seu fim com a vinda da fábrica de papel e de outros tipos de “desbravadores”: os homens do progresso industrial.

Antes de comprarem Monte Alegre, as Indústrias Klabin tiveram de se estruturar tanto financeira quanto politicamente. O grupo foi fundado por Maurício Klabin, judeu lituano que deixou a Europa oriental nas últimas décadas do século XIX atrás do crescimento econômico que o antissemitismo de sua terra natal o impedia de ter. Depois de uma passagem frustrada pela Inglaterra, vislumbrou a chance de ser um *free man* no Brasil – cujas portas estavam abertas à mão-de-obra imigrante. Maurício aportou em Santos em 1889 e, de lá, seguiu para a capital São Paulo. Em poucos anos passou de vendedor de cigarros a dono de uma papelaria e tipografia. Notando que esse mercado estava dando apenas os primeiros passos no país, criou uma empresa importadora e se arriscou, também, no ramo da produção industrial. A primeira fabriqueta adquirida em Itu (SP) foi só o começo da empreitada de Maurício e, com os negócios em franco desenvolvimento, quase toda a família Klabin decidiu vir ao Brasil e apoiá-lo no objetivo de produzir papel e celulose de qualidade.

No capítulo dois abordamos o âmago teórico desta pesquisa e embasamos a grande proposta desta tese: o novo inesperado na colonização da fazenda. Para tanto, apoiamo-nos em alguns conceitos-chave. O primeiro deles é a noção de topografia do estrangeiro de Bernhard Waldenfels (2009). Enxergando o estrangeiro como experiência fundamental, elenca as formas *relativas* e *radicais* com que nos deparamos com ele no decorrer da vida. O resultado desse encontro – sempre calcado no *páthos*, no afeto – pode se desdobrar em concentrações, hostilidades e, no ponto mais extremo, em extermínio. Waldenfels (2009) abre o leque da significação da estrangeiridade por meio da fenomenologia, rompendo com a noção restrita de estrangeiro ligada apenas ao espaço físico, às fronteiras do Estado-nação. A cada

aqui e agora se configuram novos eixos de inclusão e exclusão que determinam a estrangeiridade de uns e a propriedade de outros.

É por meio das reflexões de Waldenfels (2009) que alicerçamos os eixos de inclusão e exclusão que se formaram na Fazenda Monte Alegre – sustentáculos primordiais para a colonização operada entre dois “Brasis”: o dos homens brancos do progresso industrial e o dos “caboclos” das margens do Tibagi. Imbuídos da mentalidade desenvolvimentista do Estado Novo, os industriais puderam impor a “evolução” aos “primitivos” da terra, puderam marchar sobre aquele oeste do sertão paranaense.

Atrelada ao conceito de estrangeiridade, trazemos a ideia de colonialidade do ser de Nelson Maldonado Torres (2007). Derivada do colonialismo moderno, a colonialidade do ser é um padrão de poder que emergiu desse processo, respaldado, principalmente, na ética da guerra, na racialização e no ceticismo misantrópico. Incluindo e excluindo sujeitos, a colonialidade do ser cria *egos* e *sub-alters* – ou seja, ao lado do sujeito ontológico que *é*, configura-se aquele que *não é*. E, por *não ser*, é constantemente desumanizado e subjugado. É recorrendo às ponderações de Torres (2007) que analisamos a relação de raça na Fazenda Monte Alegre e a “circulação criativa” deste conceito na formação da sociedade e da hierarquia fabril. A oposição entre os dirigentes, os funcionários graduados e os “arigós” (operários braçais) é essencial para compreendermos de que maneira as Indústrias Klabin puderam não só colonizar a fazenda, como também organizar sua *company town* nos moldes de uma instituição total.

Ainda no capítulo 2 tratamos do conceito *nomos* dos pinheirais – adaptação do *nomos* da terra de Carl Schmitt (2014). Conjecturando sobre o direito das gentes europeu e a tomada de “terras livres” (quais sejam, aquelas que não tinham qualquer tipo de direito reconhecido pelos Estados-nação da Europa), o jurista alemão estabelece um ditame para a tomada de territórios: tomada, ordenação e nomeação. O *nomos*, portanto, guarda em si a realização dessas três ações. Se elas não acontecem gradualmente, o território permanece “livre”. Isso explica porque Schmitt (2014) não reconhecia a propriedade dos indígenas do Novo Mundo – incapazes de ordenar e nomear, puderam ter seus territórios tomados por “descobridores” mais “civilizados” e de direitos reconhecidos.

Aquilo que enxergamos como o *nomos* dos pinheirais é justamente o processo de tomada, ordenação e nomeação da Fazenda Monte Alegre, concluídos definitivamente somente com a colonização das Indústrias Klabin. A ordem civilizatória que carecia ao reinado de José Félix chegou às margens do rio Tibagi pelas mãos do progresso fabril. A “terra livre” pôde assim ser apropriada – bem como sua população nativa, cujos registros

aparecem apenas no entrelinhamento das histórias e memórias metacoletivas de Monte Alegre. Esforçamo-nos, portanto, para também salientar que a fazenda já tinha seus habitantes e modos de vida originais, suplantados, e até esquecidos, no processo do desenvolvimento fabril.

Por fim, abordaremos a administração da colonização de Monte Alegre. Neste capítulo, ser-nos-á de valia as reflexões de Hannah Arendt (2015). A escolha pela autora se dá, principalmente, pela associação que faz entre o colonialismo imperialista, raça e burocracia – eventos que, guardadas as devidas proporções, também localizamos nesta tese. Foi nas colônias europeias da África e da Ásia que vimos uma nova forma de governo surgir. Apoiada na ideia de raça como estrutura política, essa maneira inédita de governar encontrou na burocracia seu revestimento ideal. O homem branco, assumindo para si o fardo de libertar o bárbaro de sua própria ignorância, passou a administrar sua vida por decretos provisórios e sigilosos, gestados por detrás das cortinas e amparados no extenso “fosso” que se abriu entre controlador e controlado. Tal filosofia do burocrata proposta por Arendt (2015) a partir da análise de outros contextos históricos ainda continua a fazer sentido quando deslizada para o período e o objeto de estudo desta pesquisa. Se o *nomos* dos pinheirais foi definitivo e eficiente, foi porque se ordenou pela via burocrática. A racialização, a imposição e a sonegação de informações foram traços fundamentais da colonização das Indústrias Klabin na Fazenda Monte Alegre. Combatendo os “dragões” que assolavam aquelas terras, os homens brancos do progresso assumiram uma responsabilidade que nenhum homem pode assumir por outro homem. Por correspondências, memorandos e circulares emitidos entre as paredes de um escritório, os “caboclos”, os operários e os habitantes da *company town* tiveram suas vidas administradas burocraticamente. Regras e normas foram instituídas às esferas pública e privada. Num espaço de poucos anos, a fazenda passou de “terra livre” à uma instituição total.

O conceito de instituição total, proposto por Erving Goffman (1974), nos leva, então, ao nosso terceiro capítulo. Antes de abordarmos as características da cidade-empresa das Indústrias Klabin, precisamos compreender o fenômeno das *company towns*. Para tanto, apresentamos as ponderações de Marcelo J. Borges e Susana B. Torres (2012). Analisando a instalação de cidades-empresa em diferentes lugares e continentes, os autores atrelam seu surgimento à necessidade de atrair e fixar os trabalhadores próximos a áreas isoladas e sem acesso a centros urbanos já estabelecidos. As primeiras *company towns* foram fundadas na Europa e nos Estados Unidos durante a Revolução Industrial. Com a expansão da industrialização e do capital, novos lugares também passaram a abrigar esse tipo de

empreendimento. Obviamente, cada *company town* – para além desse aspecto básico – guarda suas próprias especificidades e contextos.

As cidades-jardim também são alvo das reflexões de Borges e Torres (2012). Tubos de ensaio das experimentações urbanas, do paternalismo e do bem-estar social, foram palco privilegiado das ações de benevolência, de tutela e de disciplinarização dos trabalhadores. Com a *company town* das IKPC, pensada nos moldes de uma cidade-jardim, não foi diferente. Como o discurso que abriu esta introdução adianta, a fábrica (ao menos das décadas de 1930 a 1970, época da fala) sempre pretendeu ser uma *família*, explicitando seu caráter paternalista. A benevolência veio a reboque – já que era preciso não só ensinar o “caboclo” a trabalhar, mas libertá-lo de seus “vícios”, de seus hábitos e cultura “primitivos”. O progresso batia a sua porta e a indústria se comprometia a guiá-lo no caminho da “evolução”. Cercando-o por todos os lados, da produção à reprodução, os dirigentes baixaram uma série de normas que deveriam ser respeitadas e cumpridas. Instalar-se na cidade-empresa compreendia, intrinsecamente, abrir mão relativamente da autonomia.

Desta maneira, no capítulo três, por meio da documentação produzida por Luiz Vieira nos anos de 1940, apresentamos o panorama geral da construção e da estruturação da *company town* de Monte Alegre. Sem perder de vista as especificidades da fazenda, traçamos o tempo todo um paralelo entre o que se praticava na cidade-empresa e o conceito de instituição total de Goffman (1974). Da hora de acordar à maneira correta de tratar seus chefes; da forma de se divertir ao uso da energia elétrica; da quantidade de leite a se tomar aos lugares que podiam frequentar, tudo era assistido e vigiado. A tarefa hercúlea de disciplinar, punir e recompensar era exercida com rigor por Vieira – e, não por acaso, após sua saída do cargo de diretor-geral, as barreiras que “fechavam” o mundo interior da *company town* foram se afrouxando gradualmente até desaparecer.

Em tais circunstâncias de controle, a vigilância, a rigidez dos eixos de inclusão e exclusão, a administração burocrática, a gestão da vida – tudo isso contribuiu para a criação de “corpos dóceis”, para o sufocamento da vontade política e para a perturbação do sentimento de identidade. Dissemos no começo deste texto que esta é uma pesquisa histórica, mas também – e principalmente – memorial. A identidade, face da mesma moeda da memória, quando submetida ao jugo da instituição total, sofre constantes ataques e rebaixamentos. As decorrências dessas ações podem ser duradouras. E talvez aí resida a grande consequência imprevisível de nosso objeto de estudo.

É no quarto capítulo que nos propomos a tecer essa reflexão de como o *nomos* dos pinheirais e sua instituição total engendraram a constituição de memórias fortes e fracas.

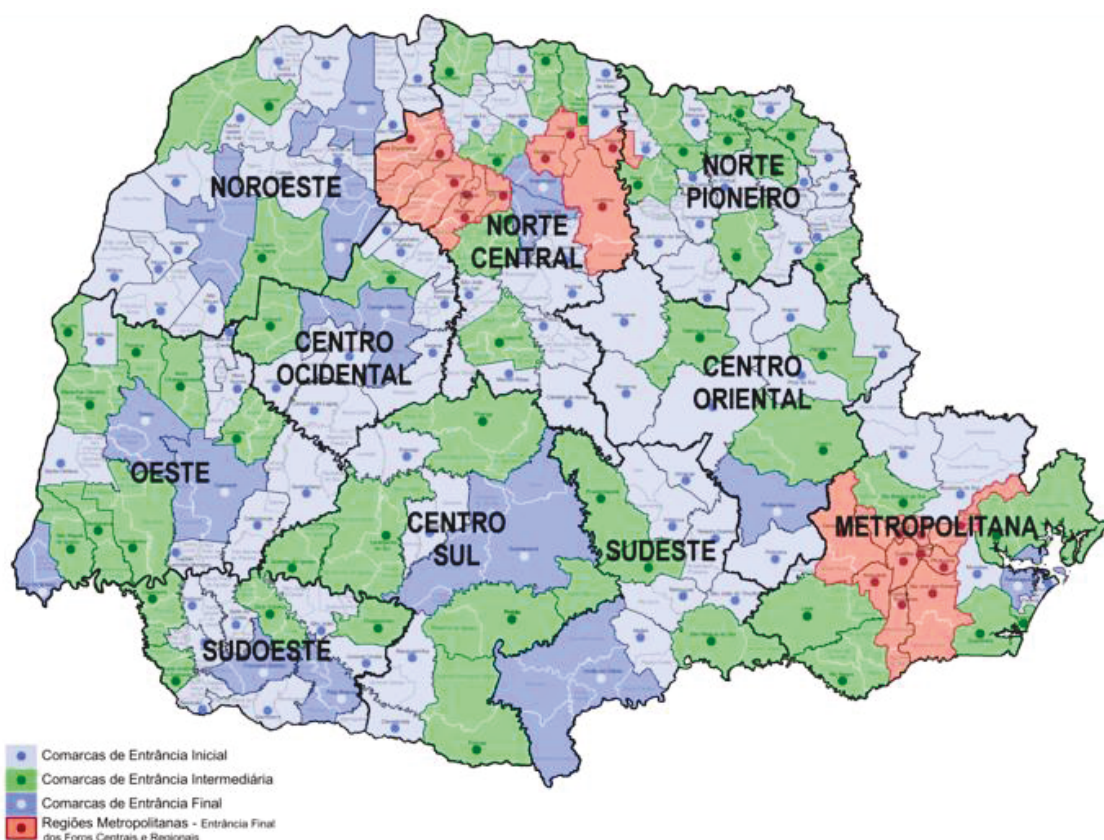
Lançando mão das pontuações de Candau (2014) já expostas aqui, no capítulo quatro pensamos as memórias fortes e fracas no sentido de adesões e resistências dos trabalhadores submetidos ao *nomos* dos pinheirais e à administração burocrática da vida dentro da *company town*. Utilizando as fontes orais e, também, as entrelinhas da própria documentação da empresa, localizamos no campo das recordações fortes e da adesão a constituição de um sentimento comunitário familiar, típico do paternalismo tradicional. A fábrica, personificada enquanto *mãe* nos discursos metacoletivos, aparece como educadora e provedora, oferecendo um caminho seguro em direção ao progresso e à “civilidade”. Ainda na adesão, tratamos dos ajustamentos secundários que fazem parte de qualquer sistema de privilégios nas instituições totais. São os “desvios” permitidos, sobre os quais os vigilantes fazem vista grossa. Apesar de quebrarem certas regras, tais ajustamentos não representam uma ameaça à autoridade ou à hierarquia dos dirigentes – por isso, acabam desempenhando um papel importante dentro do funcionamento interno desses estabelecimentos. A proibição do consumo e da venda de bebidas alcóolicas na Fazenda Monte Alegre nos anos de 1940 é encaixada aqui. Medida tomada por Luiz Vieira, a lei seca foi a norma mais desrespeitada pelos habitantes da cidade-empresa. Apesar de ser um foco de resistência, foi também um ajustamento, um “delito permitido” que em momento algum ameaçou as estruturas da instituição total.

Com relação às memórias fracas e às resistências, optamos por reunir uma série de lembranças difusas que versam sobre assuntos distintos: a população rural do entorno da *company town* e os garimpeiros; a poluição da fábrica; as epidemias de malária, febre amarela e tifo; as iniciativas de greve e as reivindicações de melhores salários; os acidentes de trabalho constantes; a história da construção da chaminé – todos esses tópicos, de alguma maneira, contrariam as memórias fortes e a identidade metacoletiva de Monte Alegre. Por fim, cabe destacar que, mesmo contraponto as lembranças e as atitudes de adesão e resistência, empenhamo-nos para não as desvincular, afinal, fazem parte da extensa negociação entre controladores e controlados, capital e trabalho, patrões e operários que compõem toda *company town*. Ambientes naturalmente paradoxais, as cidades-empresas ainda têm muito a nos mostrar. Cada uma é um apanhado único de acontecimentos imprevisíveis e não necessários esperando o olhar atento dos historiadores.

2 AS ORIGENS DA FAZENDA MONTE ALEGRE E DA FAMÍLIA KLABIN

As terras da Fazenda Monte Alegre estão localizadas no estado do Paraná, no município de Telêmaco Borba. Pertencente à região sul do Brasil, o Paraná divide seu território em 10 mesorregiões geográficas (figura 1). Telêmaco Borba faz parte da mesorregião centro oriental, tendo divisa com os municípios de Ortigueira, Imbaú, Tibagi e Ventania (figura 2). Curitiba, a capital paranaense, fica a 250 km de distância.

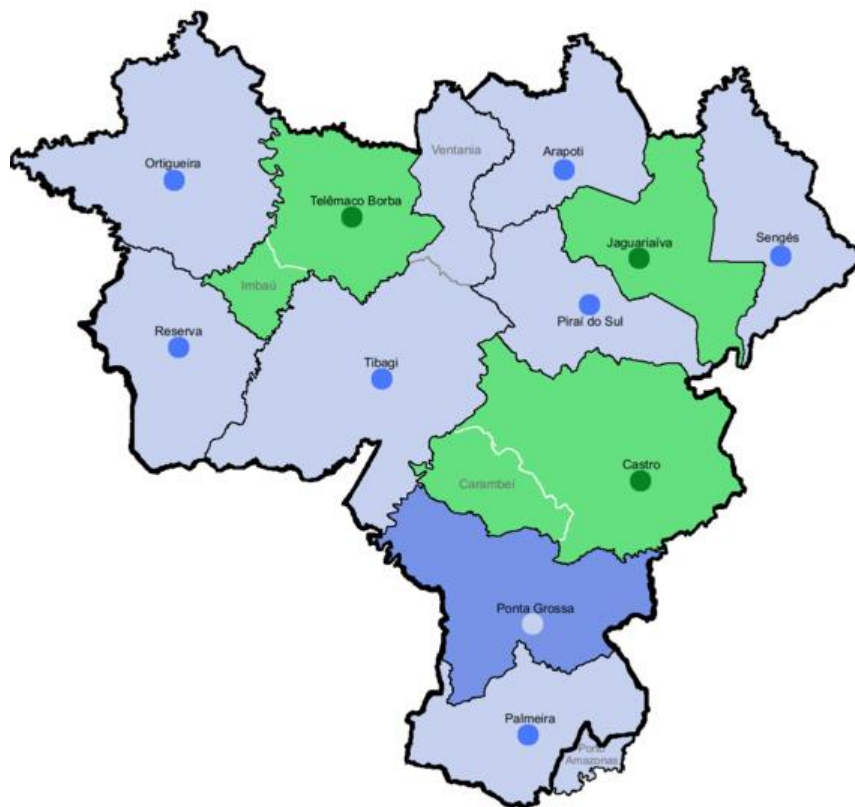
FIGURA 1 – AS 10 MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional (2017)¹¹

¹¹ Disponível em: <<http://www.planejamento.mppr.mp.br/>>. Acesso em 12 de março de 2017.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
NA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO ORIENTAL



FONTE: Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional (2017)¹²

Atualmente, Telêmaco Borba contabiliza uma população de 76.550¹³ pessoas. Sua extensão territorial é de 1.382,86 km² e sua economia é baseada na atividade industrial e na prestação de serviços. Emancipada da Comarca de Tibagi em 21 de março de 1964, tem 53 anos de história como município – sua trajetória enquanto localidade, no entanto, é bem mais antiga que isso. Esse passado mais distante se relaciona diretamente com outra classificação regional possível: a de pertencente aos Campos Gerais paranaenses.

De acordo com o Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais¹⁴, organizado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a definição dessa área não é única nem permanente. Modificações foram, e são feitas, de acordo com as necessidades e

¹² Disponível em: <<http://www.planejamento.mppr.mp.br/>>. Acesso em 12 de março de 2017.

¹³ Dado do ano de 2016, fornecido pelo site do IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4127106>>. Acesso em 12 de março de 2017.

¹⁴ O Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais pode ser acessado pelo link: <http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm>.

conveniências de uma identificação regional. Dessa maneira, o dicionário propõe que adotemos uma classificação que abranja não só os aspectos fitogeográficos, mas também os fatores históricos e identitários. Assim, podemos afirmar que fazem parte dos Campos Gerais os municípios que: a) abrigaram (ou ainda abrigam) a vegetação primitiva conhecida como campos limpos – *habitat* natural do pinheiro araucária; b) fizeram parte do “Caminho de Viamão”, rota principal dos tropeiros dos séculos XVIII e XIX; c) integram a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). A atual cidade de Telêmaco Borba responde a todas essas exigências – consolidando, conseqüentemente, a posição da Fazenda Monte Alegre.

Os três pré-requisitos propostos pelo dicionário também adiantam a história da ocupação de terras na região, iniciada nos primeiros anos do século XVIII. Os Campos Gerais eram um lugar propício para o desenvolvimento da pecuária, tornando-se assim uma das paradas obrigatórias na rota dos tropeiros que levavam gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento dos estados de São Paulo e Minas Gerais. “A necessidade de abastecimento colonial tanto impulsionou o mercado interno brasileiro, possibilitando a gradativa integração das economias regionais, como favoreceu, ainda, a ocupação de regiões do interior paranaense.” (DITZEL; LAMB, 2016).

O “Caminho de Viamão” era responsável por fazer essa ligação inter-regional entre os estados do sul e do sudeste. Três rotas distintas compunham o caminho, sendo a Estrada Real a mais utilizada. Seu trajeto passava por Vacarias, Lages, Campos Gerais e Itararé, chegando, enfim, em Sorocaba.

O crescimento do comércio pecuário fez com que as terras da região dos Campos Gerais se tornassem alvo de disputas por sesmeiros¹⁵. Segundo Ditzel e Lamb (2016) até o final do século XVIII mais de 90 pedidos de concessões foram feitos à Coroa Portuguesa. Entre eles, estava o pedido de Luiz Roiz Villares e Antonio Lopes Thomaz, redigido em 1722. Em sociedade, ambos requeriam terras onde, posteriormente, se formaria a Fazenda Monte Alegre, “princiando na parte do Sul, donde faz barra o rio Tibagi com o Iapó, a sair com sua testada no rio do Alegre, confrontando pela parte Norte com os Campos de S. João [...] e do sertão pela parte do Sul do rio Vorá”. (FERNANDES, 1974, p.15). Como motivo para a

¹⁵ De acordo com Ditzel e Lamb (2016), os sesmeiros que requeriam terras na região eram procedentes de diversas regiões do Brasil, como São Paulo, Santos, Curitiba e Paranaguá – todos pertencentes a famílias ricas e poderosas politicamente. “As sesmarias eram concedidas pela Coroa portuguesa, através de seus representantes na administração colonial. Impunha-se como condição para a doação que o pretendente comprovasse dispor de cabedais. Sua concessão conferia o direito de uso da terra, reforçando o prestígio e poder das famílias proprietárias e ampliando as distinções sociais.” (DITZEL; LAMB, 2016).

concessão, eles alegavam ter 550 cabeças de gado já ocupando a região – além de, claro, “terem pago os dízimos a Deus”.

O pedido seguiu os demorados trâmites burocráticos da Coroa, sendo atendido somente em 18 de janeiro de 1727. No entanto, não há registro de que Villares ou Thomaz tenham se estabelecido na sesmaria, ou terceirizado a administração das terras a capatazes, fazendeiros¹⁶ e escravos negros e indígenas, como era costume na época. A ocupação definitiva da área só se daria no final do século XVIII e início do XIX, quando José Félix da Silva requereu para si a mesma sesmaria.

José Félix da Silva é uma figura controversa e importante para o passado do atual estado do Paraná e da Fazenda Monte Alegre. Em meados dos anos 1800, era um dos principais latifundiários do estado, acumulando, também, cargos políticos e militares. No site da Prefeitura de Tibagi¹⁷ é tido como um “valeroso colonizador”. Essas qualidades, no entanto, mudam de sentido quando observadas a partir de outras fontes. Considerado um homem triste, amargo e violento, José Félix viveu dramas familiares e criou sua própria milícia para combater os índios da região; desconfiado de tudo e de todos, pedia ao neto que fizesse sua barba – evitando, assim, que algum matador disfarçado lhe passasse a navalha pelo pescoço. Sua vida, inclusive, virou um romance: *O Drama da Fazenda Fortaleza*, de Davi Carneiro, mistura fatos históricos com ficção, imaginando as relações e os conflitos do protagonista.

Apesar de sua relevância, a data de sua chegada ao estado é incerta. Fernandes (1974) afirma que ele esteve pela primeira vez na região de Tibagi quando tinha “vinte e poucos anos”, o que nos leva à década de 1780¹⁸. Descendente de portugueses, embrenhou-se no sertão paranaense especificamente para rechaçar os índios que insistiam em se colocar no caminho dos tropeiros e dos sesmeiros.

É importante destacar que essa guerra¹⁹ entre o homem branco e o nativo vinha se arrastando há pelo menos dois séculos. Lúcio Tadeu Mota (1996) delimita o início dos

¹⁶ Os fazendeiros da época eram trabalhadores juridicamente livres, compondo uma camada intermediária entre os proprietários das terras e os escravos. Sua função era cuidar das questões administrativas, já que a maioria dos serviços da fazenda era feita pelos escravos.

¹⁷ Informações disponíveis em: <<http://tibagi.pr.gov.br/noticias/modules/news/article.php?storyid=693>>. Acesso em 28 de jun. 2016.

¹⁸ Não se sabe ao certo o local e a data de nascimento de José Félix da Silva. Sua morte, no entanto, foi documentada: 27 de abril de 1822.

¹⁹ A palavra guerra assume aqui o mesmo sentido utilizado por Mota (1996). Trata-se de um processo que requer uma organização militar conquistadora, agindo em nome de um Deus, de uma Nação, de um Rei ou de um Império. Estabelecem-se, aí, dois grupos distintos: os conquistadores e os conquistados (ou butim). Ao se

confrontos, na bacia do rio Tibagi, já nas primeiras décadas do século XVI. Nessa época, expedições portuguesas e espanholas cruzaram a região em busca de metais preciosos, de escravos silvícolas e de uma rota para o Paraguai e o Peru. No século seguinte, foi a vez das Reduções Jesuíticas e das bandeiras paulistas submeterem os índios. E, nos anos de 1700, a descoberta de ouro e diamantes no Tibagi motivou expedições militares e a construção de fortificações que afastassem os indesejados “selvagens”.

Aqui cabe abriremos um espaço para a reflexão sobre esses confrontos. Indígenas das mais diferentes tribos ocupavam aquelas terras desde tempos imemoráveis: guaranis, kaingangs, coroados, tupis, xetás circulavam livremente pelo território, vivendo da caça, da pesca e da coleta. Seu modo de vida, no entanto, pouco significou para os desbravadores europeus que aportaram no Novo Mundo. Completamente diferentes dos homens brancos, os índios eram tidos como incivilizados, existindo em um estado primitivo e muito inferior à racionalidade cristã europeia. Isso dava à Europa, portanto, o direito de “descobrir” povos e terras que já existiam, mesmo que à revelia dos descobertos. Carl Schmitt (2014, p.139) condensa essas ideias ao afirmar que o título jurídico do descobrimento se apoia na legitimidade daquele que é, do ponto de vista histórico e espiritual, “suficientemente superior para compreender o descoberto com seu saber e sua consciência”. Citando Bruno Bauer, complementa: só pode descobrir quem conhece sua presa melhor do que ela mesma.

Dessa maneira, apoiando-se na concepção de uma evolução humana uniforme, onde todos os indivíduos cruzariam os mesmos estados, Schmitt (2014) não vê a descoberta da América pelos europeus como uma causalidade na história mundial – ela foi, na verdade, uma realização do racionalismo recém-desperto na Europa dos séculos XV e XVI.

Portanto, é absolutamente falso dizer que, assim como os espanhóis descobriram os astecas e os incas, estes também poderiam ter descoberto a Europa. Aos índios faltava a força, fundada no saber, da racionalidade cristã europeia. Seria uma ridícula uchronia imaginar que eles talvez pudessem confeccionar registros cartográficos da Europa tão bons quanto aqueles que os europeus fizeram da América. A superioridade espiritual encontrava-se plenamente do lado europeu, de modo tão vigoroso que o Novo Mundo pôde simplesmente ser ‘tomado’ [...]. (SCHMITT, 2014, p.139).

A argumentação de Schmitt (2014) faz da inversão de papéis dos descobridores e dos descobertos “uma ridícula uchronia” porque seu ponto de vista é inteiramente calcado no que Bernhard Waldenfels (2009) chama de centração. Ao deparar-se com a estranheiridade

apoderar de territórios, os conquistadores, geralmente, fixam-se nas novas terras, exploram sistematicamente os conquistados e criam instituições para impor sua própria cultura.

radical²⁰ do indígena, o europeu reage à experiência²¹ de duas maneiras (que podem acontecer juntas): dando vazão ao *horror alieni* ou tentando dominar o estrangeiro. Quando o *horror alieni* toma conta da situação, a hostilidade pode desembocar em extrema violência e extermínio. Já quando a reação de dominação é a preferida, ainda existe a violência – mas esta encaminha o estrangeiro à apropriação e à assimilação. Tenta-se, a todo custo, dissolver as barreiras da estrangeiridade domesticando-a, submetendo-a às ordens e às leis europeias.

É neste sentido que Waldenfels (2009) fala em centrações, que são formas de apropriação aplicadas na tentativa de controlar o estrangeiro. A primeira delas é o *egocentrismo*, que subjuga o outro a partir de um *eu* individual; a segunda, é o *etnocentrismo*, que submete o estrangeiro ao jugo de um *nós* (ou de um *eu* coletivo); e a terceira é o *logocentrismo*, que constrói um conhecimento universal, capaz de englobar o *eu* e o *outro*. Como exemplo de centração, Waldenfels (2009) cita justamente o eurocentrismo, responsável pelo “passe de mágica” de encontrar o universal no *próprio* e o *próprio* no universal – “[et] On ne connaît que trop bien la violence souvent camouflée qui y est constamment à l’oeuvre²².” (WALDENFELS, 2009, p.61).

Schmitt (2014), portanto, ao dizer, que a América pôde “simplesmente ser ‘tomada’” porque seus índios eram cultural e racionalmente inferiores, repete o eurocentrismo, ignorando qualquer outra resposta possível ao encontro com a estrangeiridade. Seu ponto de vista é quase tão ingênuo e simulado quanto o de Cristóvão Colombo em suas anotações no diário de bordo. Diante dos indígenas do Novo Mundo, proclamou a tomada de suas terras – e sem nenhuma imposição dos silvícolas. O desbravador ficou surpreendido com a passividade dos nativos. Porém, como bem pontua Waldenfels (2009), em que língua eles poderiam se

²⁰ Waldenfels (2009) coloca o estrangeiro como um dos fenômenos fundamentais da vida. Como o próprio corpo, a linguagem, o tempo e o lugar, o estrangeiro também deixa uma marca específica em tudo o que conhecemos. Dessa maneira, é impossível manter a estrangeiridade à distância – muitas vezes, ela está dentro de nós mesmos. É nesse sentido que Waldenfels (2009) classifica o estrangeiro em dois grupos: o estrangeiro *relativo* é uma lacuna que podemos preencher, já que é um estado factual de nosso conhecimento e poder. Tudo aquilo que não conhecemos *mais* ou *ainda* é uma forma de estrangeiridade *relativa*. “Cette forme modérée de l’étranger n’est que la simple expression de notre propre finitude.” (WALDENFELS, 2009, p.9). Já o estrangeiro *radical* é aquele que “toca nas raízes das coisas”, afetando-nos no mais íntimo de nós mesmos. Como não somos capazes de reconduzi-lo a outra coisa, ele permanece estrangeiro. “En effet, il n’est ni une partie d’un ordre rationnel englobant, ni un cas d’une loi universelle, ni le reflet d’un moi ou d’un nous propres. Dans sa singularité, il est en quelque sorte sans lieu. [...] Au-delà, il s’annonce tout ou plus indirectement sous la forme d’une *horror alieni* qui incite alors à l’hostilité envers un étranger qui ne se laisse pas assimiler.” (WALDENFELS, 2009, p.9).

²¹ Waldenfels (2009) usa o conceito de experiência de maneira fenomenológica. Assim, a experiência representa um processo no qual o sentido se constrói, articula-se, onde as coisas tomam estrutura e forma. “La phénoménologie a affaire, comme le dit Merleau-Ponty, à un sens *in statu nascendi* et non aux données d’un monde achevé.” (WALDENFELS, 2009, p.29).

²² Tradução nossa: “[e] Nós conhecemos muito bem a violência frequentemente camuflada que está constantemente em ação”.

opor à proclamação de Colombo? Tem-se enfim, uma relação vertical e imposta entre os descobridores e os descobertos. Não há a construção de um espaço *entre*, mas a simples extensão de um *eu* e de um *nós* europeus já conhecidos, silenciando permanentemente os indígenas e transformando-os em estrangeiros em sua própria terra.

Nos Campos Gerais dos séculos XVI, XVII e XVIII, há uma mescla entre extermínio e apropriação dos índios. Os que não eram mortos pelas expedições armadas, eram capturados e jogados na roda do mundo civilizado – nos aldeamentos cristãos, eram catequisados; nas fazendas, submetidos a um regime de trabalho escravo. A violência implicada nesses processos deixava aos nativos poucas formas de resistência. Alguns, mesmo com a imposição da cultura cristã, mantinham certos costumes; outros não mediam esforços para fugir e retornar à sua aldeia. E há, ainda, aqueles que resistiam mais abertamente: quando cercados pelo homem branco, embrenhavam-se na floresta ou organizavam “correrias selvagens”. Nas “correrias”, assaltavam sítios e fazendas da região.

O índio, em sua necessidade de proteção, partia para a guerra defensiva, chegando aos olhos do branco por uma imagem de selvagem agressivo e indomável. O assalto à fazenda Monte Negro, ainda em 1768, ficou registrado como ocasião de mortes, roubo de ferramentas e roupas, efetivado por índios agressores. Esses episódios serviram de justificativa para as represálias empreendidas, as quais consistiam na organização de expedições de caçada ao gentio, para seu apresamento. (DITZEL; LAMB, 2016).

Foi matando e subjugando indígenas que José Félix da Silva construiu sua fortuna e posição política nos séculos XVIII e XIX. Detentor da patente de Sargento Mor, ordenou, em 1794, que seu Capitão do Mato Antônio Machado Ribeiro explorasse a região da bacia do rio Tibagi. Machadinho (como ficou conhecido) atravessou o Tibagi acima do rio Iapó e estabeleceu mais uma ocupação de terras. A região era território dos kaingangs – um dos povos que resistiu abertamente às expedições e instalações de fazendas em suas terras. Por essa razão, eram tidos como “bugres ferozes”, movidos por uma “vingança contra o homem branco que passava de geração em geração”. (FERNANDES, 1974).

Por seus préstimos às necessidades de colonização da Coroa, José Félix passou a ser Tenente-Coronel de Milícias, comandando ele mesmo novas expedições militares no Tibagi. Na companhia de aventureiros, descobriu diamantes no rio. Ainda mais rico, comprou, e também requereu, novas porções de terras. Nenhuma de suas fazendas tinha menos de 3 mil alqueires. Fazenda Guartelá, Caxambu, Santa Cruz, Vorá, Jaguariaíva e Fortaleza – juntas,

formavam uma sesmaria de mais de 20 mil alqueires. Ser poderoso, dono de terras e de escravos²³, no entanto, não lhe garantiu a felicidade. Foi na Fazenda Fortaleza, onde decidiu construir sua casa grande, que os dramas que inspiraram Davi Carneiro tiveram palco principal.

Casado desde 1781 com Onistarda Maria do Rosário, José Félix tinha na esposa uma inimiga. Acusou-a, inclusive, de ser a mandante de um atentado contra ele. Emboscado por alguns negros, Félix perdeu todos os dedos da mão esquerda e três da direita. Os ferimentos causados nas pernas também lhe deixaram coxo. Tendo sobrevivido, abriu um processo criminal contra a mulher, que foi condenada. Em 1808, porém, lavrou uma “Escritura de Perdão”, expiando o crime da esposa. Apesar de ser absolvida frente a justiça, Onistarda nunca foi realmente perdoada pelo marido, sendo mantida em cárcere privado. Coraiola (2003, p.29) registra que, além de ficar presa em um dos quartos da casa grande, ela era maltratada constantemente por Félix, ressentido pelo atentado e, também, por tê-la descoberto “impura” depois do casamento.

É difícil precisar quais fatos efetivamente aconteceram na Fazenda Fortaleza e quais ganharam “novas cores” ou foram inventados pela tradição oral da região. A questão é que o ódio existia tanto entre Félix, sua mulher e a filha, quanto entre o senhor e seus escravos – o que podia ser notado por quem observava de fora. Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que viajou pelo Brasil entre os anos de 1816 e 1822, esteve nas terras de Félix em 1820. O clima tenso dentro da Fazenda Fortaleza não passou despercebido em suas anotações:

Como o Sr. José Félix era também mau para os escravos, era por estes detestado tanto quanto pela mulher e a filha, e várias vezes eles quiseram assassiná-lo também. Este desgraçado chegou a tal ponto de desconfiança, que tinha sob chave suas menores provisões e fazia-lhe a barba o seu neto, de oito ou dez anos. (SAINT-HILAIRE *apud* FERNANDES, 1974, p.19).

José Félix vivia, enfim, constantemente em “estado de sítio”. Dentro de suas próprias terras, era odiado pela família e pelos escravos. Fora delas, caçava e defendia-se dos ataques dos kaingangs. O nome da Fazenda Fortaleza, inclusive, não é gratuito: ao construir a casa grande, ergueu, também, duas muralhas de taipa para intimidar e deter os “invasores selvagens”.

²³ Cacilda Machado (2008) afirma que, em 1817, José Félix da Silva tinha 92 escravos distribuídos por suas fazendas. Destes, faltam dados para determinar quantos eram índios, negros ou mestiços.

O confronto definitivo entre Félix e os indígenas, conhecido como a “chacina do Tibagi” aconteceu entre os últimos anos do século XVIII e início do XIX. Além do ódio e da violência costumeiros contra os kaingangs, o Tenente-Coronel teve um motivo a mais para investir ferozmente contra os silvícolas: vingança. Em um dos anos do período delimitado acima (os registros são imprecisos quanto às datas), José Félix recebeu o amigo Brígido Alvares na Fazenda Fortaleza. Alvares seguia rumo à atual cidade de Castro e recusou a escolta oferecida para seguir viagem. “No outro dia com uma flecha em cada olho, sua cabeça foi espetada num dos portões da Fazenda de José Félix.” (FERNANDES, 1974, p.19).

Imediatamente o Tenente-Coronel mandou chamar Antônio Machado Ribeiro e juntos organizaram uma represália. Um grupo de escravos-soldados foi arregimentado e, com Félix e Machadinho no comando, passaram a perseguir os kaingangs. Os índios acabaram encurralados num morrinho, 50 quilômetros longe da Fazenda Fortaleza. Sem possibilidade de fuga, foram assassinados ali mesmo. Ninguém foi poupado: homens, mulheres, crianças e idosos foram mortos com requintes de crueldade.

[...] era tal a quantidade de sangue que arfava dos corpos agonizantes, que o riozinho próximo ficou tingido de vermelho, e passou a chamar-se Rio das Mortandades; [...] centenas de cadáveres insepultos provocaram odor tão forte, que durante meses ninguém se atreveu a visitar as cercanias, pois chamaram para si enorme quantidade de feras, que se banquetearam com os corpos em decomposição. (CORAIOLA, 2003, p.28).

Vingada a morte do amigo Brígido Alvares – cuja vida, aparentemente, valia mais do que as de centenas de kaingangs – José Félix requereu as terras do morrinho e do rio empapado de sangue para si. Foi atendido. A região era conhecida como “a do rio do Alegre”, por isso, a fazenda foi nomeada de Monte Alegre. O Tenente Coronel continuou morando na casa grande da Fazenda Fortaleza, usando as pastagens do novo território para as invernadas²⁴.

Estava completa, enfim, a imensa sesmaria de José Félix. Com as novas conquistas, sua propriedade se estendia por mais de 100 mil alqueires. Além de sesmeiro, depois da descoberta de pedras preciosas no rio Tibagi, ele também virou “fiscal das minas de ouro e diamantes” da região. Tudo isso fazia com que o Tenente Coronel fosse visto como um homem muito rico, cercado de mistérios e avaro com sua fortuna. Alguns desses traços

²⁴ A invernada era uma das principais atividades econômicas dos Campos Gerais e consistia na engorda do gado durante o inverno. No entanto, com o crescimento do comércio pecuário, a invernagem passou a acontecer em todos os meses do ano, ocupando a maior parte das pastagens da região.

ficaram registrados nas anotações de Saint-Hilaire: José Félix era mutilado, estropiado e tinha uma barba de “meia polegada”. Ainda assim, mantinha olhos vivos e maneiras delicadas.

Não parti de [Fazenda] Fortaleza senão quatro dias depois de minha chegada; durante todo esse tempo seu proprietário teve comigo toda sorte de gentilezas [...]. Era um homem de espírito e bom senso; havia estudado em São Paulo e conversava muito bem; mas, notei que evitava falar de si, de seus negócios, do que lhe dizia respeito e mesmo de tudo o que se relacionava com a região. Falávamos da França e do Rio de Janeiro. (SAINT-HILAIRE *apud* FERNANDES, 1974, p.19).

Certamente, a morte de tal figura controversa também não poderia ficar sem seus mistérios. A tradição oral da região relata que, pouco antes de morrer, José Félix saiu da fazenda com um velho escravo e um cargueiro carregado para enterrar seu “fabuloso tesouro”. No dia seguinte, retornou sozinho – apagando a única pista sobre onde sua fortuna poderia estar. Logo depois, morreu. “Consta que sua mulher, libertada da cela pela filha, veio até a sala onde estava o corpo, puxou o lençol que lhe cobria o rosto e escarrou-lhe nas faces [...]” (FERNANDES, 1974, p.20).

Se Onistarda cuspiu no rosto do marido morto, ou aclamou “Graças a Deus²⁵” quando soube da notícia, é impossível afirmar. O único dado registrado é a data de sua morte: 27 de abril de 1822. O corpo foi velado na capela da Fazenda Fortaleza e sepultado na atual cidade de Castro. A história do tesouro enterrado, no entanto, ganhou vigor e ultrapassou o sepulcro do Tenente Coronel. Entre a população rural da Fazenda Monte Alegre, era comum ter compadres e conhecidos que vasculhavam regiões mal-assombradas atrás de panelas de barro cheias de ouro.

A lenda do tesouro perdido de José Félix ilustra a maneira como esse passado, anterior a instalação da Klabin, tinha suas próprias memórias, tradições e culturas. E, mesmo que sufocadas pelo projeto colonizador que viria junto ao desenvolvimento industrial da Fazenda Monte Alegre, elas resistiam entre a camada de trabalhadores regionais e pequenos produtores rurais. É o que Thompson (2015) também demonstra ao estudar os costumes da cultura dos trabalhadores ingleses nos séculos XVIII e XIX. Para ele, a cultura não é só um sistema de atitudes, valores, significados compartilhados e formas simbólicas, mas um campo de trocas e de diferentes recursos. Escrito e oral; dominantes e subordinados; aldeia e metrópole – a cultura é uma “arena de elementos conflitivos” que só assumem a forma de um

²⁵ A informação de que Onistarda teria gritado “Graças a Deus” quando soube do falecimento do marido está no site da Prefeitura de Tibagi. O texto também afirma que da entrada no cárcere privado até a morte de seu carcereiro, a mulher de José Félix amargou 13 longos anos.

sistema quando pressionados pelo nacionalismo, pela religião, pela consciência de classe ou por outra “força imperiosa”. Dessa maneira, a cultura plebeia dos ingleses dos anos 1700 e 1800 não se autodefinia como popular, tampouco era independente de influências externas. Ela só passou a tomar contornos demarcados quando confrontada com a cultura da *gentry*²⁶.

É assim que também vemos a cultura pré-industrial da Fazenda Monte Alegre, que só assumiu a forma de cultura popular – ou “cabocla”, como Fernandes (1974) gosta de se referir – quando confrontada com os limites e controles impostos pelo projeto das Indústrias Klabin do Paraná. Isso não quer dizer que a hegemonia da “nova cultura industrial” tenha silenciado os costumes da população regional e rural da bacia do Tibagi. Pelo contrário, como Thompson (2015) observa, nesses casos, a cultura da plebe, apesar de conservadora, tende a assumir um papel “rebelde”, resistindo às racionalizações e inovações da economia impostas por governantes, comerciantes ou empregadores. Isso explica a caça ao ouro e aos diamantes de José Félix que cruzou os séculos XIX e XX; explica também a insistência da população regional com o garimpo, pois cresceram ouvindo histórias sobre as infinitas riquezas que afluíam no rio Tibagi. Por exemplo: na década de 1960 (ou seja, mais de 200 anos depois da descoberta das pedras preciosas) e com a fábrica de papel em plena operação, a Klabin enfrentava problemas com rachaduras no teto que abrigava uma de suas máquinas. Os engenheiros, então, providenciaram um revestimento de tinta isolante e uma camada grossa de cascalho, isolando-a do calor. Mal acabada a obra, operários começaram a subir na estrutura e, com bateias, garimpavam as pedrinhas. Na hora do expediente. Apesar da infração, viraram motivo de galhofa do pessoal da engenharia: por saberem que o cascalho vinha de um dos ribeirões da bacia do Tibagi, correram tentar a sorte e fazer fortuna ali mesmo.

Outras dessas histórias que se relacionam com a cultura “cabocla” dos operários serão abordadas com maior profundidade nos capítulos subsequentes. No entanto, ao também trazer essa discussão junto ao passado pré-industrial da Fazenda Monte Alegre, queremos reforçar a existência de costumes e memórias que se formaram nos séculos anteriores à vinda da indústria. A origem indígena, a história tropeira, a sesmaria de José Félix; tudo isso construiu lembranças, identidades e lugares. Os operários regionais de base que trabalharam na fábrica e que povoaram a *company town* foram os mesmos que descenderam dos kaingangs perseguidos e dos escravos maltratados nas fazendas, que perpetuaram as lendas e as assombrações do Morro dos Bugres, do rio das Mortandades e da casa grande da Fortaleza;

²⁶ A *gentry* inglesa do século XVIII representava um grupo social distinto da nobreza. “Dona de cerca da metade das terras do país, a *gentry* determinava os padrões de poder local como juizes de paz e responsáveis pelas milícias.” (THOMPSON, 2015, p.16).

que plantavam e criavam algum gado como posseiros na área que seria comprada pelas IKPC. Certamente, o choque entre a vida pré-industrial e aquela que seria o modelo na *company town* não foi pequeno. E tampouco gerou uma transição natural de culturas e identidades. Ao destacar o projeto das Indústrias Klabin do Paraná como uma instituição total, é justamente sobre esse processo que queremos refletir.

Porém, antes de nos dedicarmos a tal tarefa, precisamos concluir a trajetória da sesmaria de José Félix; bem como a chegada dos Klabin e seu *nomos* colonizador. Para tanto, retomemos da morte do Tenente Coronel em abril de 1822. Depois do falecimento, seu legado foi transferido para seus herdeiros. Quando o neto, Manoel Inácio, ficou responsável pelas terras, resolveu fazer uma nova casa grande – talvez para fugir das más impressões e fantasmas da Fortaleza. A nova sede escolhida foi Monte Alegre e, de lá, Inácio manteve o latifúndio do avô exatamente nas mesmas medidas.

Quando Manoel Inácio morreu, a herança passou para as mãos de seu genro, Bonifácio José Batista. Casado com Ana Luiza do Canto e Silva, Batista tinha importante posição militar e política. Tanto é que, em 1886, recebeu do Imperador Dom Pedro II o título de Barão de Monte Carmelo. De acordo com Fernandes (1974), o Barão e a família também moraram na casa grande de Monte Alegre – pelo menos até os últimos anos de 1880, quando se mudaram para São Paulo. Com sua morte, em 21 de abril de 1897, as terras da fazenda passaram para seus descendentes.

Quase trinta anos depois da morte de Carmelo, a Fazenda Monte Alegre voltaria a receber visitantes e “desbravadores”. Em 1926, “um francês veio ter à fazenda” e propôs aos seis herdeiros do Barão a formação de uma sociedade anônima, a Companhia Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro Monte Alegre. De posse de um laudo que avaliava as terras em 30 mil contos, o plano do francês era explorar os minérios e a madeira do território, construir uma estrada de ferro e incentivar a agricultura e a colonização. “[...] como conheceu os herdeiros e captou-lhes a confiança, são fatos até hoje não explicados. O certo é que integralizou o capital com apenas 250 contos que possuía, e transformou o total em 1.200.000 ações.” (FERNANDES, 1974, p.21).

Com o acordo fechado e a Companhia Agrícola formada, o francês, cujo nome se desconhece, voltou à Europa para negociar. E, pelo sucesso que teve nas vendas, podemos presumir que nascera para isso – não só comercializou a pequena porcentagem das ações que lhe cabia, como comprou (e com lucro) as demais ações dos herdeiros.

Partindo da avaliação das terras (que realmente não correspondia a seu valor verdadeiro) foram feitas especulações inacreditáveis na Europa e nas Américas. Nelas entraram comissões de engenheiros alemães, um sindicato alemão presidido por um duque, uma companhia de mineração mexicana, uma imobiliária francesa, várias firmas paranaenses e a ‘Tibagy Diamond and Gold Mines Cy Ltd’, de Londres, cujos acionistas esperavam receber lucros de 3.600 quilates de diamantes, após seis meses de instalação da maquinaria. (FERNANDES, 1974, p.21).

Manejando habilmente as especulações financeiras, a Companhia Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro Monte Alegre levantou empréstimos em bancos internacionais e a quantia de 4 mil contos junto ao Banco do Estado do Paraná. Assim, passou a financiar missões de exploração na fazenda. Técnicos estrangeiros vieram à região e produziram relatórios promissores, principalmente com relação à madeira. Calcularam que haveria 9 milhões de metros cúbicos de madeira de pinho – sendo que desse montante, 70% das árvores estavam maduras para o corte. Além dos pinheirais, chamaram atenção para a existência de outras vegetações: canela preta e amarela, carvalho, peroba, sapucaia, figueira, marmelo bravo, pitangueira etc. Outra missão, batizada de Himmelsbach, trouxe estrangeiros para avaliar o potencial industrial de Monte Alegre. As sugestões também giraram em torno da madeira: serrarias; fábrica de caixas, ripas e caixotes; fábrica de fósforos, postes e carvão; fábrica de fibra de madeira, painéis e tabuados; fábrica de papelão, papel e celulose.

Uma estrutura bastante provisória foi erguida na fazenda. Uma estrada de 42 km para o núcleo do município de Tibagi foi aberta; uma balsa foi colocada no rio Tibagi; um casarão de madeira e mais duas pequenas residências foram construídas próximas às ruínas da antiga casa grande de Manoel Inácio; uma ligação telefônica com Tibagi foi instalada; além de voltarem às internadas e à criação de gado. Por fim, os primeiros estudos sobre a construção de uma estrada de ferro que conectasse Monte Alegre a São Paulo também foram esboçados.

Coraiola (2003, p.31) destaca que o processo de instalação da companhia na fazenda, ainda que precário, gerou conflitos com a população rural da área, provavelmente formada por posseiros (muitos até descendentes dos trabalhadores e escravos da sesmária de José Félix) e por indígenas que ainda circulavam na região. Os confrontos eram armados, e os posseiros e índios mortos eram enterrados por ali mesmo. “[...] antigos moradores revelam que muitos anos depois, já na época da implantação da fábrica e das vilas, foi removido um cemitério de índios e posseiros mortos pelos capangas da empresa exploradora.” O resultado: mais maldições e assombrações pairando sobre Monte Alegre.

Talvez pela ocupação pouco auspiciosa da fazenda, a Companhia Agrícola nunca achou os minérios e os 3.600 quilates de diamantes dos acionistas londrinos. O dinheiro dos empréstimos estava terminando e o retorno financeiro estava a milhas do esperado. Começava

a ruir, enfim, o talento especulativo inaugurado com o francês. Em 1931, um dos credores requereu a primeira falência: “foi um escândalo. Os diretores contrataram os melhores advogados do Paraná e o Supremo Tribunal lhes deu ganho de causa, declarando nulo os títulos protestados.” (FERNANDES, 1974, p.22). Na segunda declaração de falência, levada a cabo em 1932 pelo Banco do Estado do Paraná, a companhia já não tinha mais o que fazer – até os melhores advogados agora se recusavam a defendê-la. Eles também não tinham sido pagos.

A massa falida – que consistia basicamente nas terras da Fazenda Monte Alegre, pois as melhorias foram irrisórias – foi a leilão. O próprio Banco do Estado arrematou-a, ressarcindo o empréstimo de 4 mil contos que fizera à Companhia Agrícola. O plano do banco era ele mesmo promover um novo leilão e colocar as terras a venda. Enquanto isso não acontecia, Alcebíades Marques, um fazendeiro de Castro, recebeu a incumbência do interventor Manoel Ribas de administrar o que havia sobrado das instalações da companhia, principalmente do gado e das invernadas. Marques foi morar no casarão de madeira próximo à casa grande. Quando precisava, usava a instalação telefônica para se comunicar com Tibagi. Foi assim que recebeu o aviso de que um visitante ilustre, de uma família de industriais paulistas, chegaria em poucos dias à Monte Alegre. Seu nome era Samuel Klabin e havia intenção de compra.

Wolff Klabin tinha levado a sério a proposta do velho amigo Manoel Ribas, e o destino daquelas terras estava prestes a mudar. O *nomos* dos pinheirais começava a se desenhar.

2.1 A FAMÍLIA KLABIN

A origem da família Klabin está na Lituânia – país que, ao longo de sua história, passou por diversas ocupações. Do Grão-Ducado da Lituânia do século XIII até a retomada de sua independência no século XX, os lituanos fizeram parte da Polônia, foram invadidos pela Alemanha e anexados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A estabilidade só veio com a queda do regime soviético e o seu reconhecimento como um Estado independente no início da década de 1990.

Os primeiros registros da presença judaica no país datam de 1321 e, de acordo com Cornelia Rabitz (2013), durante o governo de Vytautas, no final do século XIV, os judeus passaram a ter direitos próprios e privilégios. Esse tratamento específico continuaria por

muito tempo. Em 1529, ganharam a liberdade de ir e vir dentro do território, além da possibilidade de trabalhar. Mais tarde, tiveram permissão oficial para comprar casas, emprestar dinheiro e estabelecer negócios próprios. “Em pouco tempo, controlavam atividades econômicas importantes, como o comércio exterior, a agricultura e a arrecadação de impostos. No entanto, essas prerrogativas foram perdidas em 1625”. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.33).

O procedimento de dar e retirar direitos e privilégios do povo judaico ainda prosseguiria – no entanto, um fato permaneceu intocável: sua classificação enquanto *judeus*. Hannah Arendt (2015) aponta os séculos XV e XVI como decisivos nas relações entre judeus e gentios. Esses relacionamentos, fragilizados pela indiferença crescente do povo judaico quanto às condições e eventos do mundo exterior, desencadearam na transformação do judaísmo em um sistema fechado de pensamento.

Foi por essa época que os judeus, sem qualquer interferência externa, começaram a pensar que a ‘diferença entre o povo judeu e as nações era, fundamentalmente, não de credo, mas de natureza interior’, e que a antiga dicotomia entre judeus e gentios ‘provinha mais provavelmente de origem étnica do que de discordância doutrinária’. Essa mudança na avaliação do caráter diferente do povo judeu – que só surgiu entre os não judeus muito mais tarde, na Era do Esclarecimento – constituiu certamente a condição *sine qua non* do nascimento do antissemitismo [...]. (ARENDT, 2015, p.17-18).

Arendt (2015) chama atenção para a maneira como a autointerpretação judaica de sua diferença fez nascer o antissemitismo, numa época em que a cristandade europeia se fragmentava em grupos étnicos, os quais, mais tarde, formariam o sistema de Estados-nações. Dessa maneira, os judeus se tornaram um elemento intereuropeu e não nacional. Não possuíam território e nem Estado próprios, dependendo da proteção de autoridades não judaicas para garantir sua existência física.

Essa existência “à parte” não encaixava o povo judaico em nenhuma classe. Enquanto grupo, não eram trabalhadores, camponeses, latifundiários e tampouco gente da classe média. E foi justamente essa indefinição que fez dos judeus da Europa oriental (e da Lituânia, conseqüentemente) alvos do ódio popular. “Ali, devido à incapacidade dos governos de resolver a questão de terras e de criar no Estado-nação o mínimo de igualdade através da libertação dos camponeses, a aristocracia ainda feudal pôde não apenas manter seu domínio político, mas também evitar o surgimento de uma classe média”. (ARENDT, 2015, p.58). Os judeus, que eram numerosos e, na sua maioria, comerciantes e donos de lojas, pareciam ocupar o espaço da classe média, situando-se entre os latifundiários e os camponeses. Mas só

pareciam – pois suas atividades eram dispersas, ineficazes e muito aquém do modelo capitalista industrial. Tornaram-se, então, obstáculos à capitalização e à industrialização.

Assim, os interesses judaicos eram tidos como conflitantes com aqueles setores da população dos quais poderia normalmente ter surgido uma classe média. Os governos, por outro lado, numa ambivalência insensata, tentavam tibiamente encorajar uma classe média, mas sem pressionar ou enfraquecer a nobreza e os latifundiários. A única tentativa séria que fizeram foi a liquidação econômica dos judeus – em parte como concessão à opinião pública, e em parte porque os judeus realmente ainda representavam um elemento que sobreviveu à antiga ordem feudal. (ARENDT, 2015, p.59).

O ódio aos judeus na Europa oriental era, portanto, diferente daquele que emergiria nos estados ocidentais e que culminaria com o antissemitismo usado pelo nazismo no século XX. Até por isso, Arendt (2015) não se detém na análise de países como a Polônia e a Romênia. Mas essa pequena incursão ao ambiente dos judeus no leste europeu serve para melhor situarmos a origem dos Klabin na Lituânia – cujo marco é o nascimento de Maurício Klabin, em 10 de março 1860 na “cidadezinha judia” de Poselvja. De acordo com Cony e Lamarão (2001), era comum que as comunidades judaicas lituanas não formassem guetos fechados, mas aldeias e vilas pequenas, onde podiam cultivar seus cultos e tradições. Em Poselvja:

As casas eram de troncos de madeira e tinham telhados de palha pontudos. As ruas eram calçadas de tábuas. Na praça da sinagoga, também constituída de troncos de árvores, ficava o poço no qual a cidade se abastecia de água. Ao lado da sinagoga, o *mikvah*, o banho ritual. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.35).

Aos judeus era vetada a posse de terras, por isso, dedicavam-se ao pequeno comércio agrícola – comprando a produção dos camponeses lituanos e revendendo-as. Poselvja, por ser um reduto judaico, tinha o direito de se autogovernar por meio de um prefeito, o *staroste*, escolhido entre a população da própria cidade. Após a eleição, o *staroste* era instituído pelo governo russo, devendo prestar contas, cobrar impostos e organizar o serviço militar e policial.

O prefeito de Poselvja, em 1880, era Leon Klabin, pai de Maurício. Ele e a esposa Sara tinham um empório dentro da própria casa, onde vendiam farinha, cereais, chucrute, arenque, doces, ferramentas agrícolas, tecidos e outros materiais. Dos 11 filhos que tiveram, seis morreram. Maurício, o mais velho, fazia companhia aos irmãos Luís, Hessel e Salomão, e à irmã Nessel.

Segundo Cony e Lamarão (2001), Maurício era o mais dedicado e ambicioso dos irmãos. Conhecedor do Talmud e dos altos estudos hebraicos, tornou-se rabino em Poselvjá; além de aprender a língua russa (nessa época a Lituânia fazia parte da Rússia) e trabalhar como escrivão com o pai. “Dotado de liderança e profundo apego à liberdade individual, quando tinha aproximadamente 23 anos Maurício decidiu comprar um terreno coberto por uma densa floresta, pensando em aproveitar a madeira para a produção de lenha”. (CONY; LAMARÃO, 2001). Os proprietários do terreno, precisados do dinheiro, aceitaram vendê-lo a um judeu. Porém, o ambiente de ódio latente da Europa oriental “não deu este ponto sem nó”: após a conclusão do negócio, os próprios vendedores denunciaram o crime de Maurício – já que era proibida a posse de terras ao povo judaico. Para não ser preso, fugiu com alguns trocados e uma trouxa de roupas, cruzando a pé a fronteira lituana com a Polônia. De lá, partiu para a Inglaterra.

As expectativas de Maurício com relação ao país inglês eram as melhores. Logo ao desembarcar em Londres, resolveu adotar um segundo sobrenome: *Freeman* – pois era exatamente isso que gostaria de ser, um “homem livre”. A inclusão, no entanto, não lhe deu sorte; e não demorou muito para que se frustrasse com a Inglaterra vitoriana. No final do século XIX, o país vivia o auge do imperialismo britânico e sua política colonial, a industrialização caminhava a passos largos, e a classe burguesa estava, enfim, consolidada. O alto crescimento econômico foi acompanhado por um também alto crescimento populacional, quase duplicando seus índices num espaço de 50 anos. Ou seja, havia muita gente (e muita mão-de-obra) em Londres, e Maurício custou a se estabelecer. Quando aprendeu a falar um pouco de inglês, pôde deixar os pequenos bicos, alugar uma carreta e passar a revender mercadorias.

Sem perspectiva na Inglaterra, ele se interessou por um anúncio publicado em um jornal londrino: uma passagem de graça para quem quisesse trabalhar na lavoura no Brasil. Nessa época, a economia brasileira era baseada na produção e na exportação do café – e, com a abolição definitiva da escravidão em 1888, a alternativa do governo e dos grandes fazendeiros foi atrair a força de trabalho dos imigrantes. Uma das propagandas mais eficientes era justamente a que chamou atenção de Maurício: a passagem gratuita de navio. Entre o final do século XIX e a metade do XX, quatro milhões de estrangeiros entraram no Brasil. Entre eles, o “pioneiro” dos Klabin.

Para tentar a sorte na América do Sul, Maurício vendeu tudo o que tinha acumulado com seu trabalho em Londres, investindo em 20 quilos de tabaco, papel e ferramentas para fazer cigarros. No bolso, sobraram-lhe 19 libras esterlinas. Viajando de terceira classe,

amargou três longos meses no navio até desembarcar no porto de Santos (SP) em 1889. Assustado com os rumores de uma epidemia de febre amarela, decidiu se estabelecer em São Paulo. A capital paulista, nos últimos anos do século XIX, vivia um período de efervescência. Enriquecidas pela economia cafeeira, as elites do estado deixavam suas fazendas no interior para se instalar na cidade. Detentoras de poder político estadual e nacional, davam vazão às suas aspirações de modernidade, promovendo remodelações no espaço urbano e adaptando-o aos seus ideários. “Essa transformação gerou uma São Paulo que exibiu, na organização dos espaços e na forma de ocupação da cena urbana, toda a complexidade de um crescimento extremamente brusco e veloz, todos os conflitos sociais que a atravessam e toda a diversidade de sua população.” (SCHPUN, 2007, p.90).

Foi na São Paulo dos bondes elétricos e da explosão demográfica que Maurício encontrou, enfim, a oportunidade de ser um *Freeman*.

Quando chegou a São Paulo, ainda possuía nove libras esterlinas, reservadas para uma emergência, e os 20 quilos de tabaco, seu bem mais precioso. Na capital paulista, logo tratou de localizar outros judeus. [...] Elias Elbas, o líder da comunidade sefardita local, ajudou-o a se ambientar na cidade. Maurício alugou um quartinho de fundo de quintal e arrumou-se do melhor jeito que pôde. Imediatamente começou a fazer cigarros e a vendê-los nos mais diferentes estabelecimentos comerciais. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.40).

Coincidência do destino, o que fez do cigarro de Maurício um sucesso não foi o tabaco, mas o papel usado para enrolá-lo. No Brasil, era comum usar a palha – o papel era reservado aos cigarros importados e, por isso, bem mais caros. Em sua venda de porta em porta, encontrou uma papelaria e tipografia na avenida São João, número 63. Os proprietários, um casal idoso e sem filhos, aceitaram que vendesse seus cigarros ali, bem como aprendesse o ofício da tipografia.

Assim que acabou seu primeiro estoque de tabaco, Maurício mandou vir mais da Inglaterra. Porém, pouco a pouco, convencia-se de que o ramo da papelaria e do material de escritório era mais interessante e lucrativo. Como não havia produção nacional, toda a demanda precisava ser suprida pela importação. Foi assim que vislumbrou, pela primeira vez, o nicho que enriqueceria sua família. Afeiçoados a Maurício, os donos da tipografia ofereceram sociedade ao imigrante judeu – e, com a morte do casal, ele se tornou o único proprietário. “Estabelecido nessa atividade, passou a ganhar e a economizar dinheiro. Alugou parte de um casarão na travessa dos Carmelitas e mobiliou-o com o indispensável. A essa altura, meados da década de 1890, como estava com quase 35 anos, resolveu casar-se”. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.41).

Fiel aos costumes judaicos, escreveu aos seus pais na Lituânia pedindo-lhes que procurassem uma esposa. A moça escolhida foi Bertha Osband, de Revitza, na Rússia. Bertha, então, passou a trocar cartas e fotografias com Maurício e o casamento foi acertado. Em 1894, ela veio ao Brasil – bem como parte da família dos Klabin. Leon, Sara, Nessel e Hessel deixaram a Lituânia para viver todos juntos no casarão que Maurício alugara. O casamento, em 1 de outubro de 1895, reuniu grande parte da comunidade judaica paulista, pois, a essa altura, Maurício já tinha “prestígio e autoridade” junto aos judeus, atuando inclusive como rabino.

Nos anos finais do século XIX e no começo do século seguinte, o casal teve quatro filhos: Mina, Jenny, Luiza e Emmanuel. “À primeira leva de familiares de Maurício trazida para o Brasil sucederam-se outras, de tal modo que, ao cabo de dez anos, grande parte de seus parentes – pais, irmãos, tios e primos – estava residindo em São Paulo e envolvida, desta ou daquela maneira, em seus negócios empresariais”. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.42). Dessa forma, os irmãos Salomão e Luís vieram completar o núcleo familiar central. Além disso, parte dos tios paternos de Maurício (que não assinavam o sobrenome Klabin, mas Lafer) também imigraram para a capital paulista: Salmen Lafer (com sua mulher e filhos); e Miguel e Max Lafer (primos de Maurício, filhos do tio Abraão Jacob Lafer).

Os negócios de Maurício cresceram. Em poucos anos a papelaria e a tipografia passaram a dividir espaço com a produção de livros em branco, utilizados em bancos, repartições públicas e pelo próprio comércio. Também eram vendidos papelão, artigos para escritório, mata-borrão, papel para escrever e papel de seda. Grande parte da mercadoria vinha de fora – transformando o empreendimento em uma firma importadora especializada. Com a família envolvida na empresa, criou-se uma sociedade anônima em 1899, a Klabin Irmãos & Cia (KIC). O capital inicial era de 80 contos de réis. Encabeçavam a sociedade os três irmãos Maurício, Salomão e Hessel, e o primo Miguel Lafer, agora casado com a irmã Nessel. Os estatutos da associação garantiam a Maurício a liderança, além de abrir-lhe a prerrogativa de dedicar-se a outros negócios que não os da KIC. Nenhum outro membro tinha esse direito.

O fato é que a firma dependia excessivamente das importações – e, se ela quisesse crescer e lucrar mais, precisaria produzir. Ou seja, era necessário fabricar o próprio papel em escala industrial, algo ainda inusitado no Brasil do final do século XIX.

A produção de papel no país começara em 1808, com a vinda do Príncipe Regente Dom João e da Imprensa Régia. Ao longo dos anos, as tentativas de se fazer um papel de qualidade se espalharam pelo país, pequenas indústrias foram instaladas na Bahia e no Rio de

Janeiro. O problema, no entanto, era a matéria-prima: fibras de bananeira, trapos, papel velho – nenhum desses era capaz de fabricar um papel bom o suficiente para concorrer com os que vinham de fora. Além disso, o maquinário ainda era caro e inteiramente importado.

Somente em 1883 os brasileiros contariam com uma indústria papaleira bem equipada e com porte significativo – a Companhia Melhoramentos de São Paulo, fundada por Antônio Rodovalho. Empregando 230 funcionários, na última década do século XIX já era capaz de produzir duas mil toneladas anuais. Na mesma época, em Itu (SP), outro empreendimento do ramo despontava. A Fábrica de Papel Paulista, dos Irmãos Melchert, produzia papel de embrulho e de escritório. 44 operários faziam parte do seu quadro. Pequena em relação à Companhia Melhoramentos, a Papel Paulista foi arrendada pela Klabin Irmãos & Cia em 1903.

Como era muito caro importar celulose, a solução foi seguir a rotina, fabricando papel de trapos. O produto resultante – papel de embrulho de má qualidade, mas vendável – era enviado para o depósito da empresa, situado numa travessa da avenida Tiradentes, no centro de São Paulo. A loja funcionava na rua Boa Vista. No primeiro ano de atividade dos Klabin na fábrica dos Irmãos Melchert, a produção foi de 700 toneladas. Além de papel de embrulho, a companhia também produzia livros-caixa. A mão-de-obra empregada não ia além de 40 operários. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.45).

A fabriqueta de 40 operários, no entanto, ainda era pouco para Maurício. Sua ambição era fundar, em solo brasileiro, uma indústria tão moderna e produtiva quanto às da Europa. Para tanto, viajou à Inglaterra, à Alemanha e à Suíça. Alternando sua moradia entre o Brasil e o continente europeu, ele procurava o *know how* do ramo, comprando equipamentos e contratando técnicos. Ainda na primeira década do século XX, a KIC fundou sua primeira fábrica em Ponte Grande, no bairro de Santana, em São Paulo. O prédio ficava às margens do rio Tietê e, a partir de 1909, começou a operar. Com a concessão para produzir papel jornal, os Klabin usavam celulose importada e, também, trapos, aparas e outros materiais. Ou seja, a fabricação de papel já era viável, a de celulose, ainda não.

Foi pensando na celulose que a Klabin Irmãos & Cia fundou mais uma sociedade anônima, a Companhia Fabricadora de Papel (CFP) – contando, agora, com membros que não eram da família. A CFP foi instituída em 3 de junho de 1909, em São Paulo. Os acionistas majoritários continuavam sendo os Klabin: Maurício, Salomão, Hessel, Miguel Lafer e a própria KIC contabilizam 12 mil ações, as restantes foram distribuídas por 25 pessoas. Entre os nomes que não se relacionavam diretamente com a família estavam: Octávio Mendes, Alberto C. Mezza, J. Zucchi & Irmãos, I. Zlatopolsky, J. Gomes Pereira Lima, Gabriel Vilela

Andrade, José Zucchi, João Paulo da Veiga Torres, Lazar Grumbach e Wolff Kadischevitz (nessa época, Wolff ainda não assinava o sobrenome Klabin. Ele era sobrinho de Miguel Lafer). Segundos seus estatutos, os objetivos da Companhia eram explorar a fabricação de celulose, de papel, de papelão e outros congêneres. A diretoria ficou a cargo de Maurício, Hessel, Salomão, Miguel Lafer e José Zucchi.

Além das indústrias de Ponte Grande e Itu, a KIC ainda mantinha uma oficina gráfica que produzia cadernos escolares, livros em branco, envelopes, sacos de papel e outros itens de papeleria. Paralelamente, Maurício fazia tentativas de encontrar fibras de qualidade em palmeiras, capins e eucaliptos. O sonho da Companhia Fabricadora de Papel com a produção de celulose equiparada à importada, porém, ainda estava longe de se concretizar.

Foi também nas primeiras décadas do século XX que Maurício se interessou pelo sionismo²⁷. Durante suas estadias na Europa, conheceu e se engajou ao movimento, tornando-se o representante da organização no Brasil. De acordo com Cony e Lamarão (2001), ele foi o “primeiro sionista do Brasil”, sendo responsável por sua introdução na colônia judaica de São Paulo. “Outra preocupação sempre presente foi com a ajuda aos necessitados, contribuindo para a criação de sociedades assistenciais”. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.49). Maurício foi um dos fundadores da Congregação Israelita Asknazi e o doador do terreno onde foi instalado o Cemitério Israelita de Vila Mariana. Sua esposa, Bertha, também se envolvia em ações filantrópicas, sendo a primeira presidente da Sociedade Beneficente das Damas Israelitas, cujo objetivo era auxiliar famílias necessitadas. Nessa sociedade, outras mulheres da família se engajaram, como Nessel, irmã de Maurício.

É importante destacar que, apesar desses primeiros envolvimento com o assistencialismo serem voltados para a comunidade judaica, o “sentimento beneficente” dos Klabin se desenvolveria, culminando com um completo projeto paternalista aplicado junto aos operários da Fazenda Monte Alegre. Com objetivos bem demarcados, a fábrica não só fornecia moradias, escolas, um básico sistema de saúde e lazer – ela também se envolvia no planejamento familiar e na moralização de seus trabalhadores. Esse “estado de bem-estar social”²⁸ se tornou a pedra angular do funcionamento da *company town* e será tratado com

²⁷ De acordo com Milgram (2009), o sionismo emergiu entre a comunidade judaica no final do século XIX, e seu catalisador foi a “erupção” do antissemitismo moderno na Europa. Entre outras propostas, os sionistas defendiam a construção de um Estado judeu próprio.

²⁸ Optamos por grafar estado de bem-estar social entre aspas porque, apesar de ser aplicado pelas Indústrias Klabin em sua *company town*, os industriais não se referiam a seu programa de bem-estar com essa denominação. Cony e Lamarão (2001) falam em “serviço social” ou em “serviço assistencial” – mas nunca se referindo diretamente a um *welfare state*. Mesmo que a KIC não nomeasse suas ações, suas intenções se encaixavam no projeto de paternalismo e bem-estar social delimitado por Borges e Torres (2012, p.2) quando

maior profundidade no decorrer dos próximos capítulos. O fundamental a frisar neste momento é que, desde seu fundador, Maurício, os Klabin se dedicaram, de alguma forma, ao assistencialismo e a filantropia.

Mas retomemos a trajetória da KIC. Os anos iniciais do século XX foram realmente essenciais nos rumos que a sociedade tomaria pelos anos seguintes. Industriais de porte médio, precisavam ampliar sua rede de distribuição, enviando vendedores para diferentes estados do país. Foi assim que Wolff começou a consolidar sua posição na família. Sobrinho por parte de mãe de Miguel Lafer, Wolff foi aumentando sua importância dentro da sociedade aos poucos – já que vinha quase como um Klabin de segundo grau. Em 1915, satisfeita com o trabalho do sobrinho distante, a diretoria decidiu por estabelecer Wolff no Rio Grande do Sul, apostando no estado como um excelente mercado consumidor. Para sua sorte, as conjunturas do contexto brasileiro estavam mudando, e a “queda de braço” entre o papel importado e o papel nacional começava a pender para o lado deste.

Desde o princípio do século XX, o mercado brasileiro de papel crescia, mas ainda tinha sérias dependências de matéria-prima. Para se ter uma ideia, nesta época, quase todo o papel imprensa consumido no país vinha de fora. Além disso, o baixo direito aduaneiro sobre os papéis da Suécia e da Noruega deixavam a concorrência desleal. Ou seja, o crescimento da fabricação papeleira em solo nacional resumia-se, basicamente, ao papel de embrulho. Porém, com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as importações ficaram comprometidas, as principais vias marítimas sofreram bloqueio; era a oportunidade de ouro para as indústrias brasileiras se consolidarem no mercado interno.

As fábricas de papel passaram a produzir e a vender como nunca – mesmo sem a qualidade das indústrias estrangeiras. Faltava papel imprensa na praça, e os produtos que resistiram na importação se tornaram caríssimos.

Em 1918, havia no país 14 fábricas de papel em operação e três em construção. Cinco das 14 em funcionamento possuíam instalações bem equipadas, com duas a quatro máquinas por estabelecimento, destacando-se as da Companhia Melhoramentos de São Paulo, a maior do país, e as da Companhia Fabricadora de Papel. Apesar das dificuldades, a fábrica dos Klabin se expandia, tendo

conceituam as *company towns*. Para eles, mesmo que os contextos e algumas características mudem, toda cidade-empresa carrega consigo relações de poder, hierarquias sócio-ocupacionais, relações étnicas, raciais e de gênero. Por essa razão, classificam-nas como “the forefront of urban experimentation; prime sites of paternalism and welfare state practices”. Paternalismo e estado de bem-estar social: esses eram os preços que as empresas estavam dispostas a pagar para criar uma força de trabalho estável e confiável. Wolff Klabin, um dos expoentes da KIC, tinha como visão pessoal que a “assistência social” promovida pela empresa objetivava criar uma mentalidade industrial no Brasil, onde o operário não fosse simplesmente um fabricante automatizado de bens, mas também um consumidor de bens.

experimentado sucessivas ampliações, durante e após a Primeira Guerra Mundial. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.60).

Wolff, aproveitando o momento, construiu uma carreira de sucesso como vendedor no estado gaúcho. Cony e Lamarão (2001) o comparam a um Relações Públicas, pois, além de vender, ele soube se relacionar com a alta sociedade de Porto Alegre. Era requisitado em jantares e festas, costurando relações sociais fundamentais para a KIC. Wolff conseguiu empréstimos para a matriz paulista e, ao invés de receber por comissão, passou a ganhar em ações, tornando-se um membro efetivo da sociedade.

Foi morando no Rio Grande do Sul que conheceu Manoel Ribas, então diretor da filial da Cooperativa de Consumo dos Empregados na Viação-Férrea, em Porto Alegre. Tornaram-se amigos e, entre as conversas, Wolff contava das dificuldades de se manter uma indústria de papel que trabalhava com matéria-prima importada. Essa informação seria crucial para Ribas quando se tornasse interventor do estado do Paraná, na década de 1930. Com uma fazenda improdutiva nas mãos e uma vasta floresta de pinheirais, ele saberia para quem oferecer aqueles muitos alqueires de terra.

Em 1920, Wolff voltou para São Paulo e a Klabin Irmãos & Cia enfrentava sua primeira ruptura – o fundador, Maurício, estava doente e cansado, e não queria mais participar diretamente da sociedade. Três anos depois, em 1923, ele morreu na Alemanha, vítima de um câncer no aparelho digestivo.

Coube, portanto, a Hessel, Salomão e ao primo Miguel continuarem os negócios da família. Esses, no entanto, não foram os protagonistas da nova era da KIC – o palco foi ocupado pela geração mais nova: Horácio Lafer (filho de Miguel) e Wolff Klabin (finalmente o sobrinho distante pôde assumir um posto de destaque e se tornar, em definitivo, da família).

A mecânica operacional da segunda geração, neles centrada, neles encontraria o leito natural. Não apenas as personalidades, apesar de distintas, conseguiam orientar-se para as tarefas que se complementavam, como também as respectivas formações – acadêmica, no caso de Horácio, experimental e de ponta, no caso de Wolff – correram paralelas e, ao final, foram as principais responsáveis pelos lances empresariais que tornariam as Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. (IKPC) uma das pioneiras do processo industrial brasileiro. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.69).

Wolff e Horácio foram criados como irmãos por Miguel Lafer. O sobrinho, que nascera em Vilna, na Lituânia, veio morar com o tio em São Paulo, em 1902, após a morte de seu pai. Wolff tinha apenas 10 anos, então, pôde conviver amplamente com o primo Horácio. Os dois desenvolveram personalidades bastante diferentes, como já pontuaram Cony e

Lamarão (2001). Wolff se aproximava mais do estereótipo do *selfmade man*, já que começara na KIC como um vendedor, tornando-se, com esforço, um dos sócios mais importantes. Já Horácio era um herdeiro nato dos pais e dos tios; bacharel em Direito, também teve a oportunidade de morar algum tempo na Alemanha, aprendendo sobre filosofia, finanças e economia. Desde os tempos da faculdade, envolveu-se diretamente com a política – passando de líder estudantil a assessor de Octávio Mangabeira, ministro das Relações Exteriores do governo Washington Luís (1926-1930).

A carreira política, no entanto, seria consolidada com sua atuação sindical patronal. Em 1931, foi criada a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e Horácio ocupou o cargo de segundo-secretário na entidade. Nos anos seguintes, a fundação da Conferência Industrial do Brasil (CIB) e, posteriormente, a da Confederação Nacional da Indústria (CNI) levaram Horácio Lafer à Assembleia Nacional Constituinte como representante de classe. “Em 1934, formado o Partido Constitucionalista, ingressou na nova agremiação, sendo eleito deputado federal por São Paulo, integrando as comissões de diplomacia e finanças.” (CONY; LAMARÃO, 2001, p.70). Com o início do Estado Novo de Getúlio Vargas, no final de 1937, o Congresso foi fechado e Horácio voltou a trabalhar com a família – mas sem romper com o interesse pela vida política. Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), ocupando, a partir daí, cargos cada vez mais importantes. Em 1945, foi eleito deputado federal por São Paulo; entre 1951 e 1953 foi Ministro da Fazenda do segundo governo Vargas; e, de 1959 a 1961 foi Ministro das Relações Exteriores durante a gestão de Juscelino Kubitschek.

Fica clara, portanto, a posição política relevante que Horácio Lafer teve durante quase três décadas. O período coincide, inclusive, com a compra da Fazenda Monte Alegre e a instalação da fábrica e da *company town* no Paraná. Seria ingenuidade pensar que os Klabin não tiraram proveito dessa relação – e isso fica cada vez mais claro quando analisamos o processo de aquisição, demarcação e instituição de um *nomos* nos tópicos seguintes. O próprio Horácio Lafer costumava se comportar como se fosse o “coronel” de Monte Alegre, andando pelo empreendimento da família fumando charuto, mandando e desmandando, cortando funcionários e finanças. Arthur Oscar Bodstein²⁹, que ocupou cargos importantes dentro da hierarquia fabril (como sub-chefe da contabilidade e gerente florestal), revela que, nos anos de 1940, costumavam se referir a Lafer como “pajé” ou “morubixaba”, “que são os chefes índios, porque em geral quando se tinha uma dificuldade grande, se sabia que quando o

²⁹ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em agosto de 1993, em Curitiba (PR).

Dr. Horácio Lafer entrava, com aquela firmeza que ele tinha decisões, a coisa se modificava e era a maneira dele.”

Alcione Santos Rebonato³⁰ também chegou à *company town* de Monte Alegre na década de 1940. Primeiro, trabalhou na cooperativa, responsável por vender os principais gêneros alimentícios para os moradores; depois, tornou-se funcionário do Almoxarifado. Entrevistado para o Centro de Documentação e Memória da Klabin, ele conta sobre suas impressões de Horácio Lafer:

Projeto Tempo e Memória (PTM): O Horácio Lafer, o senhor chegou a conhecer?

Alcione Santos Rebonato: Conheci, ele chegou no Almoxarifado, sentou na mesa...

PTM: Ele entrou lá no Almoxarifado? O senhor lembra quando, em que ano?

Alcione: Em 44, 45, por aí. Ele entrou no Almoxarifado, sentou-se à mesa, pôs as pernas em cima da mesa do meu chefe, falavam que ele tinha ciúme da mesa dele, e ele chegou lá e pôs as pernas, parece que ele fez de propósito. Fumando um charuto, um chapéuzão grande. O pezão lá em cima. E quem é que ia dar bronca? Ninguém. Ele era o Presidente, que era o peixe do Getúlio Vargas, eram como irmãos os dois. Eu tenho até fotografia do Getúlio Vargas. Eu sei que ele chegou e pôs o pezão lá, e todo mundo gozando com o chefe: “Vai dar a bronca agora!”

Apesar do jeito espaçoso, Alcione garantiu que Horácio Lafer era “boa gente” e que “conversava direitinho” com os operários. Ele considerava-o, inclusive, como um amigo. Já Elieze Mathias de Oliveira³¹, que chegou em 1951 em Monte Alegre e ocupou o cargo de motorista da diretoria da fábrica, lembrou-se do apelido de Lafer: Horácio Facão.

Projeto Tempo e Memória (PTM): Quem que o senhor conheceu? O senhor conheceu o senhor Samuel. O senhor Horácio Lafer, o senhor conheceu?

Elieze Mathias de Oliveira: Conheci. Eu conheci, dos mais velhos, já falecidos, o Wolff Klabin, pai do Doutor Israel...

PTM: Ele vinha sempre para cá?

Elieze: Vinha. Ele era pai do Doutor Daniel, do Doutor Armando e do Doutor Israel, o mais velho, a mãe dele era a dona Rosa. E depois eu conheci o falecido Horácio Lafer também, que foi Ministro da Fazenda, o Doutor Abrahão Jacob Lafer Klabin, o senhor Jacob Klabin...

PTM: Diz que quando esse chegava, ele era o dono do dinheiro, né, então...

Elieze: Esse era o Horácio Lafer, o apelido dele era Horácio Facão. Pai de dona Graziela.

PTM: Por que Horácio Facão?

Elieze: Porque quando ele vinha, era negócio das finanças, ele cortava, ele visitava todas as seções, então achava: “Aqui está demais, vamos cortar aqui”. Mas era gente boa.

³⁰ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 11 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

³¹ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 8 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

Tanto Elieze quanto Alcione ressaltam o comportamento incisivo de Horácio Lafer. Quando ele aparecia em Monte Alegre, era para mandar. Suas conexões com a política eram nítidas, e os trabalhadores podiam ver sua proximidade com Vargas. Apesar de sua posição de potência, ele era tido como “gente boa” – e essas características se estendem a quase todos os Klabin que passaram pela *company town*. Manejando autoridade e cuidado, os dirigentes encontravam o ponto certo da retórica paternalista, assumindo para si o papel de zelar pelos operários quando estes eram incapazes de tutelar-se apropriadamente.

Da diretoria familiar, Wolff foi o que menos exerceu esse papel. Apesar de sua atuação-chave na compra da Fazenda Monte Alegre e na instalação da fábrica, ele não ia com tanta frequência ao Paraná. E, com sua morte em março de 1957, não pôde acompanhar o crescimento vertiginoso da produção industrial.

No entanto, a questão que queremos retomar aqui é a parceria definitiva entre Wolff Klabin e Horácio Lafer. Juntos, elevariam a KIC para outros patamares – e isso nos leva a recobrar a linha do tempo no momento em que Maurício deixou a sociedade e a segunda geração assumiu, na década de 1920. Após a saída do fundador, Wolff foi designado para gerenciar o escritório da empresa no Rio de Janeiro. Essa filial era pequena, tinha apenas cinco funcionários e três vendedores. Junto ao escritório, havia um depósito, ambos instalados em um “prédio acanhado” na rua do Carmo, número 66. Na época da diretoria de Maurício, o Rio nunca foi prioridade – o foco mercadológico estava em São Paulo; e, até por isso, a filial carioca enfrentava sérios problemas de gestão. “Seus responsáveis não podiam ser acusados de roubo ou incompetência, mas os negócios não tinham a transparência que os Klabin desejavam manter em todos os escalões. Para crescer, a KIC deveria manter uma representação adequada no Rio.” (CONY; LAMARÃO, 2001, p.73). O nome escolhido, então, para tocar o negócio foi o de Wolff.

Exatamente como fizera em Porto Alegre, Wolff começou a também se mover pelos grandes círculos da sociedade carioca. Era presença garantida entre os empresários e políticos no restaurante do Jockey Club; morava em um hotel na praia do Flamengo e vestia-se com as roupas das “lojas grã-finas” do Rio de Janeiro. Sua frequência na *high society* foi ainda “turbinalizada” pela influência política de Horácio Lafer – que via no primo Wolff mais um aliado para se envolver nos assuntos da capital federal. Com os negócios, porém, não encontrou a mesma conjuntura dos tempos do Rio Grande do Sul. A Primeira Guerra já tinha acabado há alguns anos, e as importações começavam a se normalizar. Ou seja, o mercado estava novamente aberto para o papel vindo do exterior. Temendo um sufocamento do

crescimento, muitos produtores papaleiros passaram a pressionar o Congresso Nacional pela elevação das tarifas de importação.

A concessão de vantagens pelo governo federal desempenhou papel importante para esse desenvolvimento. Um dispositivo de lei orçamentária de 1922 concedia isenção de direitos de importação para máquinas e acessórios destinados à instalação de fábricas de papel a partir de celulose obtida de matérias-primas nacionais e também para a produção de pasta de madeira. Essas isenções foram subsequentemente renovadas até o fim de 1927. Precisamente neste período de proteção tarifária, aumentaram os investimentos no setor, corporificados na aquisição de máquinas no exterior. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.77).

Aproveitando o momento favorável, novas fábricas de papel foram abertas em solo brasileiro – bem como a produção das já existentes pôde crescer vertiginosamente. A Companhia Fabricadora de Papel, da KIC, experimentou um aumento de mais de 300% em sua capacidade produtiva num espaço de cinco anos, passando de 2.000 toneladas em 1922 para 6.500 em 1927. Até o final da década, ela ultrapassaria os números da principal concorrente, a Companhia Melhoramentos.

Wilson Cano (2012) destaca que não só a industrialização papaleira cresceu nos anos de 1920, a década, como um todo, foi um período de “resultado médio espetacular”. As exportações aumentaram tanto do ponto de vista físico quanto do de valor; além do plantio do café (base da economia da época), outros tipos de cultura ganharam espaço; houve o “boom” do investimento industrial, contemplando a instalação de novos setores mais complexos; por fim, deu-se a ampliação e a diversificação das áreas urbanas. E o Estado teve papel primordial neste período, aumentando sua capacidade de intervenção na economia e na sociedade. Esse intervencionismo fica bem claro quando usamos o ramo industrial papaleiro de exemplo – vários foram os incentivos concedidos para promover o crescimento do setor.

No entanto, na última metade da década, o intervencionismo estatal que mais se intensificou foi o político, gerando a “centelha” que faltava para incendiar de vez os latentes conflitos sociais.

[...] embora o período fosse ‘amortecedor de tensões’ (com o grande aumento do emprego e da massa de salários e de lucros), o ciclo expansivo trouxe inevitável aumento de conflitos: excesso de capacidade produtiva (café e alguns setores industriais); maior organização da classe trabalhadora; conflitos de interesses entre frações da burguesia; alta de preços; reivindicações por mais direitos sociais e expansão do movimento revolucionário tenentista, que culminaria nas Revoluções de 1922, de 1924, da Coluna Prestes nesse mesmo ano, e, ao final do período, na Revolução de 1930. (CANO, 2012, p.902).

Ou seja, a mesma expansão que criou crescimento econômico, gerou, também, maior complexidade social, ampliando os confrontos de interesses e obrigando o Estado a se fortalecer institucionalmente. Alargou-se o conservadorismo e os aparelhos repressores, propiciando o cenário ideal para que os movimentos reivindicatórios e revolucionários irrompessem em 1930. É importante salientar, ainda, que a crise de 1929³² assolou a economia brasileira tanto externa quanto internamente. Em resposta, o último governo da Antiga República adotou uma “ortodoxa política econômica”, tentando manter a conversibilidade da moeda nacional. “Isto, evidentemente, aprofundou a crise, esgotou em absoluto nossas reservas de divisas e intensificou os conflitos políticos já aquecidos pelas sequelas das eleições de março de 1930.” (CANO, 2012, p.911).

As eleições presidenciais de 1 de março de 1930 são outro marco na virada dos anos 1920 para a década seguinte. De um lado, estava o candidato Júlio Prestes, então governador de São Paulo, apoiado por quase todos os outros estados do Brasil. De outro, estavam os dissidentes Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que, unidos à oposição de outros políticos do país, formaram a Aliança Liberal e lançaram a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, tendo João Pessoa (governador paraibano) como vice. As urnas do primeiro dia de março de 1930 confirmaram a hegemonia da antiga “oligarquia do café” – Prestes foi eleito, mesmo sob a pressão da oposição que alegava fraude no processo.

Na esteira da insatisfação popular e do assassinato de João Pessoa meses depois da eleição, a Aliança Liberal, apoiada pelos militares, iniciou o processo de tomada do poder. Washington Luís foi deposto e exilado e Getúlio Vargas assumiu a presidência em 3 de novembro de 1930.

³² A crise de 1929, ou a “Grande Depressão”, é representada pela quebra da Bolsa de Valores norte-americana – cujos efeitos atingiram outras economias mundiais. Na época, os Estados Unidos eram o “centro econômico” do mercado global pós Primeira Guerra. Com a destruição causada pelos conflitos em outras potências, como a Alemanha e a Inglaterra, os norte-americanos ficaram sem “concorrentes”, ampliando sua produção e exportação. O momento favorável também foi acompanhado por um grande crescimento do mercado interno, estimulado pela oferta de crédito. “Entretanto, sempre quando havia um período de pequena recessão, isto é: decréscimo na produção econômica, o governo intervinha no mercado aplicando mais crédito (dinheiro e títulos da Bolsa de Valores) para reparar os danos. A medida de expansão de crédito tornava as taxas de juros artificiais, sem lastro com as reservas de crédito reais, que eram ancoradas na poupança. Os investidores que tinham ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque recebiam um sinal falso da expansão de crédito e, consequentemente, acabavam por ampliar os seus negócios, aumentar salários, e investir ainda mais. Este processo gerou uma ‘bolha inflacionária’, pois, em 1929, chegou um momento em que não se podia mais esconder o caráter artificial da expansão econômica: havia muito dinheiro emitido circulando, mas sem valor real com a produção.” (FERNANDES, 2016). A Bolsa de Valores de Nova Iorque, então, entrou em colapso, gerando desemprego em massa, falência de várias empresas industriais e agrícolas e uma “onda de pobreza” que assolou grande parte da população dos EUA. Os países que estavam atrelados financeiramente à economia norte-americana, como o Brasil, sofreram com a recessão.

Com a vitória da Revolução em outubro de 1930, e diante da profundidade da ‘Crise de 29’, os ‘tenentes’, que estavam imbuídos de que deveriam ‘quebrar a espinha’ da oligarquia cafeeira paulista, se dão conta, na ‘mesa de negociações’, de que, na verdade não havia apenas um ‘café, monocultor e latifundiário’, mas sim uma economia capitalista com grau já avançado de inter-relações setoriais e que, portanto, estavam também diante de uma diversificada estrutura de poder. Quebrar o café – perceberam os ‘tenentes’ –, significava quebrar o nascente capitalismo brasileiro. Daí a original saída brasileira da política econômica da defesa ‘do café’, que se estende de 1931 até a Segunda Grande Guerra. (CANO, 2012, p.911).

Mesmo com a política econômica de defesa do café, o novo Estado de Vargas não conseguiu conter sua decadência. Das dez safras da década de 1930, cinco seriam enormes, gerando um grande excedente não absorvido pela exportação. E, ainda que 78 milhões de sacas tenham sido destruídas, os preços desabaram irremediavelmente. A profundidade e a insistência da crise cortaram o crédito externo – e a única alternativa que sobrara era o uso de recursos públicos para enfrentar as dificuldades do período. Cano (2012, p.913), então, defende a existência de dois momentos cruciais na saída brasileira da crise:

O primeiro, imediato, que decorre da atitude do Estado, em instaurar uma política anticíclica que recuperou boa parte da renda e do emprego, sustentada, pelo lado da oferta, em grande parte pela capacidade produtiva industrial ociosa, instalada ainda nos anos vinte. No segundo momento, e à medida que essa capacidade fosse ‘enxugada’ e a economia superasse a crise, a industrialização estimularia o investimento autônomo – não apenas na indústria, mas também o de caráter complementar, principalmente, na infraestrutura – e para isso exigiria novos rumos na concepção e prática da política econômica.

Foi assim, portanto, que o Estado se reestruturou sob a “habilidade política e conciliatória” de Getúlio Vargas. Ainda que de forma autoritária, as transformações necessárias para a saída da crise foram implantadas. Instaurou-se um poder estatal promotor e produtor; foram criadas as legislações social e trabalhista, bem como um novo Código Eleitoral; estabeleceu-se a política de industrialização – e as fábricas das décadas anteriores puderam aproveitar igualmente este impulso.

O governo de Getúlio Vargas, tanto neste primeiro momento (1930-1945) quanto no segundo (1950-1954), foi crucial para a Klabin Irmãos & Cia. Com a saída de Maurício e a ascensão de Wolff e Horácio Lafer, a sociedade ficou cada vez mais próxima de Vargas. Os Klabin sabiam se mover na estrutura de poder estatal e tiravam grande proveito disso. Não só

Lafer foi ministro de Vargas, Wolff também era colega dos gaúchos que rodeavam o chefe do Estado Novo. Oswaldo Aranha³³, por exemplo, era seu amigo íntimo.

Foi dispondo do novo fôlego industrial dos anos 1930 e de suas estreitas ligações com o poder estatal que os Klabin viram não só a produção de papel disparar, mas também a chance de entrar em outros ramos fabris. Esses investimentos que destoavam da função original estabelecida por Maurício consolidaram a posição do grupo como um dos maiores do Brasil, abrindo a possibilidade para que assumissem riscos – como a compra de um imenso latifúndio de pinheirais no Paraná.

A primeira atividade industrial distinta da papelreira que atraiu os Klabin (e Wolff, em especial) foi a cerâmica. No começo da década de 1930, Wolff ainda estava responsável pela filial da KIC no Rio de Janeiro. “Figura carimbada” da sociedade carioca, ele também era conhecido entre os grupos de imigrantes na cidade. Dessa maneira, de acordo com a oralidade familiar dos Klabin, em um desses dias, Wolff recebeu a visita do visconde Moraes, presidente do Banco Português do Brasil e proprietário da Manufatura Nacional de Porcelanas (MNP). O lusitano carregava um presente para Wolff nas mãos: uma lata de biscoitos. Ao abri-la, o representante da KIC foi surpreendido – ao invés de bolachinhas, encontrou as ações da MNP. Moraes oferecia assim sua fábrica de cerâmica, à beira da falência, ao industrial paulista. Wolff imediatamente aceitou o negócio e colocou os Klabin num caminho completamente diferente daquele que haviam trilhado desde então.

Apesar de ignorar a produção e o mercado da cerâmica, Wolff logo percebeu as principais falhas da Manufatura, que ficava em um dos subúrbios da capital carioca. Os erros estavam em todos os lados: a linha de produtos era muito diversificada (ia dos azulejos a isoladores elétricos) e tinha má qualidade; as técnicas de fabricação eram atrasadas e semi-artesanais; a indústria não tinha mercado consumidor definido, eliminando qualquer possibilidade de competir com os produtos europeus importados. Era um milagre, enfim, que ainda estivesse operando e empregando cerca de 100 funcionários.

De posse das ações e do cenário da MNP, Wolff foi a São Paulo convencer o resto dos sócios da KIC de que fizera um bom negócio. Com certa resistência, endossaram a compra. Adjacente ao estabelecimento de um cronograma de recuperação financeira da

³³ Oswaldo Euclides de Souza Aranha é considerado um dos principais articuladores da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Próximo ao presidente, ocupou diversos cargos relevantes no governo, como Ministro da Justiça e da Fazenda. “Fez parte também do ‘gabinete negro’, designação dada pela imprensa ao reduzido grupo que se reunia todas as noites com Vargas no Palácio Guanabara para debater os rumos da revolução.” Informações retiradas do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/oswaldo_aranha>. Acesso em 30 jun. 2016.

cerâmica, transferiram o então gerente da Companhia Fabricadora de Papel, Boris Abramson, para o comando da Manufatura. Logo em seguida, promoveram uma grande reforma em suas instalações, compraram novos equipamentos e contrataram técnicos alemães especializados. Prevendo um possível “boom” habitacional e imobiliário, diminuíram a vasta linha de produtos para um só: azulejos simples e baratos. Sua alta rentabilidade levaria a KIC a investir também em matéria-prima, comprando uma empresa fornecedora de caulim, barro e argila.

Paralelamente, foi montada uma extensa rede de distribuidores e vendedores. O nome Klabin tornou-se conhecido nacionalmente e logo alcançaria o mercado internacional. [...] A partir dos anos 1940, os anúncios imobiliários especificavam que em tal prédio ou tal casa seriam empregados ‘azulejos Klabin’, nome que passou a ser sinônimo de azulejo. Wolff descobrira a galinha dos ovos de ouro que colocaria a KIC no *ranking* das principais empresas do Brasil. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.100).

Num espaço de poucos anos, a Manufatura Nacional de Porcelanas passou de um empreendimento duvidoso à “vaca leiteira” que alimentaria o desenvolvimento da KIC. O dinheiro proveniente dos azulejos encorajou os Klabin a também investirem no ramo de tecidos sintéticos de raíom, por meio da Companhia Nitroquímica Brasileira, em 1936. A Nitroquímica, sediada em São Paulo, produzia seda artificial, ácido sulfúrico e outros subprodutos. Essa incursão, no entanto, teve vida curta. Ainda na década de 1940, o surgimento da fibra de náilon, mais econômica e com melhor desempenho, soterrou o raíom. Desinteressado em alterar o projeto inicial, comprar novas máquinas e adquirir novas técnicas, o grupo decidiu se afastar do negócio.

Com as “mãos lubrificadas” pelo dinheiro da cerâmica – como bem definem Cony e Lamarão (2001) –, estava aberta a passagem para a KIC se arriscar no seu ramo principal: o papel. Estava na hora de retomar o sonho de Maurício de produzir celulose de qualidade em solo brasileiro, tornando, assim, o país independente das importações e a empresa, muito mais lucrativa. Esse sonho do fundador, porém, “não seria sonhado só”. O Estado Novo de Getúlio Vargas se tornaria um dos principais interessados no desenvolvimento de uma nova indústria Klabin – tanto pelo ponto de vista econômico quanto pelo ponto de vista político. Estavam na mesa, enfim, todas as cartas que levariam os industriais paulistas à Fazenda Monte Alegre.

2.2 A ALIANÇA ENTRE O ESTADO NOVO E A KIC

Antes de desenharmos a hipótese de um *nomos* dos pinheirais na Fazenda Monte Alegre, é imprescindível entendermos em que circunstâncias ele se tornou possível. E a primeira – e maior – delas é o amplo apoio do regime de exceção de Getúlio Vargas. Foi já como interventor do Paraná, em 1932, que Manoel Ribas ofereceu as antigas terras de José Félix a Wolff. Interessada em expandir seus negócios, a KIC enviou ao estado um de seus representantes, Samuel Klabin, para conferir se a região realmente era vasta em pinheiros e se poderia comportar uma moderna indústria de papel e celulose. Do período de checagem da fazenda até a aquisição propriamente dita pelos Klabin, o governo de transição de Vargas se transformou em uma ditadura – e os industriais viram seus planos se encaixarem integralmente nos novos rumos do país.

Na economia, como vimos nas observações de Cano (2012), o café entrava em declínio e a industrialização era impulsionada. As posturas econômicas liberais foram sendo gradualmente abandonadas, até darem lugar ao intervencionismo pleno a partir de 1937. Nesse sentido, Marcelo Willer (1997) destaca que, além do interesse industrial, o Estado Novo também tinha um “interesse simbólico” no empreendimento dos Klabin.

Fundamentado em um discurso ideológico nacionalista que, em muitos aspectos se aproximava do fascismo europeu, o Estado Novo confere então um papel central à industrialização na estratégia de auto-conservação nacional. Ao atribuir este papel estratégico à indústria, o Governo aproxima-se da concepção há muito defendida pelos industriais, segundo a qual o progresso econômico através da indústria seria o único caminho para se evitar o perigo da revolução social no país. (WILLER, 1997, p.70).

A industrialização, portanto, tornava-se o tema catalizador de um novo plano de desenvolvimento nacional, indo além dos limites econômicos-corporativos e ganhando significação de projeto político. Centralizando o controle da economia, o Estado incentivava e financiava diretamente iniciativas como as da KIC – criando assim uma aliança entre o governo e o empresariado. “Em torno deste projeto, Vargas constrói, passo-a-passo, uma ampla composição de interesses, cujo objetivo central focava a substituição da luta de classes pela cooperação entre patrões e empregados, com vistas ao desenvolvimento nacional patrocinado pelo Estado.” (WILLER, 1997, p.72).

O estabelecimento dessa aliança provocou alterações institucionais e políticas, reorganizando o mundo do trabalho. De um lado, direitos sociais foram concedidos aos trabalhadores; de outro, os sindicatos livres foram desmantelados e substituídos por estruturas

atreladas aos interesses estatais. Paralelamente, o Estado Novo também investia em um sólido aparelho de comunicação e imprensa, destinado a construir uma imagem específica do governo entre os brasileiros – a de que o projeto estatal, conduzido por Getúlio Vargas, era o único e legítimo meio para se alcançar o progresso da nação.

Inspirado na máquina de propaganda dos regimes fascistas europeus, Vargas cria repartições encarregadas da política de comunicação, coopta intelectuais de renome para desenvolver a base intelectual, lança mão do rádio e da imprensa escrita para obter o desejado consenso social. (WILLER, 1997, p.73).

O Estado Novo, então, promoveu a modernização e a expansão dos órgãos de imprensa estatais e privados. O rádio se tornou uma das ferramentas mais eficientes do regime de Vargas – a imprensa escrita, no entanto, ainda representava uma “ameaça à soberania nacional”. Extremamente dependente da importação de papel, ela flutuava de acordo com as turbulências do comércio e da política internacional, configurando-se em uma peça incerta no sofisticado aparato de comunicação estado-novista.

Como ressaltamos acima, apesar do crescimento vertiginoso experimentado pelo setor papelero nas primeiras décadas do século XX, as indústrias brasileiras ainda não produziam celulose de qualidade, oferecendo ao mercado papéis menos nobres. Foi assim, portanto, que o interventor Manoel Ribas, enquanto agente do Estado Novo, propôs um projeto estratégico ao antigo amigo Wolff. Antes, Assis Chateaubriand³⁴ já havia sido sondado, mas não aceitara o convite. Indicou, no entanto, outro sobrenome: o dos Klabin.

Com a Fazenda Monte Alegre já comprada e os primeiros estudos sendo realizados na região, Wolff foi convidado para uma reunião com Getúlio Vargas. O intermediário da conversa foi Chateaubriand – cuja relação com o presidente se alternava entre a intimidade e a animosidade. O jornalista já conhecia Wolff, principalmente porque acompanhava de perto as expansões do grupo Klabin, Irmãos & Cia, tornando-as notícias em seus jornais. De acordo

³⁴ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello foi jornalista, escritor, empresário, advogado, mecenas e político. Nascido em Umbuzeiro, na Paraíba, em 1892, começou a trabalhar como jornalista aos 15 anos – sua formação, porém, seria em Direito, pela Faculdade do Recife. Em 1917, mudou-se para o Rio de Janeiro. Além de atuar como advogado, escrevia para o *Correio da Manhã*, tornando-se conhecido na roda de empresários, artistas, políticos e intelectuais. No ano de 1924, comprou seu primeiro veículo de imprensa, *O Jornal* – a partir daí, construiria um “império de comunicação”, contando com a agência de notícias *Meridional*, a revista *O Cruzeiro*, a Rádio Tupi, a Rede Tupi de televisão e demais veículos que comporiam *Os Diários Associados*. “A carreira política oficial do dono da Diários Associados, maior conjunto de jornais e revistas no Brasil da primeira metade do século XX, começa em 1951, quando se torna senador da Paraíba. Antes disso, no entanto, já participa ativamente de decisões do plano político nacional.” (ASSIS, 2017). A relação entre Chateaubriand e Getúlio Vargas foi marcada por momentos de aproximação e distanciamento – ora o jornalista apoiava o político, ora o criticava duramente. Dentre suas contribuições ao país, está a fundação do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em 1947.

com Cony e Lamarão (2001), a reunião teve lugar no gabinete particular da presidência e não demorou mais do que 30 minutos. Vargas foi direto ao ponto: sabia do histórico da família Klabin na indústria papelreira; Chateaubriand já adiantara que tinham adquirido terras no Paraná e que técnicos atravessavam a região pesquisando a possibilidade de se explorar as fibras de araucária para a produção de celulose e, assim, fabricar papel imprensa. O Estado Novo tinha total interesse nessa empreitada. A Segunda Guerra se avizinhava e, independentemente de quem saísse vencedor, as importações seriam comprometidas – e o engenhoso sistema de propaganda de Vargas novamente ficaria sem um dos seus pilares para funcionar. A propaganda precisava de papel.

Assim, Vargas comprometeu-se a apoiar o projeto da KIC: concederia não só isenções alfandegárias para a importação de equipamentos, mas também um empréstimo facilitado de 60 mil contos de réis, por intermédio do Banco do Brasil. O montante representava quase 50% dos recursos iniciais que seriam empregados na Fazenda Monte Alegre. Ainda fazia parte da promessa a construção de um ramal ferroviário e um mercado garantido. Estava fechada, enfim, a parceria estatal-privada.

Em novembro de 1940, em entrevista coletiva à imprensa em Porto Alegre, Vargas anunciou que o governo federal comprometia-se a fornecer o crédito necessário para a instalação de uma grande fábrica de celulose no Paraná. Justificava a decisão, informando que as pequenas fábricas existentes só produziam papel para embalagem, não para imprensa. Cumprindo o prometido, no final de janeiro de 1941, o presidente autorizou a liberação de crédito – por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil – de 60 mil contos de réis às Indústrias Klabin do Paraná. Os recursos seriam destinados basicamente à aquisição de máquinas para a instalação da fábrica de papel e celulose. Pela primeira vez, o Grupo Klabin contraía um empréstimo para desenvolver um projeto. Dias antes, fora lavrada no Rio de Janeiro a escritura definitiva de compra e venda da Fazenda Monte Alegre. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.129).

Ema Gordon Klabin³⁵, filha de Hessel (irmão de Maurício), em entrevista à historiadora Flávia Borges Pereira, relembra o primeiro financiamento da família e o papel central de Getúlio Vargas. A influência do presidente foi decisiva para que conseguissem um bom empréstimo; por isso, a “luta” mais árdua foi para pagar tudo depois: “Lutamos bastante depois para pagar. [...] Aliás uma das coisas que o Wolff sempre dizia era: ‘Eu trabalho a moda portuguesa: deu tanto, gasto tanto’. Então gastou-se tanto, se investe tanto. Foi a primeira vez que realmente a firma se endividou, para construir Monte Alegre.”

³⁵ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 4 de maio de 1992, em São Paulo (SP).

A aventura financeira se tornava ainda mais interessante e arriscada quando se levava em conta que o projeto da moderna indústria de celulose e papel se daria em uma região que em nada acompanhava as aspirações modernistas. A Fazenda Monte Alegre era um sertão de pinheiros, com uma população rural esparsa e que mal conhecia o progresso industrial. É esse aspecto, inclusive, que também ganha a atenção de Willer (1997). Dentro das intenções simbólicas e políticas do Estado Novo com as fábricas, estava o “desbravamento” e a Marcha para o Oeste. A Marcha era um “imperialismo à brasileira”, que acontecia dentro das próprias fronteiras nacionais. “A conquista do próprio território, ameaçado pelo abandono, é o destino que unifica todos os brasileiros. A industrialização do interior representa, portanto, o triunfo irreversível dessa marcha, simbolizado em iniciativas como a da Fábrica de Monte Alegre.” (WILLER, 1997, p.79).

Estavam atados todos os nós que ligavam as intenções da KIC com o Estado Novo. Desenvolvimento econômico, interesse simbólico e político compunham as circunstâncias da construção de uma fábrica de papel e celulose no interior do Paraná. A associação dos Klabin com o regime de Vargas deu tão certo que Horácio Lafer fez parte, depois, do próprio governo. Além disso, outros favores foram trocados. Em 1942, Getúlio Vargas Filho, o Getulinho, recém-formado em química industrial pela Universidade John Hopkins, em Baltimore, precisava de um primeiro posto de trabalho. O pai, então, pediu para que Oswaldo Aranha conversasse com seu amigo Wolff e encaixasse Getulinho na Nitroquímica dos Klabin. O pedido foi atendido, mas o filho de Vargas não chegou a ocupar o posto. Logo que regressou ao Brasil, faleceu de um ataque de poliomielite.

Essa ampla colaboração entre Estado e iniciativa privada deu à KIC a oportunidade – e um alto grau de liberdade – para atuar quase que soberana dentro dos limites da fazenda. Só não tinha autonomia total porque precisava prestar algumas contas ao governo federal. O fundamental a se destacar, no entanto, é que a empresa ganhou “carta branca” para agir da maneira que achasse melhor, principalmente no primeiro momento de exploração e demarcação das terras. Imbuídos do “espírito desbravador” que marchava para o oeste, os Klabin inauguraram um novo projeto colonizador para as terras já cansadas de conquistadores – como vimos, desde o século XVI os índios se viam às voltas com os extermínios e as apropriações. Este projeto, porém, foi mais efetivo do que todos os outros, ao ponto de lançar à sombra todas as memórias, identidades e costumes dos períodos precedentes. O *nomos* dos pinheirais chegaria para ficar.

3 O *NOMOS* DOS PINHEIRAIS: O PROJETO COLONIZADOR DAS INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ

Quando nos referimos à ideia de *nomos*, retomamos as reflexões propostas por Carl Schmitt (2014) em seu livro *O nomos da Terra*. Publicada pela primeira vez em 1950, a obra do jurista alemão pretende ser um ensaio sobre direito internacional – e é nesse sentido que ele propõe o conceito de *nomos* e os processos de tomada, divisão, repartição do espaço e ordenamento dele decorrentes. A visão de Schmitt (2014) é elencada nesta tese de maneira deliberada: seu ponto de vista eurocêntrico confere à atividade de tomada de terras características particularmente excludentes. Como delimitamos mais acima no texto, o jurista desconsidera o espaço existente entre o *eu* e o *outro*, tornando essa relação vertical, imposta e violenta. Ao estrangeiro e conquistado sobram poucos espaços de manobra.

Antes, porém, de desdobrarmos as ideias de Schmitt (2014), é importante esclarecermos a leitura que fazemos delas e o conceito de conquistado e estrangeiro que adotamos nesta tese. Afinal, quando observamos a colonização da Fazenda Monte Alegre pelas Indústrias Klabin, não se tratou de uma nação europeia estendendo seu território, mas de uma empresa brasileira ocupando um espaço brasileiro, cujos habitantes originais também podem ser classificados como *brasileiros*. E se, num primeiro momento, podemos ser levados a concluir que não haviam relações de estrangeiridade e de colonização, com um olhar mais crítico e aprofundado, conseguimos não só notá-las, como perceber que estiveram nas raízes de todo o processo.

3.1 O ESTRANGEIRO EM SUA PRÓPRIA TERRA: AS RELAÇÕES DE COLONIZAÇÃO OPERADAS ENTRE DIFERENTES “BRASIS”

No capítulo 1, utilizamos as ideias de Bernhard Waldenfels (2009) para contrapor a visão eurocêntrica de Carl Schmitt (2014). É Waldenfels quem chama a atenção para a maneira impositiva com que os conquistadores europeus estabeleceram sua relação com os habitantes do Novo Mundo. E é Waldenfels (2009), novamente, quem irá nos auxiliar na reflexão sobre as diferentes formas de estrangeiridade – e, principalmente, na concepção de que estas não carecem se desenvolver em estrita ligação com a espacialidade física.

Em sua fenomenologia do estrangeiro, Waldenfels (2009) fornece graus distintos de estrangeiridade, experimentados por todos nós em algum momento. Entendido como um fenômeno fundamental, é impossível manter o estrangeiro à distância – ele pode estar em nosso próprio corpo, língua, imagem, tempo e lugar. É nesse sentido que Waldenfels (2009) fala em uma estrangeiridade *relativa*, representada pelas lacunas que carregamos dentro de nós mesmos e que podemos preencher de alguma maneira. É apenas um estado factual de nosso conhecimento e poder, são as coisas que não conhecemos *mais*, ou que não conhecemos *ainda*. A estrangeiridade *relativa* é, portanto, a expressão de nossa própria finitude.

Ao lado da estrangeiridade *relativa*, forma considerada moderada, está a estrangeiridade *radical* – tocando na raiz das coisas, afetando-nos no mais íntimo de nós mesmos. O estrangeiro *radical* não é uma lacuna que pode ser preenchida, tampouco uma projeção afastada temporalmente de um *eu* ou de um *nós*. O estrangeiro *radical* é e permanecerá estrangeiro, pois não pode ser reconduzido a outra coisa, seja por meio de uma ordem racional englobante ou de uma circunstância de uma lei universal. É por isso que Waldenfels (2009, p.34) o classifica como sem lugar, como *inatingível*. “Le lieu de l'étranger se révèle être d'une nature particulière. On ne peut pas l'inscrire dans un réseau de lieux dans lequel nous nous mouvons librement, puisqu'il n'est possible de l'atteindre que par-delà un seuil; il est donc, à proprement parler, inatteignable³⁶.”

A forma *radical* de estrangeiridade, por sua completa singularidade, apresenta-se sempre atrelada a um *horror alieni*, a um convite à hostilidade, já que não se deixa assimilar. Como toda experiência, o estrangeiro *radical*, quando nos encontra, exige de nós uma resposta – resposta esta que não está ancorada na ordem, nas regras e na formação de sentido, mas no *pathos*, no afeto, na surpresa, no susto, na curiosidade e, também, na perturbação. O estrangeiro *radical* é como uma “lesão” que vem do exterior, jamais inofensivo ou acomodado.

L'ambivalence entre étrangeté et hostilité (qui est court-circuitée dans la pensée de Carl Schmitt) trouve sa place ici. De même, la résistance à toutes les formes de normalisation de l'étranger, qu'elles soient mises en oeuvre par l'intégration ordonnée dans des traditions, par la soumission à des normes ou par un codage conforme à um système³⁷. (WALDENFELS, 2009, p.12).

³⁶ Tradução nossa: “O lugar do estrangeiro se revela ser de uma natureza particular. Não podemos inscrevê-lo em uma rede de lugares onde nos movemos livremente, pois só é possível alcançá-lo além de um limiar; ele é portanto, propriamente falando, inatingível”.

³⁷ Tradução nossa: “A ambivalência entre estrangeiridade e hostilidade (que é curto-circuitada no pensamento de Carl Schmitt) encontra seu lugar aqui. Da mesma maneira, a resistência a todas as formas de normalização do

Por colocar em xeque as ordens fundamentais, o estrangeiro não pertence à “base de comércio” do pensamento ocidental clássico. Quando aparece é de maneira marginal, restrito aos domínios do mito, da arte, da religião, das catástrofes naturais, dos ritos, das festas ou dos momentos de erupção da violência. Mesmo que esteja presente na história do ocidente desde Homero, o estrangeiro dificilmente é levado em consideração, interrogado e pensado como um fenómeno específico. De acordo com Waldenfels (2009), a estrangeiridade só cruzou o limiar das problematizações tardiamente, no final do século XVIII, quando as concepções modernas passaram a reconhecer que toda ordem se choca com determinado limite – e é impossível estender este limite até o infinito, criando um “cosmos englobante”, uma história mundial onde toda coisa teria seu lugar. “*Si l’on pose des ordres limités, l’étranger se manifeste sous la forme d’un extra-ordinaire; il apparaît de différents façons dans les marges et dans les lacunes des divers ordres*”³⁸. (WALDENFELS, 2009, p.17, grifos do autor).

A aceitação da limitação das ordens fez com que o estrangeiro irrompesse como algo incômodo, extra-ordinário, marginal. E é importante destacar que este não-lugar da estrangeiridade se faz notar dentro do pensamento e das concepções ocidentais modernas – ou seja, não se trata de um estrangeiro atrelado a um espaço físico pura e simplesmente. A definição do que é ou não estrangeiro se conecta com a noção de *topos* e, por isso mesmo, Waldenfels (2009, p.18) fala de uma topografia do estrangeiro:

Il ne faut pas ici penser seulement aux lieux communs du discours, mais aussi, plus généralement, à une pluralité de lieux, à des réseaux topiques, à des ponts et des frontières qui font apparaître une hétérotopie, à des atopies qui ouvrent des abîmes de non lieux. Ces allusions au domaine du topique ne sont pas fortuites. C’est une des présuppositions fondamentales de ces études que l’étranger doit être d’abord pensé à partir de *lieux* de l’étranger, comme un allieurs, un extra-ordinaire qui n’a pas de place originellement dévolue et qui se dérobe à toute mise en ordre. Inversement, l’espace topique doit être pensé de telle sorte qu’il autorise des *lieux popres* et de *lieux étrangers* sans pour autant niveler et circonscrire d’emblée la différence entre le popre et l’étranger³⁹.

estrangeiro, quer sejam colocadas em prática pela integração ordenada dentro das tradições, pela submissão às normas ou por uma codificação conforme um sistema”.

³⁸ Tradução nossa: “*Se colocamos ordens limitadas*, o estrangeiro se manifesta sob a forma de um extra-ordinário; ele aparece de diferentes maneiras nas margens e nas lacunas de distintas ordens”.

³⁹ Tradução nossa: “Aqui é necessário não só pensar nos lugares comuns do discurso, mas também, de modo mais geral, em uma pluralidade de lugares, em redes tópicas, em pontes e em fronteiras que fazem aparecer uma heterotopia, em atopias que abrem abismos de não lugares. Essas alusões ao domínio do tópico não são fortuitas. É uma das pressuposições fundamentais desses estudos que o estrangeiro deva ser primeiramente pensado a partir de *lugares* de estrangeiro, como um outro lugar, um extra-ordinário que não tem local originalmente reservado e que se furta a toda tentativa de ordenação. Inversamente, o espaço tópico deve ser pensado de tal maneira que autorize *lugares próprios* e *lugares estrangeiros* sem nivelar e circunscrever de início a diferença entre o próprio e o estrangeiro”.

A topografia é uma maneira de agir que suplanta as descrições fundamentadas em linhas de demarcação, conexões e pontos de cruzamento. Ao privilegiar as relações abertas e limitadas, opõe-se a qualquer tipo de unificação sistemática da experiência. Trata-se, portanto, de um modelo fenomenológico que só é possível no plural, na multiplicidade de pontos de vista.

Partindo dessa concepção de topografia do estrangeiro, é superada a relação comum que se faz entre estrangeiridade e espacialidade física. Certamente o solo é uma fronteira possível de estrangeiridade, mas não a única. Waldenfels (2009) explica que foi o nascimento do Estado-nação que deu uma definição política de quem seria o estrangeiro, localizando-o para além de suas fronteiras – ou seja, estrangeiro é aquele que não pertence ao Estado onde estamos, que não compartilha de nossa nacionalidade. Ao redor desse conceito nuclear, porém, gravitam diversas outras significações:

[...] l'exil du peuple élu des Juifs, le *status viatoris* du pèlerinage Chrétien, l'*aubain* (*álibi natus*) du Moyen Age féodal, le caractère bigarré et hétéroclite du monde moderne, le sauvage comme *alter ego* de l'homme national, mais aussi l'étranger de Camus perdu pour le monde et pour lui-même, et enfin, chez Freud, l'inquiétante étrangeté comme ce qui est étranger en nous-mêmes. Il s'agit pas de nier que ces figures sont reliées entre elles, mais ces relations demandent à être discutées et explicitées⁴⁰. (WALDENFELS, 2009, p.35).

O que queremos dizer é que não há um “estrangeiro geral”, mas diferentes tipos de estrangeiridade. A estrangeiridade irá se determinar, sob um prisma fenomenológico husserliano, de forma ocasional, relacionando-se a cada *aqui e agora* – onde alguém fala, age e pensa. Dessa maneira, ainda nos apoiando em Husserl, podemos dizer que a estrangeiridade se determina por sua *acessibilidade*. “Comme tout ce qui est, on ne peut pas détacher l'étranger de son mode de donation e d'accessibilité, ni d'une certaine *localisation*. Dans la détermination de la phénoménalité des phénomènes, le quoi, le comment et le où ne peuvent pas êtres séparés [...]”⁴¹. (WALDENFELS, 2009, p.36). Mesmo elencando o *o quê* e o *como* do estrangeiro, sua acessibilidade, seu *onde*, ainda escapa – e é aí que reside o “paradoxo da

⁴⁰ Tradução nossa: “[...] o exílio do povo escolhido dos judeus, o *status viatoris* da peregrinação cristã, o *aubain* (*álibi natus*) da Idade Média feudal, o caráter diversificado e heterogêneo do mundo moderno, o selvagem como *alter ego* do homem nacional, mas também o estrangeiro de Camus perdido para o mundo e para si mesmo, e enfim, em Freud, o inquietante estranhamento com aquilo que é estrangeiro em nós mesmos. Não se trata de negar que essas figuras são conectadas entre elas, mas essas relações precisam ser discutidas e explicitadas”.

⁴¹ Tradução nossa: “Como tudo o que é, não se pode destacar o estrangeiro de seu modo de doação e de acessibilidade, nem de uma certa *localização*. Na determinação da fenomenalidade dos fenômenos, o o quê, o como e o onde não podem ser separados [...]”.

determinação husserliana de estrangeiro”. A acessibilidade do estrangeiro se revela, enfim, *inacessível* – e seu lugar na experiência é um não-lugar. Em resumo, o estrangeiro não está em outro lugar, ele *é* o outro lugar.

Refletir sobre a estrangeiridade a partir de sua *acessibilidade inacessível*, destacada da exigência de uma relação fixa e imutável, reforça a ideia de que há múltiplas formas de estrangeiridade, transbordando a associação direta entre sujeito e território físico. Quanto mais ordens somos capazes de criar, mais estrangeiridades irão aparecer, pois o extra-ordinário é uma “sombra” constante. O próprio mundo da vida é dividido em mundo familiar e mundo estrangeiro, desmistificando a noção de que as irrupções de estrangeiridade são sempre passageiras. O mundo estrangeiro, tal qual o familiar, também tem uma característica durável.

Ceci mène d’abord à une pluralisation de l’étrangeté, en fonction des ordres qui se manifestent dans les *monde particuliers* à l’intérieur d’un certain monde de la vie, ou dans des *mondes culturels qui diffèrent historiquement et géographiquement*. Comme chaque ordre d’activité et chaque ordre de vie est dépendant de sélections et d’exclusions spécifiques, il crée certaines conditions d’accessibilité et d’inaccessibilité; autrement dit, des conditions de propriété et d’étrangeté⁴². (WALDENFELS, 2009, p.45, grifos do autor).

Essas condições de acessibilidade e inacessibilidade criam múltiplas zonas de estrangeiridade, ainda mais quando pensamos nas ordens funcionais que são estabelecidas dentro da sociedade. Limites são traçados e tendem a flutuar de acordo com a abertura e o fechamento dos grupos sociais, invasões podem acontecer e uma mesma pessoa pode se tornar *familiar e estrangeira*.

Chegamos, enfim, ao ponto necessário para pensar a estrangeiridade aplicada nesta tese. Levando em consideração as múltiplas formas que o estrangeiro pode assumir dentro da topografia de Waldenfels (2009), observamos que, no processo de compra e de instalação da fábrica de papel na Fazenda Monte Alegre, dois grupos se formaram: os industriais, propulsores do projeto de progresso, e os “caboclos” originais da região (a estes, outros iriam se juntar posteriormente, como os migrantes do Nordeste do Brasil e demais trabalhadores que, pela classe social, cultura e escolaridade seriam encaixados no mesmo grupo).

De um ponto de vista estritamente territorial e ligado à definição política de estrangeiro cunhada pelo Estado-nação, essa divisão dentro da fazenda pode não fazer

⁴² Tradução nossa: “Isso leva, de início, a uma pluralização da estrangeiridade, em função das ordens que se manifestam dentro dos *mundos particulares* no interior de um certo mundo da vida, ou dentro dos *mundos culturais que diferem historicamente e geograficamente*. Como cada ordem de atividade e cada ordem de vida é dependente de seleções e de exclusões específicas, ele cria certas condições de acessibilidade e de inacessibilidade; dito de outra forma, condições de propriedade e de estrangeiridade”.

sentido. Porém, da perspectiva topográfica e fenomenológica, faz – pois estamos lidando com eixos muito aparentes de acessibilidade e inacessibilidade. Nesta época do empreendimento das Indústrias Klabin tínhamos um governo nacional atrelado ao desenvolvimento industrial, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político e identitário. A narrativa do Estado Novo de Vargas tentava convencer de que o progresso estava nas esteiras de produção fabris e aqueles que eram resistentes, ou simplesmente ignoravam tal “evolução”, estavam desconectados à mentalidade e ao lugar de *propriedade* vigente. Estavam, portanto, para lá do limite, num lugar de *estrangeiridade*. Waldenfels (2009) afirma, inclusive, que a crença numa “evolução” humana uniforme – filogênese que determina que todos os indivíduos cruzariam os mesmos estados, formando, portanto, uma ideia única de progresso – pertence aos esquemas de ordem que contribuem para reduzir e até mesmo eliminar o estrangeiro.

É evidente, então, que no caso estudado por esta tese há a criação de eixos de inclusão e exclusão, de espaços *dentro* e espaços *fora*. O grupo de *dentro*, da *propriedade*, fortaleceu-se porque estava alinhado à narrativa identitária metacoletiva, recebendo apoio não só financeiro e político, mas da própria mentalidade do período. E é ao redor dessa cristalização nuclear que orbitavam os grupos de *fora*, marginais e estrangeiros, desalinhados e, muitas vezes, até opostos ao espírito da época.

A Fazenda Monte Alegre antes das Indústrias Klabin era em tudo contrária a essa identidade progressista e industrial – era um sertão de pinheirais habitado por pequenos produtores familiares, por “caboclos” da terra. E, justamente por estar no eixo da exclusão, por estar de *fora*, era território privilegiado de apropriação pelo grupo de *dentro*. Era um dos “oestes” a se marchar e conquistar. Percebemos, portanto, que o que operou as divisões entre o *próprio* e o estrangeiro neste caso não foi o solo simplesmente, mas a mentalidade, a identidade metacoletiva do Brasil estado-novista. É essa distinção que permite que, mesmo entre *brasileiros*, um grupo seja capaz de colonizar outro – que outros “Brasis” sejam conquistados pelo Brasil que ocupa o lugar da *propriedade*.

Ampliando nosso escopo de argumentação sobre a possibilidade de colonização entre “Brasis” distintos, recuperamos a noção de colonialidade do ser, abordada por Nelson Maldonado Torres (2007). Tal conceito surgiu em debates sobre as implicações da colonialidade do poder em diferentes áreas sociais – se ao lado desta existia uma colonialidade do saber, então haveria de existir também uma colonialidade específica do ser. Assim, para entender a proposição do termo, é importante que compreendamos, primeiro, o que é a colonialidade.

Colonialidad no significa lo mismo que colonialismo. Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y la idea de raza⁴³. (TORRES, 2007 p.131).

Partindo dessa distinção, ainda que o colonialismo seja anterior à colonialidade, esta sobrevive ao colonialismo, propagando-se em manuais de aprendizagem, na cultura, no regramento dos trabalhos acadêmicos, no sentido comum, nas aspirações dos sujeitos, na autoimagem dos povos e em muitos outros aspectos da experiência moderna. Respiramos a colonialidade cotidianamente, principalmente em nosso contexto latino-americano, cuja empresa colonial se baseou em formas de dominação e subordinação para manter e justificar seu controle.

Para Torres (2007), a própria modernidade, enquanto discurso e prática, só é possível a partir da colonialidade, pois representa, entre outras coisas, um processo contínuo de conquista. O que caracteriza a modernidade é justamente sua ambiguidade entre um ímpeto humanista secular e a traição radical de algumas dimensões deste mesmo ímpeto. A relação próxima que mantém com a ética da guerra (e sua naturalização pela ideia de raça) cria o *ser* e o *não ser*. Ao lado de um sujeito ontológico que *é*, aparece um sujeito racializado que, por não participar do conhecimento e dos moldes cognitivos estabelecidos pelo *ego cogito* cartesiano, *não é*.

El privilegio del conocimiento en la modernidad y la negación de facultades cognitivas en los sujetos racializados ofrecen la base para la negación ontológica. En el contexto de un paradigma que privilegia el conocimiento, la descalificación epistémica se convierte en un instrumento privilegiado de la negación ontológica o de la sub-alterización. ‘Otros no piensan, luego no son’. No pensar se convierte en señal de no ser en la modernidad [...]. La ausencia de la racionalidad está vinculada en la modernidad con la idea de la ausencia de ‘ser’ en sujetos racializados⁴⁴. (TORRES, 2007, p.145).

⁴³ Tradução nossa: “Colonialidade não significa o mesmo que colonialismo. Colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui tal nação como um império. Distinta desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça”.

⁴⁴ Tradução nossa: “O privilégio do conhecimento na modernidade e a negação de facultades cognitivas nos sujeitos racializados oferecem a base para a negação ontológica. No contexto de um paradigma que privilegia o conhecimento, a desqualificação epistêmica se converte em um instrumento privilegiado da negação

Para compreender essa colonialidade do ser que inclui e exclui, devemos tomar como pontos de partida o negro e a gente de cor colonizados – classificados por Torres (2007) como os *condenados* (*damnés*) da terra. Além disso, o autor ainda acrescenta o aspecto do gênero, também inerente à ética da guerra permanente e naturalizada na modernidade.

A colonialidade do ser se refere primeiramente à introjeção, por parte do subalterno, de sua condição de invisibilidade e/ou de inferioridade, violando o sentido da alteridade humana até o ponto em que o *alter ego* se vê transformado em um *sub-alter*. Tal colonialidade pode ser notada em projetos históricos e ideias de civilização que têm como partes intrínsecas de sua estrutura traços coloniais de diversos tipos, inspirados ou legitimados pela ideia de raça e pelo ceticismo misantrópico. Criando eixos de inclusão e exclusão, a colonialidade do ser se desdobra em um sem-número de características existenciais fundamentais e em imaginários simbólicos.

Afunilando a discussão para o contexto analisado nesta tese, e partindo do ponto de que a colonialidade do ser se funda na ideia racial, façamos algumas ponderações. A primeira é com relação ao significado de “raça”. Torres (2007) em seu texto afirma que a ideia de raça mudou através dos séculos – o que não anula seu aspecto de desumanização. Quando tratamos de racialização, tratamos de uma suspeita permanente sobre a humanidade dos sujeitos em questão, sejam eles negros, indígenas, mulheres ou outra categoria que se posiciona para lá da racionalidade do *ego cogito*. Tal suspeita se baseia, certamente, na incapacidade de estender essa ordem para além do lugar de *propriedade*. Os *condenados* são assim considerados porque são extra-ordinários, ocupam não-lugares e, por se distanciarem das redes de significação do *eu* (ou do *nós*) moderno, sofrem a violência inerente do *horror alieni*.

Olhando para a Fazenda Monte Alegre e seu processo de colonização, também notamos a ação da colonialidade do ser e da racialização. Embora as IKPC e seus dirigentes não adotassem um discurso explicitamente racista, as doutrinas sobre raça naturalizavam os projetos da “Marcha para o Oeste” e de ocupação de terras do governo Vargas – alcançando, evidentemente, o empreendimento dos Klabin. Marion Brepohl de Magalhães (2014), em seu livro *Pangermanismo e nazismo*, discorre sobre a circulação dessas ideias em obras de pensadores brasileiros das primeiras décadas do século XX. Envolvidos pelos debates

ontológica ou da sub-alterização. ‘Outros não pensam, logo não são’. Não pensar se converte em sinal de não ser na modernidade [...]. A ausência da racionalidade está vinculada na modernidade com a ideia da ausência de ‘ser’ em sujeitos racializados”.

crescentes sobre nação e identidade, e pelo movimento modernista, esses intelectuais não só buscavam valores culturais “autenticamente nacionais”, como também o “brasileiro ideal”.

Deste cenário, Magalhães (2014, p.64) destaca as teses de Oliveira Vianna, principalmente porque este conseguiu romper o círculo restrito aos seus pares e falar, “a partir de 1934, de um outro lugar, bem mais próximo e solidário aos poderes oficiais”.

Sociólogo, jurista, colaborador de jornais importantes para a formação da opinião pública como *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo*, Vianna tornou-se consultor jurídico do governo provisório e foi um dos principais arquitetos da Constituição de 1934, notadamente nas áreas trabalhista, da distribuição dos poderes entre a União e os estados, da política migratória e da educação. (MAGALHÃES, 2014, p.68).

Vianna se apoiava na psicologia social de Le Bon (de quem emprestou os mais variados critérios para o estabelecimento de ordens de inferioridade entre os seres humanos) e no conceito de eugenia de Francis Galton.

Tanto o mestre [Galton] como o discípulo [Vianna] eram homens das Américas, e puderam perceber a utilidade da divisão das raças segundo o critério da cor, empregada primeiramente por teóricos imperialistas na Europa. Nas Américas, semelhantemente, ela serviria como uma luva para os propósitos de estratificação de classe e, ainda, para a incorporação do seu passado escravista, bem como para legitimar a simples eliminação dos povos indígenas. (MAGALHÃES, 2014, p.69).

Lançando mão de termos como “caboclo” e “bugre”, Vianna postulava que o Brasil só entraria para o rol das “nações civilizadas” a partir da miscigenação das raças inferiores com a raça branca – de preferência, de origem lusa. O negro servil, o mulato indolente e arrogante e o índio inapto ao mundo civilizado não deveriam compartilhar do espaço da cidadania brasileira. “Mas tampouco o imigrante, pois lhe faltava o sentimento de brasilidade, somente seus filhos e netos, quando plenamente amalgamados, graças ao contato com a população de origem lusa.” (MAGALHÃES, 2014, p.74).

Tais ideias, portanto, ainda que não adotadas abertamente na ocupação da Fazenda Monte Alegre pelas IKPC, circulavam entre os dirigentes e os trabalhadores, consolidando uma sorte de termos e inferiorizações. A própria nomeação de “caboclos” dada à população rural regional já expõe a racialização. Para além disso, outros grupos receberam classificações pejorativas, como os trabalhadores que vieram do Nordeste. Luiz Vieira, que também era nordestino, por sua posição de autoridade, não tinha seu nome atrelado à sua região de origem. Os operários que eram seus conterrâneos, no entanto, não escapavam da estereotipização.

Alcione dos Santos Rebonato⁴⁵, funcionário da cooperativa e, depois, do Almojarifado, quando fala sobre os nordestinos, refere-se a eles como “baianos” e “cearenses”. Alcione, que nasceu em Curitiba (portanto paranaense), afirma que a “turma” do Nordeste veio com Luiz Vieira porque “não tinham o que comer” e que eram tão violentos que tinha medo deles:

Projeto Tempo e Memória (PTM): O senhor gostava? A cidade [*company town*] era animada?

Alcione dos Santos Rebonato: Gostava. Não, era uma vila perto do bondinho, era uma vila, um acampamento que tinha lá.

PTM: E lá que ficava o armazém [cooperativa]?

Alcione: Bem em frente ao bondinho que ficava o armazém. Onde é o bondinho hoje era um hotel, abaixo do hotel tinha a Pensão 5, no hotel paravam os mais grã-finos, e mais para baixo tinha as repúblicas do pessoal. Veio turma, veio baiano, o Dr. Vieira trouxe umas turmas de lá, no tempo da guerra, eles não tinham o que comer, então ele trouxe baiano, cearense, e eles viviam brigando, eles eram valentes mesmo, eles andavam com punhal na cinta, brigando, a gente tinha medo deles, a turma do armazém parava numa república de solteiro, era retirado mesmo, mas onde moravam os cearenses com as famílias era perigoso.

PTM: Eles arrumavam encrenca?

Alcione: Arrumavam e tocava a faca mesmo, isso não tinha... Mas felizmente não aconteceu nada com a gente, só entre eles lá.

É interessante notar que a ideia de grupos racializados também estava dentro da própria classe trabalhadora. Alcione não fazia parte da classe dirigente responsável pelo projeto industrial. Ele também era um trabalhador e estava mais próximo dos “baianos” e “cearenses” do que dos chefes.

Existia, inclusive uma distinção de nomenclaturas para os trabalhadores de acordo com a função que exerciam dentro da *company town*. *Operários* só eram aqueles que representavam a mão-de-obra mais básica, quase sempre atrelada aos serviços braçais – eram os “arigós”⁴⁶. Aqueles que rompiam essa primeira barreira e iam para os setores e escritórios já se reconheciam como *funcionários*. Essa diferenciação e classificação veio à tona na fala de Alcione quando a entrevistadora questionou sobre as formas de lazer em Monte Alegre e sobre os bailes. Nos bailes, o público era “filtrado” de modo a impedir que os “arigós”, classe mais baixa da *company town*, participassem.

⁴⁵ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 11 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

⁴⁶ Arigó é um termo informal e pejorativo que foi utilizado não só na Fazenda Monte Alegre, mas em outras regiões do Brasil que receberam migrantes nordestinos. Ele designa trabalhadores braçais que são contratados de forma sazonal. A expressão tem sua origem em uma ave de arribação da região Nordeste, também chamada de arigó, que migra sempre em busca de comida.

PTM: Tinha baile?

Alcione: Tinha os bailes, os bailes que eram fogo, ali, lá perto da barragem, naquele acampamento, tinha o locomóvel que fornecia luz para o acampamento, e tinha lá umas 20 a 30 casinhas, mas não tinha nem assoalho e nem forro, era só o chão puro e lampiões, e nós íamos dançar baile todo sábado para domingo, e a turma de lá [trecho inaudível], ele chamava Zé Arigó, o operário, só aceitava funcionários [...]

PTM: Por que [arigó] era o pessoal que trabalhava na empreitada?

Alcione: Trabalhando na fábrica, operário era arigó para eles.

PTM: Operário da fábrica não era funcionário?

Alcione: Não, naquele tempo não era, era arigó. Funcionário [era] quem trabalhava no armazém.

PTM: No escritório, essas coisas.

[...]

Alcione: Então nós íamos dançar lá no locomóvel, e as mulheres só aceitavam os funcionários, os arigós não entravam.

PTM: Tinha que ir de carterinha.

Alcione: Eles já conheciam.

PTM: Todo mundo conhecia todo mundo.

Alcione: Uma vez teve uma briga lá de noite, eu subia uma rampa, eu e o Tonico, um amigo meu, subíamos uma rampa assim de 90° em 5 minutos, tiro para cima e punhal. Eles tinham raiva da gente, os operários, os arigós que diziam, funcionário do armazém eles não gostavam, porque as moças gostavam da gente, deles não gostavam.

PTM: Mas esse pessoal que o senhor fala, é o pessoal que estava trabalhando na construção [da fábrica], nessa época que o senhor está falando, eram os arigós?

Alcione: Os arigós.

PTM: Antes de a fábrica funcionar?

Alcione: É. E no baile as mulheres que escolhiam quem entrava nos bailinhos ali, então só entrava: ‘fulano, fulano, você não entra, você é um arigó, você não entra’. E aí começava a briga, derrubavam porta.

PTM: Toda vez era isso?

Alcione: Toda vez era assim. Lá em cima, perto no bondinho, tinha os bailinhos lá também, lá já era mais calmo um pouco.

PTM: E os arigós também tinham os bailinhos deles?

Alcione: Não tinha.

PTM: Aí tinha que ir lá brigar mesmo.

Percebemos pelas colocações de Alcione que ser “arigó” era ser excluído dos bailes e, inclusive, do interesse das moças. Essa divisão operário-funcionário, por mais que não comporte uma relação explícita de raça, encaixa-se no que Torres (2007) chama de “circulação criativa de conceitos raciais”. A Fazenda Monte Alegre, por ter sua colonização fundada em eixos de inclusão e exclusão, de *propriedade* e *estrangeiridade*, apoiou-se na colonialidade do ser – e tal noção se espalhou por toda *company town*, multiplicando-se em imaginários simbólicos.

As relações de identidade, de memória e de metamemórias coletivas serão retomadas e aprofundadas nos capítulos posteriores, mas, para encerrar este tópico, é importante reforçarmos que o que delimita a *propriedade* de uns e a *estrangeiridade* de outros no empreendimento das Indústrias Klabin são basicamente esses dois sustentáculos simultâneos e complementares: a mentalidade/metaidentidade da época e a colonialidade do ser inerente a essa mesma mentalidade. Esses sustentáculos são tão fortes que permitiram que um grupo,

mesmo compartilhando a língua, o contexto histórico geral e o Estado, se posicionasse quase que como uma nação descolada – não externa, mas superior aos “caboclos” de Monte Alegre.

Desta forma, faz sentido refletir sobre a compra, a instalação da fábrica e a formação da *company town* como um processo colonizatório. O fardo do homem branco europeu se transformou no fardo do homem branco industrial, responsável por retirar tais “caboclos” de seu estado primitivo, inserindo-os no progresso. Por isso optamos por utilizar o conceito de *nomos* de Carl Schmitt (2014). Se ampliarmos seu sistema de conquista eurocêntrico para outros contextos além das tomadas de terras do Novo Mundo e do imperialismo, percebemos que ele não só faz sentido como sustenta processos violentos de colonização e apropriação. E isso se dá porque opera nos eixos de acessibilidade e inacessibilidade, de inclusão e exclusão. Sua proposta de *nomos*, inclusive, auxilia a compreender como um determinado grupo é capaz de sufocar outro territorial, histórica e culturalmente.

3.2 A FAZENDA MONTE ALEGRE E O *NOMOS* DOS PINHEIRAIS

Retomando as ideias de Carl Schmitt (2014) em *O nomos da Terra*, vemos que ele versa sobre a tomada de terras livres – implicando este último termo em enorme elasticidade. Para o jurista alemão, as terras livres eram todas aquelas que não possuíam um senhor ou um suserano reconhecido pelo direito externo do grupo que tomava a terra (a saber, o direito das gentes europeu). Dessa forma, encontrar terras livres não significava dizer que eram desabitadas, mas sim “vazias” do ponto de vista das potências europeias por não possuírem qualquer tipo de direito fundado em balizas “civilizadas”. Essa inexistência jurídica das terras livres ganha contornos ainda mais drásticos quando Schmitt (2014) atrela à tomada de terra o começo de toda história:

No começo da história de todo povo tornado sedentário, de toda comunidade e de todo império está, portanto, de uma forma ou de outra, o evento constitutivo de uma tomada de terra. Isso vale também para todo começo de época histórica. A tomada de terra precede – não apenas logicamente, mas também historicamente – a ordem que se segue. Ela contém a ordem inicial, de natureza espacial, origem de toda ordem concreta posterior e de todo direito posterior. Ela é o enraizar no reino de sentido da história. Desse *radical title* decorrem todas as relações posteriores de posse e de propriedade: propriedade individual ou coletiva, formas de posse de usufruto no âmbito do direito público ou privado, social ou das gentes. (SCHMITT, 2014, p.45).

Ou seja, o começo da história está na tomada de terras; para que o processo tenha continuidade há de se estabelecer uma ordem. A tomada de territórios precede, portanto, a

ordem – e é pensando nessa gradação que Schmitt (2012, p.69) introduz o conceito de *nomos*. Recorrendo à palavra grega, que significa primeira medição, ele a classifica como “a medida que parte o chão e o solo da Terra e os localiza em uma ordenação determinada; é também a forma, assim adquirida, da ordem política, social e religiosa”. Assim, ao tomar uma terra, fundar uma cidade ou uma colônia, o *nomos* só acontecerá se, depois desses atos, houver o estabelecimento de uma ordem capaz de assentar e localizar historicamente aquele pedaço da Terra. É por isso que, mesmo que tribos não “civilizadas” pratiquem a tomada de terras, elas são incapazes de estabelecer uma ordem espacial, um *nomos*, pois carecem da visão global que este exige.

É levando essa relação global em consideração que o jurista alemão afirma que o primeiro *nomos* da Terra se deu na época dos “Descobrimentos”,

[...] quando pela primeira vez a consciência global dos povos europeus apreendeu e mediu a Terra. [...] [o *nomos*] consistia em uma determinada relação entre a ordem espacial da terra firme e a ordem espacial do mar livre, e foi, durante quatrocentos anos, portador de um direito das gentes eurocêntrico, o *jus publicum europaeum*. (SCHMITT, 2014, p.46).

O *jus publicum europaeum* era um direito interestatal de Estados soberanos europeus que determinava o *nomos* do resto da Terra a partir desse núcleo. Em seu entendimento, qualquer terra do planeta ou era território estatal europeu (ou de Estados a eles equiparados), ou era terra ainda ocupável, ou seja, colônia potencial. Dessa forma, toda terra livre podia ser irrestritamente conquistada, pois os povos “incivilizados” que porventura ali habitassem não tinham a mesma noção de Estado – faltando-lhes, conseqüentemente, a noção básica de qualquer direito –, e tampouco o uso que faziam do solo configurava uma propriedade. “O Estado que efetua uma tomada de terra pode tratar a terra colonial tomada, no que se refere à propriedade privada, ao *dominium*, como sem senhor [...]. Ele pode eliminar os direitos dos nativos ao solo e declarar-se o único proprietário de todo o solo [...].” (SCHMITT, 2014, p.213).

Seguindo as proposições de Schmitt (2014), o homem branco e europeu, ao cruzar pela primeira vez as terras livres da bacia do rio Tibagi estabeleceu o primeiro *nomos* daquele território. Mesmo que habitado por diferentes tribos indígenas, pôde declará-lo como sem senhor e afixá-lo, enquanto colônia, a um Estado já reconhecido pelo *jus publicum europaeum*. Esse direito das gentes, no entanto, não pareceu ser muito eficaz na região. As poucas ocupações pelas terras e a distância de centros maiores e mais “civilizados” fez com que o Estado fosse uma figura afastada – mais valia a ordem dos desbravadores, aventureiros

e religiosos que se arriscavam pelo sertão dos pinheirais. Podemos estender essas considerações também para o “reinado” de José Félix da Silva. Mandando e desmandando em sua sesmaria, ele mesmo organizava a milícia, exterminava índios e conquistava territórios. As contas a se prestar à Coroa eram poucas – e o acordo firmado de ocupação era, de certa maneira, conivente com a violência e a truculência com que os nativos eram tratados. Afinal, os “incivilizados” não tinham qualquer tipo de direito reconhecido.

Assim, podemos dizer que um *nomos* definitivo só foi estabelecido com a compra e a vinda das Indústrias Klabin para a fazenda. A KIC não só tomou as terras, como as dividiu, repartiu e ordenou. Não se tratava de um Estado agindo – mas de uma empresa que ganhou a permissão e a autoridade para agir como tal. Se recuperarmos as colocações que fizemos no tópico anterior, compreendemos que a colonização se tornou possível porque, imbuída de seu lugar de *propriedade*, a KIC pôde suplantar o grupo que já habitava na região, fazendo deles os estrangeiros. Seu plano civilizatório, operando em eixos de acessibilidade e inacessibilidade e de colonialidade do ser, cristalizou um *nomos* eficiente, munido de ordens e de lugares de significação que seriam impostos como regra. Com sua chegada na posição de “conquistadora”, as Indústrias Klabin ressignificaram os marcos históricos e memoriais de Monte Alegre. Zerou-se, enfim, o ponteiro: a partir do *nomos* é que a história passou a ser escrita e reconhecida.

Samuel Klabin foi o primeiro “conquistador” a atravessar os limites da fazenda, ainda em 1932. Ele partiu de São Paulo em um Ford 1929 acompanhado de Reinaldo Bronnert. Sua missão era esquadrihar o lugar e fazer um relatório das terras. A KIC precisava saber se realmente valiam o investimento. Quando chegou a Monte Alegre, foi recebido por Alcebíades Marques e hospedado nas instalações da época da Companhia Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro.

De acordo com Fernandes (1974), o primeiro ponto verificado por Samuel foi a potência hidráulica da região. Já no primeiro dia de exploração ele conheceu o Salto Mauá, no rio Tibagi – que mais tarde receberia uma barragem e a usina hidrelétrica. Pelas picadas que iam abrindo na mata, o representante dos Klabin pôde notar a presença maciça dos pinheiros. Manoel Ribas não havia mentido, afinal. A fazenda tinha potencial e matéria-prima de sobra para receber uma moderna indústria de papel e celulose. À KIC, então, Samuel deu um parecer favorável, e as negociações de compra avançaram. Em 1933, as terras foram a leilão e os industriais paulistas a arremataram por 7.500 contos de réis.

Logo a sociedade passou a se reorganizar para dar cabo do projeto ambicioso. A primeira ação foi criar uma empresa destinada a cuidar da Fazenda Monte Alegre – a

Indústrias Klabin do Paraná (IKP⁴⁷). Fundada em 20 de outubro de 1934, em São Paulo, tinha nove acionistas, todos da família: Salomão Klabin, Hessel Klabin, Jacob Lafer Klabin, Wolff Klabin, Eva Cecília Klabin Rapaport, Ema Gordon Klabin, Mina Klabin, Samuel Klabin e Abraão Jacob Lafer. Entre as suas atribuições estavam a exploração industrial de papel e a fabricação de celulose, pasta de madeira, papelão e outros congêneres. Os estatutos também autorizavam a sociedade a estabelecer qualquer outro tipo de indústria (extrativa ou não), a explorar propriedades agrícolas, empreender atividades de mineração e o que mais conviesse. “A primeira diretoria foi constituída por Salomão Klabin, que ocupou a presidência, Hessel Klabin, a vice-presidência, Jacob Klabin Lafer, o cargo de tesoureiro, e Wolff Kadischewitz [Klabin], o de secretário.” (CONY; LAMARÃO, 2001, p.121).

Dias depois da constituição da IKP, Wolff e Horácio Lafer fizeram a primeira visita à fazenda, acompanhados do interventor Manoel Ribas. No entanto, coube aos filhos de Salomão (Samuel e Horácio Klabin) explorar e mapear a região. Paralelamente, os irmãos também começaram a viajar para o exterior para adquirir o *know how* da fabricação e o maquinário necessário.

Até 1940, a IKP procedeu à etapa subsequente da tomada de terras de Monte Alegre: a demarcação do espaço. Para tanto, contrataram engenheiros e agrimensores responsáveis por equipes de exploração, levantamento e abertura de estradas. É nesta (e única) etapa que vemos, por entre frestas, a presença de uma população nativa na fazenda na documentação oficial. Foram essas pessoas que serviram de guias aos “desbravadores” de fora; elas iam à frente dos grupos, abrindo as picadas. O trabalho desses mateiros, no entanto, ficou à sombra dos “reais exploradores”. Fernandes (1974) até chega a citar alguns de seus nomes – Pedro Lagoa, João Tirano –, mas apenas como coadjuvantes dos corajosos engenheiros e dos Klabin que deixaram o conforto da cidade para se embrenhar no sertão.

Em certa passagem de seu livro, Fernandes (1974) não só registra a presença dos “grandes homens” em Monte Alegre, como os compara aos bandeirantes de séculos anteriores. Para ela, não resta dúvida de que o projeto industrial também era um projeto colonizador e civilizatório.

Os homens amorenados pelo sol, com rostos barbudos defendidos pelo chapelão, os dorsos curvados ao peso da matalotagem, muito se assemelhavam aos que haviam palmilhado aqueles campos dois séculos antes. Entre 1936 e 1940, porém, quem ia à

⁴⁷ Em 9 de junho de 1941, a IKP aumentou seu capital social e, também, alterou sua razão social para Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. (IKPC). Assim, quando nos referimos à empresa até o ano de 1941, usamos a sigla IKP; depois desse ano, utilizamos a sigla IKPC.

frente não era o bandeirante em busca de índios nas reduções jesuíticas ou na reconquista das fronteiras demarcadas pelo Tratado de Madrid, no século XVIII. Um engenheiro, Walter Ashauer, ou um agrimensor, com meia dúzia de empregados, levava a incumbência de fazer o levantamento das mais distantes áreas da Fazenda Monte Alegre, abrindo estradas e construindo pontilhões. (FERNANDES, 1974, p.45).

Karl Zappert, que também foi um dos engenheiros contratados para explorar a região e, posteriormente, dirigir tecnicamente a fábrica, foi o primeiro a registrar a “história de Monte Alegre” no jornal *O Tibagi* ainda em 1948. Na chamada de capa, Zappert foi considerado um dos “pioneiros” da fazenda, conhecedor de todos os detalhes do projeto e, por isso, era a pessoa “mais informada” para tratar do assunto. Já no artigo número um de sua narrativa, o engenheiro reforçou que “[...] pouca gente morava em Monte Alegre. Existia apenas a velha sede da fazenda onde o Snr. Alcebiades Marques, sua exma. Senhora e filhas sempre cuidavam dos visitantes que chegavam de São Paulo ou Rio de Janeiro para passar alguns dias de estudo no próprio lugar”. Ele também mencionou Pedro Lagoa, considerado uma “autoridade local”, e deu um número de habitantes originais: 200 almas.

Havia também o lugar denominado Lagôa, porém, aí onde agora existe uma pequena cidade, havia apenas algumas humildes casas habitadas pela família do Snr. Pedro Prestes, o qual todo mundo conhece até hoje sob o nome de Pedro Lagôa, e que foi autoridade policial, e da justiça, eleito pelos próprios habitantes de Monte Alegre em número máximo de 200 almas. Fora da Fazenda e da Lagôa havia apenas alguns acampamentos bem espalhados sobre o grande território de mais de 60.000 alqueires, e os poucos habitantes raramente se encontravam nessa vastidão⁴⁸.

A questão é que, da narrativa histórica de Zappert às subsequentes, como as de Fernandes (1974) e Coraiola (2003), a existência de uma população nativa em Monte Alegre ficou apenas subentendida. Por ter sido suplantada pelo *nomos* dos Klabin, nada se registrou sobre seus costumes, suas tradições ou até mesmo que destino teve após a compra da fazenda. As lembranças que restaram ficaram restritas à tradição oral – e é a partir desse ponto que tomamos as memórias de dois habitantes da região que trabalharam como mateiros, no período de exploração, como eixo central. Por meio de suas rememorações, podemos identificar suas percepções sobre o projeto colonizador da fábrica e o papel que exerceram nessa transição entre o trabalhador rural e o operário. Engolidos pelo progresso da Klabin, deixaram a agricultura e o garimpo para operar máquinas e caminhões; abandonaram os ranchos e a cultura rural para habitar na moderna e urbana *company town*.

⁴⁸ ZAPPERT, Karl. **História de Monte Alegre –1–**. *O Tibagi*, Monte Alegre, n.10, ano I, p.7, 1948.

Pedro Ferreira Prestes⁴⁹ nasceu em Monte Alegre antes da compra das terras pela Klabin. Seu pai era irmão mais velho de Pedro Lagoa – no entanto, não ganhou a mesma fama deste na narrativa histórica “oficial”, pois morreu jovem, em 1932, depois de um acidente de cavalo. Os irmãos vieram de Ponta Grossa para a Fazenda; ambos trabalhavam na terra, plantando, fazendo roça, criando porcos. Nas invernadas, também auxiliavam com o gado.

Pedro Prestes se lembra de 56 moradores em Monte Alegre. Seus ranchos eram distantes um dos outros em uma ou duas léguas (Pedro considera uma légua como 6 quilômetros), o que não os impedia de se encontrarem esporadicamente na época dos plantios, contrariando as colocações de Zappert:

Pedro Ferreira Prestes: Quando chegava a época da pessoa plantar, então reunia 20, 30 companheiros, avisava, fazia um mutirão, iam lá, faziam a roça, queimava, aquele mesmo povo se reuniam, iam lá plantar e de noite saía um bailão, amanhecia dançando. Era assim, era bom, a gente gostava, matava um tanto de leitão, galinha, boi, fazia bolo de polvilho, para fazer o café para a turma.

Projeto Tempo e Memória (PTM): E o que que vocês plantavam?

Pedro: Plantava milho, feijão, arroz, plantava muito naquela época.

PTM: Aí vocês não precisavam comprar para fazer, né.

Pedro: Não, até eu vou dizer a você uma verdade, o que era mais necessitado de comprar era só o açúcar, porque o mais tudo tinha aqui.

No entanto, com a vinda da Companhia Agrícola e Florestal e Estrada de Ferro, na década de 1920, o cotidiano na fazenda foi mudando gradativamente – até se transformar de vez com a compra das terras pela Klabin.

Pedro: [...] Aí depois de muitos anos que o Klabin veio para cá é que foi modificando. Porque antes do Klabin vim, tinham 56 moradores dentro da fazenda, eles inventaram... o senhor Alcebiades [que] veio tomar conta, que tinha que assinar lá um papel, todo mundo foi, foram lá, assinaram, quando foi dali 1 ano ele cortou a roça, eles faziam 2 alqueires, ficou 1, daí continuaram daquele jeito [...]

PTM: Quer dizer que quando o senhor Alcebiades veio para cá, antes da Klabin comprar, foi diminuindo, não podia mais plantar?

Pedro: Diminuiu passados uns 3, 4 anos, que o Alcebiades chegou na fazenda em 33 para 34, mais ou menos em 36, ele já cortou, [...] que [eles] foram em Tibagi e assinaram lá um papel, uma desistência, então foi cortando as roças.

[...]

Pedro: É. Eles foram cortando porque estavam [...] limpando para plantar eucalipto e pinheiro, então eles... dava para plantar, aí depois que foi modificando. E agora a fazenda é de eucalipto mesmo, plantaram tudo eucalipto ali.

PTM: E agora não tem mais agregado, né, agora acabou tudo.

⁴⁹ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em agosto de 1993, em Telêmaco Borba (PR).

O diálogo entre Pedro e a historiadora toca em alguns assuntos fundamentais sobre a transição da população nativa de Monte Alegre, senhores de seus próprios ranchos e animais, para “agregados” da Klabin – ou seja, posseiros tolerados dentro das terras da fábrica, mas que viram seu modo de vida mudar completamente. Ao que indicam as lembranças de Pedro, Alcebiades teve papel fundamental nessa transição, coordenando os moradores e fazendo-os “assinar um papel em Tibagi”, “uma desistência”. O documento, provavelmente, continha termos que definiam os direitos (ou não direitos) dos “agregados” em terras agora particulares, incluindo a proibição do plantio. As roças que tinham dois alqueires passaram a ter um – e depois foram extintas. As terras de Monte Alegre, agora, só podiam servir exclusivamente para o plantio de matéria-prima para a indústria de papel.

Pedro ainda afirma que Alcebiades, além de “inventar” a assinatura de um papel, também plantou 50 alqueires de milho às custas do trabalho não-remunerado dos moradores antigos da fazenda depois que foi designado pelo interventor Manoel Ribas para cuidar das terras.

Projeto Tempo e Memória (PTM): O que que ele [Alcebiades Marques] fez lá? Ele cortou roça?

Pedro: É, fez 50 alqueires de roça.

PTM: O que que ele plantou ali?

Pedro: Plantou milho.

PTM: Ele usou o pessoal que morava na fazenda.

Pedro: É, o pessoal que morava na fazenda que foi fazendo aquelas roças para ele.

PTM: E ele pagava?

Pedro: Pagava nada, dizia que era foro, que eles estavam pagando foro.

PTM: O que que era foro?

Pedro: Foro é das terras, se a pessoa usa as terras, então paga em dinheiro, paga em produto e outros pagavam em serviço, então esse pessoal ia trabalhar para dizer que estava pagando.

PTM: Não ganhava nada?

Pedro: Nada, só ganhava a bóia. Então dali para cá ele começou a comprar gado para todo canto, logo ele estava com um gadão, aí ele foi sócio do Klabin, ele tinha 16 mil cabeças de gados de sócio do Klabin.

Talvez fizesse parte do acordo assinado em Tibagi que os “agregados” teriam que pagar com trabalho o pedaço de terra que ocupavam. O essencial é notar o aspecto crítico de Pedro, que localiza a exploração dos antigos moradores e a maneira como foram ludibriados por Alcebiades. Porém, a Klabin, verdadeira dona das terras, não é apontada como responsável.

Um acordo parecido com esse, exposto por Pedro, parece ter sido firmado também por seu tio Lagoa. Em seu livro, Fernandes (1974, p.40) diz que ele era um “ex-escravo, nascido e

criado na fazenda desde os tempos do Barão Monte Carmelo” – história diferente das memórias do sobrinho. A escritora vai além:

Chamavam-no ‘Pedro da Lagoa’, porque sua casa quando chovia ficava no meio dum alagadiço. Povoara o local com mais de vinte filhos. Lúcido, contava aos visitantes dos últimos ataques dos bugres e dizia que nascera e se criara laçando touros e fazendo a marcação de gado na época do rodeio. Ia vender bois e cavalos do patrão em Ponta Grossa. Quando os senhores da primitiva Casa Grande abandonaram-na, Pedro da Lagoa foi escolher um lugar para viver sossegado. Jamais entenderia não ser ele o dono do rancho em que habitava, da rocinha que plantava e do pasto em que soltava seus animais. Os Klabin o conheceram e o deixaram viver em paz, até que morreu com mais de cem anos, entre filhos e netos que não se dispersaram. (FERNANDES, 1974, p.40).

O quão em paz se podia viver como um “agregado”, porém, passa ao largo das considerações de Fernandes (1974). O sobrinho Pedro Ferreira Prestes afirma, inclusive, que o apelido “Lagoa” dado ao tio – e que depois daria nome a toda a região – também foi um batismo imposto pelos exploradores contratados pelos industriais. Os antigos moradores conheciam a área como Agudo:

Projeto Tempo e Memória (PTM): Seu pai era irmão do Pedro Lagoa?

Pedro: Era irmão, só que era mais velho. Papai veio de Ponta Grossa com 8 anos e o tio Pedro Lagoa veio com 5, se criaram aqui na Fazenda Monte Alegre. Meu tio Pedro Lagoa morreu com 102 anos.

PTM: Por isso que chama Lagoa ali?

Pedro: Antigamente era outro nome, depois que o Klabin chegou que pôs Lagoa, porque tinha uma lagoa [...].

PTM: E qual que era o outro nome que tinha antes?

Pedro: Primeiramente era Agudo, por causa desse morro que tem.

A mudança de nomes de lugares da Fazenda Monte Alegre nos leva a outro aspecto do *nomos* dos pinheirais. Por se tratar de um novo projeto colonizador, os “desbravadores” ficaram à vontade para renomear rios, saltos, fazendas e o que mais encontrassem nas picadas que iam abrindo. Fernandes (1974) relata algumas dessas mudanças, frutos de coincidências e trivialidades. Aparentemente, a perda de um canivete se mostrava mais importante que a tradição local.

O sr. Garbers, quando recém-vindo de São Paulo e pouco afeito a caminhadas pelo mato, acompanhando os mateiros perdera seu lindo canivete, a alguns quilômetros da Fazenda Velha [onde ficava a antiga casa grande do Barão de Monte Carmelo]. O local, hoje, ainda se chama Canivete Perdido. Outras denominações peculiares ficaram: Calcanhar do Sapo, o mais distante; Laranja Azeda, outrora um sítio, do qual restavam algumas árvores de pomar; Capão do Graxaim, onde caçadores tocaiaram um desses felinos. (FERNANDES, 1974, p.47).

Caso mais emblemático é o do rio das Mortandades. Ferida aberta na memória da Fazenda Monte Alegre, o lugar do extermínio de muitos kaingangs foi prontamente alterado pela própria diretoria das IKPC. Ema Gordon Klabin resolveu rebatizá-lo de Harmonia, para “dar mais sorte” à região. A mudança foi tão repentina que nem as equipes de exploração sabiam direito se localizar quando mandadas à Harmonia.

João Batista de Paula Pinto⁵⁰, o João Tirano⁵¹, também foi um dos mateiros da região contratados para guiar a abertura das picadas. Nascido em Conceição, na região de Tibagi, antes de vir à Monte Alegre trabalhou na lavoura, no garimpo e também como guarda-costas de um deputado que morava no município tibagiense. Quando Alcebíades Marques foi designado para cuidar das terras, Tirano conseguiu emprego como vaqueiro. Com a vinda da Klabin, passou a guiar grupos de exploração por diferentes lugares da fazenda. A cada tentativa dos “desbravadores”, a equipe ficava acampada de três a quatro meses no mato, medindo os potenciais hídricos e o nivelamento do solo. Foi assim que João orientou os engenheiros e topógrafos pelo Vertedouro (depois Canivete Perdido, como ele mesmo conta), por Jaguatirica, pela Ilha dos Cavalos, pelo Salto do Aparado e por Harmonia – que “não tinha nada de Harmonia, tinha o nome de Mortandade”:

Projeto Tempo e Memória (PTM): E o que era explorar? O senhor ia abrindo picada...

João Batista de Paula Pinto: Era abrindo picadas nos mato... nos matos... medindo água no rio que tinha, pra ver se tinha possibilidade de sair a fábrica, e fomos em diversos lugares.

PTM: Porque vocês não sabiam onde fazer a fábrica.

João: Nós não sabia onde fazê a fábrica... as primeiras exploração que nós fizemos foi num tal de Vertedouro, que hoje tem o nome de Canivete Perdido. Depois de lá saímos... fomos pra explorá uma tal de Jaguatirica, na beira do rio Tibagi.

PTM: Era tudo matão?

João: Tudo mato... depois tivemos da Jaguatirica na Ilha dos Cavalos pra exploração... tivemos mais ou menos uns quatro meses explorando a Ilha dos Cavalos subindo pra Salto Aparado... que até já tinha possibilidade da fábrica sai no Salto Aparado... então diziam: ‘a fábrica vai ser aqui no Salto Aparado’... aí descobriram aqui que hoje tem o nome de Harmonia, mas não tinha nada de Harmonia, tinha o nome de Mortandade.

PTM: Nossa!

João: É, tinha o nome de Mortandade... então mandaram chamar nós lá... vim pra Mortandade pra explorá... pra ver se dava o lugar da fábrica.

⁵⁰ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 11 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

⁵¹ João conta que ganhou o apelido de “tirano” quando tinha oito anos de idade. Por ser muito travesso, recebeu a alcunha de um conhecido da família. Este, ao ouvir a reclamação da mãe de João de que “o piá não tinha jeito”, completou que o menino era “tirano mesmo”. A partir daí ele só seria conhecido como João Tirano.

Tirano esteve envolvido com o processo de instalação da fábrica desde o início, e o trabalho desses primeiros anos não foi fácil. Durante três anos ele cruzou as terras da fazenda junto com as equipes até achar um “chão plaino e grande” que comportasse o tamanho da indústria. Mortandade, ou Harmonia (como quiseram os colonizadores), mostrou-se o terreno ideal. No entanto, até que se decidisse definitivamente, João e os exploradores viviam mais em barracas no mato do que em casa.

João: [Nós] Ficava três mês no mato e ali era um lugar, como se diz, muito perigoso... tinha muito bicho, tigre, rodeando a barraca... muita cobra e nós dormia tudo em barraca. Agora, de lá quando nós saía... nós de três em três mês nós saía pro campo... os engenheiro iam fazê os cálculos... às vezes ficavam na Fazenda Velha ou senão eles moravam mais em Castro... iam pra Castro e de tal em tal tempo nós voltamo... ‘vocês esperam na fazenda’... então quando eles voltavam nós já estava esperando na fazenda pra nós se enfiar pro mato outra vez.

Projeto Tempo e Memória (PTM): E enquanto o senhor não estava no mato, o senhor trabalhava em quê?

João: Não, nessas folga eu ia pra casa descansar... eu ia pra casa descansá...

PTM: Vocês ficavam três meses direto...

João: Direto e depois nós forgava mais ou menos um mês... nós folgava às vezes menos de um mês e nós já entrava... que eles sempre estavam em cima de nós pra fazê essa exploração o mais rápido possível...

PTM: Isso era em que ano mais ou menos?

João: Isso foi em 37, 38, 39 e 40... que em 37 já foi no final de ano... foi novembro de 37 e daí ficamo até 40... mas já tava em 40 aqui em Harmonia e em 41 é que foi começado a esplanada da fábrica.

De acordo com João, as equipes contavam com 12 a 20 pessoas, e quem se aventurava pelo mato precisava ter muita coragem. Ele, porém, com sua sabedoria do funcionamento do sertão, não temia os “tigres que rodeavam a barraca”:

João: [...] mas eu não tinha medo, em toda a minha vida tive muita coragem porque eu sabia... tinha muito bicho: tinha muito porco do mato, tinha tatu, tinha anta, veado... barbaridade... e depois no campo da fazenda tinha gado e os bichos comia muita criação... o tigre... então não tinha medo por isso que [o] danado [estava] com a barriga cheia, porque se não tivesse... se fosse um lugar que ele podia atacá o homem.

Mesmo depois de encerradas as explorações, em 1940, Tirano continuou morando em uma barraca, agora em lugar fixo: Harmonia. O emprego como mateiro terminou, e ele foi trabalhar na edificação da barragem que forneceria água para a indústria. Atuando como “mestre de turma”, ajudou a coordenar a construção da fundação de concreto. Assim que essa base ficou pronta, foi transferido para outro cargo, no depósito de máquinas. Em todo esse tempo, continuou morando sozinho em sua barraca, mesmo sendo casado desde de 1938. Impossibilitada de morar com o marido, sua esposa continuou na casa dos pais e vendo-o

apenas de três em três meses. João conta que o sogro morava próximo à sede da Fazenda Velha, e que só pôde trazer a mulher para viver com ele em 1942, quando ganhou um ranchinho em Harmonia. A má qualidade da casa, no entanto, fazia “chover mais dentro do que fora” – motivo que levou-o a reclamar pessoalmente com Luiz Vieira algum tempo depois.

Os cinco anos que passou na barraca e as dificuldades que enfrentou na época das explorações deixaram João consciente da relevância de seu trabalho – tanto é que ele se inclui nos resultados, ao ressaltar que “foi muito importante os levantamento que *nós* fizemos” (grifo nosso). Bem diferente do posicionamento adotado por Fernandes (1974, p.46), por exemplo. Ao mencionar o nome de João Tirano, ela o atrela à figura do engenheiro Alberto Ehlert – este sim o “protótipo do pioneiro do Monte Alegre”, “um alemão austero que possuía invulgar capacidade de trabalho e um total sentimento de responsabilidade”. A Tirano, nativo da região, sobrou apenas a posição de “companheiro de todas as lutas”, um coadjuvante, enfim.

Tanto Pedro quanto João são apenas dois exemplos de como a população original foi impositivamente absorvida, apropriada, pelo *nomos* das Indústrias Klabin do Paraná. Primeiro tiveram que deixar suas ocupações tradicionais, de vaqueiro ou agricultor, passando a trabalhar na abertura das picadas. Depois, foram realocados em outras funções que também se relacionavam à atividade fabril: Tirano trabalhou na construção civil, no depósito de máquinas, na supervisão mecânica. Pedro saiu das explorações para se tornar guardião das divisas da fazenda; depois foi trabalhar no corte de madeira, no matadouro de gado e no transporte com caminhões. Ambos, enfim, circularam por várias funções, atendendo às demandas de mão-de-obra de base, já que nenhum tinha estudo ou qualificação. Em comum, também dividem certo sentimento de gratidão à fábrica. Pedro diz que naquele tempo “a gente era da firma, gostava, eu gostei de todos os serviços”. João completa seu agradecimento com uma prece: “eu trabalhei todo esse tempo no Klabin e eu não me queixo de nada e Deus ajude que essa firma sempre vá [para] frente, que nunca passemos dificuldade porque toda vida me dei bem com a diretoria... com tudo [a] chefia...”.

Certamente, a transição de culturas rural-urbana, a mudança no trabalho e nos costumes transformaram as trajetórias de Pedro e João, bem como suas identidades e a maneira como organizam e narram suas lembranças. Essas questões serão tratadas com profundidade nos capítulos 4 e 5. Aqui, no entanto, cabe destacar a forma como Tirano atrela sua vida “sem dificuldade” à sua boa relação com a chefia. Os vínculos hierárquicos foram fundamentais no momento logo após a demarcação de terras na fazenda, completando, enfim,

o *nomos*. Afinal, a tomada de terras só pode ser efetiva se for sucedida de uma ordenação, do estabelecimento de um “direito” reconhecido – e a Klabin escolheu fazer isso através de uma simplificada linha de chefia, intensamente burocrática.

Em 1940, de posse de todos os levantamentos e medições das terras da fazenda, a IKPC deu início ao processo de instalação de fábrica em si. Para tanto, decretou a construção de três núcleos centrais, que concentrariam a mão-de-obra, os alojamentos e os setores administrativos. Fernandes (1974) prefere chamar esses núcleos de sedes, que são Mauá, Lagoa e Harmonia. Mauá foi assim nomeada por ser próxima ao Salto Mauá, local escolhido para se construir a usina hidrelétrica. Harmonia ficou como sendo o lugar da fábrica, e logo os serviços de terraplanagem tiveram início. Lagoa, por fim, ficava entre os dois núcleos anteriores, tornando-se o centro administrativo.

Em todas essas localidades, casinhas de madeira e barracões para dormitórios coletivos começaram a ser erguidos para receber os trabalhadores. O luxo era nenhum. Pedro Ferreira Prestes conta que, à época, as “casas compridas” construídas para abrigar o pessoal eram popularmente conhecidas como “favelas”. Fernandes (1974) também registra que, em certo momento, antes da construção da *company town*, 200 homens chegaram a ocupar um barracão só. Paralelamente, pensões e hotéis eram erguidos para receber os visitantes e os funcionários graduados. Esses estabelecimentos também serviam como restaurantes, oferecendo café da manhã, almoço e janta. Neste primeiro momento, os trabalhadores contratados eram preferencialmente solteiros, ou então vinham à fazenda desacompanhados da família. Monte Alegre só teria sua cidade-empresa em meados de 1943.

Nesta fase, quatro estrangeiros ficaram responsáveis por exercer a chefia local e responder à diretoria das IKPC em São Paulo: Artur Carvalho, português, ocupava-se da administração geral, do controle do pessoal e dos pedidos de compra enviados à capital paulista e ao Rio de Janeiro; J.B. Boesh, suíço, dirigia os trabalhos da usina hidrelétrica em Mauá; Karl Zappert recebia o maquinário encomendado para a fábrica na fazenda e em outras localidades, como Paranaguá (PR), Pirai do Sul (PR) e Santos (SP); e Ignacio Sporn, polonês, foi incumbido de cuidar da parte elétrica. Os quatro estrangeiros encabeçando o projeto demonstravam a política deliberada dos Klabin de contratar profissionais vindos de fora. Willer (1997) destaca que, após o início da Segunda Guerra Mundial, a “importação” de técnicos ficou ainda mais fácil, já que muitos viam nessa oportunidade a chance de fugir dos conflitos e da perseguição nazista. O costume de preferir os europeus ou os norte-americanos, no entanto, não era apenas norma nas IKPC.

Segundo Warren Dean, os industriais brasileiros não exigiram do governo que proporcionasse cursos adicionais de ofícios técnicos, nem criaram instituições particulares com estes propósitos, porque achavam mais barato contratar operários e engenheiros especializados na Europa e nos Estados Unidos. O autor mostra também que os próprios filhos dos empresários, que esperavam eles assumirem o controle dos seus negócios, eram mandados ao estrangeiro para estudar. [...] Os Klabin também mandaram os membros da nova geração estudar no exterior. É o caso de Samuel e Horácio Klabin, formados nos Estados Unidos. (WILLER, 1997, p.105).

O quarteto estrangeiro da chefia ainda não tinha a forte estrutura burocrática que constituiria a *company town* nos anos posteriores. Esta só se organizaria com a vinda do “chefão⁵²”, o engenheiro Luiz Vieira, especialmente designado para cuidar das obras iniciais em Monte Alegre pelo regime de Getúlio Vargas. Fazia parte do acordo entre o Estado Novo e os Klabin que um técnico escolhido pelo governo fizesse parte da fundação da moderna indústria de papel. À época, Vieira, brasileiro e homem de confiança de Vargas, era Inspetor Geral do Departamento de Obras Contra a Seca no Nordeste (IFOCS). Sua primeira visita à Monte Alegre, acompanhado de Wolff Klabin, foi nos anos iniciais da década de 1940. Logo ao chegar, foi colocado a par da situação na fazenda por Carvalho, Boesh, Zappert e Sporn. Os planos que pensou para o empreendimento das IKPC, porém, só seriam concretizados meses depois porque, após a visita, Vieira retornou ao Rio de Janeiro, onde morava com a família.

Fernandes (1974) afirma que a demora a voltar do engenheiro deixou os trabalhos na fazenda incertos. A falta de uma chefia centralizadora atrasava as tomadas de decisões. A notícia de que uma fábrica se instalaria em Monte Alegre atraía um número cada vez maior de trabalhadores à procura de emprego, e o problema da falta de moradia se agravou profundamente. Sem saber mais o que fazer, Artur Carvalho redigiu uma carta a Vieira dizendo que, se não viesse até dia 29 de janeiro de 1942, os serviços de construção teriam prosseguimento mesmo sem seu aval. A carta nunca precisou ser entregue, porque o engenheiro chegou à fazenda no dia 30 de janeiro de 1942.

Com sua “licença poética” costumeira para enaltecer os “grandes homens”, Fernandes (1974, p.62) diz que a chegada de Luiz Vieira “foi como uma rajada de vento forte”. Altamente assertivo, o engenheiro canalizou a chefia para si – agora era o único responsável por fazer a ponte entre Monte Alegre e a diretoria paulista. Tudo deveria passar por suas mãos, das questões técnicas às mais triviais. Nada mais escaparia ao olhar vigilante de Vieira, “braço forte” na construção e na manutenção da *company town* das IKPC.

⁵² É Fernandes (1974) quem classifica Luiz Vieira como “chefão” – este, inclusive, é o título da seção de seu livro dedicada à chegada do engenheiro-chefe em Monte Alegre.

Vieira sintetizava pessoalmente as características do construtor do Brasil Novo necessárias à viabilização do projeto de modernização e integração nacional, idealizado por Vargas. Sua habilidade e experiência na condução de grandes obras em localizações distantes e condições adversas era resultado da combinação do conhecimento técnico à capacidade empreendedora e disciplinadora, atributos imprescindíveis para o enfrentamento dos desafios representados por este tipo de empreendimento. (WILLER, 1997, p.90).

Licenciado por um ano do Ministério da Agricultura, o engenheiro veio a Monte Alegre sozinho, num primeiro momento. Hospedado no hotel de Lagoa, fazia jornadas diárias de 14 horas e queria estar a par de tudo. De manhã, geralmente deliberava de seu escritório, recebendo os relatórios dos técnicos supervisores e expedindo memorandos, circulares e correspondências. À tarde, costumava “correr a fazenda”, visitando as obras dos três núcleos de trabalho. Como precisava se locomover bastante pelas terras, fez das estradas um capricho: mesmo em macadame, precisavam ser lisas e facilitar o tráfego. Fernandes (1974, p.63) conta que, quando seu carro chegou à Monte Alegre, deram-no o apelido de “águia branca”, dada a alta velocidade com que dirigia: “[...] diziam que Luiz Vieira voava baixo com ela [águia branca] pelas estradas. Os caminhões paravam aos lados, para que ele passasse, nunca a menos de cem quilômetros horários”.

Alcione dos Santos Rebonato⁵³ também se lembrou das “correrias” do “chefão” com um detalhe interessante: o engenheiro só trafegava na contramão. Por telefone, avisava que estava a caminho e que os outros veículos deveriam liberar a pista.

Alcione dos Santos Rebonato: [...] quando o Dr. Luiz saía de Lagoa para visitar as obras em Mauá, só ia na contramão, só telefonava da Lagoa para Mauá [...] e ia.

Projeto Tempo e Memória (PTM): Mas por quê?

Alcione: Eu sei lá. Só falava, ele ia para lá, [...] os caminhões Federal grandes davam o lado, e ele ia e voltava só na contramão. O Dr. Vieira era respeitado aqui dentro, ele era empregado do governo. Nem o Dr. Samuel e nem o Dr. Horácio dava palpite quando ele estava aqui, na Klabin nenhum dava palpite quando estava construindo aqui, ele era o carta branca de tudo aqui, o que ele mandava aqui era lei. [...]

Alcione expôs a tamanha autoridade conferida a Vieira. Em seu ver, nem os Klabin contestavam suas ordens – o que ele mandava era “lei”. De fato, o engenheiro era muito respeitado em Monte Alegre. No cinema construído em Lagoa, onde ele se sentou a primeira

⁵³ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 11 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

vez ficou para sempre como seu lugar, ninguém ousava ocupá-lo. Também era costume começar a sessão somente depois que chegasse. Sem Vieira, sem filme.

Fernandes (1974, p.63) confere ao próprio Vieira a decisão de canalizar toda a autoridade para si, já que “descobriu [...] que as dificuldades peculiares a Monte Alegre só poderiam ser superadas disciplinando os diversos setores de trabalho, especificando claramente as funções de cada chefe e centralizando o comando”. Se essa resolução foi ou não atitude do engenheiro é o que menos importa – o fato é que as IKPC não se opuseram em nenhum momento ao seu método de trabalho. Na verdade, a “gestão de ferro” de Vieira viria muito a calhar, como discutiremos no capítulo seguinte. Escrevendo até 20 cartas diárias à diretoria de São Paulo (as conexões telefônicas ainda não estavam prontas), ele argumentava sobre suas deliberações, bem como fazia pedidos e passava relatórios. Depois de redigidas, um funcionário do escritório as levava até Pirai do Sul de motocicleta, em um malote postal.

No final de 1942, sua esposa, Bonina, e seu filhos também se mudaram para a fazenda. Junto com o marido, Bonina completou a “alta sociedade” de Lagoa, como classificou Alcione em sua entrevista. Juntos, o casal organizava bailes no hotel em que só entrava “gente escolhida a dedo”. Católica fervorosa, foi a mulher do engenheiro quem organizou a vida religiosa da fazenda, promovendo quermesses em dias santificados, bem como a construção da primeira igreja em Lagoa.

Vieira, enfim, conseguiu combinar em si as atribuições de patrão, chefe e responsável técnico por todas as obras em Monte Alegre. Para instrumentalizar sua autoridade, foi criada a Secretaria Geral – e por ela passavam todas as decisões. Willer (1997) explica o funcionamento da secretaria e os tipos de documentos produzidos por ela. É essa documentação que forma o primeiro grupo de fontes utilizado nesta tese:

Todas as decisões tomadas por Vieira são registradas sistematicamente pela Secretaria Geral em documentos cujas cópias eram distribuídas em todas as seções da empresa. Este volumoso material era composto basicamente por três tipos de documentos: Circulares, definindo normas permanentes para os procedimentos dentro dos limites da Fazenda; Ordens de Serviço, estabelecendo procedimentos ou solicitando providências em resposta a necessidades que o engenheiro-chefe verificava cotidianamente e, finalmente, correspondências enviadas a pessoas e autoridades, dentro e fora da Fazenda, tratando de assuntos do interesse da Companhia. Uma via de todos estes documentos era enviada semanalmente através de um malote, ao escritório da Klabin em São Paulo, para ciência da Diretoria. (WILLER, 1997, p.91).

Circulares, ordens de serviço, correspondências e memorandos faziam parte de um organizado esquema burocrático que estabeleceu uma ordem na fazenda – fechando-se, assim, o *nomos* dos pinheirais. E, para encerrar as reflexões sobre esse *nomos* e seu aspecto

colonizador e civilizatório, dispomos das pontuações feitas por Hannah Arendt (2015) em *Origens do totalitarismo*.

3.3 A BUROCRACIA A SERVIÇO DO *NOMOS* DOS PINHEIRAIS: DO SERTÃO À INSTITUIÇÃO TOTAL

Antes de expormos as reflexões de Hannah Arendt (2015) sobre o imperialismo dos séculos XIX e XX, é fundamental explicarmos a apropriação que fazemos delas nesta tese. Em primeiro lugar, destacamos que a escolha pela autora se dá, fundamentalmente, pela imbricação que faz entre o imperialismo, a ideia de raça e burocracia. É no continente africano que Arendt (2015) localiza as origens estruturais de tais práticas, quais sejam, a racialização e o governo burocrático. Se as aproximarmos do escopo teórico já adotado nesta tese, veremos que ambas operam também sobre eixos de inclusão e exclusão e, principalmente, sobre a colonialidade do ser. É a partir da desumanização de uns que se autoriza o poder de outros – e é manejando de maneira escusa tal desumanização que se consolida a burocracia.

Arendt (2015) propõe sua análise do imperialismo pensando em dois grupos: os europeus e os colonizados africanos e asiáticos. A estes últimos, ela chama de estrangeiros, pois baseia tal classificação no sentido político da estrangeiridade criado pelos Estados-nação. O que fazemos aqui, portanto, é deslizar as concepções de Arendt (2015) para outros tipos possíveis de estrangeiridade e para outro contexto de colonização. Nos tópicos anteriores, esforçamo-nos para explicar os motivos que nos levaram a enxergar o empreendimento das Indústrias Klabin na Fazenda Monte Alegre como colonização. E, agora, dedicamo-nos a também pensar esse projeto de ocupação partir da estrutura de governo que adotou para si: a burocracia.

Assim, mesmo com essas ressalvas, e conscientes do deslocamento de ideias que promovemos, persistimos na atividade de aproximar contextos e acontecimentos singulares – pois, como bem ressalta André Duarte (2010), é preciso correremos este risco, porque ele é parte iminente de qualquer interpretação. É praticando a “proximidade na distância” que somos capazes de ressaltar algo que, até então, não foi suficientemente percebido por outros intérpretes. Passemos, pois, às ponderações de Arendt (2015) sobre imperialismo, raça e burocracia para, depois, associarmo-las ao objeto de estudo desta tese.

De acordo com Arendt (2015), o período do imperialismo compreende três décadas: de 1884 a 1914. Durante esses anos, a Europa passou por uma fase de quietude estagnante, enquanto os continentes africano e asiático enfrentavam uma onda de acontecimentos empolgantes, em grande parte motivada pelo objetivo político permanente de expansão dos Estados-nação europeus. É justamente esse “desejo expansivo” como meta suprema da política que Arendt (2015) considera como a ideia central do imperialismo. Para ela,

O imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa. (ARENDT, 2015, p.193).

O lema “expansão por amor à expansão” adotado pela burguesia, e feito instrumento de persuasão para os governos nacionais, guardava em si, no entanto, uma contradição essencial. Estrutura política e estrutura econômica são fundamentalmente diferentes – enquanto esta pode se expandir infinitamente, porque se baseia na produtividade ilimitada do homem; aquela não se presta ao crescimento, pois sua base, quando compreendida dentro do Estado-nação, é o consentimento genuíno do próprio grupo nacional, sendo dificilmente expansível aos povos conquistados. “Nenhum Estado-nação pode, em sua consciência, tentar conquistar povos estrangeiros, a não ser que essa consciência advinha da convicção que a nação conquistadora tem de estar impondo uma lei superior – a sua – a um povo de bárbaros.” (ARENDT, 2015, p.194).

É por isso que Arendt (2015) salienta o aspecto tirânico do imperialismo dos Estados-nação. Ao conquistar novos espaços, não estendiam uma lei comum integrativa, pelo contrário, promoviam uma assimilação – impondo a obediência e não a justiça. Isso criava uma divisão clara entre as instituições nacionais e a administração colonial, calcada, basicamente, na arrogância dos administradores que “sabiam lidar com as populações atrasadas”, e no respeito dos “estadistas antiquados no país de origem” que ainda nutriam as ideias de que nenhum povo tinha o direito de impor sua lei a outro. Esse respeito, porém, tornou-se negativo e ineficaz, não produzindo nenhuma forma de convívio; a arrogância, por outro lado, transformou-se numa verdadeira maneira de domínio.

A convicção da superioridade dos Estados-nação frente aos territórios fracos e considerados não civilizados gerou uma “exportação de poder” orientada pela violência – que logo frutificou em dois novos mecanismos de organização política e de domínio dos povos

estrangeiros: a raça (como princípio de estrutura política) e a burocracia (como princípio do domínio no exterior). Essas duas “descobertas” foram realizadas na África e, apesar de suas múltiplas relações, desenvolveram-se independentemente. “E, entre aqueles que, de um modo ou de outro, tiveram algo a ver com o seu aperfeiçoamento, ninguém chegou jamais a perceber todo o potencial de acúmulo de poder e de destruição oferecido por essa combinação.” (ARENDT, 2015, p.269).

Por raça, Arendt (2015) entende a tentativa de explicar a existência de homens e mulheres que estavam à margem da compreensão dos europeus. Suas formas e feições incomodavam e humilhavam os brancos de tal forma que eles não queriam mais pertencer a uma espécie humana comum. “A raça, quer sob forma de conceito ideológico gerado na Europa, ou como explicação de emergência para experiências chocantes e sangrentas, sempre atraiu os piores elementos da civilização ocidental.” (ARENDT, 2015, p.268). A burocracia, por sua vez, foi descoberta pela *intelligentsia* europeia esclarecida, originária de uma tradição de disciplina militar, “introduzida em meio a homens sem compaixão e sem lei”. Compreendia o administrador que governava por decretos e relatórios, em pleno sigilo.

[...] o complicado jogo de políticas de investimento de longo alcance exigia a subjugação de um povo, não em virtude de suas riquezas, como anteriormente, mas das riquezas de um outro país. Foi a burocracia a base organizacional do grande jogo da expansão, no qual cada zona era considerada um degrau para envolvimento futuros, e cada povo era instrumento para futuras conquistas. (ARENDT, 2015, p.268).

Arendt (2015), enfim, resume a aplicabilidade da raça e da burocracia no imperialismo da seguinte maneira: enquanto a primeira foi uma espécie de fuga para a irresponsabilidade desprovida de qualquer aspecto humano; a segunda foi a consequência da tentativa de se assumir uma responsabilidade que nenhum homem pode assumir por outro homem. Julgando-se superiores e civilizados, os homens brancos se sacrificavam por “algo maior”, assumindo para si o fardo de libertar os bárbaros de sua própria ignorância, de livrá-los de suas superstições, dos “dragões” que os atormentam a séculos.

Exemplo clássico de um legítimo “matador de dragões” é Lorde Cromer, secretário do vice-rei e membro financeiro do governo pré-imperialista da Índia. Na colônia britânica, Cromer fez surgir uma classe de funcionários com o desejo e a capacidade de governar, guiados, sobretudo, por seu senso de sacrifício para com as populações “atrasadas” e por seu senso de dever à glória da Grã-Bretanha. Em 1894, deixou o posto de vice-rei, bem como recusou o cargo de secretário de Estado dos Negócios Exteriores – sua vontade foi se tornar

cônsul-geral britânico no Egito, durante os anos de 1883 a 1907. A posição, pouco reconhecida, abriu-lhe a possibilidade de se tornar “todo-poderoso” em terras egípcias.

Cromer, a serviço do imperialismo, criou uma forma completamente nova de governar, calcada, principalmente, na integridade e no alheamento. Os interesses entre conquistadores e conquistados foram separados de forma absoluta – de tão distintos, nem em conflito poderiam entrar. Estava inaugurado, enfim, um tipo de administração pior do que a exploração, a corrupção ou a opressão, pois em todas elas oprimido e opressor, corrupto e corruptor, explorado e explorador ainda dividiam o mesmo mundo. Com o alheamento, esse espaço comum foi destruído, mesmo que o administrador tivesse pouca consciência do “monstro” que criara – para ele, sua atitude era inteiramente condicionada pelo contato forçado com pessoas “inferiores”. Mais do que crer ingenuamente em sua superioridade individual, pessoas como Lorde Cromer se sentiam parte de uma nação altamente civilizada e que, portanto, podiam manter sua posição por direito de nascimento.

A carreira de Lorde Cromer é fascinante porque personifica o ponto de transição entre os antigos serviços coloniais e os serviços imperialistas. Sua primeira reação às funções que desempenharia no Egito foi certa inquietude e preocupação com um estado de coisas que, sem ser ‘anexação’, era ‘uma forma híbrida de governo à qual não se pode dar nome e para a qual não há precedente’. (ARENDT, 2015, p.302).

Nos anos em que estive no Egito, Cromer não só se conciliou com a maneira híbrida de governo, como passou a justificá-la em suas cartas, expondo a real necessidade de uma administração sem denominação e sem precedentes. Já no fim da vida, redigiu o ensaio *O governo de raças dominadas*, estabelecendo os alicerces básicos do que Arendt (2015) considera como a “filosofia do burocrata”. Três características essenciais compunham tal filosofia: a) o reconhecimento de que uma influência pessoal, sem qualquer tratado político escrito, poderia ser suficiente e eficaz na supervisão dos negócios públicos em países estrangeiros. Essa intervenção informal se tornou a preferida, pois abria a possibilidade de alteração sem que o governo inglês fosse necessariamente envolvido; b) exigência de um corpo de assistentes bem treinados e confiáveis, cujo patriotismo e lealdade estivessem acima da ambição e da vaidade pessoal. Sua maior paixão teria de ser o sigilo, a atuação por trás dos bastidores; e c) a segurança de agir fora do controle de todas as instituições públicas (como o Parlamento, os Departamentos Ingleses e a imprensa). Um mínimo avanço democrático poderia ser altamente nocivo à burocracia, porque é impossível governar um povo por outro povo. Por essa razão, na administração por peritos, sempre há uma “minoridade experiente” que tem de resistir à pressão de uma “maioria inexperiente”. “Todo povo é basicamente formado

por uma maioria inexperiente e, portanto, não se lhe pode confiar um assunto tão altamente especializado como política e negócios públicos.” (ARENDT, 2015, p.304).

Ao burocrata, portanto, caberia puxar os cordões da história por trás das cortinas, governando por meio de decretos provisórios e mutáveis. Toda lei geral era evitada e cada caso recebia um tratamento específico – a estabilidade da lei se tornava, assim, uma ameaça, pois poderia constituir uma comunidade onde ninguém teria poderes de deus, e onde todos deveriam obedecer de maneira igualitária. As vantagens de se governar burocraticamente estavam, ainda, na retenção de informações e na supressão do raciocínio político e dos costumes locais:

Era amplamente vantajoso o regime de decretos no domínio de territórios extensos com populações heterogêneas e na política de opressão. Sua eficiência é superior simplesmente porque ignora todos os estágios intermediários entre a fonte emissora e o meio de aplicação, e porque impede o raciocínio político do povo graças à retenção de informações. Pode suplantar facilmente os costumes locais e não precisa depender do processo necessariamente lento do desenvolvimento da lei. É muito útil na implantação de uma administração centralizada porque suprime automaticamente toda a autonomia local. (ARENDT, 2015, p. 342).

Arendt (2015) analisa o imperialismo e seus mecanismos de raça e burocracia porque certos aspectos dessas três décadas de corrida à Ásia e à África foram muito próximos aos fenômenos totalitários do século XX. Para ela, inclusive, o período pode ser considerado como um “estágio preparatório” das catástrofes que estavam por vir.

Nosso objetivo aqui, no entanto, é ressaltar, principalmente, como a burocracia, formada em outras regiões e contextos, está imbricada à tomada de terras e à colonização com princípios civilizatórios das Indústrias Klabin. Ao combinar seu *nomos* dos pinheirais com a estrutura burocrática, as IKPC também desenvolveram uma forma original de governo. Ainda que dentro de uma região bastante restrita, este pequeno tubo de ensaio que foi sua *company town* nos permite refletir sobre um processo que vai da tomada de terras até à constituição de uma instituição total.

A Fazenda Monte Alegre era “território livre”, ou seja, isento de uma ordenação de direitos reconhecidos. Os poucos nativos que ali viviam estavam bem longe da civilidade capaz de gerar um projeto industrial sem precedentes no Brasil – por isso, transformaram-se em estrangeiros no próprio lar. De agricultores passaram automaticamente a “agregados” – sonhando-lhes informações e até mesmo o discernimento de sua real condição. Ao serem obrigados a “assinar um papel” em Tibagi, assinaram a própria desistência dos terrenos que ocupavam.

A imposição, a assimilação e a sonegação de informações são traços fundamentais da administração burocrática, como vimos nas pontuações de Arendt (2015). Ao dividir completamente o mundo dos conquistadores e dos conquistados, cria-se um “vácuo” entre os povos superiores e os inferiores, inventa-se uma nova forma de governo alicerçada em decretos provisórios e alteráveis. Não há lei nem publicidade – há sigilo e o movimento de um poder altamente centralizado por detrás das cortinas. Dessa maneira, começa a ficar mais evidente a eficiência do *nomos* dos pinheirais das IKPC. Além de tomar os espaços e renomeá-los, ainda os ordenou pela via burocrática, “matando pela raiz” qualquer resquício de tradições e costumes já existentes na fazenda. Não é de se surpreender, portanto, que quase nada seja registrado dessa população original, sempre à sombra dos “descobridores” e eterna refém dos “próprios dragões” da ignorância e da primitividade. Como Lorde Cromer, Luiz Vieira foi designado pela empresa para centralizar a administração e governar por correspondências, memorandos e circulares. Era seu o fardo de marchar ao oeste e “trazer à luz” um pedaço do sertão paranaense, inserindo-o na “roda do progresso”. E assim o engenheiro o fez, justificando suas ações e contando com uma equipe especializada e treinada que não buscava a glória individualista, mas o trabalho “austero” e o “real desenvolvimento” de toda a região.

Se os “caboclos” da fazenda foram os primeiros a serem submetidos à tal tutela, não foi diferente com os operários que vieram depois. Com exceção de uma reduzida equipe de diretores, todos os funcionários passaram a ser tutelados burocraticamente pelas Indústrias Klabin do Paraná. Esse processo fica mais evidente na gestão de Vieira, justamente porque foi sob sua administração que a *company town* foi construída e cercada por normas. Os primeiros estudos para a cidade-empresa são de 1943, quando o projetista Abelardo Soares Caiuby foi contratado em regime de empreitada para desenvolver os projetos e administrar as obras mais complexas, como as casas em alvenaria da chefia e os edifícios coletivos.

Willer (1997) explica que, desde o princípio, a *company town* foi planejada para ser uma comunidade urbana moderna, tomando os devidos cuidados infraestruturais, como o arruamento com passeios e meio-fio, a construção de redes de distribuição de água e de energia elétrica, a instalação de um sistema de coleta de esgoto e até mesmo a implantação de um programa de arborização. A implantação dessa infraestrutura urbana, porém, ultrapassou o orçamento usual que as empresas da época destinavam aos alojamentos para mão-de-obra. A direção em São Paulo, então, escreveu a Luiz Vieira manifestando sua preocupação com o montante gasto na construção da cidade-empresa. Como mandava a apostila de Cromer, o

engenheiro-chefe respondeu à apreensão da alta cúpula das IKPC justificando seus atos na fazenda. A carta é de 27 de dezembro de 1943:

Prezados senhores,

Acuso o recebimento da carta de VV. SS. datada de 22 do corrente contendo instruções referentes às construções residenciais em Monte Alegre.

Já tomei diversas providências dentro dessas determinações principalmente no que se refere à cidade Monte Alegre cujas obras ontem percorri em sua totalidade.

Desde o princípio da minha direção tive a preocupação de restringir ao mínimo possível a construção de casas para operários, não só em Lagôa como nos demais acampamentos de obras. Si hoje o número dessas residências atinge um vulto considerável, cumpre reconhecer que nada havia na fazenda que pudesse abrigar a grande quantidade de operários que as obras exigiriam. São bem do conhecimento de VV. SS. as dificuldades que encontrei no início das obras quanto a operariado e devem ser bem lembradas ainda as insistentes recomendações de VV. SS. no sentido de se construírem casas e mais casas para operários.

A observação de que as construções de casas estão se tornando pesadas penso que pode ser tomada em sentido absoluto mas não no relativo pois só com as casas dotadas de certo conforto, embora modestas, foi que consegui fixar o operariado necessário ao andamento das obras. Acresce ainda que só o operariado casado permaneceu no serviço; o solteiro é inconstante.

Quanto ao caso da Lagôa em particular, o mesmo critério tem prevalecido, todas as construções têm obedecido às reais necessidades de serviço e a providência recomendada de recenseamento tem sido empregada inúmeras vezes para controle dessas construções. Com as necessidades crescentes dos serviços de transporte e serraria haverá ainda durante algum tempo necessidade de novas casas que serão construídas dentro do critério seguido de máxima parcimônia, de acordo com as exigências dos serviços. [...] ⁵⁴

Assim como a “maioria inexperiente” dos Estados-nação insistia em pressionar a “minoría experiente” das colônias – afinal, Vieira já tinha atuado em outras obras do Estado Novo em lugares tão desafiadores quanto –, o engenheiro deixava claro ser ele o mais apto para administrar aquelas terras, entregando o que se precisava, no tempo em que se precisava. Não havia gasto excessivo, mas o devido emprego do orçamento para a construção de casas estritamente necessárias. Ele apenas cumpria as insistentes recomendações da diretoria que, agora, parecia esquecida de suas ordens.

O fato é que essa parceria entre o modo burocrático e autoritário de administração de Luiz Vieira e as ambições das IKPC deu tão certo que a licença de um ano do “chefão” de suas ocupações no governo Vargas se transformou em quatro. Mais do que auxiliar na edificação de uma fábrica e de uma *company town*, Vieira coordenou a construção uma instituição total em pleno sertão do Paraná.

⁵⁴ Carta de Luiz Vieira à matriz da IKPC em São Paulo, 27/12/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

4 UMA INSTITUIÇÃO TOTAL ENTRE OS PINHEIRAIS: A *COMPANY TOWN* DE MONTE ALEGRE

No dia 30 de agosto de 1942, Luiz Vieira, engenheiros, auxiliares técnicos, funcionários administrativos e operários se reuniram na esplanada da recém nomeada região de Harmonia. Caminhando sobre as primeiras fundações da fábrica de papel, o grupo lançou a pedra fundamental do empreendimento. Junto de uma carta registrando a solenidade, os presentes assinaram seus nomes. O documento foi depositado em uma urna de ferro galvanizado. Alguns jogaram moedas e notas de dinheiro antes que a caixa fosse fechada e enterrada sob um dos pilares do futuro Prédio A. Em poucos anos, a indústria acionaria suas primeiras máquinas – e, ao lado de sua estrutura e chaminé, uma *company town* abrigaria a extensa mão-de-obra necessária para viabilizar o projeto no sertão dos pinheirais.

A construção de uma cidade-empresa era parte intrínseca do empreendimento das Indústrias Klabin. Por se tratar de uma área escassamente habitada e com quase nenhuma infraestrutura, era fundamental oferecer aos trabalhadores um motivo para virem e ficarem. Paralelamente à edificação da fábrica, foi desenvolvido um projeto urbano que contemplava moradias, hospital, escolas, locais de lazer e sociabilidade, estabelecimentos comerciais e outros equipamentos que compusessem o âmago de uma comunidade moderna.

Segundo Willer (1997), a *company town* de Monte Alegre se inspirou no ideal de bem-estar social elaborado pelos pensadores utópicos do século XIX, como Robert Owen.

Apoiando-se em uma crítica radical das aglomerações urbanas na era industrial, os urbanistas da utopia moderna propunham uma nova forma de organização espacial das cidades, distribuindo assentamentos urbanos de tamanho limitado pelo campo, com uma estrutura de circulação e disposição de atividades muito bem definidas. Segunda sua proposta, a estruturação das cidades segue um modelo que privilegia a classificação rigorosa das áreas destinadas para habitação, trabalho e lazer, numa concepção urbanística profundamente higienista. (WILLER, 1997, p.8).

As cidades utópicas eram planejadas de tal maneira que até as áreas verdes desempenhavam uma função específica – a de isolamento entre as edificações, considerada fundamental para a saúde e educação do corpo. Os prédios públicos ocupavam localizações privilegiadas e as habitações, independentemente da classe social a que se destinavam, tinham que ser de qualidade. Essa lógica ordenadora da utopia urbana, portanto, opunha-se em tudo ao caos das cidades modernas do século XIX.

Thompson (2012), em seu livro *Formação da classe operária 3*, em um de seus capítulos, também discorre a respeito do pensamento utópico owenista sobre o espaço e o trabalho. Robert Owen ficou conhecido, principalmente, por fundar em New Lanark, na Escócia, um modelo de comunidade industrial baseada na produção têxtil. Para Thompson (2012), os experimentos que Owen fez em New Lanark sempre foram de origem paternalista. Eram uma forma de enfrentar os problemas de disciplina no trabalho, bem como a difícil adaptação dos diaristas rurais escoceses aos novos padrões industriais. Em trechos de sua obra *Uma nova visão de sociedade*, de 1813, Owen descreve que as classes inferiores da Escócia tinham um forte preconceito contra estrangeiros. Assim, quando assumiu a empresa têxtil (Owen era do País de Gales), teve que enfrentar uma “ardente oposição” de seus empregados – cujos “vícios” eram a “ociosidade e a embriaguez”.

Essas passagens, de *Uma nova visão de sociedade* (1813), correspondem muito à carreira usual da experiência do novo dono de uma fábrica ou do novo mestre de fundição. O problema era doutrinar o jovem em ‘hábitos de atenção, rapidez e ordem’. É um grande mérito que Owen não tenha escolhido nem os terrores psíquicos do metodismo nem a disciplina do supervisor e das multas para atingir seus fins. [...] Desempenhava o papel do bondoso Papai do Socialismo [...], ‘o benevolente sr. Owen’, que recebia e lançava acenos às classes trabalhadoras. Num certo sentido, foi o *ne plus ultra* do utilitarismo, planejando a sociedade como um gigantesco *panopticon* industrial; em outro sentido, extremamente admirável e generoso, foi um Hanway industrial, que pensava muito nas crianças, gostava de vê-las felizes, e ficava realmente chocado com a empedernida exploração delas. (THOMPSON, 2012, p.521, grifos do autor).

Nota-se, então, que a utopia de Owen atuava não só pela frente de organização espacial, mas também pela aplicação do paternalismo e da benevolência. Era preciso tutelar seus operários, já que um avanço que partisse deles mesmos era impensável para o industrial de New Lanark. Nas contas de Thompson (2012), as palavras que mais aparecem nos primeiros textos de Owen são justamente *benevolentes* e *providenciadas para eles*. Pela educação, ele pretendia imprimir ideias e hábitos racionais nos trabalhadores, contribuindo para a felicidade futura dos indivíduos e do Estado.

Tais ideias colocavam Owen no caminho oposto dos movimentos populares e sindicais da época. Ao tentar tirar a autonomia dos operários, o industrial se tornou um inimigo, propenso a confiná-los em “asilos de trabalho”. Nosso objetivo aqui não é nos aprofundarmos no debate sobre a validade das suas intenções, mas salientar a maneira como as ideias dos utopistas paternalistas do século XIX parecem se coadunar a *company town* de Monte Alegre. Willer (1997) já tinha feito essa conexão – e, de fato, ela é fundamental para chegarmos a um conceito do que pode ser entendido como cidade-empresa.

Marcelo Borges e Susana Torres (2012) localizam o surgimento das *company towns* na Europa e nos Estados Unidos, durante a Revolução Industrial. Instalar uma cidade ao lado dos seus empreendimentos foi o modo encontrado pelos industriais para tornar possível a extração e a manufatura de minérios em áreas isoladas e sem acesso a centros urbanos já estabelecidos. Com a expansão da industrialização e do capital, as *company towns* também começaram a surgir na África, no Oriente Médio, na América Latina, na Oceania e em territórios coloniais na Ásia. “These settlements received many names: single enterprise communities, mill towns, factory villages, and enclaves; they have been called *colonias industriales* in Spain, *cités ouvrières* in France, [...] and *villas obreras* and *ciudades-empresa* in South America⁵⁵.” (BORGES; TORRES, 2012, p.1).

Respeitando a especificidade de cada um dos contextos em que uma *company town* foi erigida, podemos conceituá-las, a grosso modo, como centros residenciais e de serviço construídos por empresas, próximos ou adjacentes aos lugares de extração ou produção industrial. Nessas condições, as empresas não se comportam apenas como empregadoras, mas também como donas de terras, agentes de segurança e harmonia social e, frequentemente, como provedoras de serviços e bens de consumo para os trabalhadores. Características mais singulares podem se agregar a esse conceito-chave, variando de acordo com a atividade econômica dominante, a localização da indústria, a presença de capital privado ou estatal, a dependência de mão-de-obra local ou migrante e a autonomia relativa da *company town* dentro das esferas regionais e nacionais.

Borges e Torres (2012, p.2) destacam que, apesar do trabalho e do espaço seguirem a lógica da produção nas cidades-empresa, outros fatores essenciais estão envolvidos na sua fundação e estruturação – quais sejam, as relações de poder, as hierarquias sócio-ocupacionais e a composição étnica, racial e de gênero dos diretores e da população trabalhadora. “The object of criticism for their control over labor, company towns were also at the forefront of urban experimentation; prime sites of paternalism and welfare practices, they were also contested terrains of negotiations and confrontations between capital and labor⁵⁶.”

Aqui, cabe abriremos alguns parênteses para reforçar certas conexões e explicar de que maneira o conceito de *company town* dinamiza as relações que traçamos nesta tese. O

⁵⁵ Tradução nossa: “Esses assentamentos receberam muitos nomes: comunidades de empresa única, cidades de usina, aldeias de fábrica, e enclaves; foram chamadas de colônias industriais na Espanha; cidades operárias na França, [...] vilas operárias e cidades-empresa na América do Sul”.

⁵⁶ Tradução nossa: “Objeto de crítica por seu controle sobre o trabalho, as *company towns* estavam também na vanguarda da experimentação urbana; principais locais do paternalismo e das práticas de bem-estar, também foram disputados terrenos de negociação e confrontações entre capital e trabalho”.

primeiro aspecto que enfatizamos são as necessidades práticas que as Indústrias Klabin atenderam com a instalação de uma cidade-empresa ao lado de sua fábrica de papel e celulose. Era preciso prover a região de infraestrutura básica, capaz de oferecer aos trabalhadores um bom motivo para aceitarem o emprego e permanecerem nele. E assim as IKPC o fizeram – com uma característica fundamental: a inspiração urbanística utópica e paternalista. Os primeiros diretores, bem como os representantes diretos da família Klabin, como Samuel, Horácio e Wolff, apesar de não declararem abertamente seu estilo paternal, relacionaram-se com seus empregados através de uma combinação balanceada entre autoridade e benevolência. Tal estilo de administração pode ser atestado pelas colocações dos trabalhadores de Monte Alegre, que se referem aos chefes como *chefes*, mas de bom coração e boa vontade. Muitos os consideravam amigos, pessoas que podiam recorrer quando enfrentavam algum tipo de problema, como a falta de moradia⁵⁷. Há de se destacar, também, a figura da própria fábrica, personificada nas falas e nas memórias dos trabalhadores. Como uma entidade que engloba não só seu maquinário, mas seu ambiente e diretores, ela se transformou em uma *mãe*, apta a prover empregos, educação, habitações, saúde e progresso. Esse debate será explorado com mais profundidade no próximo capítulo, destinado justamente a discutir a construção memorial e identitária da *company town*. Por ora, destacamos o viés paternalista da cidade-empresa das IKPC, reafirmando as concepções de Borges e Torres (2012) que veem nas *company towns* lugares privilegiados do paternalismo e das práticas de bem-estar social.

Além disso, é essencial que evidenciemos as questões de poder e de hierarquia racial e de gênero que compõem a malha de relações das *company towns*. Essas mesmas relações foram tratadas no capítulo anterior, quando defendemos que o empreendimento das Indústrias Klabin teve traços colonizatórios – seja por meio de processos de inclusão e exclusão ou pela

⁵⁷ Francisco de Assis Alves, um dos trabalhadores da região da Fazenda Monte Alegre entrevistado para esta tese, fala sobre a boa vontade dos chefes, principalmente dos “Klabins mais velhos”. A colocação surge quando questionado sobre as diferenças entre as casas da *company town*:

Juliana Teixeira: E eu também olhei naqueles documentos assim, que as casas eram diferentes, né? Quando era por exemplo uma casa de um chefe, era uma casa maior, né... Tinha essa diferença, né? Das casas.

Francisco de Assis Alves: É. Até era assim... tinha os lugar até que ele... Lá era meio separado as casa dos chefes era pra trás do Ikapê [hotel] ali, do hospitar. Naquela beira ali, descia pra baixo ali, ainda tem umas casa dos chefe ali...

Juliana Teixeira: É! Com uns jardim bonito, né...

Assis: É, então ali era a casa dos chefe separado, era melhor as casa mesmo. Mas, depois começaram a fazer de materiar tudo, primeiro era só madeira. Tinha a casa dos chefes [que] sempre era de materiar. Mas não, as casa deles eram boa! A casa do Krabin ali... No tempo dos Krabin mais veio era uma... uma maravilha as coisas. Se você queria quarquê coisa com eles, você arrumava tudo lá, era coisa boa.

Juliana Teixeira: Da época do Seo Samuel, Seo Horácio, né? Dos mais antigos ali...

Assis: O doutor Horácio era 100%...

consolidação de um *nomos* que age por vias burocráticas. O próprio paternalismo, como lemos em Borges e Torres (2012), pode se encaixar nesses processos, já que, ao criar certo sentimento de comunidade, inclui e exclui pessoas, lembranças e identidades.

Percebemos, portanto, que a ideia de uma *company town* de inspiração utópica se encaixa nos propósitos de um projeto colonizador e civilizador. Por meio da ordenação espacial (que complementava a hierarquia fabril), a cidade-empresa das IKPC pretendia criar uma comunidade harmoniosa e de trabalhadores harmoniosos. Nesse sentido, o nome Harmonia dado à região de Mortandade por Ema Gordon Klabin não poderia ser mais emblemático.

Infused by ideas of social order and paternalism, these experiments in social engineering were less frequent but often left a lasting architectural and cultural legacy. Commonly, these experiences followed both a capitalist logic that aimed at creating optimal conditions of production as well as larger ideas about the role of workers' housing and workers' communities as means of addressing the difficulties and inequalities created by industrialization. Industrialists and urban planners presented model towns as spaces of cooperation instead of conflict, as a way of transcending labor-capital confrontation⁵⁸. (BORGES; TORRES, 2012, p.3).

Os experimentos de “engenharia social” que acompanham a fundação de algumas *company towns* só se tornam possíveis porque, nesses lugares, temos dois espaços distintos mas interconectados: o de produção e o de moradia e serviço criado para os trabalhadores. As fronteiras que os separam são fluidas – o que permite que as empresas tenham controle não só sobre o trabalho, mas também sobre a residência de seus operários. Ou seja, a vigilância não cessa com o apito no final do expediente: ela também está na administração do acesso à água, à energia elétrica, ao combustível, aos alimentos, à saúde e à educação. Mesmo dentro de suas casas a autonomia dos trabalhadores é vigiada, pois existem regras quanto a reformas e adequações, normas morais que precisam ser seguidas nas relações familiares. A moradia, enfim, dentro das *company towns*, se transforma em um estratégico instrumento de poder e controle.

As providers of work, housing, and other services, and as owners of resources and land in the space of the company town, the company's presence went beyond the

⁵⁸ Tradução nossa: “Infundidos por ideias de ordem social e paternalismo, esses experimentos em engenharia social foram menos frequentes mas muitas vezes deixaram um duradouro legado arquitetônico e cultural. Comumente, essas experiências seguiram tanto uma lógica capitalista que buscava criar condições ótimas de produção quanto ideias maiores sobre o papel da habitação e das comunidades dos trabalhadores enquanto meios de enfrentar as dificuldades e desigualdades criadas pela industrialização. Industriais e planejadores urbanos apresentaram as cidades-modelo como espaços de cooperação ao invés de conflito, como um meio de transcender a confrontação trabalho-capital”.

workplace to include the private world of family and daily life. It is this blurred line between public and private, production and reproduction that serves to underscore company town workers' loss of relative autonomy. (BORGES; TORRES, 2012, p.10-11)⁵⁹.

O isolamento da maioria das *company towns* também contribui para o controle das esferas pública e privada pelas empresas, uma vez que a presença do Estado é ocasional. São os industriais quem ditam as normas dentro de suas *company towns*. Tal papel cria um relacionamento multifacetado entre capital e trabalho – ao mesmo tempo em que reforça a ordem, intensifica as tensões sociais. Na troca de benefícios entre operários e empresa, adesões e resistências são construídas. Se de um lado os trabalhadores ganham casas e infraestruturas dignas, de outro, precisam abrir mão de sua autonomia relativa. Já as empresas, ao gerirem suas *company towns*, garantem um controle maior sobre a força de trabalho – o custo que dispendem para isso, no entanto, é altíssimo. Ao assumirem para si os papéis do Estado, precisam investir em estruturas caras que, muitas vezes, tornam-se inviáveis frente aos orçamentos disponíveis.

Essa relação dual será tratada tanto neste capítulo quanto no próximo. A questão é que as Indústrias Klabin optaram pela construção da cidade-empresa e pela tentativa de adequação dos seus trabalhadores aos papéis que necessitava. Os “caboclos” da região e os operários migrantes eram muito semelhantes aos escoceses rurais de New Lanark – em tudo avessos à disciplina, ao progresso e ao mundo industrial. Seus “vícios” também eram inúmeros, registrados no livro de Fernandes (1974, p.83-84):

Famílias vindas do Norte, para a construção da represa de Mauá, continuaram por muitos anos estendendo, nos quartos, as redes de dormir e deixando de lado as camas; mulheres de sertanejos ainda punham as roupas para secar no terreiro varrido, ao invés de levantá-las em varais; velhos moradores ribeirinhos recebiam os jovens médicos com desconfiança, mais afeitos às garrafadas dos curandeiros; acendiam uma lamparina que, ao invés de clarear o quarto, tornava-o terrivelmente enfumado.

– Por que não acende a lâmpada? – pergunta Dr. Paulo [um dos médicos da *company town* e marido de Fernandes]

– Esse negócio é perigoso, doutor. Não vai estourar na mão da gente, não?

O médico torcia a chave e dava mais do que uma consulta: uma aula de higiene... e aproveitamento das comodidades.

Por isso eles permaneciam, vencendo seu espírito nômade, herdado diretamente do índio. Luiz Vieira lutava para integrá-los entre os vizinhos de alto padrão, vindos das cidadezinhas vizinhas.

⁵⁹ Tradução nossa: “Como provedoras de trabalho, habitação e outros serviços, e como proprietárias de recursos e terras no espaço da *company town*, a presença da companhia foi além do espaço do trabalho para incluir o mundo privado da família e da vida cotidiana. É essa linha borrada entre público e privado, produção e reprodução que serve para ressaltar a perda relativa da autonomia dos trabalhadores da *company town*”.

Para Fernandes (1974) foi na convivência diária entre chefes e operários que estes “superaram suas deficiências” – Monte Alegre era uma “escola primitiva” de formação de “todas as classes de profissionais”.

Ditando como deviam trabalhar, se comportar, dormir, secar suas roupas, cuidar da saúde e “desfrutar” da energia elétrica, as Indústrias Klabin consolidava sua *company town* e seu projeto utópico de “engenharia social”. Vigilante, hierárquica e burocrática, construiu no sertão dos pinheirais um protótipo de instituição total, apta a moldar corpos e identidades.

4.1 A *COMPANY TOWN* DE HARMONIA

Desde o desenho de sua primeira planta, em 1943, até sua atual configuração, a *company town* das Indústrias Klabin passou por muitas mudanças. Seus objetivos foram se moldando às necessidades e às circunstâncias da fábrica em cada época. Se nas décadas de 1940 e 1950 o intuito da cidade-empresa era abrigar e reter a mão-de-obra, nos anos posteriores, com a fundação de um novo núcleo urbano no lado oposto do rio Tibagi, muitas das obrigações que as IKPC tinham assumido no lugar do Estado voltaram a ser estatais. Década a década, a *company town* foi se retraindo até se tornar uma simples vila operária – e, mais recentemente, um monumento memorial e histórico. Hoje, vive-se um esvaziamento de Harmonia e são poucos os funcionários que ainda moram em suas casas.

Foi acompanhando essas transições de funções (de necessidade à despesa; de infraestrutura fundamental à memória) que as Indústrias Klabin contrataram, em 2005, uma empresa de arquitetura para que esta fizesse um estudo da então situação de Harmonia e organizasse um novo plano diretor. O trabalho teve início com uma pesquisa histórica no próprio Centro de Documentação e Memória das IKPC. Depois, estudos de campo foram realizados para que se produzisse um diagnóstico e um plano diretor adequado às atuais conjunturas de Harmonia⁶⁰.

A questão que queremos levantar aqui é que as observações e argumentações que fazemos estão concentradas na década de 1940. Nesse período faz sentido enxergarmos a *company town* como instituição total, já nos anos posteriores, com a desocupação do espaço,

⁶⁰ De acordo com o documento produzido pela empresa de arquitetura à pedido das Indústrias Klabin, “o plano diretor [...] foi elaborado a partir de conceitos urbanísticos – redução do perímetro urbano e manutenção da continuidade da paisagem –, da busca de otimização de uso dos espaços construídos e das áreas livres, de respeito à memória local, bem como os objetivos da Klabin – redução dos custos de manutenção, preservação da qualidade do local e criação de Centro de Documentação e Memória de Espaço Institucional”. (PLANO DIRETOR, 2005).

muitas das tramas que garantiam o controle sobre a produção e a reprodução foram se afrouxando – e a instituição total foi ficando cada vez mais fluida, saindo do campo material para se internalizar em memórias e identidades metacoletivas (processo que pretendemos defender no capítulo posterior).

Feitas essas ressalvas, retomemos o plano diretor de 2005, pois ele faz um breve apanhado, na visão da empresa, do que foi e do que ainda é sua *company town*. De acordo com o documento, assim que a Fazenda Monte Alegre foi comprada e que as expedições de exploração começaram, três centros de atividade foram estabelecidos. Falamos sobre eles no capítulo anterior, pois são as mesmas sedes elencadas por Fernandes (1974): Lagoa, Mauá e Harmonia. Harmonia era o local escolhido para a construção da fábrica; Mauá, onde seria erguida a hidrelétrica e Lagoa, o meio do caminho entre essas duas grandes obras, eleita, por esta razão, como o centro administrativo. Era em Lagoa que Luiz Vieira fazia suas deliberações. A importância desta sede, no entanto, seria ofuscada com a estruturação da *company town* próxima à fábrica, em Harmonia. A opção por esta região, e não pelas outras, combina em si pelo menos dois fatores: a praticidade de concentrar a maioria de seus operários nas margens da indústria e a consequente coincidência entre os espaços público e privado, facilitando o controle e a eficiência da “escola primitiva” de Monte Alegre.

A primeira planta da *company town* foi elaborada pelo construtor e projetista paulista Abelardo Soares Caiuby⁶¹ em 1943. A pedido de Horácio Klabin, Caiuby planejou o que Telma de Barros Correia (2014) classifica como uma cidade-jardim. O conceito de cidade-jardim aplicado por Correia (2014) diz respeito à uma tendência urbanística observada pela pesquisadora na construção de núcleos fabris nos séculos XIX e XX no Brasil.

Tais agenciamentos [de áreas residenciais fabris implantadas no Brasil] ocorreram sob inspiração de modelos europeus, de forma fragmentária, incorporando e reelaborando soluções como farta presença de vegetação em lotes e em áreas de uso coletivo, traçado de vias e quadras flexível e solidário com a topografia, tipologias habitacionais unifamiliares vinculadas à estética do pitoresco e controle do uso do solo de modo a evitar aqueles julgados conflitantes com o residencial. São essas as características básicas de um conjunto de projetos urbanísticos elaborados na primeira metade do século XX no território brasileiro, que foram referidos por seus autores e reconhecidos por eles como sendo de cunho cidades-jardim. (CORREIA, 2014).

⁶¹ “Abelardo Soares Caiuby se graduou como agrimensor em 1897 pela Escola Politécnica de São Paulo. Fundou o Escritório Técnico de Engenharia Abelardo Soares Caiuby, que em 1919, situava-se no Largo da Sé, em São Paulo. Elaborou projetos de equipamentos de saúde (sanatório e asilo), de reclusão (penitenciária), da vila para a Klabin, assim como de residências particulares. O neocolonial e os bangalôs são frequentes na sua produção. No último caso, como era usual na época, seu Escritório encarregava-se do projeto e da construção.” (CORREIA, 2014).

A *company town* planejada por Caiuby no estilo cidade-jardim tinha como eixo principal uma avenida de pista dupla com canteiro central arborizado. A via, batizada de avenida Brasil, concentrava as principais edificações coletivas: o hospital, a cooperativa, o clube operário, a igreja, a escola, o cinema, o hotel, a agência bancária, o posto de gasolina e as residências de funcionários graduados. Outros estabelecimentos de cunho coletivo, como a padaria e as pensões, não tinham endereço na avenida, mas estavam localizados em ruas próximas. Segundo Willer (1997), “essa disposição, além de permitir o fácil acesso aos equipamentos de uso coletivo, confere ao eixo central um caráter de monumentalidade, necessário para a afirmação da moderna urbanidade desejada pela empresa naquele território distante”.

As ruas adjacentes à avenida Brasil foram projetadas de maneira sinuosa, seguindo o estilo cidade-jardim e também o desenho das curvas de nível da topografia da região. Cada uma dessas vias recebeu o nome de letras do alfabeto grego – como Alfa, Beta, Gama, Iota e Zeta. Na fotografia de 1948 (figura 1), podemos notar a avenida Brasil no eixo central e as ruas curvas:

FIGURA 3 – VISTA AÉREA DE HARMONIA EM 1948. NOTA-SE A AVENIDA BRASIL AO CENTRO E AS RUAS CURVAS ADJACENTES. NA PARTE SUPERIOR DA IMAGEM TAMBÉM É POSSÍVEL VER A CHAMINÉ DA FÁBRICA JÁ FUNCIONANDO



FONTE: Centro de Documentação e Memória da Klabin (2016)

Além das ruas sinuosas, o projeto de Caiuby incorporava a ampla profusão de áreas verdes – seja por árvores, gramados ou jardins domésticos –, a existência de clubes, praças e parques, e a construção de moradias unifamiliares em forma de bangalôs ou chalés. Willer (1997) ainda destaca os amplos espaços deixados entre uma moradia e outra e a pequena altura dos muros e cercas divisórias. Para ele, essas características eram fundamentais para garantir a utopia industrial: os muros baixos permitiam vigilância constante dos quintais; e o afastamento entre as casas evitava a “promiscuidade” existente nas grandes aglomerações urbanas.

Outro aspecto fundamental das cidades-jardim amplamente explorado pela *company town* de Monte Alegre foi a hierarquização do espaço seguindo a mesma escala de gradação do trabalho fabril. Mesmo fora das esteiras de produção, chefes e operários continuavam demarcados como *chefes* e *operários*, pois a localização das suas casas, seu estilo arquitetônico e até os materiais empregados na construção definiam a posição que cada indivíduo deveria ocupar nessa sociedade industrial. Dessa maneira, três distintas regiões (chamadas de vilas) foram estabelecidas na cidade-empresa das IKPC: Vila Harmonia, Vila Caiuby e Vila Operária. Na Vila Harmonia estava a maior parte dos serviços urbanos e das edificações coletivas. As casas, destinadas aos funcionários graduados, eram amplas, feitas de alvenaria e madeira e seguiam um estilo arquitetônico europeu. Já na Vila Caiuby se concentravam os funcionários de nível médio. As moradias, classificadas como “bangalôs de madeira” por Correia (2014), tinham duas plantas previstas – uma maior e outra menor. Por fim, na Vila Operária moravam aqueles trabalhadores que compunham a mão-de-obra de base. As casas também eram de madeira e, geralmente, entregues sem muito cuidado na finalização⁶², dada a alta demanda de construção. Era esta vila, também, a mais próxima à fábrica.

Para auxiliar na sistematização dessas diferenças entre as vilas, apresentamos a tabela elaborada por Rosélia Piquet (1998):

⁶² Em memorando de 5 de junho de 1944, Luiz Vieira se dirige a Guilherme Ross, então responsável pelo setor de Habitação, para que faça uma inspeção nas casas novas antes de declará-las como prontas: “Faça uma inspeção nas casas novas verificando como estão em relação a exgotos, água, pintura e cercas. É preciso acabar com o costume de dar a casa como pronta quando nem sequer está pintada [...]”. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

TABELA 1 – SISTEMATIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE AS TRÊS VILAS QUE COMPUNHAM A *COMPANY TOWN* DAS IKPC

ITENS ANALISADOS	VILA HARMONIA	VILA CAIUBY	VILA OPERÁRIA
Moradores	Nível superior	Nível médio	Operários
Materiais de construção	Alvenaria e madeira	Madeira	Madeira
Malha viária urbana	Ruas em leque	Longitudinal	Sem referência
Proximidade da fábrica	Intermediária	Mais distante	Mais próxima
Infraestrutura urbana	Gratuita	Gratuita	Gratuita
Serviços urbanos	Concentrados nesta vila	-	-
Lazer	Harmonia Clube	-	-

FONTE: PIQUET (1998, p.85)

Desde a proposição do projeto por Abelardo Caiuby, em 1943, até a execução das plantas nos anos subsequentes, Luiz Vieira esteve envolvido em quase todas as etapas do processo. Em conjunto com a diretoria da Klabin nos escritórios de São Paulo e Rio de Janeiro, a construção da *company town* foi dividida em etapas. A primeira delas concentrou seus esforços em dotar a cidade-empresa com suas estruturas básicas: moradias, hospital, escola, cooperativa etc. Antes mesmo que as plantas saíssem do papel e dessem início a Harmonia, Vieira escreve uma carta a Horácio Klabin, em 1º. de junho de 1943, relatando suas impressões sobre o trabalho proposto por Caiuby, bem como a forma de pagamento sugerida pelo construtor:

Meu caro Horácio

Escrevo-lhe para dar conta da proposta feita pelo Caiuby a respeito do projeto e construção da 1ª. fase da cidade operária.

Conforme verá pela cópia da carta, em anexo, Caiuby propõe:

1º.) organizar todos os projetos inclusive os de expansão da cidade, à razão de 1,5% sobre o orçamento.

2º.) administrar a 1ª. fase à razão de 4% sobre o valor das obras.

3º.) Todas as despesas de escritório por conta dele, Caiuby, inclusive combustível para seu auto particular.

Analisemos a proposta.

Para facilitar a análise pedi-lhe estimativa das obras a executar conforme você verá no quadro anexo.

1º.) Projetos. Só se considerarão os projetos diferentes em planta, isto é, os que forem comuns a mais de um prédio só se computarão uma vez. Assim sendo, pelo programa que você me mandou acrescido do reservatório, padaria e hospital, a estimativa acusa 1.573 contos, donde uma remuneração 23:595\$.

Há prédios cujos projetos foram muito fáceis, outros exigiram bastante estudo como a cooperativa, o hospital e a escola. Incluindo porém o estudo de urbanismo da cidade, penso que a remuneração não é exagerada. Quando falou comigo a 1ª. vez, concordei em princípio com a forma de remuneração dos projetos, ressalvando porém julgamento definitivo posterior, o que agora faço e submeto à sua apreciação. Quanto à 2ª. fase, a remuneração atingirá a importância de 40 contos aproximadamente [...]. Penso que você poderá firmar com ele o contrato de entregar todos os projetos prontos por uma importância a fixar desde já e que poderia ser em torno de 50 contos. Seu melhor juízo resolverá porém.

2º.) Administração, A 1ª. fase está estimada em 4.000 contos donde uma remuneração de 160 contos.

Trata-se de obras de rotina, sem grandes preocupações de luxo de acabamento, algumas de madeira ou mixtas, para as quais já tenho empreiteiros para alvenaria, tijolo, madeira e terraplanagem.

Em vista disso parece-me um tanto forte a porcentagem pedida. Mesmo calculada à razão de 3% teremos ainda 120 contos [...]. Poderemos economisar a administração diminuindo o número de casas de operários até mesmo eliminando-as do contrato de administração pois são casas comuns de madeira com embasamento de tijolo; assim reduziríamos o orçamento sujeito a administração para 2.800 contos com uma remuneração de 112 contos (à razão de 4%) ou 84 (à razão de 3%).

Também sobre esse particular aguardo seu melhor juízo.

Quanto à expansão penso que não vale a pena você se comprometer desde já pois será feita à medida das necessidades⁶³.

Acertados os detalhes da remuneração e das plantas, Caiuby deu início às obras em Harmonia. Os gastos previstos, no entanto, mostraram-se bem superiores – o que levou a diretoria das IKPC em São Paulo pedir providências a Luiz Vieira. Esta carta, de 22 de dezembro de 1943, foi a que motivou a resposta de Vieira exposta no final do capítulo 2. As recomendações feitas pelos paulistas que nem em Monte Alegre estavam incomodaram o “chefão”.

Submetemos ao Amigo para seu juízo os seguintes pontos referentes à organização na Fazenda Monte Alegre.

I – CIDADE OPERÁRIA – As despesas com construções de casas em diversos pontos da Fazenda, embora indispensáveis estão se tornando pesadas o que requer uma revisão de programa com um espaçamento maior de tempo.

Acreditamos acertadas as seguintes realizações:

1) Nenhuma construção nova deve ser levantada em Lagôa ou Mauá, já que o centro será deslocado para Harmonia.

2) Um inventário das casas existentes e seus moradores conviria ser levantado a fim de verificar si são os elementos essenciaes que ocupam as casas existentes.

3) Na construção da cidade de Harmonia, serviço atacado com energia e dedicação, notamos entretanto que o custo das casas operárias cuja verba era de 7 mil cruzeiros atingiu a cerca de 13 mil cruzeiros o que reputamos quantia excessiva para tal finalidade.

Pensamos terminar a primeira parte do programa e suspender até segunda ordem qualquer outro serviço na cidade.

A primeira parte deve ser assim modificada:

- 70 casas operárias já em construção.

⁶³ Carta de Luiz Vieira a Horácio Klabin, 01/06/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

- 30 casas operárias, menores, mais baratas, que devem ser estudadas dentro de um orçamento de custo de 8 a 9 mil cruzeiros cada uma a serem construídas.
- 4 casas previstas para contra-mestres passarão para casas para engenheiros, embora sejam um pouco melhoradas em seu acabamento.
- 10 casas para mestres por um custo máximo de 20 mil cruzeiros cada.
- 10 casas para contra-mestres por um custo máximo de 15 mil cruzeiros cada.
- 2 pensões para solteiros por um custo de 170 mil cruzeiros cada.
- 1 cooperativa CR\$ 200.000,00
- 1 padaria CR\$ 70.000,00
- 1 hospital provisório CR\$ 40.000,00
- 1 posto médico para o Estado CR\$ 40.000,00
- 1 cemitério CR\$ 25.000,00

[...]

OBRAS ACCESSÓRIAS DA CIDADE

- a) O serviço de águas deve ser circumscripito às casas em construção deixando outras áreas para mais tarde.
 - b) Serviço de guias e passeios somente nas ruas construídas ou esperar época oportuna.
 - c) Serviço de arborização. O Dr. Caiuby instruirá a nossa secção de agronomia que fará o serviço.
 - d) As construções só devem ser iniciadas depois do orçamento elaborado e tudo reunido afim de que o custo não exceda o previsto. Pedimos neste sentido dar as instruções ao Dr. Caiuby.
- Achamos que além das obras acima especificadas nenhuma outra deve ser principiada a não ser com autorização da Diretoria em tempo oportuno [...] ⁶⁴.

Como vimos, Luiz Vieira respondeu impaciente a esta carta, afirmando estar construindo somente aquilo que era estritamente necessário – se as casas estavam se tornando mais caras era porque precisavam ter certo conforto para reter o operariado. O fato é que, logo no primeiro ano de construção da *company town*, o projeto se mostrou muito oneroso. O preço, porém, acabou sendo pago pelas IKPC. Já em 1944, a cidade-jardim ganhava ares de um centro urbano, os acampamentos provisórios foram sendo desmontados e um grande fluxo de engenheiros, técnicos, funcionários e operários ocorreu a região.

Uma vez instalados na cidade-empresa, os trabalhadores passavam a pagar um aluguel “simbólico” pelo uso das casas. O valor variava de acordo com o tipo e a localização das residências. Em uma lista encaminhada a Horácio Laffer em 29 de março de 1947, há a relação das taxas cobradas nas principais ruas e avenida de Harmonia. Para auxiliar na organização dos dados, montamos esta tabela a partir da documentação pesquisada:

⁶⁴ Carta da matriz da IKPC em São Paulo para Luiz Vieira, 22/12/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

TABELA 2 – VALORES DO ALUGUEIS COBRADOS, EM CRUZEIROS, PELAS CASAS DE HARMONIA EM MARÇO DE 1947

LOCALIZAÇÃO	TIPO DE CASA	VALOR
Avenida Brasil	Material	CR.\$ 100
Rua Alfa	Madeira tipo maior	CR.\$ 60
Rua Beta	Madeira tipo maior	CR.\$ 100
Rua Zeta	Madeira tipo maior	CR.\$ 60
Rua Gama	Madeira tipo maior	CR.\$ 60
	Madeira tipo menor	CR.\$ 40
Rua Iota	Madeira tipo menor	Cr.\$ 40

FONTE: Centro de Documentação e Memória da Klabin (2016)
Tabela elaborada pela autora

Convertendo as taxas em cruzeiros para a atual moeda corrente, os alugueis de Harmonia variavam de R\$ 667 (no caso das casas de material da avenida Brasil) a R\$ 266 (para as casas menores da rua Iota). Partindo do princípio que a vila de Harmonia era ocupada apenas por funcionários do alto e médio escalão da empresa, realmente os valores eram “simbólicos”. Em uma tabela salarial que lista o aumento dos salários de algumas funções de 1942 a 1946 (tabela 3), notamos que, para um engenheiro, por exemplo, a taxa de habitação, mesmo que fosse a mais alta, correspondia apenas a 1,43% do seu salário.

TABELA 3 – PROJEÇÃO SALARIAL, EM CRUZEIROS, DE ALGUMAS FUNÇÕES DENTRO DAS IKPC ENTRE OS ANOS DE 1942 E 1946

CARGO	1942	1943	1944	1945	1946
Engenheiro	2.500	3.500	5.000	6.000	7.000
Desenhista	850	1.050	1.600	1.800	2.000
Topógrafo	950	1.200	1.500	2.200	3.000
Chefe de Seção	850	950	1.600	2.450	3.000
Escriturário 1ª	600	700	800	900	1.000
Escriturário 2ª.	500	600	700	800	900
Escriturário 3ª	450	500	600	650	700
Balconista	300	400	500	600	700

FONTE: Centro de Documentação e Memória da Klabin (2016)
Tabela elaborada pela autora

Ao lado desta taxa financeira baixa estava uma muito mais cara, impossível de ser quantificada em termos monetários – a adesão às regras morais e disciplinares da “escola primitiva” de Monte Alegre. Fazer parte da *company town* de Harmonia era, necessariamente, submeter-se a um conjunto extenso de normas e perder relativamente a autonomia. Este era o

bônus da empresa com seu projeto de “engenharia social”: gastava-se muito, mas moldava-se trabalhadores adequados, capazes de superar os “vícios” pré-progresso.

É neste sentido que passaremos, agora, a relacionar o conceito de instituição total proposto por Erving Goffman (1974) com o modelo de funcionamento da *company town* das Indústrias Klabin na década de 1940. Da mesma forma que a concepção de cidade-empresa dinamiza as relações expostas nesta tese, a noção de instituição total também proporciona uma amarração entre o projeto colonizador, o utilitarismo da *company town* e o ideal urbanista utópico e paternal da cidade-jardim.

4.2 A “ESCOLA PRIMITIVA” E SEU LIVRO DE REGRAS: A INSTAURAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO TOTAL NO SERTÃO DOS PINHEIRAIS

Antes de mais nada é importante tratarmos do conceito de instituição total sob a ótica de Goffman (1974). Em seu livro *Manicômios, prisões e conventos*, Goffman (1974) se dedica a classificar o que são as instituições totais a partir de um estudo de campo realizado em um manicômio. Dessa maneira, apesar de apontar características que são gerais a todas as instituições totais, suas observações se adequam melhor ao cotidiano e à estrutura dos hospitais psiquiátricos – já que, apesar de estender certos casos e exemplos, o único ambiente que estudou em profundidade foi o dos internados e seus supervisores. A especificidade dos dados coletados, no entanto, não anula a riqueza de seu conceito e os muitos desdobramentos que é capaz de gerar. Passemos, portanto, a descrever o caminho seguido pelo pesquisador para, depois, atrelarmos suas formulações ao objeto de estudo desta tese.

Goffman (1974) entende como instituição estabelecimentos sociais que têm um local determinado (sala, conjuntos de salas, fábricas, edifícios etc.) e que abrigam uma dada atividade. A definição, por demais aberta, começa a se afunilar quando o pesquisador coloca como particularidade essencial das instituições a tendência ao “fechamento”:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de ‘fechamento’. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais ‘fechadas’ do que outras. Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. (GOFFMAN, 1974, p.16).

Instituições que se “fecham” e que impõem barreiras entre o seu mundo interior e o mundo exterior são o que Goffman (1974) classifica como instituições totais. Do seu ponto de vista, são cinco os agrupamentos de instituições totais que podemos encontrar em nossa sociedade. O primeiro grupo corresponde àquelas que são criadas para cuidar de pessoas julgadas como incapazes e inofensivas – como orfanatos, asilos, casas de acolhimento de indigentes etc. No segundo grupo, temos os lugares destinados a cuidar de indivíduos igualmente incapazes, mas que representam uma ameaça à comunidade (mesmo que de forma não-intencional). É o caso dos hospitais psiquiátricos, leprosários e outros tipos de sanatórios. Como terceiro agrupamento de instituições totais encontramos os locais organizados para proteger a sociedade contra perigos intencionais. O que chama atenção neste grupo é que o bem-estar das pessoas ali isoladas não constitui um problema imediato. Aqui, encaixam-se as cadeias, penitenciárias, campos de concentração e campos de prisioneiros de guerra. No quarto grupo, estão as instituições criadas para realizar alguma tarefa de trabalho da forma mais adequada possível – como navios, quartéis, colônias, campos de trabalho, escolas internas, entre outras. Por fim, correspondem ao quinto agrupamento os estabelecimentos que cumprem a função de refúgio do mundo, quais sejam: abadias, mosteiros, conventos e outras formas de claustro.

Neste momento já cabe abrirmos alguns parênteses sobre o por que consideramos a *company town* das Indústrias Klabin como uma instituição total. Levando em consideração a primeira definição básica das instituições totais – o seu “fechamento” – podemos elencar algumas características que configuraram o isolamento da cidade-empresa. A primeira barreira foi física: mesmo que a região da Fazenda Monte Alegre tivesse sua população original, a densidade demográfica era muito baixa. A distância de outros polos mais povoados e “urbanos” era considerável, ainda mais se levarmos em conta a precariedade dos transportes e das estradas da época.

A segunda barreira que contribuiu para o isolamento do mundo interior da *company town* foi a existência de uma atividade única, que conectava todos os seus habitantes: a fábrica. Mesmo as pessoas que não trabalhavam diretamente nas esteiras de produção ou na construção de prédios, pontes, barragens etc. para a própria indústria, estavam de alguma forma atreladas às IKPC. Para abrir seu próprio comércio, por exemplo, era preciso uma anuência da chefia. E, caso a autorização viesse, era necessário seguir à risca as regras impostas – o que garantia o controle sobre a atividade. Nesta circular de 8 de novembro de

1943⁶⁵, Luiz Vieira, dirigindo-se aos residentes da cidade-empresa, estipulou as normas para o funcionamento dos cafês que conseguissem a concessão:

1º.) Todas as concessões serão a título precário e poderão ser canceladas a qualquer momento sem aviso prévio, a não ser em caso de contrato no qual se especifique taxativamente o contrário.

2º.) Será cobrado um aluguel mensal a ser especificado para cada caso, destinando-se 50% do mesmo a obras de assistência social.

3º.) A venda de bebidas alcóolicas é terminantemente proibida sob pena de multa e cancelamento imediato da concessão.

4º.) Será permitida a venda de café já preparado em chécaras, frutas, pastelaria, confeitaria, refrescos.

5º.) Os cafês só poderão funcionar em horários que não coincidam com os correntes de serviço. Como base será tomado o seguinte horário:

6 ½ às 7)	7 às 12)
11 ½ às 12 ½)	Dias úteis) Domingos e feriados
18 às 22)	14 às 22)

Os residentes poderão alterar esse horário de acordo com a conveniência dos serviços.

6º.) As concessões serão dadas privativamente pela Chefia mediante proposta dos Residentes.

7º.) O concessionário se sujeitará à tabela de preços aprovada pela Chefia.

Com a circular, notamos que a chefia definia, basicamente, tudo: o horário de funcionamento, os produtos que seriam vendidos e os preços que seriam praticados. A tabelagem dos valores era feita de tempos em tempos e informada aos comerciantes e chefes de serviço para que fizessem a fiscalização.

Não era fácil conseguir uma concessão para atuar no comércio da *company town*. Em alguns casos, a própria indústria fazia uma chamada. Numa circular de 7 de fevereiro de 1944⁶⁶, Luiz Vieira comunicou aos residentes que os autorizava a receber propostas para a instalação de barbearia, sapataria e lavanderia em Harmonia. Os interessados deveriam encaminhar uma moção à chefia para que fizesse o julgamento. Em outros casos, quando a iniciativa partia dos próprios comerciantes, muitas vezes era negada, como esta de Messim Salomão. Em carta⁶⁷, Luiz Vieira lhe informou que, naquele momento, as IKPC “não cogitavam” instalar o tipo de empreendimento que oferecia:

Com referência à s/ proposta para instalação de uma sorveteria, charutaria, etc., feita em carta de 16 de Janeiro último, sinto informar-lhe que, presentemente, não cogitamos deste assunto.

⁶⁵ Circular emitida por Luiz Vieira em 08/11/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁶⁶ Circular emitida por Luiz Vieira em 07/02/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁶⁷ Carta de Luiz Vieira a Messim Salomão, 20/02/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

A proposta, porém, foi devidamente anotada e quando a ocasião se apresentar voltarei ao assunto.

Ainda utilizando o comércio (e o mercado, de uma forma geral) como exemplo de “fechamento” da cidade-empresa em uma atividade única, podemos elencar a criação e a circulação de uma moeda própria dentro e nos arredores da *company town*: o boró. O boró, apesar de não estar registrado nas fontes “oficiais” de Telêmaco Borba é uma recordação recorrente dos velhos do município. Em minha pesquisa de Mestrado⁶⁸ – cujas fontes eram derivadas de narrativas orais – o boró foi citado por mais de uma pessoa. Nas entrevistas que realizei para esta tese, a moeda própria da cidade-empresa também apareceu. Francisco de Assis Alves⁶⁹, trabalhador nascido em Ortigueira e que prestou serviços para as Indústrias Klabin desde a década de 1940, fala sobre o boró quando questionado sobre o sistema da cooperativa das IKPC:

Juliana Teixeira: Nessa época também que tinha a cidade lá né, Harmonia, tinha a cooperativa, né? Da fábrica que vendia alimentos...

Francisco de Assis Alves: Uma grande cooperativa. Tinha a cooperativa, tinha bar, tinha banco, né? Nos tempo, naquele tempo... No começo não tinha o banco, era recebido na Portaria. Você... chegava o dia do pagamento, eles sortavam a turma pra recebê e aqueles que tinha que vortá, e os outros recebiam mais de tarde e eles sortavam mais cedo e fazia fila...

Juliana: Pra comprar na cooperativa.

Assis: É, e aí comprava lá. No começo, eram uns cartãozinho assim, sabe? De papelão, verde, amarelo... era posto o número ali da quantia de, de cruzeiro, de rear. Não era nem cruzeiro nem rear, naquele tempo era mir réis, né? E... então eles diziam boró praquilo ali.

Juliana: Valia como dinheiro aquilo?

Assis: É, valia. Eles pagavam, pagavam com aquilo, pagavam com dinheiro, dinheiro mais graúdo. Você comprava no mais era aquilo ali, tipo de um vale...

Juliana: E aí aceitavam? Ali na cooperativa você podia...

Assis: Aceitavam, aceitavam em toda parte, até fora daqui!

Juliana: É mesmo?

Assis: Nos trecho mais perto aceitavam, depois você vinha e trocava aí. Era o mesmo dinheiro.

Percebemos, portanto, com esses exemplos, que a *company town* correspondia a um “microuniverso”, com funcionamento próprio e centrado na atividade fabril – adequando-se à característica de “fechamento” das instituições totais.

⁶⁸ A dissertação *A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969)*, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina pode ser acessada em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000182453>>.

⁶⁹ Entrevista realizada pessoalmente, na casa de Francisco de Assis Alves em Telêmaco Borba, em 23/12/2016.

Por fim, como terceira barreira de isolamento, elencamos as fronteiras impostas para entrada e saída da *company town*. Seus limites eram vigiados, o que impunha dificuldades tanto para aqueles que queriam entrar, quanto para aqueles que queriam sair. Fernandes (1974) relata que, desde a década de 1940, as IKPC mantinham um Serviço de Vigilância, responsável por monitorar tanto as fronteiras da Fazenda Monte Alegre quanto as construções em andamento, para que nenhum material fosse roubado⁷⁰. Em 29 de setembro de 1944⁷¹, Luiz Vieira circulou o seguinte documento na cidade-empresa:

Aos Residentes e Chefes de serviço

Assunto: ENTRADA DE VEÍCULOS PARTICULARES NA FAZENDA

Para seu conhecimento e para dar conhecimento aos seus subordinados comunico que, a partir desta data, as permissões para entrada de veículos particulares na Fazenda dependem de autorizações exclusivas da Chefia.

Enquanto carros particulares precisavam de autorização da chefia para entrar na *company town*, os próprios veículos da empresa precisavam de anuência para circularem. No dia 2 de outubro de 1944⁷², Vieira escreveu um memorando ao então chefe do Serviço Médico, Ernesto Duboc. Como veremos mais adiante, Vieira e Duboc entrariam em uma série de conflitos no decorrer do ano de 1944. Neste caso, o “chefão” pede satisfações ao médico sobre o uso da ambulância no dia anterior: “Recomendo informar em detalhe o serviço médico que exigiu o uso da ambulância ontem, dia 1º.”. Alguns dias depois, Vieira redigiu um novo memorando a Duboc recomendando que todas as viagens da ambulância para fora da cidade-empresa fossem comunicadas com antecedência: “Recomendo comunicar a Seção de Transporte, com antecedência, sempre que se tornar necessária a saída da ambulância dos limites da Fazenda⁷³.”

⁷⁰ Fernandes (1974, p.195) aproveita o assunto do Serviço de Vigilância para rebater as críticas que se faziam nos jornais da época a respeito do “fechamento” da Fazenda Monte Alegre, classificando-a como “propriedade enfeudada” e “muralha chinesa de mil olhos de guardiões”. Para a autora, o controle dos limites era feito apenas para deter “a multidão que desejava acomodar-se entre seus operários, sem intenção de trabalhar”. Dessa maneira, aos seus olhos, era que justo que as Indústrias Klabin fizessem valer seu “direito de propriedade”.

⁷¹ Circular emitida por Luiz Vieira em 29/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁷² Memorando redigido por Luiz Vieira a Ernesto Duboc, do Serviço Médico, em 02/10/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁷³ Memorando redigido por Luiz Vieira a Ernesto Duboc, do Serviço Médico, em 02/10/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Não só as estradas eram vigiadas e tinham seu fluxo controlado. As balsas sobre o rio Tibagi e Imbauzinho também eram fiscalizadas. Uma circular de 25 de fevereiro de 1944⁷⁴ estabeleceu quem seriam os responsáveis por administrar este meio de transporte:

Levo ao seu conhecimento que a balsa sobre o Tibagi em Harmonia fica subordinada ao engenheiro Residente de Harmonia, Dr. Fernando Pedreira. A ele se devem dirigir os que pretendem passagem na referida balsa e a ele compete fiscalizar os serviços inclusive as providências sobre feiras livres dentro das instruções vigentes.

A balsa da estrada do Imbauzinho fica subordinada à Secção de Agronomia, nas mesmas condições. Ao agrônomo Benito de Mendonça ou ao seu substituto cabe a fiscalização do serviço.

Outra circular, de 25 de outubro de 1944⁷⁵, estabeleceu as tarifas cobradas para o uso da balsa. As classes elencadas dão pistas de que tipo de pessoas e veículos faziam uso deste transporte (desde que devidamente autorizadas, claro): pedestres deveriam desembolsar 1 cruzeiro; cavaleiros e animais de tropa, 2 cruzeiros; carroças, 5 cruzeiros; automóveis e caminhões, 20 cruzeiros.

Finalmente, há de se destacar os postos que ficavam nas fronteiras da Fazenda Monte Alegre e que tinham orientações para fiscalizar as cargas que entravam ou saíam. No período da lei seca, em que Vieira proibiu o uso e a venda de bebidas alcóolicas na *company town*, o controle daquilo que entrava se intensificou. Fernandes (1974, p.87) registra tal fato em seu livro, citando como referência o Posto da Corrente, que ficava na principal via de acesso para Harmonia. A vigilância, no entanto, também era ferrenha com as cargas que deixavam a cidade-empresa. Em memorando de 18 de maio de 1944⁷⁶, Vieira recomenda à Seção de Viação uma “revista completa” em todos os caminhões que levavam mudanças: “Recomendo [que] sejam completamente revistados todos os caminhões, mesmo os particulares, que levarem mudança para fora da fazenda. Essa revista será procedida na Seção de Viação”.

Enumeradas as três barreiras que garantiam o “fechamento” da *company town* – isolamento físico, atividade única e controle de entrada e saída – já a aproximamos do conceito de instituição total de Goffman (1974). E, levando em consideração os agrupamentos propostos pelo pesquisador, podemos entendê-la como uma instituição do quarto tipo, ou seja, criada para se realizar adequadamente um trabalho.

⁷⁴ Circular emitida por Luiz Vieira em 25/02/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁷⁵ Circular emitida por Luiz Vieira em 25/10/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁷⁶ Memorando redigido por Luiz Vieira à Seção de Viação, em 18/05/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Feita essa classificação mais abrangente – que Goffman (1974) faz questão de apontar como não-exaustiva – ele traça um perfil geral das instituições totais, fazendo certas ressalvas.

[...] nenhum dos elementos que irei descrever parece peculiar às instituições totais, e nenhum parece compartilhado por todas elas; o que distingue as instituições totais é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa família de atributos. Ao falar de ‘características comuns’, usarei a frase de uma forma limitada, mas que me parece logicamente defensável. Ao mesmo tempo, isso permite usar o método de tipos ideais, através do estabelecimento de aspectos comuns [...]. (GOFFMAN, 1974, p.17).

Tendo as características comuns elencadas por Goffman (1974) como base, passaremos a expor o livro de regras que regia a “escola primitiva” de Monte Alegre. Porém, antes de mais nada, julgamos importante esclarecer o por que de insistirmos na expressão cunhada por Fernandes (1974). Mesmo que tenha sido apenas uma das muitas metáforas que a autora usou em sua narrativa, a ideia de associar a *company town* à uma *escola* – e do tipo *primitiva* – condensa os propósitos e objetivos da instituição total fundada pelas Indústrias Klabin.

Desde o início deste capítulo, reiteramos que a construção de uma cidade-empresa era um requisito fundamental para viabilizar o projeto das IKPC, dado o isolamento da região. Prover a Fazenda Monte Alegre de certa estrutura era, portanto, uma necessidade prática. Agora, optar por cumprir tal necessidade pela perspectiva da cidade-jardim e do ideal da “engenharia social” dos utópicos urbanistas do século XIX já é um aspecto inteiramente peculiar. Como Borges e Torres (2012) salientam, não são todas as *company towns* que apresentam esse aspecto – e quando o apresentam, é por iniciativa de seus fundadores.

Com o objetivo de montar um ambiente harmônico de trabalho e de vida, as IKPC “fecharam” sua cidade-jardim e a cercaram de normas, configurando-a, então, como uma instituição total. Para Goffman (1974, p.22), toda instituição total é uma “estufa para mudar pessoas”, um “experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”. O quão impositivo e violento esse experimento pode ser depende do tipo de agrupamento em que a instituição se encaixa e da forma como é gerenciada burocraticamente. No caso da *company town* estudada nesta tese, o viés adotado é também o de mudança e de adequação do eu aos propósitos de um projeto fabril – porém, essa ação não é justificada em simples termos de dinamização do mercado ou da produção, mas em questões paternas e benevolentes (para usar as expressões mais caracteristicamente owenistas). Assim como Owen pretendia libertar seus operários escoceses dos “vícios” da ociosidade e da embriaguez, as Indústrias Klabin tencionavam

inserir os “caboclos” regionais na roda do progresso, fazê-los “evoluir” e romperem com seu estado “primitivo”. Se inflavam o cotidiano da cidade-empresa com normas e regras, era para *providenciar* aos seus trabalhadores todo o “conforto” e “prosperidade” que só um centro moderno, urbano e civilizado poderia oferecer.

Dessa maneira, pensar a instituição total que se instaurou na Fazenda Monte Alegre como uma “escola primitiva” faz o todo o sentido. Os diretores e a chefia não estavam lá apenas para garantir a eficiência da produção, mas também para enfrentar os “dragões” da incivilidade que ainda assombravam aqueles pinheirais. É neste intuito civilizatório e colonizatório que se criaram os dois grupos que expusemos no capítulo anterior: os que comandaram o processo de “evolução” (revestidos de sua posição racional e ontológica, eles *eram*) e os que foram submetidos a este processo (julgados irracionais, *não eram*). Na vinculação entre comandantes e comandados dentro da *company town*, observamos relações de poder, de capital e trabalho, de raça e de gênero. A “estufa” isolada do mundo exterior e estruturada em seu livro de regras colocava as mudanças do eu em prática.

4.2.1 Dormir, brincar e trabalhar no mesmo lugar: o regramento do cotidiano

Goffman (1974) diz que um aspecto básico da sociedade moderna é a diferenciação dos lugares em que dormimos, brincamos e trabalhamos. Além se serem locais distintos, muitas vezes também se diferenciam os co-participantes e as formas de autoridade – sem que exista um plano racional englobante para gerir as três esferas. Nas instituições totais, porém, as barreiras que separam o dormir, o brincar e o trabalhar são rompidas.

Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 1974, p.17-18).

Desdobrando ponto a ponto as colocações de Goffman (1974), começaremos tratando a não separação do dormir, do brincar e do trabalhar na *company town*. Todas essas atividades se davam dentro do mesmo ambiente – uma vez que, em cidades-empresa, é

comum que as esferas do público e do privado se misturem, como já destacaram Borges e Torres (2012). O “fechamento” da instituição total também auxiliava na imposição de uma autoridade única – no caso de Monte Alegre, quem comandava e regravava todos os espaços eram a fábrica e seus dirigentes.

Observar o regramento e o controle dentro da esfera do trabalho é recorrente, pois mesmo fora das instituições totais cada emprego e função têm suas especificidades a serem cumpridas, formas de execução estabelecidas como certas ou erradas, uma ou mais autoridades a quem o trabalhador deve se reportar. No entanto, quando “importamos” tais questões para dentro da casa e do lazer, as instituições totais começam a se transformar em algo completamente distinto da maioria das experiências modernas.

Na *company town* das Indústrias Klabin, a proximidade entre a fábrica e o lar não era apenas física, as ordens e os protocolos não se encerravam no final do expediente. Mesmo na esfera privada, os operários ainda deviam prestar conta de suas atitudes, comportamentos e formas de viver. A imposição de regras já se iniciava a partir do momento em que os trabalhadores conseguiam uma casa – o que não era simples, principalmente na década de 1940. Em 1943, com as obras da fábrica e da cidade-jardim a todo vapor, Luiz Vieira escreveu diversos telegramas a empresas de Curitiba, Ponta Grossa e Tibagi solicitando funcionários. Em um desses telegramas⁷⁷, de 28 de junho, o “chefão” pedia, de uma só vez, 100 operários a Nicanor Araujo Martins – provavelmente um empreiteiro de Tibagi. Em outra correspondência⁷⁸, agora endereçada à Ouromina, de Curitiba, Vieira fazia uma lista dos trabalhadores de que precisava. Os solteiros podiam “vir imediatamente”, os casados deveriam aguardar:

[...] mecânicos, eletricitas, soldadores, ferreiros, ajudantes de mecânico, ajudantes de soldador, carpinteiros, mineiros, serventes, compressores, auxiliar de almoxarife, ajudantes de chauffeur, foguista, fundidores podem vir imediatamente os solteiros. Quanto aos casados peço indicar aproximadamente a quantidade e a especialidade dos que querem vir.

A ressalva quanto aos casados era motivada por uma “dificuldade temporária de acomodação”, como admite a um empreiteiro de Ponta Grossa por telegrama⁷⁹. O problema,

⁷⁷ Telegrama escrito por Luiz Vieira a Nicanor Araujo Martins, de Tibagi (PR), em 28/06/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁷⁸ Telegrama escrito por Luiz Vieira à Ouromina, de Curitiba (PR), em 13/06/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁷⁹ Telegrama escrito por Luiz Vieira a Brásio Martins Ribas, de Ponta Grossa (PR), em 28/06/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

no entanto, parece ter demorado para ser resolvido, já que, em 1945 (ou seja, dois anos depois), funcionários ainda solicitavam suas casas. Adalberto Marques⁸⁰, do Escritório do Transporte, havia sido admitido em março daquele mesmo ano. Em julho, com a proximidade do seu casamento, pedia aos dirigentes para “fixar residência”, “certo de que seria atendido”.

A carta de Antonio Costiuresko⁸¹, carpinteiro da Serraria, é ainda mais contundente. Admitido em julho de 1944, em setembro de 1945 ele ainda aguardava por uma casa. A demora de mais de um ano fez com que procurasse Luiz Vieira e se propusesse a construir sua residência com as próprias mãos:

Prezado Senhor

No domingo dia 2 do corrente, tive oportunidade de falar com V.S. em sua residência e pedi o seguinte;

Tendo em vista a falta de casa para operários na Serraria e estando eu esperando já há alguns meses a vaga de uma e como isso está presentemente difícil, desejava eu fazer uma para acomodar minha família, contando com madeira e demais material e bem assim com o pagamento dos dias necessários para a construção, tudo por conta da Cia.; o que V.S. me respondeu que ‘podia ser’ e que iria providenciar.

Deante disso, eu tomo a liberdade de vir por este meio fazer-vos lembrar sobre este meu pedido.

Na expectativa de merecer a vossa atenção, antecipadamente agradecido aguardo o seu pronunciamento.

Notamos, assim, que a “dificuldade temporária” se arrastou por alguns anos, e que conseguir uma casa na *company town* podia exigir medidas mais drásticas, como procurar diretamente Luiz Vieira. Este fato reforça a ideia de que fixar residência na cidade-jardim era, sob esse aspecto, uma conquista – diminuindo a carga negativa das inúmeras regras que vinham acopladas à mudança. Uma vez instalados, os trabalhadores não podiam fazer qualquer tipo de reforma ou adequação nas casas⁸². Até o uso de lâmpadas de potência maior que a prevista era vigiado de perto, como fica explícito neste memorando de 29 de agosto de 1944⁸³:

⁸⁰ Carta redigida por Adalberto Marques a Guilherme Ross, chefe da Seção de Estradas, em 25/07/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁸¹ Carta redigida por Antonio Costiuresko a Luiz Vieira em 12/09/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁸² Mesmo com o afastamento progressivo de Luiz Vieira da *company town*, as regras com relação à moradia permaneceram. Em 30 de setembro de 1947, Herminio José Gomes escreve ao Chefe de Acampamento pedindo autorização para construir um galinheiro em sua casa, na rua Gama, número 61. Ele diz que os animais estão desaparecendo, já que ficam soltos em seu quintal. A chefia se mostra favorável a atender o pedido, mas afirma que só o fará “oportunamente”, alegando a “falta completa de material” para tanto. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁸³ Memorando redigido por Luiz Vieira a Raminger, do Acampamento de Montagem, em 29/08/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Pelo presente chamo a atenção dos habitantes da Cidade de Monte Alegre e do Acampamento de Montagem sobre o fato de inadmissíveis quaisquer modificações nas instalações elétricas internas ou externas, ou uso de lâmpadas de potência maior, sem autorização expressa da chefia da Montagem Elétrica.

As instalações serão periodicamente fiscalizadas e os infratores serão punidos com a supressão do fornecimento de energia elétrica.

Além de controlar a infraestrutura que ela mesma fornecia, a fábrica ainda orientava os operários a utilizá-las da maneira “correta”, como expusemos mais acima. A própria esfera figurativa do lar também era vigiada e moralizada pelas IKPC, dado o estado “primitivo” dos “caboclos” regionais. Pelas descrições de Fernandes (1974) – que não só viveu na *company town* como o fez circulando no grupo dos “civilizados” – podemos traçar o estereótipo dado aos operários como pessoas que tendiam à violência, à embriaguez, à ociosidade e à “promiscuidade”. Era dever das Indústrias Klabin e das castas mais altas da chefia tirar os “primitivos” de seu estado natural e lançá-los no mundo fabril, progressista e urbano.

Contando histórias sobre seu trabalho de assistência social na Fazenda Monte Alegre, Fernandes (1974, p.224-225) relata como careciam de moralidade os casamentos “no mato” e como essa situação foi se alterando (forçosamente) com a entrada dos “caboclos” no mundo do trabalho:

Lá adiante, indagamos da cabocla, mulher de um lenhador:

– Como é seu nome?

– Maria da Silva.

Ela está esperando bebê. Prepararemos sua ficha e lhe traremos o enxoval para o recém-nascido, no devido tempo.

– Nome do seu marido?

– José dos Santos.

– Espere: como é que você é Silva e ele é Santos? Se casaram, deve usar o sobrenome do marido.

– Não posso, dona, ele é de outra raça.

Raça, na sua linguagem, quer dizer família.

Nessa altura vem o homem e explica que são ‘casados no padre’. Nessa época ainda o casamento religioso não tinha valor legal. Nos acampamentos distantes é muito difícil a presença de um juiz de paz. Somente um padre aparece, para rezar missa na capelinha. O caboclo mateiro sabia muito bem que seu casamento não era válido perante a lei e era comum deixar uma mulher para casar com outra e outra.

Depois que os Institutos de Previdência começaram a dar assistência social à família é que os caboclos decidiram regularizar sua situação matrimonial. Nunca houve crença que promovesse tanto casamento no mato...

Outro traço estereotipado que Fernandes (1974, p.171) repete muitas vezes em seu livro é o da violência – para ela, os “caboclos” não só gostavam de brigar e andar armados como adoravam contar “causos” sobre “morte matada”. Narrando o trabalho de homens e

mulheres plantadores nas áreas de reflorestamento das IKPC, a autora faz das histórias uma anedota:

Nesse ritmo acelerado, entre pedidos de ‘mais pinhão’ e ‘a caneca’, entremeados das reclamações ‘apresse o passo’, ‘não se atrase’, ainda se ouve a voz do contador de ‘causos’. As histórias dele são invariavelmente téticas, acerca de brigas, mortes, facadas, gente em penca para o hospital e tristes enterros. O contador jamais finaliza sem uma nota ‘moral’:

– Em encrenca assim não me meto. Quero é morrer morto mesmo, que essa história de morrer matado não traz vantagem nenhuma.

A ideia de violência aliada aos “caboclos” era compartilhada, inclusive, com trabalhadores que estavam mais próximos destes do que dos dirigentes. Francisco de Assis Alves, que nasceu e cresceu na mesma região “cabocla”, diferencia-se dos seus conterrâneos “primitivos” afeitos às brigas. Filho de um agricultor de Ortigueira, ele relata que, nas áreas periféricas da *company town*, havia intensa atividade de garimpeiros no rio Tibagi. Gente vinda da Bahia e de Goiás “misturava-se” aos “caboclos” da terra:

Francisco de Assis Alves: Veio muita gente pra cá, de toda parte! Então tinha aquela mistura de gente, sabe? O Lageado Bonito, adiante lá um pouco do Projeto [Assis se refere à Unidade Puma, nova fábrica de celulose da Klabin, inaugurada em 2016 no município de Ortigueira]... O Lageado Bonito naquele tempo era animado barbaridade, só que brigavam muito. Aquela mistura de gente, né? E lá a pinga era sorto, né? Tinha bastante boteco. Não era uma cidadinha grande, era uma fila de casa assim naquele lugar mais animado. Depois tinha uma ou duas rua por trás, mas muita pouca casa, um bairrinho. Ali saía cadeirada por ali... Teve domingo de tê quatro, cinco morto ali no domingo, né?

Juliana Teixeira: Pessoal era valente, né? Andava armado...

Assis: Brigavam barbaridade aquele tempo... Teve muita gente morta ali.

Os “caboclos”, então, juntos dos “arigós”, compunham as classes mais baixas da cidade-empresa – e ambas careciam de maior rigidez nas regras disciplinares e morais, já que além de violentas, eram propensas à embriaguez. Para Fernandes (1974, p.88), “tomar uns goles” era o único divertimento que “aqueles rudes trabalhadores, a maioria ex-lavradores de Ortigueira, Pirai, Reserva, Lageado, Faxinal e Natingui” conheciam. Quando bêbados, envolviam-se em confusões e, de acordo com a autora, foi um duplo homicídio a razão para a instauração de uma lei seca na Fazenda Monte Alegre. Em um sábado (cuja data ela não aponta), Rodrigues e Meira, dois funcionários que eram muito amigos, saíram do bar e começaram a discutir. Com a violência “latente” aflorada pela bebida, sacaram os revólveres que carregavam na cintura e “atiraram-se simultaneamente”. Morreram ali mesmo. “Não eram as primeiras vítimas da bebida à solta. Luiz Vieira concluiu que não podia continuar assim:

trabalhadores a matar-se, em cada dia de feriado ou domingo. Decretou a lei seca em toda a Fazenda Monte Alegre.” (FERNANDES, 1974, p.86).

Apesar de não apontar o ano em que a lei seca começou a vigorar na *company town*, a partir da documentação pesquisada, notamos que em 1942 já apareciam restrições quanto ao álcool. Em uma carta enviada ao comerciante Nagib Miguel, de Palmeira (PR), Luiz Vieira aceitou as propostas de instalação de um cinema e um bilhar em Lagoa, desde que respeitadas as condições das IKPC – dentre elas, a proibição da venda de bebidas alcóolicas. Nos anos seguintes, a lei seca foi se tornando cada vez mais rigorosa. Em uma circular de 14 de junho de 1944⁸⁴, observamos que até a venda do álcool convencional passou a ser vigiada pela chefia: “Levo ao seu conhecimento que estão terminantemente proibidas as vendas de álcool mesmo nas farmácias. Qualquer exceção só caberá à Chefia resolver”.

O controle a mãos de ferro, porém, só fez surgir múltiplos focos de contrabando. No próximo capítulo, trataremos com mais cuidado do tráfico de bebidas alcóolicas. Entre os memorandos e circulares da década de 1940, surgem diversas cartas de punição a trabalhadores por se embriagarem em serviço ou, então, por transportarem garrafas de pinga de maneira clandestina. Até entre os supervisores a lei seca era questionada, o que fez com que Vieira cedesse parcialmente, permitindo o consumo de vinhos de mesa e cerveja – além de ponderar a liberação das bebidas em caso de casamentos, aniversários e outras festas. O fato de começar o documento⁸⁵ abaixo com “chamo atenção *mais uma vez*” (grifo nosso) já adianta que, por mais sanções que impusesse, “certos abusos” persistiam:

Aos Residentes e Chefes de Serviço
Assunto: BEBIDAS ALCÓOLICAS

Chamo a sua atenção mais uma vês para o uso de bebidas alcoolicas.
O uso dessas bebidas é proibido dentro da Fazenda, com exceção de vinho de mesa e cerveja, de acôrdo com instruções anteriores.
Em casos excepcionais aniversários, casamentos, etc., a Chefia tem concedido permissões especiais por solicitação dos interessados.
Tendo verificado recentemente certos abusos, a Chefia recomenda a observância das instruções, devendo os interessados submeter a sua decisão os casos especiais de natureza excepcional.
Avisa também que fará exercer severa vigilância e que serão apreendidas sumariamente as bebidas alcóolicas adquiridas sem necessária autorização.

Ao lado da instauração da lei seca, Luiz Vieira também proibiu o porte de armas dentro da fazenda, tentando, assim, conter de vez o “comportamento belicoso” dos “caboclos”

⁸⁴ Circular emitida por Luiz Vieira em 14/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁸⁵ Circular emitida por Luiz Vieira em 09/10/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

e dos “arigós”. Ele recomendava aos residentes e chefes de serviço⁸⁶ “enérgicas providências” juntos aos “subordinados” que insistiam em carregar consigo armas brancas ou de fogo. Os infratores, além de terem as armas apreendidas, sofriam as penalidades impostas pela polícia da *company town* – órgão que também auxiliava na vigilância destes casos.

Vemos, portanto, que as esferas do trabalhar, do dormir e do brincar se misturavam dentro da cidade-jardim e eram todas regidas pela autoridade única da empresa. Mesmo que existissem resistências, as IKPC continuavam cercando todos os aspectos da vida de seus operários para garantir o ambiente harmonioso e urbano que pretendiam. Assim, para driblar os “vícios” dos “caboclos”, ofereciam formas de lazer assistidas, “saúdáveis” do ponto de vista da chefia, já que não envolviam bebidas alcóolicas e tampouco brigas.

Tanto em Harmonia quanto em Lagoa, os habitantes da cidade-empresa contavam com cinema, piscina, cafés, clubes, rинque de patinação, espaços destinados à prática de esportes, bailes, entre outras coisas. Como a hierarquia era palavra de ordem, o acesso a esses lugares também era escalonado – ou seja, a entrada era permitida de acordo com a posição que o indivíduo ocupava na sociedade fabril. Tocamos neste assunto quando expusemos a fala de Alcione Santos Rebonato sobre os bailes em que os “arigós” não eram aceitos. Outros locais replicavam a mesma lógica. Em uma circular de 24 de fevereiro de 1943⁸⁷, Luiz Vieira estabeleceu as regras da piscina – que era de uso privativo do setor administrativo. Quem tinha acesso, devia apresentar um cartão do Serviço Médico ao guarda encarregado e respeitar os horários de funcionamento. Para evitar que o pessoal “afrouxasse” a vigilância, Vieira deu a seguinte sequência de punições: “multa, suspensão e demissão”.

Caso emblemático da separação dos lugares de “brincar” da *company town* eram os clubes. A chefia e os dirigentes tinham o seu. Os operários, o deles. Raramente esses dois espaços se confraternizavam – exceto em ocasiões pontuais no carnaval, como relata Fernandes (1974). Ambos foram fundados em 1946 e, gradualmente, construíram suas sedes. O Harmonia Clube, da casta fabril mais alta, foi projetado pelo arquiteto Max Staudacher a pedido de Horácio Klabin. Já o Clube Atlético Monte Alegre (CAMA), dos funcionários, não consta na lista de projetos do arquiteto. Em carta⁸⁸ enviada a Luiz Vieira em 14 de dezembro de 1946, João Rangel de Abreu, João Fernandes Sobrinho, Juarez Torres de Oliveira, Benito Carneiro Martins, Theodoro Palma e Antônio M. Quadrado, diretores do CAMA,

⁸⁶ Circular emitida por Luiz Vieira em 15/11/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁸⁷ Circular emitida por Luiz Vieira em 24/02/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁸⁸ Carta redigida por João Rangel de Abreu, João Fernandes Sobrinho, Juarez Torres de Oliveira, Benito Carneiro Martins, Theodoro Palma e Antônio M. Quadrado e Luiz Vieira, em 14/12/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

encaminharam o estatuto do clube e, também, pediram materiais para a construção de uma sede social e uma praça de esportes.

Com a edificação das duas sedes, os bailes passaram a ter um palco e um público fixo – enquanto no Harmonia “ouvem-se canções austríacas, dançam-se valsas vienenses diante do fogo da lareira; no CAMA predomina o samba sem muito requebro, à moda do Sul, com os galãs usando óculos escuros à noite (moda de então), colocando as garrafas embaixo da mesa, enquanto esvaziam os copos que estão em cima”. (FERNANDES, 1974, p.127-128). Mais uma vez, Fernandes (1974) atrela o consumo do álcool às castas mais baixas da hierarquia fabril, reforçando os estereótipos que seu livro ajuda a construir e consolidar.

Ainda com relação ao CAMA, há de se destacar o papel do futebol. Com a vinda de Horácio Klabin para a Fazenda Monte Alegre (assunto que retomaremos no tópico subsequente), o lazer dos operários foi profissionalizado e, por isso mesmo, deixou de ser uma forma de “brincar”. Horácio fez questão de construir um estádio na *company town* e, também, de contratar jogadores e montar um time competitivo para participar do Campeonato Paranaense da época.

Uma forma de lazer mais “democrática” eram os cinemas. Todos podiam entrar, desde que pagassem. O primeiro cinema foi instalado em Lagoa por Nagib Miguel. Posteriormente, com a estruturação de Harmonia, outra sala foi aberta. Em 1945, o valor pago pela entrada era de CR.\$ 2,50 – sendo que, deste, 10% deveria ser revertido ao órgão de assistência social organizado pelas IKPC. Para estabelecermos se o cinema realmente era acessível, levamos em consideração a tabela (tabela 4) dos valores pagos pela hora trabalhada dos operários. Assim, notamos que o preço do cinema era um pouco inferior à quantia paga por uma hora de serviço do “operário braçal”.

TABELA 4 – VALOR PAGO, EM CRUZEIROS, PELA HORA TRABALHADA AOS OPERÁRIOS DAS IKPC ENTRE OS ANOS DE 1942 A 1946

CARGO	1942	1943	1944	1945	1946
Carpinteiro	2,00	2,10	2,30	2,80	4,80
Eletricista	2,60	2,80	3,50	4,00	4,50
Pedreiro	2,00	2,20	2,50	2,80	4,30
Mecânico	2,50	2,60	2,80	3,50	6,00
Pintor	1,40	1,60	1,80	2,50	4,30
Operário braçal	1,00	1,20	1,50	1,70	3,00

FONTE: Centro de Documentação e Memória da Klabin (2016)
Tabela elaborada pela autora

A programação e os filmes que seriam exibidos eram estabelecidos pela própria empresa – restando aos donos das concessões apenas o papel de administradores. Numa carta de 1950⁸⁹, vemos a programação de janeiro a maio acertada pela fábrica com o escritório da Columbia Pictures em Curitiba (PR). Com cada filme ocupando o espaço de um final de semana, aparecem títulos como *Gilda*, *Gloriosa Vingança*, *Que espere o céu* e *Serenata Prateada*.

Tocando em outro aspecto do regramento do cotidiano dos trabalhadores nos espaços público e privado, citamos a questão do acesso à comida. A criação das cooperativas – que eram armazéns gerenciados pelas Indústrias Klabin – só veio com a estruturação da cidade-jardim. Antes disso, de acordo com Fernandes (1974, p.82), os gêneros alimentícios eram fornecidos por produtores da região. Em Lagoa, era o “italiano Vitório” quem atuava. Nas outras sedes, eram os “caboclos do outro lado do rio Tibagi” que vendiam banha, charque, ovos, laranjas, carne de porco, farinhas, abóboras etc. Esse comércio entre os habitantes da *company town* e os agricultores regionais era conhecido como “feira livre” – e geralmente acontecia ou nas margens do Tibagi, ou nas margens do rio Imbauzinho. Com o crescimento populacional, as feiras passaram a ser insuficientes, fazendo os preços avançarem. Por essa razão (ainda segundo Fernandes (1974)), os dirigentes decidiram organizar seus próprios armazéns, criando um sistema de cooperativas para vender “sem lucro”.

Dado o isolamento físico da Fazenda Monte Alegre e a proibição do cultivo de hortas e ranchos nos quintais de casa, os operários dependiam quase que exclusivamente das cooperativas para se alimentar. Ou seja, quem ditava a dieta e o tipo de comida que se consumia na *company town* também era a empresa. Para dar conta de prover todos os gêneros, as IKPC não só mantinham os armazéns, como também providenciaram um matadouro e um sistema de fornecimento de leite. A criação de gado passou a ser gerida em parceria com fazendeiros da região (como Alcebíades Marques) e com colonos estrangeiros – a maioria holandeses, que vinham ao Paraná convidados pela empresa.

Os preços exercidos eram rigidamente controlados. Nesta circular de 22 de maio de 1944⁹⁰, Luiz Vieira estabeleceu que os serviços de matadouro e leite ficariam a cargo da Seção de Agronomia. Já os serviços de açougue seriam de responsabilidade da Seção de Abastecimento. Além disso, o “chefão” determinou a maneira como o sistema funcionaria:

⁸⁹ Carta de Francisco Riederer a Columbia Pictures de Curitiba (PR), 26/01/1950. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁹⁰ Circular emitida por Luiz Vieira em 22/05/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Agronomia entregará ao Abastecimento (armazém central e filiais) o gado abatido e limpo para ser distribuído pelos açougues, emitindo notas parciais diárias para conferência e N E quinzenais com preço indicado para fins de escrituração definitiva.

Os preços serão feitos mediante a apropriação quinzenal. O Abastecimento venderá a carne pelo preço estipulado em tabela aprovada pela Chefia, tendo em vista o custo final da carne pronta a distribuir acrescido de 10%.

Pela documentação pesquisada e, também, pelas entrevistas orais, inferimos que os sistemas de distribuição e venda de leite e carne eram separados das cooperativas – nestas, os trabalhadores compravam apenas os alimentos “secos”, como farinha, arroz, café, açúcar etc. Frutas, verduras e legumes continuaram a ser comercializados nas “feiras livres” que, apesar do nome, não eram tão livres assim. Em circular de 8 de março de 1945⁹¹, Vieira chamou a atenção dos residentes e chefes de serviço sobre a “exploração na venda de frutas frescas” que estava “se fazendo sentir”. Por essa razão, a partir daquela data, a venda só poderia ser feita com autorização prévia da empresa, responsável por tabelar os preços e garantir sua aplicação. O “chefão” ainda dizia que esse assunto seria regularizado em breve, já que estava em andamento a construção de um barracão destinado somente para este comércio.

O controle firme, porém, não garantia aos trabalhadores acesso irrestrito às cooperativas, tampouco a quantidade suficiente de alguns tipos de alimentos. Alcione Santos Rebonato, que trabalhou como faturista na cooperativa de Harmonia, relata que existiam horários específicos de compra e que a moeda utilizada era o boró:

Projeto Tempo e Memória (PTM): O quê que o senhor fazia no armazém?

Alcione: Eu era faturista, quando abria o armazém, de manhã, das 8h até meio-dia, era para senhoras, das 3h às 4h [da tarde] era o pessoal da administração, e das 6h da tarde às 10h da noite era só operário da fábrica. O armazém era bem fechado, não tinha ventilação nenhuma.

PTM: E aí o pessoal ia lá para retirar as coisas?

Alcione: Retirar a mercadoria. Daí, à noite, às 6 horas era duro, porque cheio de povo tudo suado do serviço da fábrica, era 24 horas por dia, aquela catanga de sovaco, então a gente tinha que aguentar. Não tinha dinheiro, era... Como é que chamava naquele tempo?

PTM: Não era o boró?

Alcione: Boró, isso mesmo. Não tinha dinheiro, no tempo da guerra era boró. O freguês gastava 95 cruzeiros de boró, às vezes não tinha troco, tinha troco, mas a gente punha assim resto de fumo por conta da gente, para arredondar a gente [trecho inaudível] judiava dos operários.

PTM: Vocês gostavam de judiar? Coitados!

Alcione: Não, só de preguiça de ir lá no caixa pegar troco.

PTM: Era muita gente ao mesmo tempo?

Alcione: Era super lotado, puxa vida!

⁹¹ Circular emitida por Luiz Vieira em 08/03/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

PTM: Vendia de tudo no armazém?

Alcione: De tudo, menos bebida alcoólica, era proibido.

PTM: Mas mantimento tinha de tudo?

Alcione: Mantimento tinha de tudo, carne não tinha, tinha charque.

Além de enfrentar filas na cooperativa “super lotada” (e os arredondamentos em fumo), os operários nem sempre tinham acesso ao leite e ao açúcar. A distribuição, organizada pela própria indústria, dependia dos fazendeiros parceiros que às vezes não davam conta do recado. Em circular de 11 de julho de 1945⁹², Luiz Vieira pedia a Alcebiades Marques “todo o seu interesse em aumentar o fornecimento de leite para as Indústrias, pois hoje recebemos apenas 32 litros de leite da Fazenda, o que está causando inúmeras reclamações”.

Com relação ao açúcar, este começou a rarear com o avanço da Segunda Guerra Mundial. Como não havia produção deste gênero pela própria empresa, a *company town* dependia de fornecimento externo. O controle, que já era rígido, ficou ainda mais. Em 1944⁹³, para garantir uma cota de açúcar, era preciso comprar um “cartão de fornecimento” – e em dinheiro, pois o “chefão” proibiu que o pagamento fosse feito em vale. Foi o acesso ao açúcar e ao leite, inclusive, um dos motivos de maior desentendimento entre Luiz Vieira e o então chefe do Serviço Médico, Ernesto Duboc. Tomando como base a documentação que tivemos acesso, nos tempos de escassez, o consumo do leite, do açúcar e do leite condensado muitas vezes só era garantido com prescrição médica. Estava formado, então, o campo de disputa entre o médico e o “chefão”.

Em um memorando de 20 de junho de 1944⁹⁴, Vieira respondeu a Duboc sobre a prescrição de açúcar e leite ao paciente Geraldo Pereira Diogo. O chefe instruiu o médico a conseguir leite com Benito, um dos responsáveis pelo Setor de Agronomia, embora achasse “pouco provável”. Quanto ao açúcar, garantiu que mandaria um quilo, conforme o pedido. Os meses foram passando e a demanda pelos gêneros persistiu. O leite condensado – que era tratado como remédio e só liberado com orientação médica – transformou-se em assunto de embate. Neste memorando de 1 de setembro⁹⁵, Vieira escreveu a Duboc reiterando que era responsabilidade do Serviço Médico fazer a distribuição de leite condensado, já que algumas reclamações chegaram até à chefia insinuando que a administração de Duboc estava “se recusando” a dar as “necessárias autorizações”. “Estranhando” o acontecido – já que suas

⁹² Circular emitida por Luiz Vieira em 11/07/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁹³ Circular emitida por Luiz Vieira em 09/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁹⁴ Memorando redigido por Luiz Vieira a Ernesto Duboc em 20/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁹⁵ Memorando redigido por Luiz Vieira a Ernesto Duboc em 01/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

ordens não mudaram – Luiz Vieira recomendou que fossem mantidas as determinações anteriores.

O memorando não foi bem recebido pelo médico. A resposta que escreveu a Vieira se perdeu, mas a tréplica do “chefão” foi arquivada. Pelas colocações, inferimos que Duboc citou alguns acontecimentos específicos para rebater a acusação de que o Serviço Médico estava “se recusando” a fornecer as autorizações. A questão era outra: o “atravessamento” da chefia no trabalho do médico, desqualificando este. Dois foram os casos aventados: a prescrição que deu à esposa de Horacio Biali e que não foi homologada por Vieira; e as “asperezas” que sofreu por parte de “Herculano” (provavelmente, o funcionário deve ter sido ríspido com Duboc ao defender seu direito de “consumidor de leite”, falando em nome do engenheiro-chefe). Luiz Vieira, diante dos argumentos expostos, pediu que Duboc “descesse de seu pedestal de médico”, “exigindo” o cumprimento de suas ordens:

DISTRIBUIÇÃO DE LEITE E ASSUCAR

Consinto em explicar as objeções que foram objeto de seu memorandum n.º 4.

A chefia desconhecia os detalhes da doença da senhora do Horacio Biali e si o Dr. Duboc descer do seu pedestal de médico prestando as informações contidas em seu memorandum n.º 4, poderia ter perfeitamente procedido da mesma forma ao ver retardada a autorização da chefia. Aliás, aceitando o visto da chefia para confirmar a autorização, logicamente estava sujeito à prestação dos detalhes necessários. Isso não foi feito.

Quanto ao caso do Herculano, a explicação peca por leviana. Nesse mesmo dia em que ocorreram as ‘asperesas’ a que se refere, eu havia autorizado o aumento da lista dos consumidores de leite abrangendo os salários até Cr.\$ 700,00. O Herculano foi nela incluído sem que com ele eu me avistasse e sem mesmo ter conhecimento das ‘asperesas’.

Não havendo por parte da chefia motivo algum que autorize a atitude assumida pelo Dr. Duboc, exijo que a determinação contida em meu memorandum 880 [mesmo documento do dia 01/09/1944 que citamos acima] seja cumprida, entendendo não dever voltar a tratar do mesmo assunto.

Este memorando é interessante sobre vários aspectos – tanto do ponto de vista do controle dos gêneros alimentícios dentro da *company town* quanto do ponto de vista da linha hierárquica que regia o esquema burocrático das Indústrias Klabin. Observamos que Vieira posicionava a sua chefia como autoridade máxima, fazendo “exigências” e decretando “silêncios”, já que recomendava a Duboc, por exemplo, que não voltasse a tratar daquele assunto.

Mesmo com a orientação de Vieira, os problemas (de escassez e relacionamento) persistiram. Em 4 de setembro de 1944⁹⁶, o “chefão” orientou como Duboc deveria proceder com a cota de açúcar destinada ao Serviço Médico. Os dois sacos mensais seriam repassados pela Seção de Abastecimento – um deles seria destinado ao hospital de Harmonia para uso na enfermaria; o outro, ficaria a disposição dos casos de “dietas familiares”, sendo vendido em cotas de no máximo um quilo por paciente, mediante autorização do médico. No dia seguinte, outro memorando⁹⁷ de Vieira chamou a atenção de Duboc com relação à distribuição de leite condensado: “continuo a receber pedidos de autorização de leite condensado, com a informação de que o serviço médico continua a se recusar a atender [...]. Chamando sua atenção para esse fato, recomendo mais uma vez o cumprimento rigoroso das ordens transmitidas”.

Ainda em setembro, Vieira e Duboc voltaram a tratar várias vezes da distribuição de leite, açúcar e leite condensado. A situação só se normalizou com a regularização do abastecimento do açúcar, em fevereiro de 1945, e com o aumento da produção de leite dentro da Fazenda Monte Alegre. O relacionamento entre o médico e as IKPC, no entanto, acabou por se desgastar. Em 22 de março de 1946⁹⁸, Luiz Vieira, já em processo de afastamento da *company town*, escreveu uma carta a Haroldo Escobar, (então responsável pela chefia), dando alguns conselhos sobre uma denúncia que Duboc havia feito contra Leonardo⁹⁹ – médico estrangeiro contratado pela fábrica que não tinha autorização para clinicar no Brasil. Vieira desqualificou a denúncia, classificando-a como “tardia”, pois, desde que Duboc tinha assumido o Serviço Médico, sabia das condições de Leonardo e o aceitou naturalmente como “assistente”. Por fim, ainda afirmou que a atitude assumiu “aspecto de perseguição dada a situação de desarmonia ultimamente verificada no Serviço Médico”. Enquanto sugestões, recomendou que Duboc fosse dispensado e que Leonardo deixasse de clinicar, sendo realocado em outra função.

⁹⁶ Memorando redigido por Luiz Vieira a Ernesto Duboc em 04/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁹⁷ Memorando redigido por Luiz Vieira a Ernesto Duboc em 05/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁹⁸ Carta de Luiz Vieira a Haroldo Escobar, 22/03/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

⁹⁹ A informação de que Leonardo não tinha seu diploma de medicina reconhecido no Brasil está na entrevista que Euclides Marcolla, também médico da *company town*, deu ao Centro de Documentação e Memória da Klabin, em 10/10/1991, em Telêmaco Borba. De acordo com Marcolla, “[...] o Dr. Leonardo também no começo atendia muito, depois ele parou, porque ele não era médico formado aqui no Brasil, não tinha validade o diploma dele aqui, então o Interventor Manoel Ribas, a pedido do Horácio Lafer, eu estive em Curitiba, falei com ele, ele autorizou o Dr. Leonardo trabalhar como médico aqui, e eu era responsável pelas receitas de entorpecentes para ele, eu era médico da saúde, aí então autorizava ele, tinha que ter meu visto na receita dele [...]”.

Haroldo Escobar seguiu as orientações de Luiz Vieira e, em memorando de 27 de julho de 1946¹⁰⁰, Ernesto Duboc foi “suspense de qualquer atividade como médico destas Indústrias. Deveis passar imediatamente o desempenho dessas funções ao Dr. Euclides Marcóla que responderá pela Chefia dos Serviços Médicos e do Hospital de Harmonia”. Demitido, Duboc procurou o jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e fez uma denúncia sobre as “péssimas condições” a que eram submetidos os trabalhadores das Indústrias Klabin na Fazenda Monte Alegre. Apesar de extensa, optamos por reproduzir integralmente a reportagem¹⁰¹, publicada em 13 de outubro de 1946. Trata-se de um dos poucos textos “dissonantes” sobre a condição de vida dos operários na *company town*. Apesar de exagerar em muitos pontos, Duboc falou sobre a dieta pobre que os trabalhadores tinham e sobre o fornecimento precário de leite – questões atestadas pela própria documentação das IKPC.

Cinco mil operários sem assistência hospitalar social

Situação alimentar péssima nos estabelecimentos da empresa – Caríssimos os remédios – A cooperativa e seus lucros – Declarações de médico despedido das Ind. Klabin de Celulose

Esteve em nossa redação o dr. Ernesto Duboc Filho, que vem de ser demitido do cargo de médico chefe das Indústrias Klabin de Celulose, do Paraná, e que nos pediu publicidade para as seguintes declarações.

CINCO MIL OPERÁRIOS SEM ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

– “Há três anos fui convidado para dirigir os serviços médicos das Indústrias Klabin de Celulose. De pronto, verifiquei que tudo estava por fazer ali, em Monte Alegre, com respeito à assistência médica e social. Havia apenas três postos médicos com pequenas salas, sem nenhum conforto nem higiene, para 5.000 operários, numa zona maleitosa. Pedi logo um isolamento. Não consegui. Ao cabo de um ano obtive um hospital com 32 leitos para acidentados e operados.

Calcule-se as deficiências de um tal estabelecimento. Também pedi creche, lactário, mas em vão. As Indústrias não desejavam nada de bom para o operariado. Queriam fingir interesse, e nada mais. Até os 6.000 cruzeiros que o interventor Ribas pôs a minha disposição para o lactário perderam-se por culpa da empresa.

SITUAÇÃO ALIMENTAR PÉSSIMA

A situação alimentar era péssima. Devido aos salários baixos e à alta dos gêneros, os operários não se alimentavam de leite, frutas e verduras. Acresce que os empregados têm que comprar os alimentos nos armazéns da empresa, que lhes encarece ainda mais. De maneira que, só em 1944, faleceram nas Indústrias 120 crianças de distrofia (fome). Nesse mesmo ano, para uma população de 5.000 operários, a quota de leite baixou de 60 para 30 litros! No entanto, o rebanho vacum atingia a 7.000 cabeças nas fazendas do estabelecimento.

Eu e mais dois colegas empregamo-nos a fundo em prol da saúde dos trabalhadores e suas famílias. Mas pouco podíamos fazer. Monte Alegre ainda não tem aparelho de Raio X; a empresa cobra a internação dos operários e assim por diante.

¹⁰⁰ Memorando redigido por Haroldo Escobar a Ernesto Duboc em 27/07/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁰¹ O recorte da reportagem do *Diário de Notícias* foi arquivado pelas IKPC junto com os memorandos, circulares, telegramas e cartas da década de 1940 em seu Centro de Documentação e Memória.

CARÍSSIMOS OS PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Os produtos farmacêuticos eram vendidos com um ágio de 100% em média. Remédios que no mercado custavam 14 cruzeiros lá eram vendidos a 27; os de 25 a 48; os de 60 centavos a três cruzeiros.

O quinino que agora custa 1.000 cruzeiros o quilo e atingiu a 4.000 cruzeiros durante a guerra, lá era vendido de tal modo que, somente as parcelas ficava por 14.000 cruzeiros!

O farmacêutico é o sr. Leonardo Scherchner, que, ao que se diz nem é diplomado. Com ele e com outros funcionários da empresa acabei por entrar em choque. Queria que eu concordasse com a exploração que infligiam ao operariado. E daí o me haverem afastado, afinal.

A farmácia percebe de lucros líquidos, anualmente, Cr.\$ 500.000,00. Por aí se pode avaliar como os empregados são explorados.

A COOPERATIVA E SEUS LUCROS

Mas há outros escândalos. Existe uma cooperativa, e só ela pode vender gêneros em Monte Alegre. Aos empregados é proibido adquirirem até cigarros, gasosas, refrescos e frutas, fora do estabelecimento. De sorte que a cooperativa cobra o que entende, e seus lucros vão a mais de Cr.\$ 5.000,00 anuais. As compras que os operários tenham que fazer em Curitiba sofrem a majoração de 100% ao entrarem nas Indústrias.

Ultimamente havia, e deve haver ainda, 400.000 cruzeiros de medicamentos tidos como falsificados. Não o ignoravam o farmacêutico e a administração. Mas assim mesmo eram indicados aos doentes. É um caso de Polícia, como se vê, e ao mesmo tempo de Saúde Pública.

ADMINISTRAÇÃO ESTRANGEIRA

A maior parte dos funcionários da administração compõe-se de estrangeiros. A tal ponto são ousados e insolentes que, até, aos brasileiros distratavam. A mim, quiseram proibir-me a entrada no clube social que eu havia fundado.

Quero crer que as autoridades estaduais e federais ignorem as irregularidades que se sucedem nas Indústrias Klabin de Celulose. Mas, já agora, urge que ali compareçam e verifiquem toda a verdade do que estou dizendo. É preciso que se liberte o operariado que sofre e está desamparado.

Obviamente a situação dos operários não era tão drástica quanto no cenário pintado pelo médico no jornal. De fato, a assistência médica e farmacêutica não eram inteiramente gratuitas, mas também não eram proibitivas. Analisando a documentação pesquisada, podemos notar que, com o decorrer dos anos, os valores foram subindo – acompanhando os salários, como expusemos nas tabelas 3 e 4. Em 1943, o regulamento do Serviço Médico¹⁰² (assinado por Duboc, inclusive) estabeleceu que os trabalhadores e suas famílias seriam consultados gratuitamente nos postos médicos, desde que apresentassem um memorando de encaminhamento emitido por seus respectivos chefes de serviço. Em caso de urgência, o memorando podia ser entregue após o atendimento. Para as visitas domiciliares, os valores cobrados eram de 5 cruzeiros das 7h às 18h e 10 cruzeiros das 18h às 7h. Se assim os médicos julgassem necessário, esses valores poderiam ser reduzidos para 2 e 5 cruzeiros

¹⁰² Regulamento do Serviço Médico assinado por Ernesto Duboc de 20/11/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

respectivamente. As injeções e curativos feitos em casa eram gratuitos para os operários. Para as famílias, os valores variavam entre 50 centavos e 2 cruzeiros. Os trabalhadores dos empreiteiros eram aqueles que tinham que desembolsar um pouco mais pela assistência médica. A consulta no posto custava 5 cruzeiros; as visitas domiciliares, 10 (durante o dia) e 20 cruzeiros (durante a noite). Os curativos e injeções ficavam na faixa de 1 a 3 cruzeiros. Nenhum pagamento era feito em dinheiro, apenas por desconto em folha.

A acusação de Duboc, portanto, mostra-se frágil. Mesmo nos anos posteriores, com a subida das taxas, elas ainda eram acessíveis. Em 1945, a diária no hospital de Harmonia variava entre 12 e 15 cruzeiros. Numa relação da movimentação dos leitos no mês de julho¹⁰³, vemos que mesmo indigentes eram atendidos. Um deles, que recebeu o nome de “João Ninguém”, passou 12 dias internado.

Abaixo, reproduzimos uma tabela (tabela 5) com os preços praticados pelo Serviço Médico em 1946. As consultas nos postos continuavam gratuitas aos operários das Indústrias Klabin, desde que contribuíssem com a assistência social organizada na *company town*.

TABELA 5 – TABELA DE PREÇOS EM CRUZEIROS PRATICADA NOS POSTOS MÉDICOS DA COMPANY TOWN EM 1946

CLASSE	CONSULTA		ENFERMAGEM		PARTO
Trabalhadores das IKPC contribuintes da assistência social	POSTO Grátis	DOMICÍLIO 8h-17h: CR\$ 10 17h-8h: CR\$ 20	POSTO Grátis	DOMICÍLIO 8h-17h: CR\$ 1 17h-8h: CR\$ 3	CR\$ 10
Trabalhadores das IKPC não-contribuintes da assistência social	POSTO CR\$ 10	DOMICÍLIO 8h-17h: CR\$ 20 17h-8h: CR\$ 30	POSTO CR\$ 1	DOMICÍLIO 8h-17h: CR\$ 3 17h-8h: CR\$ 5	CR\$ 30

FONTES: Centro de Documentação e Memória da Klabin (2016)
Tabela elaborada pela autora

Com relação ao Serviço de Farmácia, não encontramos as tabelas com os preços praticados, apenas uma circular emitida por Luiz Vieira em 3 de setembro de 1943¹⁰⁴. No documento, ele apresentou as normas de funcionamento do setor, comandado por um farmacêutico subordinado ao Serviço Médico. No texto, Vieira falou em uma farmácia de

¹⁰³ Tabela de preços do Serviço Médico de 1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁰⁴ Circular emitida por Luiz Vieira em 03/09/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

“feição comercial com lucro limitado”. Cabe destacar que, além das farmácias, os próprios postos de saúde e hospital também forneciam remédios e injeções com 50% de desconto aos funcionários que ganhassem até 500 cruzeiros por mês¹⁰⁵.

Grande parte das denúncias, portanto, não se sustentam. Não tivemos acesso a todos os preços praticados durante a existência da cooperativa, mas, como podemos notar nesta tabela de dezembro de 1948 (figura 2), os gêneros básicos (arroz, feijão, farinhas etc.) não tinham valores abusivos. Além disso, se tivessem motivado a morte de crianças por distrofia, certamente as memórias compartilhadas pelos velhos do município de Telêmaco Borba não seriam tão positivas quanto suas narrativas apontam. Das 11 entrevistas que realizei entre o Mestrado e esta tese, nenhum dos entrevistados relatou casos semelhantes de exploração extrema do operariado e “descaso” dos dirigentes. Problematizaremos melhor essas questões adiante, mas fazemos aqui tal ressalva quanto ao cenário apontado por Ernesto Duboc no *Diário de Notícias*. Em nossas ponderações, e com base nas fontes utilizadas, compreendemos que o interesse das IKPC com a sua instituição total não era *esgotar* fisicamente seus trabalhadores, mas muito mais tutelá-los e orientá-los para a realização do seu projeto. Prover conforto, bem-estar, formas de lazer – tudo isso embasava a classificação da *company town* em um ambiente paternalista e não simplesmente “exploratório”. Certamente existiram imposições, concentrações, formas de violência – mas de caráter muito mais sutil do que o “campo de concentração” desenhado pelo médico no jornal.

¹⁰⁵ Memorando redigido por Luiz Vieira a Ernesto Duboc em 02/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

FIGURA 4 – TABELA DE PREÇOS PRATICADA PELA COOPERATIVA CENTRAL, LOCALIZADA EM HARMONIA, DURANTE 10 DE DEZEMBRO DE 1948 A 10 DE JANEIRO DE 1949. OS VALORES ERAM PUBLICADOS PERIODICAMENTE NO JORNAL *O TIBAGI*

MERCADORIA	Unidade	Preço	MERCADORIA	Unidade	Preço
Arroz agulha extra	Quilo	5,00	Toddy 1/2 libra	Lata	7,00
Arroz Blue Rose 1ª	"	4,80	Vassoura de 5 fios	Cada	8,00
Açúcar branco refinado	"	3,80	Vassoura de pelo	"	29,00
Açúcar amarelinho	"	0,20	Velas grandes	"	1,20
Alho	Quilo	8,00	Velas media	"	0,80
Açúcar de baunilha	Pcte.	0,80	Velas pequenas	"	0,70
Alcool	Gfa.	5,40	Vinagre comum s/ casco	Gfa.	3,00
Azeitona Verde-Portuguesa	Lata	15,00	Vinagre NOVA AMERICA	Litro	10,00
Aveia Quaker	"	8,50			
Banha Solta	Quilo	17,50	Agua Lambedor	Gfa.	2,00
Banha em ltas. 2 quilos	Lata	39,00	Agua Paraná	"	1,50
Banha de coco 2 "	"	35,00	Agua Ouro Fino	"	2,70
Batata	Quilo	1,60	Agua Tonica Antartica	"	3,50
Café em pó	"	12,00	Cerveja Porter	"	2,00
Café em grão	"	7,00	Cerveja Cachorrinha	"	2,00
Cebola	"	2,50	Cerveja Brahma e outras	"	4,50
Canela em rama	"	20,00	Club Soda	"	4,00
Chá Cruzeiro e Oriente 500 gramas	Pcte.	1,70	Champanhe Castro	Litro	120,00
Chá " " " 100 "	"	3,40	Champanhe Danubio	"	130,00
Escova c/ cabo p/ lavar casa	Cada	5,00	Champanhe Monopole	"	140,00
Escova s/ cabo p/ " mesa	"	3,30	Champanhe Chamle	"	160,00
Fosforo	Caixa	0,30	Champanhe Cliquot	"	23,00
Feijão	Quilo	3,20	Cognac superior	"	36,00
Farinha de trigo	"	5,80	Fernet	"	2,50
" " milho	"	3,00	Guaraná Brahma e outras	Gfa.	3,50
" " mandioca	"	1,80	Guaraná Antartica	"	70,00
" " Centeio	"	4,50	Genebra	Litro	30,00
Fermento Royal	Lata	3,00	Licor Boll	"	23,00
Linguiça especial	Quilo	18,00	" de cacau	"	65,00
Macarão comum	"	9,00	" Pipermint	Gfa.	12,00
Macarrão talharim	"	10,00	Malyer (Biter	"	80,00
Milho em grão	"	1,20	Coktail Dry Martini	"	75,00
Maizena 200 gramas	Pcte.	1,70	London Gin	"	82,00
Maizena 400 "	"	3,30	Rhum Havana Club	"	26,50
Manteiga fresca	Quilo	40,00	Suco de Framboeza	"	8,00
Mate Cisne 1/2 quilo	Pcte.	2,20	Suco de Uva	"	9,00
Mate Leão 1 quilo	Caixa	3,50	Vinho Trebiano	"	14,50
Molho Inglês	Vidro	4,50	" Clarete e Unico extra	"	11,50
Molho Aromatico	"	3,60	" Moscatel	"	15,00
Mostarda Sta. Catarina	"	3,40	" Branco	"	23,00
Oleo Ceres	Lata	17,00	" Vermuth	"	26,00
Oleo Ruby	"	18,50	" Clarete Messias	"	40,00
Oleo Vida (solto)	Litro	17,00	" A. R. Pinto	"	36,00
Pó p/ pudim	Pcte.	1,60	" Brº. Quinado do Paço	"	19,50
Pudim p/ geleia	"	7,00	" Etna	"	13,00
Pimenta em pó	Quilo	30,00	" Colares Burjacas pequenas	"	24,00
Pimenta em grão	"	45,00	" Colares Burjacas grande	"	17,00
Pimenta em pó	Lata	2,00	" " grande	"	16,00
Palitos	Caixa	2,20	" Grapilon (Suco Uva)	"	15,00
Pickles	Vidro	15,00	" Porca de Murça	"	54,00
Papel higienico	Rolo	2,00	" Osborne	"	48,00
Pedra p/ arcar fogão	Cada	2,50	" Osborne Pale Dry S.	Litro	75,00
Querozene	Litro	2,40	" Quinado DUBONET	"	260,00
Queijo comum	Quilo	22,00	Whisky Jon Haig	"	280,00
Queijo PRATO e BATAVO	"	25,00	" Old Part	"	
Sal refinado 1 quilo	Saco	2,40			
Sal moído	Quilo	1,10			
Sabão diversos	Cada	1,60			
Sabão VEADO	"	2,20			
Sabão Albatroz	"	2,50			
Salame especial	Quilo	22,00			
Sapoleo RADIUM	Pedra	1,00			
Sapoleo Cito	Caixa	1,60			
Toddy 1 libra	Lata	12,00			

MERCADORIA	Unidade	Preço
Pães de forma 1ª. 500 gramas	Cada	4,00
Pães de 1ª. 250 gramas	"	2,00
Pães Francês 250 "	"	1,50
Pães " 90 "	"	0,50

FONTE: jornal *O Tibagi*, ano I, n.4, 1948
Acervo da Biblioteca Pública de Telêmaco Borba

Encerrando, finalmente, este tópico, retomamos a citação de Goffman (1974) sobre as características centrais das instituições totais. Entre os elementos elencados estão a) a não separação e a autoridade unificada nas esferas do dormir, do brincar e do trabalhar – aspectos que nos esforçamos até o momento para discorrer –; b) a realização de atividades diárias em companhia de um grupo relativamente grande de pessoas, em que todas são tratadas de maneira semelhante e obrigadas a fazerem as mesmas coisas; c) o estabelecimento de horários

rigorosos e de uma sequência para a realização das atividades; e d) a existência de um plano racional único para reger todas essas ações, observando os objetivos da instituição. Partindo do aspecto d), acreditamos estar claro que, sendo a empresa a autoridade máxima da *company town*, era ela a responsável por organizar e gerir esse plano racional único, orientado para os interesses dos dirigentes – sejam eles práticos (fixação da mão-de-obra, aumento da produção) ou subjetivos (adequação dos “caboclos” ao progresso urbano e fabril).

Com relação aos outros aspectos, queremos fazer algumas ressalvas. Sobre o “realizar atividades em conjunto”, devemos estabelecer algumas diferenças entre o que Goffman (1974) observou nos hospitais psiquiátricos e o que acontece em outros tipos de instituição total. No caso do objeto de estudo desta tese há, sim, atividades que eram compartilhadas entre pessoas tratadas da mesma maneira – basta observarmos as castas da sociedade fabril e seus espaços distintos de lazer. No entanto, não podemos dizer que esses indivíduos fossem *obrigados* a realizar todas as tarefas. Talvez possamos traçar uma orientação enfática, um *encaminhamento* induzido, mas não uma obrigação completamente imposta. Tratava-se muito mais de um acordo (às vezes injusto) entre comandantes e comandados, onde ambos tinham interesses, ganhos e perdas.

Por fim, chamamos atenção para o controle do tempo e a instauração de horários para a realização das atividades dentro das instituições totais. A questão do regramento do tempo é fundamental dentro de uma sociedade fabril. Thompson (2015) versa sobre essa questão em *Costumes em comum*. O tempo do capitalismo industrial disciplinado é muito diferente da notação adotada pelos camponeses, por exemplo. No campo, é comum que a ideia temporal seja orientada para a realização de tarefas, de cuidar daquilo que é necessidade naquele momento. Desta forma, para um camponês, não há “senso de conflito” em “passar o dia” dedicando-se a uma função só. No entanto, a partir do momento em que o tempo começa a se transformar em dinheiro – e em dinheiro do empregador –, o trabalho vai ser ditado pelo relógio, pelo horário marcado. Aos “homens do relógio”, então, o “tempo das tarefas” dos camponeses se torna perdulário e carente de urgência.

Thompson (1974, p.298, grifo do autor) atesta que, na sociedade capitalista madura, “todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’”. Assim, o mesmo processo de inserção no tempo industrial e econômico que sofreu o camponês inglês, também sofreu o “caboclo” das margens do rio Tibagi – guardadas, evidentemente, as devidas proporções e contextos históricos. Seja pela divisão e supervisão do trabalho, pelos sinos e relógios, pelas multas, pelos incentivos em dinheiro, pela escola, pelas pregações nas igrejas ou pela supressão das feiras e dos esportes,

“formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo”. (THOMPSON, 2015, p.297).

O tempo fabril e disciplinado foi adotado pela *company town* das Indústrias Klabin desde o início do seu empreendimento. Não confiando no manejo do relógio pelos operários, a chefia mandava que os apitos soassem não para apontar o começo e o final dos expedientes, mas para acordar os trabalhadores na hora que julgava adequada. Em 14 de abril de 1944, Luiz Vieira encaminhou uma circular¹⁰⁶ à Serraria estabelecendo seu horário de funcionamento e a que tempo os apitos deviam soar – entre uma hora e quinze minutos antes do expediente:

SERRARIA

HORÁRIO

Levo ao seu conhecimento que o horário de trabalho da serraria passará a ser o seguinte:

MANHÃ

Entrada – 6 horas

Almoço – 11 às 12

Saída – 17 horas

NOITE

Entrada – 17 horas

Saída – 1 hora

O café será tomado sem paralisação das máquinas.

Os sinais de apito obedecerão ao seguinte:

1º. sinal 5)

2º. sinal 5-45) Para a serraria

3º. sinal 6-45)

4º. sinal 7) Para o acampamento

Despertados pelos apitos da fábrica, a maioria dos trabalhadores (com exceção dos administrativos) tinha uma jornada de 10 horas pela frente, podendo ser prorrogada por duas horas extras¹⁰⁷. A proximidade do ambiente de trabalho com a esfera privada também facilitava que operários fossem chamados às pressas mesmo nos horários e dias de descanso. Além disso, a vigilância constante de Vieira contribuía para que o trabalho fosse contínuo.

¹⁰⁶ Circular redigida por Luiz Vieira em 14/02/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁰⁷ Essas informações, além de poderem ser inferidas com base nas documentações que apresentam os horários dos expedientes, também estão em cartas que Luiz Vieira responde a trabalhadores interessados em ingressar nas IKPC. Nesta carta de 14 de março de 1945, ele informa ao torneiro mecânico Arthur Besko que tem interesse em seu trabalho. “Pagar-lhe-emos um salário inicial de Cr.\$ 3,20 por hora, podendo ser aumentado de acordo com a sua capacidade, depois de um mês de experiência. Trabalhamos normalmente 10 horas por dia, sendo duas horas extraordinárias pagas com acréscimo de 25%”. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Neste memorando de 6 de junho de 1944¹⁰⁸, o “chefão” cobrou de Guilherme Ross que o trabalho nas estradas fosse feito de “sol a sol”: “Recomendo assistir de perto o patrol que está aplainando a estrada de Harmonia. Às 17 horas de segunda-feira a plaina já não estava mais em serviço quando, pelo contrário, essa máquina deve trabalhar de sol a sol”. Já nesta circular¹⁰⁹ do mesmo dia, ele disse aos residentes e chefes de seção que as concessões de férias estavam suspensas até o dia 15 de junho por “necessidade de serviço”.

Fora o tempo destinado ao expediente, os operários tinham os tempos certos de comprar na cooperativa, de encaminhar seus filhos à escola, de ir ao cinema, de ir à igreja e de dedicar-se ao lazer assistido e “saúdável”. Arquitetava-se, enfim, um grande cronograma de atividades “agendadas”, adequado ao ambiente fabril e ao homem moderno e urbano. Encerrando este tópico, passemos ao segundo grupo de características das instituições totais proposto por Goffman (1974) – o controle burocrático, seu sistema de privilégios e punições.

4.2.2 O controle burocrático: autoridade, tutela e vigilância

De acordo com Goffman (1974, p.18), o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de indivíduos é o “fato básico” das instituições totais. Desse “fato básico” decorrem consequências importantes:

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica [...], mas vigilância – fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros. Aqui, não importa discutir o que é que vem em primeiro lugar – se os grandes grupos de pessoas controladas ou o pequeno grupo dirigente; o fato é que um é feito para o outro. (GOFFMAN, 1974, p.18).

Notamos que a questão burocrática, dentro das instituições totais, é fundamental. É ela quem vai engendrar a criação dos dois grandes grupos que se relacionam no mundo interno e “fechado” destes estabelecimentos: os controladores e os controlados. No capítulo anterior, trouxemos as pontuações de Arendt (2015) sobre as origens da burocracia e seus traços essenciais. Entre eles, recuperamos, aqui, a ideia de que o burocrata imperialista assume para si a responsabilidade que nenhum homem pode assumir por outro homem. Os

¹⁰⁸ Memorando redigido por Luiz Vieira a Guilherme Ross em 06/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁰⁹ Circular emitida por Luiz Vieira em 06/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

homens brancos, revestidos de sua pretensa superioridade e civilidade, incumbiram-se da missão de libertar os bárbaros (sejam eles negros, índios ou “caboclos”) de sua própria ignorância, dos “dragões” que os assombravam por séculos. O cumprimento de tal fardo gerou uma maneira completamente nova de governar, que Arendt (2015) reuniu na filosofia do burocrata.

O reconhecimento da influência pessoal; o corpo de assistentes bem treinados, confiáveis e amantes do sigilo; a ação fora do controle das instituições públicas – todos esses aspectos da filosofia do burocrata também podem ser notados no interior das instituições totais. O governo por decretos provisórios foi amplamente adotado na *company town*, bem como o sistema de sonegação de informações e o soterramento do raciocínio político. Entre os que *eram* e os que *não eram*, configurou-se um esquema de autoridade hierarquizada e de tutela permanente. Passemos, então, a analisar a construção desses dois grupos.

Para Goffman (1974), existem algumas características gerais que se imputam aos grupos dos controladores e dos controlados. Habitualmente, os controlados vivem dentro da instituição e têm contato restrito com o mundo exterior. Já os controladores podem estar integrados ao mundo externo, dedicando apenas algumas horas de seu dia ao estabelecimento. Cada agrupamento tende a enxergar o outro por meio de estereótipos hostis e limitados – para os controladores, os controlados são reservados, amargos e não merecedores de confiança; para estes, os controladores são arbitrários, mesquinhos e condescendentes. “Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados [controlados] tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados.” (GOFFMAN, 1974, p.19). A mobilidade entre os dois grupos é bastante limitada, uma vez que a distância social existente é frequentemente prescrita. Outro aspecto importante são os empecilhos colocados para a comunicação entre controladores e controlados – quanto mais alta a posição do controlador no nível hierárquico mais inacessível ele é.

Desde o início desta tese temos delimitado os grupos dos controladores e dos controlados dentro do processo de instauração e funcionamento da *company town*. Agora, examinaremos com mais cuidado esses dois estratos – principalmente a cadeia hierarquizada dos controladores. Com base nos documentos a que tivemos acesso, podemos compreender que a alta cúpula dos dirigentes era ocupada pelos fundadores das IKPC. Estavam localizados neste patamar Samuel Klabin, Wolff Klabin, Horácio Laffer, Horácio Klabin e outros membros da família que passaram pela Fazenda Monte Alegre. Apesar de a última palavra ser dada por esses dirigentes – que, em sua maioria, residiam em São Paulo e Rio de Janeiro – a administração direta do empreendimento às margens do rio Tibagi era levada a cabo por Luiz

Vieira. Ou seja, logo abaixo da alta cúpula estava o engenheiro-chefe, responsável por gerir todos os aspectos do projeto, da construção da fábrica ao estabelecimento de regras do funcionamento das barbearias, por exemplo.

Os auxiliares diretos de Vieira eram os residentes¹¹⁰ e os chefes de seção e serviço. Neste estágio dos controladores encontravam-se os trabalhadores graduados, os estrangeiros que vinham ao Paraná convidados pelos Klabin, os engenheiros, topógrafos, desenhistas etc. Muitas eram as seções dentro da fazenda: Montagem, Transportes, Estradas, Agronomia, Florestal, Eletricidade, Pessoal, Serraria etc. Eram com essas pessoas que Luiz Vieira conversava diretamente em suas circulares e memorandos, cabendo a eles repassarem as informações a seus subordinados. Depois dos chefes de seção, vinham os supervisores de suas respectivas áreas de serviço, que variavam em número e função de acordo com as demandas de trabalho. Apesar de terem certa autoridade, estavam mais próximos do grupo dos controlados do que dos controladores, pois tinham quase nenhuma autonomia.

No grupo dos controlados, destacamos os operários de base – frequentemente classificados como “operários braçais” nos documentos. Eram os “arigós”, os “caboclos” sem graduação e com pouca ou quase nenhuma qualificação.

Dentro dessa hierarquia da *company town* é interessante notar que quem de fato ditava as normas e as regras dentro da instituição era Luiz Vieira. Mesmo contando com os chefes de seção, concentrava todas as decisões para si. Era ele, inclusive, quem definia a forma como cada setor do empreendimento funcionaria. Aos chefes cabia apenas obedecer e aplicar suas ordens. Logo no ano de sua chegada à fazenda, em 1942, começou a normalizar as seções e os procedimentos a serem adotados. Em 1 de agosto¹¹¹, por exemplo, enviou uma circular aos chefes de seção instruindo-os sobre os contratos de prestação de serviço, ressaltando que esses casos “obedecem ao critério de remuneração bruta, sujeitos portanto os contratados às despesas de custeio, exclusive casa”. Vieira orientou-os a cobrar pelas estadias nos hotéis e pensões de acordo com a tabela de valores que estabeleceu – além de baixar outras normas, como moradia fixa em hotel somente ao “pessoal administrativo superior”.

Em 10 de setembro¹¹² do mesmo ano, determinou as normas do Serviço de Correspondência, responsável por expedir e arquivar as cartas, telegramas e memorandos. Tudo era armazenado em três vias, o que garantiu que muitos desses documentos fossem

¹¹⁰ Residentes eram os funcionários que respondiam pela administração das diferentes sedes da *company town*, como Harmonia, Mauá e Lagoa.

¹¹¹ Circular emitida por Luiz Vieira em 01/08/1942. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹¹² Documento emitido por Luiz Vieira em 10/09/1942. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

conservados até o presente momento. Por fim, ainda em 1942, baixou as regras sobre os aumentos de salário, os trâmites de admissão de pessoal, licenças, férias, transferências, folhas de pagamento e penalidades.

Como temos notado no decorrer deste capítulo, Luiz Vieira, em seus quatro anos de trabalho na *company town*, não ditou apenas as normas administrativas dos diferentes setores da fábrica, mas também as regras de outros estabelecimentos criados especialmente para a cidade-jardim, como o hospital, os postos de saúde, a farmácia, o cinema, os cafês, os sistemas de transporte, os bailes, os bares, as cooperativas e até mesmo o cemitério. Em circular de 29 de dezembro de 1944¹¹³, o engenheiro-chefe enviou o regimento do Cemitério de Monte Alegre aos residentes e chefes de serviço, alertando-os que “a partir desta data, nenhum cadáver será dado a sepultura no cemitério de Monte Alegre, sem que sejam observadas as seguintes instruções”. Dentre as diretrizes estavam a obrigatoriedade da apresentação do atestado de óbito, firmado pelo médico, ao zelador do cemitério; o pagamento da taxa de sepultamento no valor de 18 cruzeiros; e a comunicação dos óbitos na *company town* à Seção de Pessoal até duas horas depois do acontecido. O transporte e a confecção do caixão também ficariam sob responsabilidade da Seção de Pessoal.

Não é radical, então, afirmarmos que o controle geral da cidade-empresa estava nas mãos de Luiz Vieira e não da família dirigente. Quando dissemos que o engenheiro-chefe se comportou como Lorde Cromer no Egito não foi apenas uma comparação, mas uma constatação. Era ele quem enfrentava diretamente os “dragões” da incivilidade no sertão dos pinheirais, expedindo seus memorandos e circulares e, periodicamente, prestando contas por correspondência à sede das IKPC em São Paulo. Vieira representava a “minoridade experiente” e tinha, portanto, um salvo conduto – tanto dos dirigentes quanto do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Aspecto fundamental desta gestão burocrática e centralizada é o “apagamento” do “chefão” das memórias dos velhos de Telêmaco Borba (PR). Apesar de estar presente em várias páginas do livro de Fernandes (1974), são poucos os que se lembram do engenheiro-chefe. Das entrevistas que realizei, nenhuma das pessoas sequer citou seu nome. Dos dirigentes, no entanto, as lembranças são frequentes – Samuel, Jacob, Wolff, Horácio: todos aparecem nas narrativas dos trabalhadores. Neste sentido, podemos dizer que Luiz Vieira foi um burocrata “perfeito”: atuando por meio da influência pessoal, geriu a *company town* por detrás das cortinas, deixando o “palco” para a família Klabin.

¹¹³ Circular emitida por Luiz Vieira em 29/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Essas diferenciações de percepção dos controlados a respeito dos controladores também aparece no livro de Goffman (1974, p.100). Para o autor, a dinâmica entre a alta cúpula e seus supervisores é fundamental, pois “desvia o ódio” que se voltaria aos dirigentes, permitindo que estes possam receber os controlados com bondade paternalista e benevolência.

Tais atos de clemência são possíveis apenas porque, como todos os tios, as pessoas de nível mais elevado não têm a tarefa de disciplinar os internados, e seus contatos com estes são tão pouco numerosos que essa delicadeza não perturba a disciplina geral. Penso que os internados geralmente obtêm certo sentido de segurança por sentirem, ainda que de maneira ilusória, que embora a maioria da equipe dirigente seja má, o homem de posto mais elevado é realmente bom [...]. (GOFFMAN, 1974, p.100).

De fato, os contatos entre os operários e a família Klabin não eram constantes – até porque a maioria apenas fazia visitas periódicas à *company town*. Além disso, havia um “caminho certo” de comunicação que os trabalhadores deviam seguir. Primeiro, reportavam-se aos chefes de serviço e residentes, depois, a Luiz Vieira, por último, se o “chefão” julgasse adequado, é que poderiam tratar diretamente com a alta cúpula.

Em 20 de março de 1944¹¹⁴, o engenheiro Alfred van den Burgelaar rompeu essa sequência enviando uma carta diretamente a Samuel Klabin. No texto, ele reclamava que não estava recebendo o salário “combinado em São Paulo”. Conversando com seu chefe de seção, José Luiz Vieira, foi orientado a procurar o “chefão” para pedir o aumento. Não querendo mais “tratar do assunto”, pediu que Samuel desse o recado ao engenheiro-chefe:

Snr. Samuel Klabin,
No mez passado eu recebi como salário de Janeiro 3000 crs. e ôntem como salário do mez fevereiro mesmo 3000 crs.
Isso é contrário ao nosso contrato oral, que eu fiz em São Paulo. Eu entrei em serviço da casa Klabin em Monte Alegre no dia 24 de dezembro 1943. No dia 24 de Janeiro 1944 o Snr. Samuel falou comigo em Monte Alegre, dizendo: O mez de experiência acaba hoje, nós podemos hoje entrar em acordo definitivo, e eu acordei. Isso quer dizer, que no dia 24 de Janeiro acabou um mez de 3.000 crs. e começou o serviço definitivo, com 5000 crs. mensais. [...]
Sobre o fato de ter recebido 3.000 invece de 5.000 crs. para mês de fevereiro eu falei com o Snr. José Luiz Vieira, que me diz que só Snr. Dr. Vieira tinha a decidir sobre ‘aumentos de salário’. Mas não se trata de ‘aumentos’, somente de um acordo concluído. Resta então a ser pago ainda 2.000 crs. para o mez fevereiro, então até o 1º. de Março. Provavelmente, o Snr. Dr. Vieira não foi informado sobre o nosso acordo, mas eu aqui não posso e não quero mais tratar desse assunto, e peço do Snr. Samuel de dar um recado ao Snr. Vieira.

¹¹⁴ Carta de Alfred van den Burgelaar a Samuel Klabin, 20/03/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

O “furo” na linha de comunicação passou por cima da autoridade de Luiz Vieira que, alguns meses depois, escreveu um memorando¹¹⁵ repreendendo Burgelaar veementemente por sua atitude:

A respeito da sua carta de 20 de Março último dirigido ao Snr. Samuel Klabin, reclamando sobre salários, a qual devolvo em anexo, chamo sua atenção para o seguinte:

1º) A Chefia das obras de Monte Alegre tem a seu cargo toda a administração e a ela devem ser subordinadas todas as questões de serviço, inclusive as referentes a salários.

2º) Sua reclamação sobre Fevereiro foi atendida prontamente. Na mesma ocasião autorizei a correção de salários correspondentes à última semana de Janeiro. Dessa solução V.S. teve conhecimento por intermédio da seção de Pessoal mas V.S. não compareceu para liquidar o assunto.

3º) Sua reclamação direta ao Snr. Samuel Klabin foi precipitada e incorreta. Precipitada porque a reclamação foi atendida sem interferência da Diretoria da Companhia, o que aliás se compreende perfeitamente por ser assunto que compete à Chefia resolver. Incorreta porque em matéria de serviço não é permitido entendimento à revelia da Chefia.

4º) A carta que V.S. me enviou não é a mesma que foi dirigida ao Snr. Samuel Klabin. Esta o eng. Zappert entregou a V.S. antes de meu regresso o que lamento porque é um documento que deveria passar ao arquivo da Chefia. Aguardo portanto a carta original enviada a São Paulo para tomar as providências administrativas que couberem.

5º) Por prevenção, lembro que a Chefia não se conforma com entendimentos diretos em se tratando de serviço, reservando-se o direito de usar com rigor os meios administrativos que forem necessários ao coibir essas atitudes.

Fica claro, pelas palavras do próprio Vieira, que a sua chefia tinha em mãos toda a administração da fazenda. Qualquer questão de serviço devia ser tratada com ela – “entendimentos diretos” com a alta cúpula seriam coibidos com rigor.

Era essa constante atitude de vigilância e disciplinaridade que separava o engenheiro-chefe dos dirigentes. A estes, ficava o papel benevolente junto aos operários. Os mais “paternais” dos Klabin foram os filhos de Salomão, Samuel e Horácio. Foram eles os primeiros a realmente fixar residência na *company town* e a ocupar cargos de diretores na fábrica, um como técnico e outro, como administrativo. Horácio, inclusive, foi quem substituiu Luiz Vieira na chefia geral. Fernandes (1974) anota o dia em que expediu seu primeiro memorando na nova posição: 12 de dezembro de 1947. A vinda dos dois, no entanto, foi um pouco anterior. Horácio, em entrevista¹¹⁶ ao Centro de Documentação e Memória da

¹¹⁵ Memorando redigido por Luiz Vieira a Alfred van den Burgelaar, 07/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹¹⁶ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 06/10/1993, no Rio de Janeiro. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Klabin, afirmou que chegou em Monte Alegre em 1946. Houve, então, um período de transição entre a gestão de Vieira e a dos irmãos Klabin.

Borges e Torres (2012) enxergam o paternalismo praticado dentro das cidades-empresa como um caminho para resolver a tensão inerente entre o ideal de comunidade-modelo e a necessidade do lucro econômico. Provendo habitação, serviços e amenidades, as empresas tentam evitar conflitos com a força de trabalho – além de assegurar a lealdade dos operários e cultivar uma imagem positiva. Dentro da classificação do paternalismo “tradicional”, vemos tais ações se desdobrarem em formas de educação, de bem-estar físico e de controle moral. O aspecto paternal dos Klabin dos anos de 1940 se encaixa neste viés tradicionalista. Apesar de ocuparem a posição social mais elevada dentro da cidade-jardim, faziam questão de circular entre os trabalhadores comportando-se gentilmente e, quando necessário, dando lições – mas sempre em caráter pedagógico, nunca com teor punitivo como fazia Luiz Vieira.

Coraiola (2003) dedica dois capítulos de seu livro especialmente para Samuel e Horácio. Lançando mão de alguns depoimentos de funcionários e amigos dos irmãos Klabin, traça um perfil da personalidade de ambos. De acordo com o que ouviu, Samuel era “humano e dócil”.

Alto e loiro, Samuel Klabin cercou-se de todos os conhecidos de Monte Alegre, com naturalidade e simpleza, por mais de três décadas. Dava atenção ao aspecto humanístico montealegrense, preocupando-se com os problemas sociais e, particularmente, do indivíduo. [...] Pessoa de índole calma, voz controlada, maneiras naturalmente gentis, possuía um espírito arguto e observador, ao qual não lhe escapavam detalhes, fosse numa caldeira ou digestor de fábrica, fosse na construção de uma moradia, no ajardinamento das avenidas, no empilhamento de madeira ou nos talhões da área florestal. (CORAIOLA, 2003, p.82).

Samuel, quando precisava corrigir seus funcionários, preferia fazê-lo por meio de uma “discreta gozação” ao “demonstrar grosseiramente qualquer desagrado” (CORAIOLA, 2003, p.82). Francisco de Assis Alves, que trabalhou como carpinteiro durante muitos anos para as IKPC, contou que também conheceu pessoalmente o diretor e sua família, já que era chamado constantemente em sua casa para cumprir pequenos serviços. Em uma dessas vezes, foi convocado para construir uma “gaiola de coelhos” para os filhos de Samuel. Interessados pelas ferramentas do operário, os meninos fugiam da guarda do mordomo para pedir o serrote a Assis:

Francisco de Assis Alves: [...] agora dos [Klabin] mais novo [filhos de Samuel] eu conheci eles piá, pois eu trabalhava muito lá na casa do Samuel Klabin, ia fazê gaiola

pra coelhos lá, essas coisas. Eu ia arrumá prele lá nos fundos [da casa], os piazotes eram pequeno ainda. Tanto que esqueci até os nome deles, eles iam lá e ficavam. O Rubensvar [Antônio Ruberval Madalena, mordomo da casa de Samuel na *company town*], um que parava lá, que se via apurado! Trazia eles, levava lá pra casa, não demorava eles vinham pra lá e queriam o serrote preles.

Juliana Teixeira: (risos) Pra eles serrar...

Assis: Brincá, ficavam brincando lá.

Assim como Samuel, Horácio passou a morar na *company town* e a conviver diariamente com os trabalhadores. Mais dedicado às questões administrativas do que à produção de papel, preocupou-se em transformar a cidade-jardim em lugar bom para se viver. Tanto Fernandes (1974) quanto outras fontes “oficiais” da história de Telêmaco Borba dão a Horácio os créditos pela organização da vida social na Fazenda Monte Alegre, construindo as sedes dos dois clubes, montando o time de futebol, promovendo festas, bailes de carnaval, concurso de misses e outras atividades. Foi ele, também, o primeiro Klabin a criar meios de comunicação para a *company town*, fundando o jornal *O Tigabi*, em 1948, e a Rádio Sociedade Monte Alegre, em 1950. Para Arthur Bodstein¹¹⁷, ex-gerente florestal da indústria, foram essas as razões que conferiram a Horácio uma “maior afinidade” entre os habitantes do empreendimento das IKPC:

Arthur Bodstein: O Dr. Horácio Klabin ficou em Monte Alegre, quase 2 anos, como Diretor Administrativo. Ele teve também seus méritos, porque Monte Alegre não tinha praticamente nada, a não ser fábrica, trabalho, e ele criou clubes lá, criou o clube que tem a sigla de CAMA, de futebol, e isso motivou a operariada toda. Criou o Harmonia Clube, que é o clube social lá de Monte Alegre, aonde reuniu o pessoal todo que vivia disperso. Então ele programava festas, inclusive na casa da diretoria, com a senhora dele, a dona Beki Klabin, e isso fez com que tivesse mais afinidade entre os que viviam lá. Porque sempre se dizia que 24 horas em Monte Alegre se pensava Klabin, em muitas reuniões era dito: ‘olha, eu falo tudo, menos [de] papel’. Então ele também teve seu valor. Mas ele ficou pouco tempo lá.

De fato, a preocupação excessiva com a *company town* – e não com a fábrica em si – fez com que a passagem de Horácio pela diretoria administrativa fosse rápida. Em 1949, já não ocupava mais o cargo. O principal desentendimento entre ele e a alta cúpula das IKPC foi um planejamento, a longo prazo, do futuro da Fazenda Monte Alegre. Na perspectiva de Horácio, a estrutura já construída iria colapsar em poucos anos com o crescimento da indústria, o que exigia uma preparação prévia dos dirigentes, no sentido de procurar um novo local para instalar a cidade. Foi assim que o Klabin vislumbrou a ideia de transferir os moradores da *company town* para a outra margem do rio Tibagi, fora das terras da empresa.

¹¹⁷ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em agosto de 1993, em Telêmaco Curitiba (PR).

Fornecendo certo suporte, a fábrica auxiliaria nessa mudança e na fundação de uma cidade “independente”, que pudesse se organizar social e politicamente. Num primeiro momento, o escritório-sede em São Paulo permitiu que o projeto fosse levado adiante. Assim, Horácio escolheu um vasto terreno na margem oposta do Tibagi e chamou o arquiteto Max Staudacher para auxiliá-lo na questão urbanística. Depois de quase dois anos de planejamento, quando foi apresentar a proposta às IKPC, os sócios, seguindo a opinião de Horácio Lafer (que era contra), optaram por não realizá-la mais. Horácio Klabin¹¹⁸, em sua entrevista para o Centro de Memória, relatou como sua insistência com o projeto o afastou da diretoria administrativa:

Horácio Klabin: [...] eu tentei convencê-los de uma maneira ou de outra, eu não quero mais falar sobre isso, porque não convenci. Mas um deles falou: “Horacinho, você está tão entusiasmado com isso, acha que o negócio é tão bom, por que não faz você sozinho? Faça você o negócio”. Eu retruquei: “é uma bomba, um presente de grego. Isso não é para mim, isso foi planejado para a companhia, isso precisa ter caminhões, tratores, máquinas, dinheiro, e construir escritório, comprar jipe... Um dinheiro que não acaba mais, para eu fazer isso assim”. Eu disse: “eu não tenho esse capital e [trecho inaudível] muito menos esse necessário para isso. E se tivesse, eu não disse que é um bom negócio, eu nunca falei que é um bom negócio, é um bom negócio para Indústrias Klabin do Paraná, para que essa indústria cresça”. Mas eu, não [sei] porque cargas d’água, eu fui aceitar esta empreitada, como não bebo, não podia dizer que estava meio tomado de bebida, porque eu não gosto de beber, então é burrice mesmo, confesso que foi uma burrice, eu aceitar aquilo, sem condições para realizar. E isso também me propuseram: “se você quiser e fizer, você vai ter que deixar o cargo de Diretor Administrativo, você não pode fazer as duas coisas”. Eu entendi o que estava escrito nas entrelinhas, e também respondi que de qualquer jeito a minha função lá já estava feita, em Monte Alegre eu não tinha mais nada que fazer, que isso era uma nova coisa, e eu estava lá pronto a fazer mais um tempo, para a companhia.

De forma quase autônoma, porque as IKPC o auxiliariam na compra de parte dos terrenos, Horácio levou adiante o projeto da Cidade Nova – núcleo habitacional que, alguns anos mais tarde, se transformaria no município de Telêmaco Borba. Por ter assumido esse processo sozinho, o ex-diretor administrativo ficou conhecido como o Klabin mais “preocupado” com o bem-estar dos moradores da *company town* – o que lhe rendeu inúmeras homenagens, inclusive o título de cidadão honorário telemacoborbense¹¹⁹. Em frente à prefeitura da cidade, um busto de Horácio foi instalado juntamente com uma placa onde se lê “fundador do município de Telêmaco Borba”.

Percebemos, enfim, que tanto Samuel quanto Horácio se tornaram figuras carismáticas e paternais na *company town*, divergindo do caráter vigilante e disciplinador de

¹¹⁸ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 6 de outubro de 1993, no Rio de Janeiro (RJ).

¹¹⁹ O título de cidadão honorário de Telêmaco Borba foi concedido a Horácio Klabin em 1967, apenas três anos depois da emancipação do município da comarca de Tibagi.

Luiz Vieira. Seja pela via autoritária ou paternal, os trabalhadores da década de 1940 foram submetidos ao controle burocrático da instituição total. E uma das consequências diretas dessa relação é a infantilização dos controlados. Como sistemas alicerçados na burocracia governam por decretos produzidos longe do alcance daqueles que sofrerão sua imposição, essa distância dá aos controladores maior poder sobre os controlados, já que estes não têm conhecimento das decisões sobre seu destino. Há, então, não só uma simples sonegação de informações, mas uma retirada da autonomia e da liberdade de ação. “A impossibilidade de manter esse tipo de competência executiva adulta, ou, pelo menos, os seus símbolos, pode provocar no internado o horror de sentir-se radicalmente rebaixado no sistema de graduação de idade.” (GOFFMAN, 1974, p.46).

O processo de infantilização dentro da fazenda foi sentido de maneira mais contundente pela classe fabril mais baixa – já que era esta quem mais carecia das lições de “civildade” da “escola primitiva”. Numa visão estereotipada dos controlados, Fernandes (1974) conta seus “causos” como se os “caboclos” oscilassem frequentemente entre a ingenuidade e a malandragem, como adolescentes que precisavam de uma autoridade para indicar-lhes o melhor caminho. Havia um jeito certo de “lidar com a caboclada”:

Os trabalhos rotineiros de recebimento de madeira e pagamentos no mato são feitos por Paulo Bachmann Costa. Nenhum empilhador de ‘lascas’ o engana, deixando o centro da pilha oco, para ganhar mais na metragem. Paulo é um veterano, entende bem os homens com quem lida, já desempenhou muitos cargos, conhece quase todas as áreas de serviço e diz, com sua voz mansa, que encobre profundo conhecimento:

– Gaiola? Não senhor... Empilhe a lenha direito.

– Tudo outra vez? geme o malandro, que passou o dia naquela dura faina.

– Claro que ‘tudo outra vez’... ou você acha que vamos pagar como metro estêreo o espaço vazio de sua ‘gaiola’, dentro da pilha?

No serviço com homens rústicos do mato é preciso usar voz mansa, ao dar uma ordem firme. Via de regra, o operário aceita a reprimenda com um risinho desconcertado, ao ver descoberta a malandragem.

Conhecia a caboclada. Sabia como lidar com cada um. (FERNANDES, 1974, p.165-166).

Fernandes (1974, p.91) traz outras passagens sobre como os Klabin e sua equipe de funcionários graduados tinham que “usar o espírito esportivo” para transformar os “caboclos” de sítio em operários minimamente especializados. João, foguista sem sobrenome que aparece no livro da autora, teve que aprender com o engenheiro Zappert que todos os dias eram de trabalho, inclusive os de chuva. Já o guardião de um dos postos das fronteiras da fazenda – que Fernandes (1974) não nomeia – teve a ingenuidade de acordar Luiz Vieira de madrugada para lhe importunar sobre um cadeado que não funcionava. O chefe, “armado da sua maior paciência”, solucionou o problema rapidamente, orientando o operário a cortar a madeira que

sustentava a corrente com o cadeado. Ao raciocínio “primitivo”, enfim, faltava rapidez e iniciativa.

Não só no trabalho os operários eram infantilizados, na esfera privada também. Vimos que as IKPC controlavam as formas de lazer e de alimentação. Cruzando ainda mais os limites da autonomia, ocupavam-se da educação dos filhos dos operários e de seus hábitos de higiene. Para garantir que a segunda geração dos “caboclos” aprendesse desde cedo a disciplina industrial, obrigava os pais a encaminharem as crianças à escola. A vigilância constante era operada pelo acompanhamento das listas de frequência das professoras. Em 7 de fevereiro de 1944¹²⁰, Luiz Vieira emitiu uma circular aos residentes e chefes de serviço os instruindo a “avisar a todos os pais que é obrigatória a frequência às aulas de todas as crianças em idade escolar”. Caso fosse constatada a ausência dos filhos por alguns dias seguidos, os pais eram notificados.

Até mesmo a estruturação das escolas, que eram estatais, era controlada inteiramente pela chefia. As professoras que lecionavam nas salas de aula eram designadas pela Diretoria da Educação em Curitiba – no entanto, uma vez estabelecidas na cidade-jardim, deviam se reportar primeiro a Vieira depois, à Diretoria. Dessa forma, todos os assuntos passavam pelas mãos do “chefão”, da requisição de materiais e livros à nomeação de novas professoras. As demandas eram repassadas diretamente Manoel Ribas, interventor do Paraná, por Luiz Vieira. Ribas facilitava muitas questões da *company town* junto à Diretoria de Educação – inclusive permitindo que as professoras fossem apenas nomeadas genericamente para a Fazenda Monte Alegre, deixando que Vieira as realocasse nas escolas que precisassem. Nesta carta de 15 de fevereiro de 1945¹²¹, o “chefão” reclamou que o esquema aberto das nomeações não estava sendo seguido:

Prezado Interventor Ribas,
Há tempos pedi ao prezado amigo que as nomeações de professoras fossem feitas com indicação geral de Fazenda Monte Alegre, deixando ao meu critério a indicação da escola onde cada uma fosse servir. Com isso visava a distribuição equitativa e oportuna das professoras de acordo com maior ou menor frequência de cada escola. A princípio a Diretoria atendeu a esse meu pedido porém agora acaba de ser nomeada a professora Eva Nunes Ferreira com destino prefixado. Pediria ao prezado amigo ainda uma vez recomendar à Diretoria de Instrução manter o critério anterior com o que muito lucrará o serviço.

¹²⁰ Circular emitida por Luiz Vieira em 07/02/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹²¹ Carta de Luiz Vieira a Manoel Ribas, 15/02/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Além de operacionalizar as escolas estatais na *company town*, a chefia exercia vigilância para que escolas particulares não fossem abertas sem autorização. Em uma circular de 15 de outubro de 1945¹²², Vieira orientou seus supervisores que escolas particulares só poderiam funcionar se obedecessem às condições prefixadas no Decreto 6149 de 1 de janeiro de 1938. Tal documento estava disponível no escritório da chefia para consulta dos interessados. Aqueles que, mesmo assim, persistissem com a atividade irregular, teriam seus estabelecimentos “imediatamente fechados”.

A imposição da educação escolar passava, também, pelos próprios operários. Como a maioria dos “caboclos” e “arigós” eram analfabetos, os dirigentes acharam por bem obrigá-los a frequentar as salas de aula. Para tanto, criaram o que o ex-gerente do Serviço Florestal, Arthur Bodstein, classificou como “blefe”. Os trabalhadores eram submetidos a um teste de “habilitação intelectual” que lhes conferia uma porcentagem de alfabetização. Somente os aprovados poderiam subir de cargo dentro da empresa. No dia 18 de maio de 1945¹²³, Luiz Vieira emitiu diversos memorandos aos operários do Serviço de Transporte que fizeram o teste. João de Souza Bueno e Basilio Bonesick obtiveram como resultado “alfabetização nula”; Edgar Capilé foi classificado como “10% alfabetizado”. Ao final dos memorandos, todos eram orientados a refazer a prova num prazo de seis meses, já que a não aprovação impedia “qualquer melhoria na carreira”. O “blefe”, de acordo com Bodstein, era justamente esse: simular que não teriam avanço dentro da hierarquia fabril ou que seriam dispensados se não se matriculassem nas escolas:

Arthur Bodstein: [...] Nós chegamos a um ponto até de ameaçar o operário, que aquele que não fosse alfabetizado nós iríamos dispensar. Foi um pouco de blefe, mas para obrigar os operários da meia-noite ir às escolas aprender a ler e escrever, porque naquela época eu acho que mais da metade apenas imprimia a impressão digital, eles não sabiam ler nem escrever. Houve também um trabalho de alfabetização de adultos, e funcionou relativamente bem. Casos tiveram diversos, inclusive, que terminaram o 1º e alguns terminaram o 2º Grau.

Tratou-se, portanto, de uma estratégia para obrigar os trabalhadores a se alfabetizarem, visando seu “crescimento” em “civilidade” e disciplina. Como a mãe que força a ida dos seus filhos à escola, as IKPC também empurravam seus funcionários para a sala de aula.

¹²² Circular emitida por Luiz Vieira em 15/10/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹²³ Memorandos redigidos por Luiz Vieira a João de Souza Bueno, Basilio Bonesick e Edgar Capilé em 18/05/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Um último aspecto sobre a infantilização que gostaríamos de destacar é a vigilância dos hábitos de higiene e do comportamento dos “caboclos”. Como vimos, o Serviço Médico desempenhava alguns desses papéis, instruindo os “primitivos” a se comportarem e a se cuidarem adequadamente. Para Fernandes (1974, p.124), o trabalho dos médicos não foi fácil, pois precisavam lidar com a “desconfiança” e o “medo” da “gente do mato”. A “caboclada” que “desconhecia até o que fosse um caminhão”, de repente, estava aprendendo a “dormir num colchão de mola”.

Para auxiliar nessa “adaptação”, diversos dispositivos de assistência social foram sendo criados na *company town*. Na gestão de Luiz Vieira, foi fundada a Legião Beneficente de Monte Alegre – uma entidade autônoma que iria, a partir de janeiro de 1945¹²⁴, determinar os atendimentos médicos e fornecimento de remédios gratuitos. Até então essas assistências eram financiadas pela “Caixa do Socorro”, prevista no regulamento do Serviço Médico. Com a fundação da Legião, a Caixa foi extinta e os valores que eram arrecadados passaram a ser direcionados ao órgão. Não encontramos o regulamento da Legião, tampouco Fernandes (1974) discorre sobre seu funcionamento. O que se subentende pelos documentos disponíveis é que parte do dinheiro arrecadado com as entradas de cinema, com as passagens dos meios de transporte da cidade-jardim (ônibus e balsa) e com os aluguéis dos estabelecimentos comerciais era revertida em prol da Legião. Esse valor era aplicado não só no financiamento de tratamentos de saúde dos operários que não tinham recursos suficientes, como também em ações socioeducativas sobre a importância do pré-natal para as gestantes, na doação de casacos e cobertores etc.

O trabalho da Legião parece ter sido melhor organizado com a vinda de Horácio Klabin. De acordo com Fernandes (1974), o diretor administrativo fundou o Departamento Feminino (DFSMA) em 1948, substituindo a Legião. A ideia era que as esposas dos dirigentes e dos funcionários graduados passassem a se ocupar do serviço de forma voluntária. Borges e Torres (2012, p.23) destacam que, nas *company towns*, as mulheres brancas, casadas e altamente classificadas na hierarquia fabril são importantes agentes na construção de uma comunidade estável. Além de incentivá-las a promoverem ações filantrópicas, aos dirigentes interessa a transformação de suas esposas em modelos culturais.

¹²⁴ Em memorando de 26 de janeiro de 1945, Luiz Vieira informou aos serviços Médico, Farmácia, Abastecimento e Contabilidade que a Caixa de Socorro seria extinta com a criação da Legião Beneficente de Monte Alegre. O engenheiro-chefe também ressaltava que a Legião seria autônoma e soberana em suas decisões.

“‘Company wives’ became the embodiment of domestic life, middle-class values, and civic behavior for local women and the company town community as a whole¹²⁵”.

Fernandes (1974, p.128-129) participou ativamente do DFSMA durante quase 20 anos – afinal, era a esposa branca de um dos médicos da cidade-jardim. A ideia de que ela e suas colegas eram modelos culturais aparece explicitamente em seu livro. Segundo suas impressões, a sociedade da fazenda era “caracteristicamente europeia” e cabia às mulheres da alta cúpula “integrar as múltiplas nacionalidades, confraternizando nesse núcleo de povoamento do sertão do Paraná”. Quando visitas ilustres passavam pela *company town* (integrantes da família Klabin, governadores, parlamentares e jornalistas), eram elas que organizavam as recepções, cozinhando pratos de origem estrangeira – uma vez que não podiam contar com suas “empregadas caboclas, diplomadas apenas em arroz com feijão, bife com fritas”. Acostumadas a viver em um “alto padrão europeu”, ditavam, inclusive, a forma correta e de se vestir e se portar:

Sabem tão bem conversar (quase todas dominando duas ou três línguas) quanto apresentar-se. [...] Usando suas calças compridas de veludo, se baixa ainda mais a temperatura, as montealegrenses completam o traje com casacos de pele, um abrigo de uso comum e não artigo para luxo. Como não frequentam salões de maquilagem, talvez seu penteado não seja rigorosamente o da moda, mas têm nas faces o viço que lhes dá o ar do campo e dispensa potes de cosméticos. Em reuniões mais importantes usam vestidos pretos, modernos, com um colar de pérola contentando a garridice feminina. (FERNANDES, 1974, p.129).

Atuando como modelos culturais e morais, as esposas brancas compunham a linha de frente do DFSMA – voltado à assistência social das famílias mais pobres e “primitivas” que se concentravam nos acampamentos mais distantes da Fazenda Monte Alegre. A maioria morava em ranchos de terra batida, sem a infraestrutura urbana do núcleo de Harmonia. Preocupando-se, principalmente, com as mães “caboclas”, o DFSMA confeccionava e distribuía enxovais para os recém-nascidos, auxiliava as parturientes no pré-natal; arrecadava roupas e brinquedos para doação; e, obviamente, fazia desse contato um instrumento “pedagógico” para “civilizar” aquela população.

Arthur Bodstein trabalhou junto a esses acampamentos mais precários e pôde acompanhar a assistência social das mulheres brancas. Segundo ele, o auxílio foi se

¹²⁵ Tradução nossa: “As ‘esposas da companhia’ se tornaram a encarnação da vida doméstica, dos valores da classe-média e do comportamento cívico para as mulheres locais e para a comunidade da *company town* como um todo”.

consolidando no decorrer das décadas de 1950 e 1960, quando conseguiram fornecer casas mais adequadas aos operários e, também, acabar com a sua “ignorância”:

Arthur Bodstein: [...] nós fomos formando aquilo que nós chamamos de núcleos residenciais, construímos casas, todas elas assoalhadas, com luz elétrica, com instalação sanitária. Criamos um corpo relativamente grande de Assistentes Sociais para terminar um pouco da ignorância que tinha os familiares, principalmente as senhoras, dando instruções para as crianças, porque elas eram simplesmente alfabetizadas, levamos até o 5º ano primário, e aí formamos o operário mais conscientizado e melhor preparado, que reverteu em vantagem inclusive econômica da empresa. O operário, quando bem tratado e relativamente bem alimentado, a produção cresce, a produtividade deles cresceu [...]. Essa parte social foi relativamente importante, dos Médicos e das Assistentes Sociais, isso levou alguns anos, e teve muitos casos até de humorismo, por exemplo, um caso que o Dr. Rezende nunca deixava de contar em reunião, que mais de uma senhora, quando ele fez o planejamento familiar, no dia seguinte ia dizer que ia parar de tomar as pílulas porque estava fazendo mal, ela engolia supositórios como se fossem pílulas anticoncepcionais, casos como esse houve diversos. O Dr. Rezende, por exemplo, se espantava quando nascia uma criança, aquelas curandeiras que se faziam de parteira, punham teia de aranha no umbigo da criança, porque achavam que aquilo não dava infecção. Foi um trabalho grande que a gente apenas planejou, orientou, mas a equipe trabalhou bem.

Apesar de Fernandes (1974) não mencionar explicitamente em seu livro, Bodstein deixa claro que havia uma política de controle familiar dentro da *company town*. Tal prática também foi citada por Paulo Rios Fernandes¹²⁶, médico contratado pelas IKPC em 1945 e marido da autora de *Monte Alegre, cidade-papel*. Em sua entrevista ao projeto *Tempo e Memória*, ele afirmou que esterilizar as mulheres que tinham muitos filhos era comum. Apesar da pressão de outros setores da comunidade, “uma das pessoas da diretoria” das IKPC fazia questão de estimular as laqueaduras e pingectomias:

Paulo Rios Fernandes: [...] Então nós pudemos dar um atendimento muito bom ao pessoal, e acho que nós melhoramos, nós conseguimos inverter durante algum tempo a curva de nascimentos. Porque quando eu internava uma pessoa naquele tempo, o quê que eu fazia? Se a pessoa tivesse um número grande de filhos, eu sempre dizia para a pessoa o seguinte: ‘você não pode ser uma fábrica de fazer filhos. Você quer deixar de ter? Nós podíamos fazer a sua laqueadura, ou a sua pingectomia’. Então quando a gente via lá: tantos filhos, dizia assim: 8 filhos vivos, 8 filhos mortos. A gente imediatamente propunha que houvesse a laqueadura. Eu não gostava de laqueadura, eu fazia pingectomia mesmo, quando era para tirar a trompa, eu tirava a trompa mesmo. E naturalmente a igreja era contra, os padres eram contra, aquela coisa toda, quer dizer, na época, nós recebíamos lá muitas vezes a Escola Superior de Guerra. A Escola Superior de Guerra não tinha onde estagiar a não ser em Volta Redonda e Monte Alegre no início, eram as únicas fábricas que existiam no Brasil grandes, então eu tive contato com todos esses Generais, que depois ficaram aí, inclusive o irmão do Geisel, o Henrique, era Diretor da Escola

¹²⁶ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em agosto de 1993, em Curitiba (PR).

Superior de Guerra, e ia preparar as visitas, e nós naturalmente como médicos tínhamos que opinar sobre o quê que nós fazíamos, tal, e o Exército sempre não foi assim muito partidário de se fazer um controle assim de natalidade, ou não se diz controle de natalidade, é uma assistência à natalidade. Então eu sempre tinha que apresentar o relatório, e no relatório sempre eu apresentava que fazia essa prática, que seria até uma prática quase ilegal da medicina, não é, fazer o controle da natalidade naquela época. Mas a pobreza, a miséria que a gente via era tanta, aquelas mortes daquelas crianças, uma depois da outra, morrendo porque a mãe não podia cuidar, ou não sabia cuidar, eu acho que nós auxiliamos muito com esse controle de natalidade que nós fizemos durante anos. Eu tenho impressão que eu talvez tivesse feito aí umas 5 mil cirurgias de...

Projeto Tempo e Memória (PTM): E o senhor não encontrava oposição assim entre...

Paulo: Oposição nenhuma.

PTM: Nem do Exército que ia lá?

Paulo: Não, o Exército não falava nada, eu acho que eles nem acreditavam: ‘esse cara é um louco que está aí, está mentindo’. Eu acho que eles nem acreditavam que se fizesse isso. Mas o que acontecia é que a gente não tinha... Eu sentia um estímulo de alguém que trabalhava lá dentro, que era da companhia, que era um dos Diretores da companhia, ele estimulava, ele chegava lá e perguntava: ‘como é, quantos fizeram hoje?’

PTM: E quem estimulava?

Paulo: Quem estimulava eu não vou dizer. Mas eu recebia até estímulo, porque era uma barbaridade mesmo uma pessoa ter tantos filhos.

Encerrando este tópico, trataremos do sistema de punições e privilégios da *company town* – procedimentos intimamente ligados à estruturação burocrática, à retirada de autonomia e à infantilização dos operários. Ao dividir seu mundo interno em controladores e controlados, as instituições totais passam a gerir burocraticamente o destino destes últimos, cercando-os de regulamentos e julgamentos da equipe dirigente. A vida dos controlados é “constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima” (GOFFMAN, 1974, p.42). A vigilância ininterrupta se espalha em todos os itens de conduta – da roupa ao comportamento – criando uma eficiente rede de coerção. Essa rede de coerção opera de maneira escalonada, ou seja, qualquer pessoa da classe dos controladores tem algum direito para impor disciplina em qualquer pessoa da classe dos controlados.

No caso da cidade-empresa das Indústrias Klabin, a vigilância constante era levada a cargo pelo próprio Luiz Vieira (que fazia questão de não só estabelecer os parâmetros das punições, como sancionar suas aplicações) e por seus subordinados diretos: os residentes e chefes de serviço. As supervisões mais baixas não tinham autonomia para aplicar os castigos, por isso, só podiam denunciar os erros aos superiores e submetê-los ao julgamento da chefia.

Aplicando as concepções propostas por Goffman (1974, p.50), podemos entender as punições como uma das peças fundamentais do que ele chama de sistema de privilégios. O sistema de privilégios é o mecanismo de adaptação do indivíduo proveniente do mundo externo às normas do mundo interno da instituição total. O autor o divide em três grandes

frentes: as “regras da casa”, os pequenos privilégios e as punições. As “regras da casa” são um conjunto “relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que expõe as principais exigências quanto à conduta do internado”. Na *company town*, tais regras eram compostas por todos os regulamentos e normatizações expedidos por Luiz Vieira – já que era a chefia quem controlava todos os aspectos da vida interior da cidade-jardim.

Com relação aos pequenos privilégios, Goffman (1974) salienta que eles servem para contrastar o ambiente rígido das instituições totais. São prêmios módicos para recompensar a obediência aos controladores. Já as punições são as consequências da desobediência às regras. Quase sempre os castigos também implicam numa recusa temporária ou permanente de participar do sistema de privilégios.

Notamos, pois, que privilégios e punições são faces de uma mesma moeda: a obediência. Incentivar e premiar a obediência e, do lado oposto, castigar a desobediência, é fundamental dentro das instituições totais. Desde sua chegada, em 1942, quando estruturou os serviços na fazenda, Luiz Vieira determinou que as punições eram sua questão “privativa”. Os residentes e chefes até poderiam propor penalidades, mas caberia ao engenheiro-chefe homologá-las. Nesta circular de 1 de março de 1945¹²⁷, ele regulamentou a maneira como seus supervisores deveriam agir quanto às punições:

Sendo critério invariável da Chefia ouvir os interessados em caso de penalidade, recomendo sejam observadas rigorosamente as seguintes determinações:

- As penalidades devem ser propostas pelos encarregados de serviço, diretamente à Chefia;
- Não serão aceitas as propostas de transferência a título de penalidade; essa medida será tomada pela Chefia quando julgada oportuna, conveniente ou necessária;
- As propostas devem ser comunicadas imediatamente aos interessados diretamente pelos encarregados de serviço devendo servir para isso o próprio memorandum à Chefia, no qual o interessado porá “ciente”;
- Os interessados se justificarão por escrito perante a Chefia dentro de 24 horas; findo esse prazo a Chefia considerará como líquida e definitiva a proposta.

Antes de homologar as punições, Vieira dava o prazo de 24 horas para que os “interessados” se justificassem por escrito. Quanto aos que não sabiam escrever, deveriam ficar sem o apelo do recurso.

Pela documentação analisada, as penalidades aplicadas mais frequentes eram multa, suspensão e demissão – fosse no trabalho ou no mau uso da infraestrutura da *company town*. O setor de Transportes foi o que teve o maior número de memorandos punitivos preservados.

¹²⁷ Circular emitida por Luiz Vieira em 01/03/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Em 10 de março de 1944¹²⁸, Vieira escreveu ao responsável pelo serviço, Dr. Lauro, reiterando que era proibido aos motoristas “passar a direção do veículo a pessoas não autorizadas”. Os que cometessem tal infração seriam multados. Se reincidissem: demitidos. O sistema criado pelo “chefão” foi aplicado poucos meses depois a dois motoristas: João Mateus dos Santos e Jordão Mendes do Prado. No dia 16 de novembro, João passou a direção de seu caminhão a Jordão – o que era proibido. O caso se agravou porque Jordão, além de não estar autorizado, estava bêbado e “portando-se de modo inconveniente”. João foi suspenso por um dia, Jordão, por 20.

A bebida era infração frequente dentro do setor. Em 3 de janeiro de 1944¹²⁹, o motorista Damas foi multado em 20 cruzeiros por permitir o “transporte de carga particular contendo bebida alcóolica”. Damas só não foi também suspenso porque “tomou a iniciativa de comunicar o contrabando logo teve conhecimento do que a carga continha”. A abrandamento da punição reflete o outro lado da moeda do sistema de penalidades – as pequenas gratificações.

Os desacatos eram identicamente comuns e punidos. Em 21 de dezembro de 1946¹³⁰, o motorista Roberto, funcionário da empresa Irmãos Palatino (companhia terceirizada que cuidava do transporte a ônibus da *company town*), foi notificado por desobedecer às ordens do “memorando 592” de Vieira. Além disso, “desacatou e usou da violência contra um funcionário destas Indústrias, que na ocasião cumpria ordens emanadas diretamente por esta Chefia”. O documento deixava claro que, se Roberto cometesse mais uma falta, seria impedido de entrar novamente nos limites da Fazenda Monte Alegre. Outro trabalhador “terceirizado” que desacatou um funcionário das IKPC foi um tarefeiro contratado pelo “Empreiteiro Lenino” na construção das estradas da *company town* em abril de 1946¹³¹. O tarefeiro teve seus “modos pouco respeitosos” punidos com a demissão e o prazo de 24 horas para retirar todos os seus “pertences e utensílios” do acampamento em que estava instalado.

¹²⁸ Memorando redigido por Luiz Vieira a Dr. Lauro, 10/03/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹²⁹ Memorando redigido por Luiz Vieira a Albino Romeiro, 03/01/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³⁰ Memorando redigido por Vitor Hugo da Costa a empresa Irmãos Paladino, 21/12/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³¹ Memorando do Serviço Interno redigido por Luiz Barreto às IKPC, 21/04/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

A recusa de instruções e a desatenção também eram motivos de penalidade. Em 10 de novembro de 1944¹³², o estatístico Eduardo Filipe foi suspenso por um dia “por não ter cumprido as instruções recebidas”. E, no dia 21 do mesmo mês¹³³, o “funcionário Abreu” foi afastado por cinco dias “por falta de atenção no serviço”. A suspensão, ainda, era o método aplicado quando os trabalhadores não apareciam no dia de prestar o teste de “habilitação intelectual”. Os motoristas João Olegário Borges e Aquiles Borges foram orientados¹³⁴ a se apresentar na Seção de Pessoal no prazo de 24 horas e justificar suas faltas na prova – caso contrário, poderiam ser suspensos.

Entregar uma baixa produtividade ou “provocar um acidente por negligência” dentro do empreendimento das IKPC era motivo de sanções e punições. Caso exemplar é o de Romulo Alberton, da Olaria. Em 19 de janeiro de 1944¹³⁵, Luiz Vieira encaminhou um memorando a Alberton apontando-o como o culpado do “acidente ocorrido no amassador”. Como punição, o valor do conserto lhe seria “debitado conforme estipula o contrato”. Vieira ainda aproveitou o documento para cobrá-lo da “necessidade absoluta” de produzir 10 mil tijolos por dia. Um mês depois, em fevereiro¹³⁶, o trabalho de Romulo na Olaria não tinha melhorado – e, pela “pequena produção”, Vieira suspendeu todos os pagamentos antecipados “até segunda ordem”.

Questões não relacionadas diretamente ao trabalho eram igualmente vigiadas e, se necessário, punidas. Os operários que trocavam de casa na cidade-jardim apenas por acordo verbal entre as partes eram demitidos. Os que modificavam as instalações elétricas das residências tinham o fornecimento cortado. Os bailes que extrapolavam o “nível saudável” da chefia eram proibidos. O desmatamento de áreas próximas aos vales ou a roçagem nos quintais eram submetidos às sanções do Setor de Agronomia. Qualquer atitude que infringisse a disciplina cultivada na *company town* era julgada e sentenciada – inclusive as mais banais. Em memorando de 25 de abril de 1945¹³⁷, Luiz Vieira recomendou a Plácido Feitosa que devolvesse, mediante recibo, “todo o material da bicicleta que lhe foi entregue por ocasião

¹³² Memorando redigido por Luiz Vieira ao Serviço Pessoal, 10/11/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³³ Memorando redigido por Luiz Vieira ao Serviço Pessoal, 21/11/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³⁴ Essas recomendações foram dadas em memorandos do Serviço Interno, emitidos por Luiz Vieira em 25 de abril de 1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³⁵ Memorando redigido por Luiz Vieira a Romulo Alberton, 19/01/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³⁶ Memorando redigido por Luiz Vieira a Romulo Alberton, 26/02/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³⁷ Memorando redigido por Luiz Vieira a Plácido Feitosa, 25/04/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

dos festejos de 7 de Setembro”. Plácido tinha 24 horas para executar as ordens ou seria encaminhado à Polícia. Outro caso curioso é o de Carlos Scheel que, pelo documento pesquisado¹³⁸, inferimos ter quebrado uma taça. Ele reclamou do valor da multa com a chefia e obteve a seguinte resposta de Vieira em 20 de junho de 1945:

Em referência à reclamação sobre o preço cobrado pela taça quebrada esclareço que, de acordo com as informações obtidas, trata-se de um ato cometido deliberadamente e nesse caso o preço não representa apenas o valor do objeto mas também uma certa satisfação a Administração de Monte Alegre, sempre pronta a atender as justas reclamações feitas em tempo oportuno e de forma aceitável.

Scheel, portanto, não estava sendo punido apenas com o valor da taça, mas com uma “indenização” por tê-la quebrado deliberadamente. Tratava-se de uma medida educativa e não apenas de um ressarcimento financeiro.

Apesar de Luiz Vieira circular frequentemente por todos os pontos da fazenda – e fazer disto um instrumento eficaz de vigilância¹³⁹ –, ele também contava com os olhos de seus residentes e chefes de serviço, da polícia da cidade-jardim e do Serviço de Vigilância. Com o auxílio direto de Manoel Ribas, as IKPC conseguiram instalar uma delegacia na *company town*. Os assuntos relativos ao seu funcionamento eram tratados diretamente com o interventor. Neste telegrama de 21 de maio de 1943¹⁴⁰, Vieira reforçou o pedido que já tinha feito antes a Ribas: “o envio de duas praças solteiras” para reforçar o destacamento insuficiente de Monte Alegre.

De acordo com o que expõe Fernandes (1974), o papel da polícia durante os anos de 1940 era muito mais de apoio à vigilância do engenheiro-chefe do que à repreensão de furtos ou outros crimes. Para garantir a obediência à lei seca e à proibição do porte de armas, os infratores não só sofriam as sanções da chefia (multa, suspensão ou demissão) como também passavam alguns dias (principalmente os finais-de-semana) presos na pequena cadeia de Lagoa. O Serviço de Vigilância prestava uma tarefa similar – além de atuarem nos postos fronteiriços, os guardiões também coíbiavam brigas entres os operários, relatando-as numa espécie de boletim de ocorrência encaminhado ao “chefão”. Nesta anotação de 15 de

¹³⁸ Memorando redigido por Luiz Vieira a Carlos Scheel, 20/06/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹³⁹ Vieira aproveitava suas visitas pela fazenda para notar quais obras não estavam a todo vapor e, também, quem não estava trabalhando direito. Em memorando de 24 de julho de 1944, ele pediu para Albino, do Tráfego, chamar atenção do motorista que estava transportando postes para Harmonia. Durante seu giro pelo empreendimento, notou que a “velocidade excessiva” do caminhão.

¹⁴⁰ Telegrama de Luiz Vieira a Manoel Ribas, 21/05/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

novembro de 1945¹⁴¹, o guardião João Pinto descreveu a confusão que ajudou a dispersar em Lagoa:

Às 12:40 de hoje escutava-se uma discussão [em frente] da Pensão Estado Novo, quem se achavam discutindo eram os senhores Osvaldo Lasmor e Arthur Mandia, eu e meu companheiro de serviço Menarim Mendes pedimos que deixassem de discutir ou entrassem para dentro, o Arthur obedecendo as ordens retirou-se imediatamente e o Snr. Lasmor ficou na Rua e entrou quando quis. Os senhores que se achavam presentes acalmando a discussão era o Senhor Armando Ferro com o filho Erminio, Lauro e Abreuzinho.

Como constatamos, os aparatos de vigilância e controle adotados por Luiz Vieira eram diversos. Isso garantia que sua visão chegasse a quase todos os lugares, criando a atmosfera de julgamento constante essencial das instituições totais.

Quanto ao sistema de pequenos prêmios, foram poucos os memorandos e circulares que encontramos. O único que versa exclusivamente sobre essa questão é de 21 de junho de 1944¹⁴² quando o engenheiro-chefe perguntou a Albino Coelho Romeiro (responsável pelo Tráfego) se já tinha feito “as gratificações dos caminhões que menos frequentaram a oficina”. Alguns documentos também tratam de aumentos de salários, mas sem especificar explicitamente se eram motivados por bom trabalho ou comportamento.

Retomando as diretrizes de Goffman (1974, p.54), temos que o sistema de privilégios e punições abriga os ajustamentos secundários, “isto é, práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas que permitem que os internados consigam satisfações proibidas e obtenham, por meio proibidos, as satisfações permitidas”. Sobre esse ponto, retomá-lo-emos no próximo capítulo, quando analisarmos as formas de adesão e resistência dentro da *company town*. Por hora, seguiremos abordando o livro de regras da “escola primitiva”.

4.2.3 As regras para *ser* e *não ser*: a racionalização da natureza humana e as consequências da biopolítica

O último aspecto fundamental das instituições totais apontado por Goffman (1974, p.23) é o processo de mortificação do eu. Todo controlado, ao ingressar nesses estabelecimentos, traz consigo uma forma de vida derivada de seu ambiente civil e do “mundo

¹⁴¹ Memorando do Serviço Interno redigido por João Pinto à Chefia, 15/11/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁴² Memorando redigido por Luiz Vieira a Albino Coelho, 21/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

da família”. Essas experiências, até então, compunham uma concepção de si. Porém, ao ingressar na instituição total, o controlado se vê imediatamente despido das disposições em que se apoiava.

Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. [O internado] Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (GOFFMAN, 1974, p.24).

Os processos de mortificação do eu são relativamente padronizados nas instituições totais. O primeiro deles é justamente a imposição de barreiras entre o mundo interior e o mundo exterior. Ao separar o controlado do seu antigo ambiente civil, são rompidos os papéis que costumava ocupar, bem como a sequência de horários que estes tinham nas esferas pública ou privada. Uma vez dentro da instituição, o indivíduo é despojado de suas rotinas e hábitos anteriores, perdendo parte significativa daquilo que o constituía. “Embora alguns dos papéis possam ser restabelecidos pelo internado, se e quando ele voltar para o mundo, é claro que outras perdas são irrecuperáveis e podem ser dolorosamente sentidas como tais.” (GOFFMAN, 1974, p.25).

O segundo procedimento de mortificação do eu é o que Goffman (1974) classifica como admissão. Geralmente, ao ingressar numa instituição total, o controlado é submetido a uma série de etapas de “arrumação” ou “programação”, como tirar fotografia, colher as impressões digitais, atribuir números, despir-se e banhar-se, procurar e enumerar bens, relatar brevemente sua história de vida, receber as regras do estabelecimento, dentre outras coisas.

[...] o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina. Muitos desses processos dependem de alguns atributos – por exemplo, peso ou impressões digitais – que o indivíduo possui apenas porque é membro da mais ampla e abstrata das categoriais sociais, a de ser humano. A ação realizada com base em tais atributos necessariamente ignora a maioria de suas bases anteriores de auto-identificação. (GOFFMAN, 1974, p.26).

Assim que o controlado é admitido por meio dos processos de conformação, também é importante que haja uma espécie de iniciação, um ritual de “boas-vindas” que já serve como teste de obediência. Além disso, são atribuídos apelidos como “calouro” ou “novato”, explicitando a baixa posição que o indivíduo ocupa na hierarquia institucional. O processo de entrada, enfim, pode ser visto como uma despedida do mundo exterior e um começo da vida

dentro do mundo interior da instituição total – é um “ponto médio”, muitas vezes marcado pela nudez ou pela perda do nome. Despido de seus papéis e de seus bens, o controlado recebe roupas e acessórios padronizados, cujo uso é sempre coletivo. Nada tem caráter de posse e periodicamente os objetos são trocados para serem “desinfetados de identificações”.

No terceiro procedimento de mortificação do eu estão as humilhações corporais e verbais. Nas instituições totais são comuns as “indignidades físicas” (a prostração, a alimentação com as mãos ou de colher, os gestuais de reverência etc.) e as respostas verbais humilhantes, representadas por um padrão obrigatório de deferência. Ao se dirigir aos controladores, os controlados precisam dizer “senhor” o tempo todo, ou humildemente pedir por coisas pequenas, como fogo para acender o cigarro, um copo de água ou permissão para usar o telefone. “Qualquer que seja a forma ou a fonte dessas diferentes indignidades, o indivíduo precisa participar de atividade cujas consequências simbólicas são incompatíveis com sua concepção do eu.” (GOFFMAN, 1974, p.31). Goffman (1974) ainda elenca outros procedimentos de mortificação como a exposição contaminadora – quando os controlados têm o seu território do eu invadido e exposto às profanações, seja por meio de marcas, manchas ou até mesmo da sujeira. Em suma, a admissão numa instituição total extrapola qualquer tipo de “contrato social” de participação e compromisso, uma vez que interfere na própria concepção do eu enquanto ser humano. “Ao dizer-lhe o que devo fazer e por que deve desejar fazer isso, a organização presumivelmente lhe diz tudo o que ele pode ser.” (GOFFMAN, 1974, p.153).

Nosso objetivo principal, então, é ponderar sobre essas conformações impostas ao eu dentro das instituições totais. Trata-se de um trabalho de mortificação de identidades, de negar um eu anterior e produzir um novo adaptado às condições e necessidades dos estabelecimentos. E é nesse sentido que falamos nas regras para *ser* e *não ser* refletindo sobre a especificidade do objeto de estudo desta tese.

No capítulo anterior, apresentamos os eixos de inclusão e exclusão da topografia do estrangeiro de Waldenfels (2009) e o conceito de colonização do ser de Torres (2007). Articulando essas duas concepções, defendemos que o processo de instalação do empreendimento das Indústrias Klabin às margens do rio Tibagi teve caráter colonizatório e civilizatório. Não foi apenas a construção de uma fábrica, mas o (re)descobrimento da região a partir de um *nomos* schmittiano.

Trazendo essas ideias para dialogarem com as instituições totais de Goffman (1974), principalmente neste aspecto identitário, observamos que todo controlado, ao ser aceito (ou empurrado) para esses estabelecimentos, é imediatamente inserido em uma trama de

significados da qual não faz parte. A racionalização do eu lhe escapa, já que é estruturada e fixada pelos controladores. Ao ingressar na instituição, o indivíduo é obrigado a deixar seus hábitos, seus costumes e suas construções identitárias para ser submetido a uma nova ordenação, a novos eixos de identidade cuja operação de inclusão e exclusão lhe é completamente alheia.

Aqui, o conceito de colonização do ser abre alguns caminhos de reflexão possíveis. Partindo do objeto de pesquisa desta tese, dissemos que o projeto fabril foi alicerçado em um *ego cogito* revestido de modernidade e racionalidade. Tal estrutura do eu jogou, conseqüentemente, o outro estrangeiro para um não-lugar. A “primitividade” dos “caboclos”, potencializada pela racialização, configurou-se numa não-existência. Se o homem industrial e progressista *era*, o “caboclo” *não era*. Essa lógica dual que operou a tomada e a demarcação das terras da Fazenda Monte Alegre também foi estendida com a instauração de sua instituição total – a *company town*. Os dirigentes, munidos de “superioridade ontológica”, transformaram-se em controladores, organizaram burocraticamente seus aparelhos e, principalmente, continuaram a ditar o funcionamento dos eixos de inclusão e exclusão identitários.

Os operários e “caboclos”, ao ingressarem no mundo interno da cidade-jardim, também tiveram de se despojar de seus antigos costumes e papéis, aceitando os subseqüentes trâmites de admissão. Houve procedimentos de mortificação do eu, de estabelecimento de um *sub-alter*, como acontece em qualquer instituição total. A transição do tempo do camponês para o da disciplina industrial; a negação de hábitos do antigo ambiente civil; a correção “higiênica” e “sanitária”; a chancela de operários, “caboclos” ou “arigós”; a retirada parcial da autonomia executiva adulta e a infantilização – todos são processos de rebaixamento do eu cujas consequências desembocam na noção de biopolítica.

O conceito de biopolítica foi proposto por Michel Foucault pela primeira vez em 1976. Partindo de sua tese sobre a microfísica do poder, Foucault observou que, nas modernas sociedades ocidentais, as relações de poder se espalhavam por todo o tecido social. Por essa razão, por mais evidente que seja o poder dentro dessas sociedades, sua estrutura de atuação fragmentada facilita a ocultação.

Por sua vez, o poder não é concebido como uma essência com identidade única, nem é um bem que uns possuam em detrimento dos outros. O poder é sempre plural e relacional, exercendo-se em práticas heterogêneas e sujeitas a transformações no interior de instituições sociais determinadas. O poder se dá em um conjunto de relações e práticas sociais constituídas historicamente, que atuam por meio de

dispositivos estratégicos dos quais ninguém escapa, pois não há região da vida social que esteja isenta de seus mecanismos. (DUARTE, 2010, p.212).

Com a proposta da microfísica do poder, Foucault não anulou a ideia de um poder soberano (estatal, na maioria das vezes) verticalizado, mas reconheceu a complementaridade de suas repressões e imposições com os poderes discretos da disciplinaridade e da normatização. Desse modo, vivemos, desde o século XIX, em uma sociedade que conjuga um direito de soberania com uma mecânica da disciplina – e é entre esses dois limites que se dá o exercício do poder.

Ocupando-se da genealogia do poder e da multiplicidade de técnicas e dispositivos que garantem a fabricação de “súditos” aptos a obedecer, Foucault passou a pensar o sujeito das sociedades modernas como produto de uma série de relações horizontais de saber-poder que o configuram em um sujeito *assujeitado* e disciplinado. “Tal sujeito histórico foi produzido nas modernas instituições fechadas, como a escola, a família, a fábrica, o hospital, o exército, o manicômio etc. Foi também ali que se definiram as estratégias possíveis de resistência aos micropoderes disciplinadores.” (DUARTE, 2010, p.215). Fazendo um paralelo com Goffman (1974), podemos dizer que o sujeito *assujeitado* é fruto das instituições totais e de seus muitos dispositivos disciplinares e de mortificação do eu. Nesses estabelecimentos, as relações de poder agem sobre o corpo dos controlados, transformando-o em um “campo de batalha” de conflitos diários entre as exigências da normalização disciplinar e os pontos de resistência do eu.

Foucault entendeu a disciplina como forma moderna de organização do espaço e de disposição dos homens no espaço, visando a otimizar seu desempenho. Os espaços das instituições disciplinares são complexos, pois são simultaneamente arquitetônicos, funcionais e hierárquicos, regulando a fixação e a circulação dos indivíduos, otimizando suas atividades e asseverando suas qualidades; são espaços reais e ideais, pois definem limites e atribuem valores; são espaços que definem o enquadramento dos indivíduos, organizando multiplicidades segundo uma determinada ‘ordem’. (DUARTE, 2010, p.2019).

As instituições totais (ou instituições disciplinares¹⁴³, como nomeia Foucault) permitem que seus dirigentes tenham controle sobre as operações do corpo dos controlados,

¹⁴³ Marcelo Santana Ferreira (2012, p.84), analisando as relações entre o conceito de instituição total de Goffman e instituição disciplinar de Foucault, defende que ambos versam sobre as formas históricas de subjetivação que nos constituem como sujeitos, “interrogando nossas ações, nossos pensamentos e nossa relação com os outros. Os autores complexificam o campo de estudos sobre as instituições, trazendo ferramentas teóricas e metodológicas que atualizam nossas interrogações sobre a vida em sociedade”. O que diferencia os termos, portanto, é sua maneira de abordagem. Enquanto Goffman traz uma visão etnográfica das instituições totais, tratando o “eu” em termos sociológicos; Foucault apresenta uma concepção histórico-filosófica – ou uma

sujeitando-os constantemente e impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade. Sob vigilância e exame ininterruptos, os controlados podem ter sua utilidade econômica potencializada e sua docilidade política cultivada.

Ao lado do exercício desse poder disciplinar, Foucault notou também a produção de conhecimentos sobre o homem, elaborados justamente a partir da observação dos corpos úteis e dóceis. O indivíduo, tornado objeto de estudo, transformou-se em “homem calculável”, passível de ser encaixado em categorias julgadas como “normais” ou “anormais”. Ou seja, é o mesmo processo de racionalização ancorado em “verdades ontológicas” agindo nos eixos de inclusão e exclusão. Alguns homens *são*, outros, por sua extraordinariedade, *não são*.

É a partir desse escopo reflexivo que Foucault formula o conceito de biopolítica. Ampliando o domínio do poder disciplinar dos corpos dos indivíduos para o corpo social, o biopoder passou gerenciar a vida de populações inteiras.

Com esse novo conceito, Foucault englobava os resultados de sua análise dos micropoderes disciplinares, entendidos como a tomada de poder sobre a vida dos indivíduos, e os resultados das pesquisas que indicavam a constituição de novos poderes que se projetavam sobre a vida da população, ambas as estratégias sendo orientadas por processos de normalização das condutas: ‘explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um ‘biopoder’. (DUARTE, 2010, p.221).

O controle sobre o corpo individual e sobre o corpo social são fatores interligados que se conjugam na concepção de biopoder. Por mais que a *company town* estudada nesta tese se aproxime mais do poder disciplinador, não deixa de ser uma forma de biopolítica. Ao lado da preocupação direta com os sujeitos *assujeitados*, havia, também, medidas de cunho mais coletivo, portanto, social. Citamos a política de planejamento familiar feita pelo DFSMA, mas existiam as outras ações “saneadoras” levadas a cabo pelo Serviço Médico e os recenseamentos¹⁴⁴ anuais da fazenda realizados pelos residentes e chefes de serviço, por exemplo.

“ontologia histórica de nós mesmos” – analisando a elaboração do homem nas instituições de confinamento. Ferreira (2012, p.85) afirma que os estudos dos dois autores permitem que “consideremos os rumos históricos e institucionais em que nossos destinos são forjados e nos confrontam a questões éticas de urgente encaminhamento. Suas diferenças teóricas não podem ser negligenciadas, mas a inauguração de estudos sobre a relação entre as instituições e as experiências de si mesmo tem uma relação muito clara com os problemas levantados por Goffman e Foucault”.

¹⁴⁴ Os recenseamentos anuais eram realizados por equipes de até quatro pessoas designadas pelos residentes e chefes de serviço. Cada equipe ficava responsável por fazer a contagem em determinadas áreas da fazenda estabelecidas por Luiz Vieira. No final de cada circular que instruía o início da ação, o engenheiro-chefe recomendava às equipes que explicassem aos habitantes que “se trata apenas de uma medida de estatística sem nenhum objetivo de controle da vida particular e das informações prestadas a Chefia não poderá lançar mão contra quem quer que seja, sendo portanto consideradas para todos os efeitos como de caráter confidencial”.

Uma das grandes consequências dessa entrada da vida no âmbito das preocupações políticas foi o estabelecimento de práticas higienistas e eugênicas. Agora, o poder soberano clássico não se define mais por sua prerrogativa de matar, mas de “fazer viver mais e melhor”. A administração, o regramento e a normalização da vida trouxeram o *cuidado da vida* e, também, o seu “reverso”: a morte em massa. Elegem-se as vidas que merecem ser assistidas e aquelas que devem ser abandonadas. A biopolítica inventa a tanatopolítica e seus instrumentos de morte massivos – genocídios, holocaustos e massacres.

Outro aspecto, no entanto, que também acompanha a assunção da vida pelo poder e que nos interessa destacar aqui é a conexão da biopolítica com a transformação do homem em um *animal* que apenas trabalha e consome – o *animal laborans* arendtiano. Tal diálogo foi abordado por Duarte (2010) em seu livro *Vidas em risco*. Hannah Arendt, assim como Foucault, localiza a partir do século XIX uma série de mudanças fundamentais, dentre elas a transformação radical dos espaços público e privado – o que culminou por transformar também a própria experiência política.

A tese arendtiana é a de que, a partir do século XIX, cada vez mais o político e seus traços constitutivos fundamentais foram sobredeterminados por interesses socioeconômicos privados e pelo saber técnico que transforma o agente político em tecnocrata. O que resultou desse processo foi a perda do espaço da liberdade para o domínio da necessidade; [...] a submissão da pluralidade de ideias políticas pelo pensamento único; o enfraquecimento da capacidade de consentir e dissentir em vista da obrigação de obedecer; enfim, o ofuscamento da novidade e da criatividade pelo eterno retorno do igual, bem como a perda de uma compreensão mais abrangente e variada a respeito do que significa viver, posto que a vida se resumiu aos processos de consumir e trabalhar. (DUARTE, 2010, p.316).

O homem resultante desse processo de submissão do espaço plural da política ao domínio da necessidade é o *animal laborans*. Preso aos interesses vitais, é submetido a toda sorte de técnicas políticas que visam tão simplesmente a perpetuar a universalização da relação econômica entre trabalho e consumo, almejando a crescente produção de bens materiais. Como afirma Duarte (2010), Arendt descobriu, então, o motivo pelo qual o ambiente do *animal laborans* se confunde com o biopoder, pois é na mesma época e contexto de *animalização* do homem que se forja a biopolítica – técnica especializada tanto em proteger o incremento de vida e a felicidade do *animal laborans*, quanto em autorizar o genocídio e a repressão violenta.

O biopoder é, enfim, a forma política que circunda o *animal laborans*. São causa e consequência de um mesmo fenômeno operado nas sociedades modernas. Já vimos que a *company town* das Indústrias Klabin se encaixa na concepção de biopolítica; e a criação e perpetuação de homens que vivem para trabalhar e consumir também traz luz à reflexão que pretendemos fazer aqui. Antes de mais nada, estamos tratando da fundação de uma cidade-empresa fabril – ou seja, desde as expedições de exploração até a instalação do centro urbano foram ações pensada e ditadas por interesses socioeconômicos. Ao fechar as barreiras de seu mundo interno, as IKPC engendraram uma série de técnicas e dispositivos para disciplinar seus operários e, também, para orientá-los a apenas trabalhar e consumir. Por fundir completamente as esferas do público e do privado, a *company town animalizou* os homens e mulheres sob seu jugo.

De fato, os trabalhadores da Fazenda Monte Alegre tiveram o espaço da política sufocado, mas não extinto. Como veremos no próximo capítulo, existiram diversos pontos de resistência aos micropoderes disciplinares – no entanto, as memórias e as identidades metacoletivas trataram de estereotipar os operários das IKPC como homens de “índole reservada”, que até aceitavam “passivamente” a “conversa dos primeiros desocupados, dos improvisados grevistas, dos discurseiros que reclamam do salário em benefício de interesse próprio”, mas não “se agitavam”. (FERNANDES, 1974, p.77).

A vigilância constante, o controle a mãos de ferro e as orientações “pedagógicas” ininterruptas dos controladores desmobilizaram os pontos de resistência dos controlados, restando as manifestações individuais e em pequenos grupos. Em circular de 19 de novembro de 1946¹⁴⁵, Luiz Vieira avisou aos residentes e chefes de serviço que era “terminantemente proibido fazer propaganda de caráter político ou mesmo religioso nos locais de trabalho, inclusive colocar cartazes”. Os infratores deveriam ser suspensos – e, em caso de reincidência, teriam as penalidades agravadas. Além de proibir as palestras políticas e religiosas, os dirigentes também detinham o controle sobre os meios de comunicação. Os jornais e revistas só podiam circular na *company town* com autorização da chefia. E, quando a cidade-jardim ganhou um periódico próprio, ele foi fundado e editado por Horácio Klabin.

A consideração final que fazemos para encerrar este capítulo, então, é que os conceitos que expusemos aqui – instituição total, biopolítica e *animal laborans* – dialogam entre si e fomentam a perspectiva que buscamos evidenciar nesta tese. Agindo sobre os corpos e sobre as identidades, a *company town* criou mecanismos biopolíticos que favoreceram a

¹⁴⁵ Circular emitida por Luiz Vieira em 19/11/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

ascensão do *animal laborans* como figura central do trabalhador da Fazenda Monte Alegre, perpetuando as “desigualdades ontológicas” do *nomos* fundador dos Klabin. Esse conjunto de concepções sustentou e sustenta as memórias e identidades metacoletivas que narram as histórias da região e as trajetórias de vida dos operários. Apesar do caráter dinâmico da atividade memorial, a estruturação da *company town* nos anos de 1930 e 1940 reverbera até hoje, pois é pilar de memórias fortes, replicadas nas “fontes oficiais” e mesmo na construção identitária dos próprios trabalhadores.

5 ENTRE MEMÓRIAS FORTES E MEMÓRIAS FRACAS: ADESÃO E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

Salto Aparado – pedaço da natureza onde tudo é abençoado. [...] lugar onde o rio Tibagi tem uma queda com mais de dez metros de altura e, lá embaixo, a natureza ‘ampara’ essa água, formando um remanso. Remanso este que, enquanto a pesca era ali permitida, sustentou muitas famílias, devido à abundância de peixes. A família do Polaco que o diga! A venda de peixe em Lagoa e Telêmaco Borba foi sua base de sustento durante um longo tempo. [...]

O tempo foi passando, a pesca como fonte de sobrevivência foi ficando mais dificultosa. Como o Polaco poderia continuar nesse cenário magnífico e, ao mesmo tempo, sustentar a família? Era difícil, pois nada podia ser tão importante quanto a sua família, mas a paixão pela natureza era forte também. [...]

Será que o Polaco é feliz? Será que a decisão tomada foi a correta? Claro que sim. Na sua decisão, Polaco começou a trabalhar na Klabin e adivinhe onde ele vai com a família nas horas de folga? Matar a saudade de sua antiga e eterna paixão – as águas do remanso. Com certeza a Mãe Natureza sente-se orgulhosa da decisão deste filho que jamais a abandonou, mesmo estando um pouco distante. (COLÉGIO ESTADUAL, 1997, p.52-53).

A crônica acima, intitulada *Salto Aparado – O pescador*, foi escrita por Lúcio Solak e publicada no livro *A Fazenda Monte Alegre conta seu canto* em 1997. A obra, que reúne uma série de textos e poemas sobre a fazenda é, ao lado da narrativa de Fernandes (1974), um repositório de memórias fortes, um *lugar de memória*, replicando personagens e narrativas já cristalizadas na história de Monte Alegre. Solak¹⁴⁶, natural de Piraí do Sul, veio trabalhar no empreendimento das Indústrias Klabin no final da década de 1960. Alocado no departamento de Cadastro de Topografia, ficou responsável por fazer os cálculos topográficos das terras das IKPC. Assim que chegou, foi morar na república dos solteiros em Lagoa com mais 22 colegas. Em 1975, casou-se com uma professora que também veio à região para trabalhar. Na época em que escreveu sua crônica, já era funcionário da empresa há 29 anos. Se ele conheceu o Polaco neste meio tempo ou inventou o personagem não sabemos. Mas o contato próximo que teve com os operários rurais revestiu-lhe de autoridade para contar suas histórias. Os homens e mulheres que ocupavam os ranchos do departamento Florestal da Klabin eram quase todos Polacos – “caboclos” da terra que tinham abandonado os antigos costumes para se dedicar ao trabalho fabril. Uma decisão feliz e acertada a seu ver, capaz de deixar até a “Mãe Natureza” orgulhosa.

A crônica de Solak é cercada de inquietações. A principal talvez seja a relação em nada conflituosa, na sua narrativa, entre indústria e natureza. Ambas coexistem em harmonia – e mais: a natureza apoia e endossa a lida na fábrica. Tal conexão entre o meio-ambiente e as

¹⁴⁶ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 9 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

IKPC sempre foi uma memória forte na fazenda, consolidada quase que ao mesmo tempo do seu *nomos* colonizador. Em seu livro, Fernandes (1974, p.144) faz questão de atrelar o corte dos pinheirais nativos às iniciativas de reflorestamento. De acordo com a autora, desde sua chegada em 1942, Luiz Vieira e os dirigentes da Klabin se preocupavam com o “auto-abastecimento a longo prazo. A cada derrubada, pensava-se não apenas na reposição das árvores abatidas, mas num reflorestamento intensivo, para garantia de futuro”. Fernandes (1974) também frisa que antes mesmo da vinda das IKPC “muita derrubada” de araucárias já tinha sido feita – eximindo o papel desmatador da indústria.

De fato, o abastecimento de matéria-prima sempre foi um ponto importante para o empreendimento dos Klabin. Ainda na década de 1940, contrataram o engenheiro polonês Zygmund Wieliczka para mapear os pinheirais até então existentes e elaborar um plano de exploração. Com os estudos iniciais, Wieliczka concluiu que a empresa tinha reservas para até 10 anos de produção de celulose e papel. Para avançar além daí, precisava tomar outras providências, quais sejam: intensificar o reflorestamento da fazenda e comprar novas terras para esse fim. Em pouco tempo, a indústria já tinha adquirido boa parte das propriedades circunvizinhas – o que Fernandes (1974, p.152) adianta não ser um “aumento de latifúndio”, mas uma “medida de segurança para a continuidade do abastecimento de matéria-prima”. Ademais, a aquisição de terras pela fábrica ainda tinha mais uma vantagem ao Paraná, uma vez que “as serrarias prosseguiram transformando o sudoeste paranaense em deserto, pois a araucária era cortada há mais de três décadas, sem que se pusesse em prática lei alguma que obrigasse o concomitante reflorestamento. IKPC começou seguindo diretriz oposta”. Ao estado, enfim, só restava agradecer os Klabin por seu vasto latifúndio reflorestado.

Em 1953, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO – ONU) já considerava as terras da indústria no estado como o “maior reflorestamento particular do mundo”. Esse esforço no plantio – e sua reiterada afirmação e reafirmação, transformaram-no num acontecimento, num marco na trajetória coletiva de Monte Alegre, gerando rebatimentos tanto em sua memória quanto em sua identidade metacoletivas. Como expõe Candau (2014, p.99), “a boa gestão da identidade de um grupo de pertencimento (nação, região, local) passa pela relação ambivalente que os membros desse grupo terão com os acontecimentos que, simultaneamente, são objetos de um ‘dever de memória’ e uma necessidade de esquecimento [...]”. Assim, o reflorestamento se transformou num “dever de

memória” da fazenda – mas só é preciso lembrá-lo porque o desmatamento existe. Celebra-se o plantio para esquecer o corte¹⁴⁷.

Outras ações das IKPC vieram reforçar seu caráter ecologicamente correto, como o financiamento de pesquisas ambientais sobre a flora e a fauna da região e a fundação do Parque Ecológico¹⁴⁸. Dessa maneira, a crônica de Solak sobre a trajetória do Polaco começa a fazer mais sentido quando inserida na memória e na identidade metacoletivas de Monte Alegre. Com uma empresa tão preocupada em cuidar da “Mãe Natureza”, esta só poderia ficar orgulhosa em ceder um de seus “caboclos” para o trabalho fabril.

No quinto capítulo desta tese, então, temos a última amarração dos acontecimentos que permeiam a colonização da fazenda. O mesmo *nomos* dos pinheirais que fundamentou as ações das IKPC e sustentou o “fechamento” da *company town* numa instituição total, gerou a “transmissão de um capital de lembranças e esquecimentos”, permeada pelo “complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento”. (CANDAU, 2014, p.106). As memórias fortes – substâncias por excelência da metamemória coletiva – continuam a desempenhar o papel ordenador do *nomos* de Monte Alegre, incluindo e excluindo lembranças, rememorando e esquecendo personagens. Uma vez que o processo colonizador foi capaz de aparelhar a “escola primitiva”, espraiando-se nas memórias ele também coordenou as balizas identitárias da região, seu sentimento de comunidade e seus *lugares de memória*.

¹⁴⁷ Durante sua entrevista ao projeto *Tempo e Memória*, Lúcio Solak também falou sobre o reflorestamento das IKPC e o corte das araucárias nativas. De acordo com ele, até o final da década de 1970, a indústria ainda recorria às reservas naturais da Fazenda Monte Alegre:

Projeto Tempo e Memória (PTM): E nessa época a grande parte das madeiras retiradas eram fruto de reflorestamento, ou a maior parte ainda era de madeira nativa?

Lúcio Solak: Vamos dizer assim, eu não vou poder quantificar, mas que existia corte de madeira nativa ainda existia.

PTM: O reflorestamento não era como hoje.

Lúcio: Não era como hoje. E tinha mais um problema maior, que tinha acontecido aquele incêndio de 1963, onde praticamente as florestas foram todas dizimadas, e a maior parte era plantio de araucária, e a araucária então ficou perdida. Mas tem aqui a Vila Preta, é uma vila mesmo e pinheiros nativos de portes assim excelentes, então aquilo você olhando de longe, se você estivesse num mirante, aquilo era fechado de araucária, que é nativa, então se chama aquele lugar de Vila Preta, era preta mesmo de pinhal, por isso o nome, mas o que tinha de pinheiro nativo lá era uma coisa que quem viu só para contar.

PTM: E não sobreviveu também ao incêndio?

Lúcio: Ela sobreviveu ao incêndio. Eu lembro que até acho que 71, 72, por aí, ainda a Vila Preta existia, após isso, eu não sei porque problemas na empresa, parece que houve uma falta de material para fazer a celulose, o beneficiamento, o processo, e foi obrigado a cortar a Vila Preta. Mas hoje ela está substituída pelo [trecho inaudível], que é eucalipto, pinus.

¹⁴⁸ O Parque Ecológico da Klabin foi criado nos anos de 1980 na Fazenda Monte Alegre. De acordo com o site da empresa, “possui uma área de aproximadamente 11.000 hectares, sendo que 71% são formados de florestas naturais. Suas atividades promovem a conservação da biodiversidade, a reabilitação de animais, a preservação de espécies em extinção, o desenvolvimento de pesquisas científicas e o apoio aos projetos de educação ambiental”. Fonte: < <https://www.klabin.com.br/pt/sustentabilidade#ambiental> >. Acesso em 20 nov. 2017.

No entanto, se nem mesmo as instituições totais são capazes de sufocar completamente as resistências, as memórias fracas também persistem, ainda que à sombra. Subterraneamente¹⁴⁹ – para usar a expressão de Michael Pollak (1989) – as memórias fracas subsistem, desordenando em baixa escala o trabalho coeso das memórias fortes. O que pensava o Polaco quando teve que deixar a pesca para trabalhar na fábrica? Será que ele concordaria com a certeza enfática de Solak sobre sua decisão? Em Monte Alegre, se pretendemos ouvir os Polacos, os “caboclos”, é sobre as memórias fracas que devemos nos debruçar. A oposição entre lembranças fortes e fracas, porém, nem sempre é tão demarcada – algumas fronteiras se borram, mutações memoriais acontecem e a gradação pode se inverter. Por isso, ainda que apartando as memórias pela sua potência, esforçamo-nos para não perder de vista sua vinculação nesta tese. Nosso objetivo neste capítulo é concentrarmos nossa reflexão nas adesões e nas resistências dos trabalhadores com relação ao *nomos* dos pinheirais e seus desdobramentos. Tais ações, no entanto, só ganham sentido se associadas.

5.1 MEMÓRIAS FORTES E ADERÊNCIAS

Borges e Torres (2012), quando atrelam o estado de bem-estar social e o paternalismo às *company towns*, ressaltam que, dependendo do ponto de vista adotado, essas práticas podem ir do comprometimento com os trabalhadores à consolidação de mais um instrumento de poder sobre a mão-de-obra. Por essa razão, os estudos mais atuais propõem análises menos estanques, que levem em consideração o poder dos chefes e também a agência e os benefícios dos trabalhadores. É fundamental, ainda, que enxerguemos o paternalismo não como um “fenômeno monolítico”, mas como um “estilo gerencial”, adaptado às mudanças e às circunstâncias das relações trabalhistas e de produção.

Revisions have also focused on the degree of success of one of the main objectives of paternalism – the fashioning of a share feeling of community. Here interpretations vary from those that emphasize workers’ possibilities of challenging the company ideal through open reaction as well as through subtle means such as the creation of alternative concepts of community, to those that stress mutual interests and benefits for management and labor. Case studies of company towns in different settings have also shown that there were limits to membership in the ostensibly large communal family envisioned by paternalistic entrepreneurs or corporations. Companies

¹⁴⁹ O conceito de memórias subterrâneas de Michael Pollak (1989) será retomado e analisado mais cuidadosamente no tópico posterior.

regularly chose to extend the full benefits of the community of workers to some employees and to exclude others¹⁵⁰. (BORGES; TORRES, 2012, p.17).

Tentando escapar das reflexões super polarizadas, trazemos novamente o paternalismo praticado pelas IKPC na Fazenda Monte Alegre ao centro do debate porque suas práticas engendraram a transmissão de uma série de memórias fortes. Parte inerente do *nomos* dos pinheirais e do funcionamento da instituição total, as ações paternalistas moldaram o “sentimento compartilhado de comunidade” e a adesão à “enorme família comum” da *company town*. Evidentemente, esse sentimento está sujeito a aberturas e falhas – afinal, como bem pontua Goffman (1974, p.246), “sempre que se impõem mundos, se criam submundos”. Assim, começamos retomando as conexões básicas entre família e indústria, estabelecidas ainda na Revolução Industrial.

Michelle Perrot (2003, p.109-110) chama atenção para o papel da família como um sistema econômico adotado e reforçado pela industrialização. Num contexto europeu, a pequena empresa familiar tinha certa dose de tenacidade, obrigando as fábricas a levarem seu modelo em consideração. Por isso, as indústrias do início do século XIX se instalavam perto das aldeias, utilizando a mão-de-obra de pais, esposas e filhos – escorando sua organização na disciplina e hierarquização inerentes a essas famílias. “O próprio patrão dá o exemplo: ele mora perto, às vezes no fundo de sua fábrica; a esposa cuida da contabilidade, e os empregados comparecem às festas de família.” O paternalismo foi o “primeiro sistema de relações industriais, pelo menos no que diz respeito ao núcleo operário que pretende se estabilizar”.

Nesse contexto inicial, a aplicação do paternalismo estava alicerçada em três elementos: na moradia próxima ao local de trabalho; nas linguagens e práticas de tipo familiar (patrão como “pai” dos trabalhadores, a empresa como “família”); e na aceitação operária. Se algo perturbava essa estrutura, o sistema inteiro desmoronava – o que acabaria acontecendo com as revoltas operárias da segunda metade do século XIX. O que destacamos aqui, no entanto, é a associação histórica que existe entre fábrica e família. Para Perrot (2003, p.113), a família nuclear “se mostrou bem adaptada ao arranque industrial”, apoiando-o e fornecendo-

¹⁵⁰ Tradução nossa: “As revisões também se concentraram no grau de sucesso de um dos principais objetivos do paternalismo – a formação de um sentimento compartilhado de comunidade. Aqui as interpretações variam entre aquelas que enfatizam as possibilidades dos trabalhadores de desafiar o ideal da empresa através da reação aberta, bem como através de meios sutis, como a criação de conceitos alternativos de comunidade, até aquelas que salientam os interesses e benefícios mútuos para a gestão e o trabalho. Estudos de casos de *company towns* em diferentes contextos também mostraram que haviam limites para a adesão à enorme família comum imaginada pelos empresários ou pelas corporações paternalistas. As empresas geralmente escolhiam ampliar os benefícios completos da comunidade de trabalhadores para alguns funcionários e excluir outros.”

lhe um modelo de administração. No caso das IKPC, já vimos que a trajetória da ascensão do grupo é a própria trajetória da família Klabin. Das mãos do fundador Maurício, a empresa foi delegada aos seus descendentes e parentes diretos.

Se a genealogia das indústrias oitocentistas seguia a genealogia das famílias que as administravam – fomentando, naturalmente, o paternalismo –, quando analisamos o contexto brasileiro, é necessário fazermos algumas ressalvas. De acordo com Carlos Augusto Amaral Moreira (2005), desde seu período colonial, o paternalismo aplicado no Brasil estava concentrado na figura de um senhor de terras, cujo poder econômico, político e militar definia os destinos de sua família, escravos, protegidos e agregados.

[...] nas empresas rurais da época colonial, o trabalho não era executado pelo Pai proprietário e pelos membros de sua família, como na Europa. Desde muito cedo se contou com o trabalho do escravo e de homens livres agregados à propriedade. [...] Os laços entre família e trabalho nunca foram de sangue, mas de dominação, proteção e dependência. Trata-se, no nosso caso, de uma espécie de família ampliada, com espaço tanto para a coerção violenta quanto para a afetividade mediadora expressa pelas diversas formas de apadrinhamento. O chefe-pai brasileiro foi, portanto, sempre metafórico, uma vez que nem ele nem seus filhos nunca trabalharam. É o pai aventureiro e empreendedor, avesso ao trabalho manual. (MOREIRA, 2005, p.98-99).

Na transição dos séculos XIX e XX, com a abolição da escravidão e a intensificação da urbanização, esse “imaginário rural” do senhor de terras também migrou para as cidades – e a população rural pobre, sempre submetida a um estado de dependência, agora tinha dois caminhos pela frente: “usufruir de uma liberdade miserável” ou tornar-se operário das indústrias nascentes. Enveredando para o segundo caminho, “o antigo trabalhador rural pôde encontrar-se novamente com o chefe paternalista.” (MOREIRA, 2005, p.99). Exigindo ordem, disciplina e obediência à autoridade fabril, o paternalismo aplicado nesse contexto oferecia como moeda de troca a proteção, “expressa, prioritariamente, pelo emprego e pelo salário”. A fábrica, “nova casa” do trabalhador, continuava, assim, calcada na estrutura familiar e centrada na figura paterna.

Isto posto, notamos que, mesmo com suas características específicas, o processo de industrialização brasileiro não se desvinculou das práticas paternalistas – elas também foram o primeiro sistema de relações industriais como observado na Europa. No caso estudado nesta tese, ao cruzar as fronteiras da *company town* e serem contratados pelas IKPC, os “caboclos” imediatamente foram submetidos à cartilha da “escola primitiva” de Monte Alegre, que ditava, entre tantas outras coisas, a maneira como a aquela “grande família” deveria funcionar. Os papéis hierárquicos tradicionais do núcleo familiar se reproduziam na cidade-

empresa: havia um pai, a mãe e os filhos. Perrot (2003, p.94), analisando a ideia de família do século XIX, apresenta as diretrizes básicas que cada membro deveria seguir:

A divisão sexual dos papéis se baseia em seus ‘caracteres naturais’, segundo uma oposição entre passivo e ativo, interior e exterior, que governa todo o século. ‘O homem possui sua vida substancial real no Estado, na ciência etc., e também no trabalho e na luta com o mundo e consigo mesmo.’ ‘A mulher encontra seu destino substancial na moralidade objetiva da família, cuja piedade familiar exprime as disposições morais.’ Os filhos são simultaneamente membros da família e indivíduos em si mesmos. Livres, devem ser educados, mas sem excessos nos afagos aos seus sentimentos de autodiferenciação.

O pai, “proa da família e da sociedade civil”, tinha poder tanto no espaço público quanto no privado. Detentor exclusivo da autoridade familiar, decidia sobre todas as questões fundamentais – do âmbito econômico ao pedagógico. Ainda que a mulher tivesse certa relevância no meio doméstico, o domínio efetivo do lar estava nas mãos dos homens. Detentores dos “argumentos da ciência e da razão”, precisavam fazer frente “às loucuras, paixões e sentimentalismos” das mulheres. À mãe, submetida ao poder do pai, cabia as ocupações da casa, o cuidado dos filhos e, em alguns casos, a administração de empregados e a realização de tarefas remuneradas, como faxinas e lavagens de roupa. Já os filhos, centro do núcleo familiar do século XIX, eram objetos de investimentos afetivos, educativos, econômicos e existenciais. “Como herdeiro, o filho é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte.” (PERROT, 2003, p.146).

Na *company town* das IKPC, o que vemos é a aplicação desses papéis na estrutura hierárquica da administração e na própria figura da empresa. Ocupando o papel do pai estava a alta cúpula dos dirigentes: Luiz Vieira e os Klabin (os homens apenas, uma vez que as mulheres Klabin não se envolviam nos negócios durante as décadas estudadas nesta pesquisa). Os chefes eram respeitados por sua autoridade, emanada diretamente de sua “ciência e razão” – dos eixos mesmos que os revestiam como seres que *eram*. Preocupados com as questões pedagógicas, eram os responsáveis finais pela instrução dos operários. Já a fábrica – enquanto estrutura material e simbólica – era personificada como a mãe. Atenta aos trabalhadores, provia-lhes o necessário e de maneira afetuosa, ocupando, inclusive, o espaço da “Mãe Natureza”. Por fim, os operários (principalmente os de classe mais baixa na hierarquia fabril) exerciam a função dos filhos. Alvos dos investimentos paternos e maternos – afinal, só com seu trabalho poderiam garantir o futuro da indústria –, precisavam ser tutelados, educados, protegidos, castigados na desobediência e recompensados quando seguiam as ordens. Tal papel é a consequência direta da infantilização levada a cabo nas instituições totais.

É interessante observarmos como esse viés simbólico do paternalismo está presente nas memórias fortes de Monte Alegre. O tratamento da fábrica como mãe é recorrente entre os velhos de Telêmaco Borba – principalmente entre aqueles que moraram na *company town* dos anos de 1940 e 1950. Francisco de Assis Alves, quando entrevistado para esta tese, referiu-se à figura maternal da Klabin e à sua boa vontade com os operários de maneira espontânea:

Juliana Teixeira: Foi melhorando o transporte, né?

Francisco de Assis Alves: E as estradas também, porque a estrada do Krabin não era asfaltada, mas era macadamilizada. Mesmo onde não era macadame, vorte e meia eles passavam a praina, não tinha muito enroscado... Com o tempo ruim, a turma não entravam quase. Aí tinha lugar que não subia, né? Mais com o tempo bom, era louco de bom de andar. Cabô aquela folia, tanto que, até quando eu fui servir [o exército], a gente vinha a pé, porque tinha pouca condução aqui pra ir pra lá [Ponta Grossa]. E a saída que tinha era lá pelo projeto [Assis se refere à Unidade Puma das IKPC, instalada no município de Ortigueira]. Nós vinha à pé de lá, pegava o ônibus daqui, aquelas Maria Fumaça, não sei se você conheceu... A óleo cru, andava bem devagarzinho, na subida você andava mais do que o ônibus.

Juliana: Risos

Assis: E depois você ia pro Pirai [do Sul]. Pegava o ônibus aqui e ia no Pirai, estrada boa, macadamilizada também. De lá você pegava o trem, ia em Ponta Grossa, chegava lá depois do meio dia... De tarde, pra vim de lá, você pegava ordem até aqui. Na Harmonia [na *company town*] eu tinha já uns cunhado, que já é morto também, moravam um pouco adiante. Então, eu parava com ele. [...] Você tinha que ir a pé daqui até lá [Assis se refere à ida de Ortigueira, onde morava, até à casa do cunhado, em Harmonia].

Juliana: Nossa!

Assis: Saía às 7 horas daqui e chegava às 10 horas lá, a gente caminhando, porque eu caminhava, era acostumado a caminhar a pé, né? Hoje não tem disso...

Juliana: O pé era o único meio de transporte, né? Tinha que andar a pé mesmo.

Assis: Tudo a pé. Não tinha o que esperar, num tinha esperança de nada que pudesse vim, né?

Juliana: E ia embora!

Assis: É, ou então a cavalo. Quem tinha cavalo, aqueles sitiante tinham cavalo, né? Mas os outro não tinha, tinha que ir no pé. Era assim desse jeito, o Krabin foi uma mãe pra turma do lugar... O povo aí passou muito bem com eles aí. Eles tratavam muito bem os operários. Não tinha dúvida! Hoje tá diferente um pouco, mas também é bom. O Krabin é uma boa firma.

Ao melhorar o sistema de transporte e a infraestrutura da região, as IKPC também melhoraram a qualidade de vida de seus operários. Como “provedora”, a fábrica desempenhava sua atribuição de mãe, fornecendo toda sorte de recurso: de escolas a hospitais, de lazer assistido a gêneros alimentícios. É esse aspecto do paternalismo, portanto, que se transforma num “dever de memória” atrelado à identidade e metamemória coletivas de Monte Alegre. Rememoram-se os benefícios da *company town*, esquecem-se suas consequências.

A função de pai exercida pelos dirigentes também permeia a documentação arquivada pela fábrica. Diretores e engenheiros sentiam-se mais aptos a decidir sobre tudo o

que se passava na cidade-empresa, inclusive nos aspectos mais privados de seus operários, como demonstramos no capítulo anterior. Nesta carta de 18 de dezembro¹⁵¹ de 1943, Karl Kappert, substituindo temporariamente Luiz Vieira, escreveu um recado para o escritório dos Klabin em São Paulo. A correspondência foi entregue em mãos pelo eletricista Alberto Freire de Carvalho – contratado alguns meses antes pela sede das IKPC no Rio de Janeiro e encaminhado à Monte Alegre para trabalhar.

Agora, Carvalho tinha viajado à capital paulista para buscar sua esposa. Esses deslocamentos, financiados pela empresa, deveriam ser pagos posteriormente, via desconto nas folhas de salário. Zappert, como a figura paterna que decide sobre o orçamento familiar, advertia o escritório que o montante devido pelo eletricista já somava 1.200 cruzeiros e que ele precisava “economizar um pouco”:

[...] Ele recebeu Cr.\$ 1.000,00 no Rio para despesas de viagem. Pediu-nos agora mais Cr.\$ 800,00 para as novas viagens, para serem descontados dos futuros vencimentos. Foram adiantados apenas Cr.\$ 200,00. Caso ele precise de mais dinheiro para as viagens pedimos ajudá-lo. Esclarecemos porém que conforme nossa experiência leva muitos meses para conseguir pagar Cr.\$ 800,00 em prestações; por isso pedimos chamar outra vez a atenção do Snr. Freire de Carvalho para economizar um pouco afim de evitar futuras dificuldades.

Não se tratava apenas de negar o dinheiro ao eletricista, mas de ensiná-lo a economizar. E, mesmo quando os trabalhadores reclamavam abertamente sua agência sobre seus salários e o direito de ir e vir, os dirigentes reiteravam sua autoridade – afinal, não cabe aos filhos deliberarem sozinhos sobre suas atitudes enquanto estiverem sob o jugo paterno. Nesta carta de 30 de outubro de 1946¹⁵², 80 operários das IKPC fazem duas reivindicações à chefia: a mudança no sistema de distribuição de vales; e a flexibilização dos horários de funcionamento das cooperativas e das farmácias – ou, numa posição ainda melhor, “acabar por completo com o horário de cada classe e espécie de pessoas” nesses estabelecimentos.

Dr. Vieira

Os operários em geral, que trabalham nesta indústria como de sempre, com o devido acatamento das ordens emanadas dessa nobre Chefia, e como sempre souberam distinguir ordens a serem cumpridas e as devidas necessidades de serviços ou outra espécie, vem por meio desta reclamação a presença de V.S. expor e pedir o seguinte: (1) que os adiantamentos de vales em dinheiro eram feitos (3) três vezes ao mês, sendo que bem satisfazia as necessidades de acordo com as necessárias despesas de

¹⁵¹ Carta redigida por Karl Zappert a sede das IKPC em São Paulo (SP) em 18/12/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁵² Carta redigida coletivamente por 80 operários das IKPC a Luiz Vieira, 30/10/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

cada um; mas acontece porém que agora esses vales só são fornecidos uma vês por mês, e isto ainda no dia (19) desenove de cada mês, vindo assim uma grande parte dos operários a sofrer inevitáveis consequências em seus lares, deveis que nem todos percebem quantias superiores em que possam faser economias que garantam suas precisões até o dia do pagamento, e deste em dante até o dia (19), porque no meio das despesas previstas ainda aparecem as imprevistas, como sejam farmácia, viagens forçadas etc.

Motivos porque solicitamos a V.S. que ditos vales sejam fornecidos da maneira seguinte:

O primeiro no dia 12 do mês

O segundo no dia 24 do mês, e, assim deveria ser o pagamento no dia (6) seis de cada mês, o que assim se V.S. concordasse, ficaria satisfatoriamente bem para todos os signatários desta.

Da mesma forma ainda vimos sofrendo de outros males os quaes nos vem transtornando completamente o modo de vida e bem assim trasendo sérios prejuizos aos serviços nesta Cia., o de horários nas Cooperativas e farmácias, acaba de dezimar os nossos esforços, deveis que vimos tendo horários para tudo, como sejam para trabalhar, para fazer compras e isto tudo com hora certa, mas acontece que tudo isto poderá ser feito sem prejuizo para a Cia. e aos trabalhadores, se V.S. com o seu bondoso e justiceiro espírito, nos concedesse a sugestão que abaixo expomos como seja:

Cooperativas em geral,

Início de trabalho das 7 horas da manhã às 11/2 para almoço

Das 12/2 da tarde às 18 horas

Das 19 horas da noite às 22 horas.

Tanto que as Farmácias bem poderiam obedecer ao mesmo horário das Cooperativas e ainda mais acabar por completo com o horário de cada classe e espécie de pessoas, como seja, hora de senhoras, de administrativos, de operários etc., motivos porque nem todos podem e nem tempo tem para satisfazer taes exigências.

Sendo feita esta reclamação a V.S. dentro do mais elevado respeito e acatamento das ordens emanadas, os signatários esperam o seu precioso acordo, e atenciosamente datam e assinam.

Esta carta dos operários foi a única reivindicação coletiva encontrada na documentação pesquisada. As outras reclamações, como veremos em tópico posterior, têm caráter mais individual. O texto mostra como os trabalhadores, antes de exporem suas reclamações, reforçam que sempre acatarem as ordens da chefia e que entendiam a sua necessidade. No entanto, o sistema de pagamento prejudicava o gerenciamento das despesas em suas casas. Mais interessante ainda é notar como o controle excessivo das IKPC os incomodava: “temos horário para tudo”. Como quase sempre era essa a classe mais prejudicada na separação por “espécie de pessoas”, sugeriram a extinção da diferenciação nas farmácias e nas cooperativas. Ou seja, eles sentiam as consequências do ingresso na *company town* e seus eixos de inclusão e exclusão – lembranças que as memórias fortes de Monte Alegre jogaram na sombra.

Apesar da carta ter sido endereçada a Luiz Vieira, foi compartilhada com outros chefes, que escreveram seus nomes nas margens e a data da leitura. Cada um foi dando um pequeno parecer sobre as reivindicações. Neste, assinado apenas por uma rubrica (dificultando a identificação), a sugestão foi manter o esquema de um vale por mês – o que

aparentemente era praticado há pouco tempo –, já que alterá-lo “seria prejudicial para o próprio operário”. Ou seja, a chefia paternal assumia para si, novamente, a responsabilidade de decretar o que era melhor para seus tutelados:

Dr. Vieira

O sistema de 1 vale e o pagamento no dia 5 de cada mês conforme s/ ordens e praticado por nós há 3 mezes já acostumou o operariado e cada um já regularizou sua vida neste sistema portanto seria prejudicial para o próprio operário retalhar s/ salário em mais retiradas para que no pagamento elle receba uma pequena importância e não possa fazer suas compras que necessita, esta é minha opinião e de muitos encarregados de seção e residentes a quem consultei antes de dar m/ parecer.

Se os encarregados de seção e os residentes consultados somavam mais que as 80 pessoas que assinaram a reivindicação, o parecerista não diz. Mas a própria atitude de pedir a opinião para esses funcionários já invalida a perspectiva de análise do problema – afinal, residentes e encarregados estavam em patamares superiores da hierarquia fabril, não compartilhavam das mesmas dificuldades dos operários, tampouco eram submetidos ao tratamento dado aos “arigós”. Assim, por mais que estes tentassem fazer valer suas experiências e posições, encontravam a barreira da autoridade e da tutela. Não cabia aos filhos decidir.

Subordinados a esse estado de dependência, os trabalhadores tinham que pedir a anuência dos chefes para tudo. Em carta de 8 de maio de 1947¹⁵³, Donato Gonçalves pediu à Administração de Moradias o fornecimento de água quente em sua casa, já que “há mais de três meses fui proibido pelos médicos de tomar banhos frios, tornando-se, portanto, necessária a instalação da serpentina”. O pedido foi repassado ao diretor geral com recomendações favoráveis a Gonçalves, pois se tratava de um “funcionário de categoria”. Ou seja, nem mesmo os graduados na escala fabril tinham autonomia para fazer qualquer modificação nas casas. Quem tinha que resolver era o pai.

O aspecto paternal fica ainda mais patente em outras documentações. Neste abaixo assinado, datado de 23 de junho¹⁵⁴ do mesmo ano, os moradores da rua Alagoas reclamavam ao chefe do setor de Moradias sobre o comportamento de uma vizinha. Perrot (2003, p.177) conta que, nas cidades populares do século XIX, a vizinhança constituía o “olhar do Outro”, estabelecendo um código de decência da casa e da rua. “O olhar da vizinhança pesa sobre a

¹⁵³ Carta redigida por Donato Gonçalves ao Administrador de Moradias das IKPC, 08/05/1947. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁵⁴ Abaixo assinado dos moradores da rua Alagoas ao chefe do setor de Moradias das IKPC, 23/06/1947. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

vida privada de cada um e o que dele aflora: ‘O que dirão?’. A desaprovação, a tolerância, a indulgência dos vizinhos têm a força dos Dez Mandamentos.” Atentos do outro lado da porta, costumavam respeitar certos limites até intervirem. Se nos centros urbanos a polícia e a justiça eram acionadas quando essas fronteiras eram cruzadas, *na company town* eram os dirigentes quem tinham que resolver as encrencas entre os operários.

Ao Snr. Chefe de Moradias

Nós abaixo assinados rogamos a vossa senhoria ter a grande gentileza atender este justo pedido. Moramos neste arredor da Rua Alagoas, e para o socego espiritual dos abaixo assinados precisamos eliminar deste bairro uma vizinha, mulher de Sebastião Bento, a qual produzirá ainda mais tarde um atrito que poderia prejudicar um pae de Família. Não digamos que Sebastião Bento seja homem ruim, mas sua mulher é insuportável, de maneira inconveniente morar perto de quem precisa descansar para o trabalho normal. A referida mora no barracão ns/3 C. Rua Alagoas.

Esperando sua pessoa ser justiceira pedimos suas enérgicas providências e ficamos eternamente gratos pela justa decisão.

No verso do mesmo abaixo assinado, Domingos da Luz Lima reforçou o pedido dos moradores da rua Alagoas, escrevendo de próprio punho que foi “obrigado a levar minha patroa para a casa dos pais, por não poder suportar as intrigas desta vizinha”. O chefe do setor de Moradias, então, encaminhou o pedido a Horácio Klabin – que já ocupava o cargo de diretor geral no lugar de Luiz Vieira – recomendando separar a mulher para “uma casa completamente isolada, onde não possa perturbar alguém”, já que o marido era um empregado da fábrica.

Esses investimentos direcionados aos operários reforçavam não só a autoridade dos dirigentes, mas a benevolência da fábrica-mãe. Neste relatório do Serviço Interno das IKPC de 17 de junho de 1946¹⁵⁵, Renato Marchiori (provavelmente o responsável pelo setor) compartilhou com Karl Zappert a difícil situação do foguista João Bezerra de Araujo, apelando à boa vontade da indústria para que o ajudasse a voltar para sua terra natal:

O operário foguista João Bezerra de Araujo, o qual trabalha nesta Usina Termoelétrica, desde que aqui chegou com a última leva de nordestinos, nunca gozou de boa saúde, situação essa que se estendeu a todos os membros de sua família.

Não obstante, sempre cumpriu integralmente com suas obrigações, sendo tido por nós, e por todos os colegas de serviço como um homem íntegro e trabalhador, sujeito a muitas viscidões, é verdade, mas isto porque seu estado de saúde e dos seus, agravando-se dia-a-dia, não lhe permitiu uma situação melhor.

Há dias procurou-me e disse-me que sua situação não lhe permitia mais trabalhar, o que de fato infelizmente é verdade, pediu-me então que intercedesse junto de V.S.

¹⁵⁵ Relatório de Serviço Interno redigido por Renato Marchiori a Karl Zappert, 17/06/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

que seja repatriado para seu estado natal, Paraíba do Norte, pois não está trabalhando mais, e seus poucos recursos esgotando-se dia a dia, tende a ficar dentro em breve num estado crítico de miséria e saúde.

Nós também, certos que seremos ouvidos, apelamos para V.S. para que a Cia. custeie sua viagem de volta, quanto antes possível pois como disse acima, a situação tende a agravar-se dia a dia, sendo que o homem há dias que não trabalha e rejeita qualquer transferência de serviço, visto sua completa impossibilidade.

Abaixo do relatório, Luiz Vieira escreveu que tinha conseguido autorização para uma ajuda de custo de 3.000 cruzeiros para a “viagem ao Norte”. Esses gestos consolidaram a personificação da indústria e seu caráter maternal replicados nas memórias fortes da fazenda. Num rompante de gratidão e admiração às IKPC, Ricardo A. da Silva compôs um poema à fábrica, publicado no livro *A Fazenda Monte Alegre conta seu canto*:

Tu és maravilhosa

Oh! mestra e graciosa fazenda
 Que nos sustenta em seus fortes braços de madeira
 E nos proporciona saúde e alegria para vivermos.
 Oh! minha mãe e instrutora Klabin!
 Incentivo e coragem tem nos proporcionado
 Desde seu leito até a altura que estás hoje.
 Será que foi por nossa ajuda?
 Também, mas não só por nós.
 Por tua humildade e um sonho real
 De um dia vencer!
 Hoje você conseguiu
 Você pode se considerar vitoriosa
 E toda essa alegria que tem hoje é imensa
 E contagia seus funcionários
 E isso está te levando para o alto
 Mas não essa altura que você imagina,
 Uma altura muito além da imaginação.
 Hoje você passa de geração para geração
 O seu exemplo passa de funcionário para seus dependentes,
 E isso te engrandece cada vez mais
 Com um ar de harmonia e prosperidade
 Porque você sempre será querida
 E nunca esquecida... (COLÉGIO ESTADUAL, 1997, p.129).

No poema vemos a reunião de uma série de aspectos que temos nos esforçado para demonstrar até aqui. O primeiro é o evidente trabalho de incorporação da fábrica como mãe e como uma entidade que vale por ela mesma – em nenhum momento se exaltam seus dirigentes ou proprietários; os trabalhadores aparecem como meros coadjuvantes. A indústria basta por seu papel simbólico. Objeto de carinho, fonte de alegria, exemplo aos operários e aos filhos desses operários: se trocássemos *Klabin* por um nome próprio feminino e apresentássemos a poesia a alguém que desconhecesse o contexto de Monte Alegre, certamente seria lida como uma homenagem materna. E mesmo que nem todos os habitantes

da região compartilhassem da opinião de Silveira, seus versos foram selecionados para serem publicados, uma vez que o livro *A Fazenda Monte Alegre conta seu canto* foi organizado a partir de um concurso literário. Se o poema foi escolhido, é porque pareceu pertinente à comissão julgadora em sua missão de “transmitir, das mais variadas formas, os sentimentos vivenciados por uma comunidade organizada”. (COLÉGIO ESTADUAL, 1997, p.9). Trata-se, enfim, de um apanhado de memórias que merecem ser transmitidas – exercício por excelência da metamemória coletiva.

Se o paternalismo praticado na *company town* passou pela adoção e reprodução das funções do núcleo familiar, passou também pelos rituais cívicos e pelas comemorações. Borges e Torres (2012) reforçam a importância da celebração da “ideia de uma grande família” e da lealdade dos operários dentro das cidades-empresas. De fato, comemorar é uma ação essencial para manter o “espírito histórico” e o sentimento de continuidade dentro de uma comunidade. Candau (2014, p.147) elenca os aniversários e as festas como formas de organização das memórias e de sua unificação, participando ativamente do jogo identitário desejado pelos grupos ou pelos indivíduos. Legitimando, valorizando, conjurando, excluindo ou aderindo aos acontecimentos fundadores, as comemorações mantêm a “ilusão comunitária”, a “ficção de permanência e do sentimento de uma cultura comum”, revitalizando ou enrijecendo uma identidade. “Nessa perspectiva, essa ‘máquina de remontar no tempo’ que é a comemoração é sempre seletiva e ostenta um ‘maniqueísmo purificador’, [...] que ‘tem o dom de limpar o passado’ e de ‘retirar dele toda a alteridade inquietante’.” (CANDAU, 2014, p.148-149).

Goffman (1974) também nota o papel das “cerimônias institucionais” no contexto das instituições totais. Momentos de “liberação das formalidades”, essas cerimônias permitem que a equipe dirigente e os internados possam se aproximar e construir uma imagem mais favorável do outro e de sua situação. Esses contatos podem se dar nos mais diferentes suportes e momentos – como no jornal institucional, em datas comemorativas, em festas de final de ano, em celebrações religiosas, em competições esportivas e nas visitas de “exibição institucional”. Voltadas para os diretores da instituição total ou para o público externo, as “exibições institucionais” dão aos internados “a ideia de que estão ligados à melhor instituição desse tipo. Os internados parecem surpreendentemente dispostos a acreditar nisso. Evidentemente, através dessa crença, podem sentir que têm um *status* no mundo mais amplo, embora através da condição que os afasta desse mundo”. (GOFFMAN, 1974, p.92-93). Durante essas visitas, obviamente, somente as partes novas e “boas” das instituições totais são mostradas e celebradas, delineando uma visão favorável do estabelecimento.

Na Monte Alegre das décadas de 1940 e 1950, podemos localizar uma preocupação clara com as comemorações. Afinal, se o *nomos* dos pinheirais realmente pretendia zerar os ponteiros do passado, era imprescindível que criasse um sentimento de comunidade, um conjunto de memórias fortes que sustentasse sua narrativa identitária metacoletiva. Começamos elencando as “exibições institucionais” pois, logo no início de 1944¹⁵⁶, a fazenda recebeu um grande visitante externo, o então presidente Getúlio Vargas. O objetivo da visita era duplo: reforçar as balizas da *company town* e impressionar o chefe do Estado, demonstrando que seu apoio político e econômico estava sendo bem aplicado. Para tanto, antes de sua chegada¹⁵⁷, os chefes já organizavam as celebrações, passeatas e o itinerário de Vargas pelas terras das IKPC. Em 24 de janeiro de 1944¹⁵⁸, Luiz Vieira emitiu duas circulares aos residentes e chefes de serviço. Na primeira, informava-lhes sobre a realização de uma “grande passeata” para “dar o maior brilho possível às homenagens a serem prestadas ao Chefe da Nação” em sua visita à fazenda. A comemoração seria realizada no dia 26 de janeiro, às 22h e, contando com a colaboração dos supervisores, Vieira pedia que avisassem “a todos os funcionários e operários que está encarregado da organização da passeata o Tenente Paredes que deve ser procurado para as necessárias instruções”. Na segunda circular do mesmo dia¹⁵⁹, o engenheiro-chefe convocava os residentes e chefes de serviço para acompanharem a chegada do presidente à Lagoa, no dia 25, no período da tarde. Recomendava, também, que fosse chamado o pessoal administrativo para reforçar o público em frente a sua casa – primeiro local onde Vargas seria recebido.

Fernandes (1974) dedica mais de dez páginas de seu livro para narrar essa visita. O chefe do Estado foi um dos primeiros a inaugurar o aeroporto de Monte Alegre – antes dele, apenas os próprios membros da família Klabin tinham pousado na pista de 950 metros, concluída havia poucos dias. Já estava anoitecendo quando o “avião presidencial surgiu, fez volta ao campo e tomou posição na cabeceira da pista. Quando as rodas tocaram o solo, uma

¹⁵⁶ A data da vinda de Getúlio Vargas pela primeira vez em Monte Alegre difere em algumas obras que versam sobre a história da fazenda. Fernandes (1974) registrou o dia 25 de janeiro, como comprovam os memorandos de Luiz Vieira. Já Coraiola (2003) afirma que 25 de janeiro foi a data da segunda visita de Vargas, em 1953. Por fim, Cony e Lamarão (2001) datam a visita no dia 21 de janeiro.

¹⁵⁷ A visita de Getúlio Vargas estava marcada há mais de um ano. Em 30 de janeiro de 1943, Luiz Vieira já escrevia a Horácio Klabin, em carta, que ele poderia “ficar sossegado que faremos tudo da melhor maneira possível. Minha casa já está pronta e nela poderá se hospedar o Presidente e pessoal mais chegado, ele e mais seis pessoas”. A vinda, no entanto, foi adiada com a morte de Getulinho, filho do presidente. O chefe do Estado só retomaria os planos de vir à Monte Alegre um ano depois.

¹⁵⁸ Circular emitida por Luiz Vieira aos residentes e chefes de serviço, 24/01/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁵⁹ Circular emitida por Luiz Vieira aos residentes e chefes de serviço, 24/01/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

nuvem de pó envolveu os que se achavam em terra”. (FERNANDES, 1974, p.95). Ao lado dos Klabin, estavam os altos funcionários e a “bandinha de Lagoa, enriquecida com músicos chamados de Pirai e regida pelo maestro-barbeiro Ferro”. Getúlio Vargas e as autoridades que o acompanhavam (como Manoel Ribas) desembarcaram ao som de uma “vibrante marcha patriótica”. Em seguida, o hino nacional foi “cantado com o entusiasmo e a desafinação de costume”.

A visita de Vargas pela fazenda só teve início na manhã seguinte, quando passou pelos principais pontos do empreendimento dos Klabin: a *company town*, a barragem do rio Harmonia e as primeiras estruturas da fábrica. Na Avenida Brasil – via principal da cidade-empresa – o presidente foi saudado pelos alunos das escolas de Harmonia e Mauá, que agitavam “bandeirinhas brasileiras”. Nos outros três dias que permaneceu em Monte Alegre, Vargas ainda percorreu as obras da hidrelétrica de Mauá, os primeiros reflorestamentos e os escritórios administrativos. Estava completa, então, a primeira “exibição institucional” da indústria. Apesar de grande parte das instalações não estarem concluídas, a diretoria se esforçou para mostrar seu compromisso com o “investimento que continuava devorando verbas e empréstimos”. (CONY; LAMARÃO, 2001, p.136).

Vargas retornaria novamente à fazenda, em 1953. Nessa ocasião, a fábrica e a *company town* já estavam consolidadas e a prestação de contas pôde ser mais contundente. A questão é que, nas duas incursões, tanto os trabalhadores quanto seus filhos foram convocados para recebê-lo e prestar-lhe homenagens. Goffman (1974, p.92) salienta que, além de reforçarem a imagem positiva das instituições totais, a presença de visitantes externos também “parece servir como uma recordação, a todos no estabelecimento, de que a instituição não é um mundo isolado e de que tem uma ligação, burocrática e de subordinação, com estruturas do mundo mais amplo”. Ao receber o presidente, Monte Alegre borrava temporariamente suas fronteiras e ganhava uma função que suplantava sua lógica interna. Tal fato corroborava não só a vida dentro da *company town*, mas as práticas que a cercavam. Ter Vargas percorrendo suas ruas endossava o “sentimento comunitário” e a identidade metacoletiva que a cidade-empresa reclamava para si. Certamente, nas décadas de 1940 e 1950, outros visitantes externos também vieram conhecer o empreendimento dos Klabin, como jornalistas e amigos da família. Nesses casos, porém, a classe operária raramente era organizada em manifestações.

Avançando sobre as outras formas de “celebração institucional”, temos a fundação do jornal *O Tibagi* e da Rádio Sociedade Monte Alegre por Horácio Klabin¹⁶⁰. Criados em 1948 e 1950, respectivamente, ambos os meios de comunicação estavam fortemente atrelados à indústria e ao exercício da metamemória coletiva. Ana Flávia Braun Vieira (2015), tomando *O Tibagi* como objeto de estudo, analisou a forma como seu discurso estava intimamente alinhado com o “discurso fundador” do próprio município de Telêmaco Borba. Considerado por Vieira (2015) como um *lugar de memória*, o jornal foi um dos instrumentos para a manutenção do poder econômico, político e simbólico das IKPC na região. Lançando mão de estratégias discursivas, procurava formar uma “visão homogênea sobre a história local”.

Assim, as narrativas disseminadas tratavam: de enaltecer o lugar e a empresa; do desenvolvimento de Cidade Nova, conotando seu surgimento à Horácio Klabin, que por este e outros motivos seria digno da gratidão da população; da contribuição da Klabin no incremento do estado e da nação; do desenvolvimento industrial local, visando atrair trabalhadores e investidores; da benevolência da Klabin com seus feitos assistencialistas em relação aos seus empregados; da constante presença de personalidades ilustres no local, conotando prestígio à Monte Alegre; da modulação de comportamentos, bem como do relacionamento entre patrões e empregados. Tais discursos preenchiam os leitores de *O Tibagi*, contribuindo à formação de sentidos sobre o local e o regional, e, sobretudo, sobre sua própria identidade, pois filiavam-se a esta narrativa, que por ter sido publicada no jornal – que já tinha estabelecido seu lugar de enunciador por meio de estratégias discursivas/ estratégias de imagem – ganha conotação de verdadeira, oficial. (VIEIRA, 2015, p.128-129).

O jornal, portanto, transformou-se num repositório de memórias fortes, também modelando o passado e a identidade metacoletiva da fazenda. Para Candau (2014), toda “economia geral e gestão do passado no presente” envolve a criação deliberada de artifícios e artefatos memoriais – nos quais podem se encaixar tanto *O Tibagi* quanto a Rádio Sociedade Monte Alegre. É interessante notar, inclusive, como a estrutura desses meios replicam o modelo de “órgão de divulgação institucional” descrito por Goffman (1974, p.86). De acordo com o autor, geralmente esses órgãos são escritos por internados colaboradores sob a supervisão e a censura de “uma pessoa da equipe dirigente que tenha mais afinidade com os internados, embora mereça também a confiança de outros funcionários. O material apresentado tende a fechar um círculo em torno da instituição e a dar um caráter de realidade pública ao mundo interior”.

¹⁶⁰ De acordo com o próprio Horácio Klabin, em entrevista ao projeto *Tempo e Memória*, em 6 de outubro de 1993, o jornal *O Tibagi* foi criado porque, naquela época, “o jornal não vinha, a televisão não tinha, então só tinha o rádio, os jornais de fora vinham 2, 3 dias depois, então aquele jornal pelo menos era alguma coisa”. Sobre as fontes das notícias publicadas, Horácio contou que eram todas captadas pelo rádio: “a gente ligava o rádio e criava matérias”, a maioria versavam sobre assuntos externos à *company town*, com interesse nacional e internacional (ao menos nas primeiras décadas de existência do jornal).

Horácio Klabin já foi citado nesta tese como o “movimentador” da cidade-empresa (FERNANDES, 1974). Exercendo seu papel paternal, aproximava-se dos trabalhadores sem deixar de ser um dirigente. De fato, a maioria das comemorações e “cerimônias institucionais” eram organizadas por ele. Há os veículos de comunicação, mas, também, os desfiles em datas cívicas (como 7 de setembro), as ações da assistência social que aproximavam as esposas brancas e a classe mais baixa da *company town* e as festas de final de ano. Tais ações faziam com que o dirigente fosse “conhecido de toda a população, que lhe acena quando entra no campo de futebol, que o rodeia quando aparece numa solenidade em público”. (FERNANDES, 1974, p.130). Nesta passagem de seu livro, Fernandes (1974) celebra justamente a importância dessas comemorações e a forma como consolidam o “sentimento de comunidade”:

Desde os primeiros anos, na década de 40, torna-se hábito cada casa ganhar um pinheirinho novo (araucária) para enfeitar como sua árvore de Natal. No salão do Harmonia Clube, se é Natal, a festa é das crianças. Um Papai Noel chega de barco, pelo rio; desembarca no pequeno cais da represa e vem para o salão, distribuir um brinquedo a cada filho de associado. No CAMA, a sra. Hilde Zappert distribui em nome de IKPC brinquedos e roupas para cada filho de operário de Monte Alegre. [...] Uma contagiante alegria íntima transmite-se até os mais reservados paranaenses. Os expansivos austríacos unem as mesas e formam grandes grupos; estendem os braços pelos ombros dos outros, cadeira junto a cadeira e cantam suas canções alegres. Os tchecos sentimentais aderem; os poloneses, os holandeses e finlandeses participam. Todos se comovem. O grande abraço coletivo os une, num movimento de embalo fraternal, de mesa a mesa. Os húngaros e os brasileiros entram na cadeira. O clube inteiro canta, um coro de vozes masculinas predomina, a corrente de calor humano é transmitida de mão a mão. [...] À meia-noite, em ponto, a Fábrica apita, longa e jubilosamente, saudando o Ano Novo. Todos se abraçam, todos se beijam. Uma família irmanada pelo trabalho no meio do pinheiral. (FERNANDES, 1974, p.131-132).

Cabe ainda destacar a função do esporte dentro das “cerimônias institucionais” e a maneira como Horácio Klabin se dedicou a consolidação do time de futebol de Monte Alegre. Para Goffman (1974), a formação de uma “equipe da casa” mostra ao mundo externo que, no interior da instituição, há lugares onde as coisas acontecem naturalmente.

[...] através de sua equipe os internados revelam algumas coisas da instituição. Ao realizar o que é definido como empreendimento não-imposto, a equipe de internados demonstra para os estranhos e os internados que a observam, que a equipe dirigente, pelo menos nesse ambiente, não é tirânica, que uma equipe de internados está pronta para assumir o papel de representante da instituição total e tem autorização para fazer isso. [...] Diga-se de passagem que a equipe dirigente pode, não apenas dar instruções às equipes de internados, mas também ocasionalmente delas participar e, durante o período de jogo, apresenta esse notável esquecimento de diferenças sociais que é criado pelos esportes. (GOFFMAN, 1974, p.95).

Horácio Klabin, então, foi o dirigente mais atento à importância das comemorações institucionais dentro da *company town* nas décadas estudadas nesta tese. Ele foi o que Goffman (1974, p.96) classifica como o “funcionário de alto nível” símbolo da administração e de todo o empreendimento. Bem vestido e sorridente, ele está presente em todas as celebrações, emociona-se com elas, faz discursos, dá os parabéns, inaugura novos edifícios, promove premiações, julga as disputas. “Quando representa esse papel, sua interação com os internados apresenta uma forma muito benigna; os internados tendem a mostrar acanhamento e respeito, e ele tende a demonstrar interesse paternal.” De fato, seu tempo na diretoria geral das IKPC foi curto – mas paternalmente intenso, fazendo com que se transformasse em um dos Klabin mais celebrado pela memória metacoletiva de Telêmaco Borba.

Alcione dos Santos Rebonato, ao ser entrevistado pelo projeto *Tempo e Memória*, reforça a figura de Horácio Klabin como símbolo da administração, referindo-se ao diretor de maneira carinhosa, principalmente porque este lhe presenteou com os móveis do seu quarto quando se casou na *company town*. Sem dinheiro para comprar a cama e o guarda-roupa, foi falar com seu chefe imediato, Francisco Riederer. Riederer repassou o pedido a Horácio, e Alcione foi chamado na sala do diretor geral.

Alcione dos Santos Rebonato: [...] o Dr. Horácio mandou me chamar e disse: “pode pedir o que você quiser que eu mando buscar.” Ele mandou buscar em Curitiba, é o quarto até hoje, eu tenho até pena de vender esse quarto.

Projeto Tempo e Memória (PTM): É, não, não vende não.

Alcione: Tem 44 anos esse quarto, 43 anos.

PTM: Incrível, ele mandar chamar o senhor depois para falar com ele.

Alcione: Para saber o que eu queria comprar.

PTM: E ele era assim sempre?

Alcione: O Dr. Horácio, sempre, toda vida, era um pai para gente, o Dr. Horácio e o senhor Samuel Klabin foram pais para mim.

PTM: Porque a gente tem a impressão que o Dr. Horácio, como ele era mais da parte administrativa, dá impressão que ele ficava assim lá na sala dele, não tinha contato, mas não era assim?

Alcione: Não era assim, ele era amigo dos operários.

[...]

PTM: Mas os operários podiam falar, ir lá se quisessem falar com ele?

Alcione: Ah, podia falar com ele, ele atendia, não tem dúvida, ele não deixava de atender ninguém, atendia todo mundo. Foi fundador do CAMA aí, do Clube Atlético de Monte Alegre. Eram uns diretores 100% [Horácio e Samuel Klabin], todo mundo gostava deles. Foi um pai para gente, a gente se apertava aí de dinheiro, dava um pulinho lá, falava com ele: “pois não.” Ele autorizava na hora, estava estabilizado, né?

Ao lado desse paternalismo dos Klabin e das “exibições institucionais” ainda queremos destacar como forte memória estruturante da identidade e memória metacoletivas de Monte Alegre o próprio *nomos* dos pinheirais – que ordenou não só a colonização das

terras e as lembranças que a cercam, como também a própria narrativa de vida de seus trabalhadores.

5.1.1 A fábrica como marco pré e pós-civilidade

Franciso de Assis Alves: Era muito dificultoso, tanto que evoluiu mais aqui. Eu até considero esse trecho prá cá do rio [Cidade Nova]... Pra lá do rio, era a Fazenda [Monte Alegre], era só mato. Mas pra cá do rio tinha morador por aí. Eu considero uma corrutela de índios, mesma coisa que índio. Só que tinha os acampamentinhos, tinha lugar que tinha mais gente morando, mais perto assim, né? Como tem hoje em dia nos sítios, uns mais perto dos outros. Mas era considerado quase mesma coisa que índio até o tempo que eu me criei. Depois que o Krabin entrou aqui, começou a evoluir, né? Daí começou varar de estrada num lugar pra outro assim, a coisa não tem dificuldade, né? Aí melhorou um pouco.

Juliana: Então a fábrica ter vindo foi assim, uma mudança, né? Na região inteira?

Assis: Ô! Foi mesma coisa que... Foi um transtorno pra turma que só melhorou.

Enxergar o empreendimento das IKPC como um divisor de águas para a fazenda é uma baliza fundamental da metamemória coletiva da região. Como temos visto até aqui, tal papel é narrado por Fernandes (1974) em seu livro e replicado por outras obras de mesmo cunho histórico e memorial. Não resta dúvidas de que a fábrica e seus dirigentes foram agentes colonizadores das margens do Tibagi. No entanto, em que medida essa memória forte é absorvida pelos “caboclos” nativos de Monte Alegre? Como a instalação da indústria é significada dentro das suas narrativas de vida? Antes de tentar responder essas perguntas e de analisar com mais cuidado a fala de Francisco de Assis Alves, retomemos o debate sobre memória, narrativa e relatos orais.

Candau (2014, p.71) reforça que, sempre que somos convidados a contar a história de nossa vida, fazemos isso por meio da narração – ato de memória por excelência. “De fato, o ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido [...], mas o que fica do vivido.” Todo narrador dá ordem e coerência aos acontecimentos de sua vida que julga significativos naquele momento presente, fazendo os ajustes, as interpretações, as censuras e as ressignificações que julga necessárias. Assim, podemos compreender a conduta narrativa como produtora de uma “ilusão biográfica”, uma “ficção unificadora”, uma construção de luz e sombra que envolve as funções psicológicas mais elevadas.

Já Alessandro Portelli (1996, p.2), estudando a memória e a narrativa manifestadas por meio dos relatos orais, refere-se à atividade de “contar uma vida” como resultado direto

da subjetividade de seus narradores – por meio dela, constroem e atribuem significado à própria existência e identidade. Por essa razão, todo ato narrativo “constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados”. Para Portelli (1996), inclusive, é justamente essa dimensão narrativa a “maior riqueza” e a “maior contribuição cognitiva” que as memórias e as fontes orais podem fornecer aos historiadores.

À vista disso, não existem critérios de verdadeiro ou falso dentro das “ilusões biográficas”, pois “para toda manifestação da memória há uma verdade do sujeito, diferenças recuperadas entre a narração (a memória restituída, as maneiras de ‘ter por verdadeiro’) e a ‘realidade factual’”. (CANDAU, 2014, p.72). A realidade de uma narrativa é ser real para seu narrador – o que ele lembra, ou o que ele esquece, fazem parte de sua tentativa de construir um mundo relativamente estável, previsível e verossímil, onde os desejos e projetos de vida ganham sentido.

[...] o fato de dotar de coerência sua trajetória de vida satisfaz uma preocupação que podemos qualificar como estética: permite ao narrador transformar a seus próprios olhos a narrativa de si próprio em uma ‘bela história’, quer dizer, uma vida completa, rica em experiências de toda natureza. Nesse sentido, todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade. (CANDAU, 2014, p.74).

Ao narrador importa contar uma bela história de vida, mesmo que isso signifique recorrer ao “otimismo memorial” – atenuando as lembranças desagradáveis –, e a estetização de suas experiências. Candau (2014) explica que narrar-se envolve um trabalho muito mais inconsciente das funções psicológicas do que consciente. Além disso, é impossível desconsiderar a atuação dos quadros sociais da memória que orientam a evocação. A rememoração depende da posição que o sujeito ocupa no presente e daqueles que o circundam. Ou seja, o ato narrativo nunca é puramente individual, o sentimento do passado e as lembranças narradas se ajustam e se modificam em função do grupo em que o indivíduo está inserido.

Encontramos aqui as teses de Halbwachs e a intuição de que, em toda anamnese, é impossível dissociar os efeitos ligados às representações da identidade individual daqueles relacionados às representações da identidade coletiva. Muitas de nossas lembranças existem porque encontram eco a elas, observação que conduziu Halbwachs a elaborar a noção de ‘quadros sociais da memória’. Por isso, é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade. Quando esse ato de memória, que é a totalização existencial, dispõe de balizas sólidas, aparecem

as memórias organizadoras, poderosas, fortes, por vezes monolíticas, que vão reforçar a crença de uma origem ou uma história comum ao grupo. (CANDAU, 2014, p.77).

Partindo do princípio que o tecido memorial coletivo sustenta o sentimento de identidade a partir das memórias fortes, a história oral – que lida diretamente com a narração e a rememoração – está no entroncamento entre os âmbitos do individual e do coletivo. Tal característica já foi reforçada anteriormente nesta tese quando argumentamos sobre a utilização das fontes orais. Porém, insistimos nesse aspecto pois concordamos com Portelli (1996, p.8) quando afirma que a história oral (e as próprias memórias) não oferecem simplesmente uma ideia de experiências comuns, e sim um “campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. [...] Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas”. Não se trata, então, de nivelar as experiências numa grande retórica holista, mas de entender que cada grupo é um mosaico assimétrico (um *patchwork*, na expressão de Portelli), onde “cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando a própria semelhança como a própria diferença”. (PORTELLI, 1996, p.9).

Luisa Passerini (2010) também atrela os relatos orais à subjetividade – principalmente porque, após seu trabalho de anos com a história oral dos trabalhadores italianos, percebeu que, muitas vezes, fazia questionamentos e interpretações equivocadas das entrevistas. Pensando a atitude, o comportamento, a linguagem, o sentido de identidade, a consciência de si, os silêncios e até mesmo as brincadeiras dos entrevistados, Passerini (2010) conclui que a “realidade subjetiva” da classe trabalhadora com que teve contato, a despeito de sua complexidade de análise, permite escrever a história numa “nova dimensão”, até então ignorada pela historiografia da Itália.

Em certa medida, as ponderações de Passerini (2010) dialogam com o ensaio de Walter Benjamin (1987) sobre o narrador. Escrito 1936, o texto analisa a arte de narrar em vias de extinção – motivada pela decadência das ações da experiência decorrente dos surgimentos do romance e da imprensa. Benjamin (1987) afirma que, já na década de 1930, eram poucos os que ainda sabiam narrar apropriadamente, posto que tal arte estava enraizada na tradição oral, nas experiências que passavam de indivíduo a indivíduo e, também na sua conexão íntima com o trabalho manual. De acordo com ele, “na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito.” (BENJAMIN, 1987, p.221). O narrador é

um artesão, cuja ocupação é trabalhar com a matéria-prima da experiência individual e coletiva, transformando-a num “produto sólido, útil e único”.

A vinculação da arte de narrar com a figura de um trabalhador está, inclusive, nos grupos fundamentais que Benjamin (1987) elenca para classificar as histórias orais dos “inúmeros narradores anônimos”. De um lado, temos o “camponês sedentário”, que ganhou sua vida de forma honesta, sem sair da sua região, e que é profundo conhecedor das histórias e das tradições. De outro, há o “marinheiro comerciante” – um narrador que vem de longe e que, por suas múltiplas viagens, tem muito a contar. Esses dois “tipos arcaicos” de narrador se interpenetram e se conjugam no verdadeiro ato narrativo, revestido de praticidade e sabedoria. O narrador, portanto, tem sempre suas raízes no povo, “principalmente nas camadas artesanais”. Cabe destacar, ainda, que Benjamin (1987) enxerga a complexidade do ato narrativo, construído por meio da superposição de “camadas finas e translúcidas” de narrações sucessivas, cuidadosamente gestadas de geração em geração e no tempo desacelerado do tédio. Passerini (2010), ao se dedicar a ouvir os operários italianos, entrou em contato com inúmeros narradores – cada qual com suas histórias e enigmas para se desvendar.

Mas o que o narrador de Benjamin (1987) pode dizer sobre os “caboclos” da Fazenda Monte Alegre? “Camponeses sedentários”, contadores de causos (artesãos da narrativa, portanto), viram sua tradição, seu tempo cíclico e suas atividades tradicionais se chocarem com o projeto colonizador das IKPC. Submetidos a novas balizas identitárias e a outras memórias fortes e estruturantes, acabaram por absorver esses “transtornos” (para utilizar a expressão de Assis) e a (re)significá-los dentro de suas próprias histórias de vida. O *nomos* dos pinheirais alcançou até a esfera mais individual da “ilusão biográfica”.

Retomemos então a fala de Assis que abriu este tópico. Filho de agricultores da região, cresceu vendo sua família “*lutar* com a lavoura e o garimpo”. É interessante como ele emprega o verbo *lutar* quando se refere às ocupações que teve que não estavam atreladas diretamente à indústria – escolha motivada, principalmente, pelas dificuldades que enfrentavam. Assis conta que, antes das IKPC, as plantações eram sempre modestas, apenas para “cumprir as despesas”. Como a infraestrutura era praticamente nula, não existiam formas de escoar o excedente das plantações.

Assis: Mas naquele tempo, se a gente plantasse que passasse da despesa, perdia tudo, não tinha exportação.

Julina: Não tinha como vender, né?

Assis: Você não vendia leite, não vendia ovo, não vendia galinha... Se tinha um porco, um gado, se matasse um boi tinha que vender pros vizinho ali. Se não vendesse pro vizinho, não tinha saída.

Juliana: Entendi.

[...]

Assis: A gente plantava a roça, o que sobrava da despesa, venceu o ano, jogava tudo, cozinhava pros porco... Tinha aqueles que trabaiava assim pra gente, né? Tinha muita gente pobre aqueles tempo, que dependia dos outro. Meu pai era sitiante, então ele sempre fornecia aquelas pessoas, naquele tempo a gente pagava 20 reais, 20 mir réis era aquele tempo, por mês. Dava preles fazer a despesa do mês hoje... Então era assim, não tinha exportação.

Juliana: Entendi.

Assis: A estrada que tinha, não tinha macadame, os primeiro caminhão que veio pra cá foi do Gusto Miara e do Pedro Miara.

[...]

Juliana: Nesta época era bem difícil ali onde...

Assis: Ô! Aquele tempo era, mas o povo vivia bem, acostumô daquele jeito então, às veiz...

Juliana: E o senhor comentou também que vocês trabalharam com garimpo?

Assis: Eu trabaiei com garimpo, me criei lutando no garimpo, nas forja da roça nois ia pro garimpo.

Frente a essas dificuldades, fica mais claro porque Assis considera o trabalho junto à fábrica mais fácil – e inclusive mais recompensador – do que o sítio dos pais. Em 1944, já com 18 anos, ele prestava serviço para as empreiteiras que atuavam no empreendimento dos Klabin, tanto no corte de madeira quanto na construção de pontes. Nas palavras de Assis, era a forma de “ganhar uma gaitinha mais fácil” quando não estava *lutando* com a roça e o garimpo. Tais colocações se tornam ainda mais contundentes quando levamos em consideração o tipo de trabalho que ele exercia nessas empreitadas – sempre braçal e de muito esforço. O corte de madeira e as pontes eram feitos “nos matos”, sem qualquer proteção ou maquinário especial. O trabalho também exigia que, durante o tempo da empreitada, ele ficasse instalado em ranchinhos próximos.

Assis: Eu parava no acampamento lá, aquele tempo era ranchinho que faziam nos matos lá.

Juliana: Ah, o senhor chegou a morar em acampamento então?

Assis: É acampamento... Eu morava...

Juliana: E como é que era o acampamento?

Assis: Era ranchinho feito assim tipo de uma baiúca de duas peças só, de uns seis metros por três, mais ou menos isso aí. E era do povo que fazia ali, quatro peças, às veiz seis por seis [metros]. [Tinha] Bastante gente que cortava lenha lá, então se a gente tinha um ranchinho, arrumava um ranchinho lá e ficava. Daí nois ia no mato, escolhia a peroba, tinha muita peroba naquele tempo. A serraria era só na Lagoa e não vencia a construção, então nois derrubava a peroba lá...

Juliana: Ah!

Assis: E farquejava a viga, abria carreadô, trator ia lá, puxava lá no lugar e nois ia fazer a ponte.

Juliana: Vocês mesmo faziam?

Assis: É, nois fazia.

Juliana: Olha só! E nesse acampamento moravam mais homens ou tinham famílias também?

Assis: Tinha bastante família.

Durante sete anos, Assis alternou o trabalho da roça e do garimpo com o das empreiteiras. Em 1951, foi contratado pela primeira vez diretamente pelas IKPC. Entre saídas e recontrações, conta que foi “fichado quatro vezes na companhia”. Nas primeiras décadas da produção da fábrica, era comum que os trabalhadores permanecessem por até nove anos. Cumprido esse prazo, os “estabilizados” eram demitidos. Assis, no entanto, não esperou esse tempo expirar, saindo antes da data máxima. As idas e vindas do trabalho fabril (e as quatro contratações distintas) aconteceram porque “se dava muito bem com o Pacheco¹⁶¹” – chefe do setor de Moradia.

Assis: Eu trabalhava muito na casa dele [de Péricles Pacheco da Silva] lá. Então eu tava sem serviço, ia lá falava e ele mandava: ‘pode ir lá dizê que fui eu que mandei’. E eu ia lá e arrumava a vaga.

Juliana: E o senhor começou trabalhando na fábrica em que posto? Que que o senhor fazia?

Assis: Em que lugar?

Juliana: É.

Assis: Oia, eu trabalhei em quase tudo lugar na fábrica mas, mais tempo eu trabalhei como encarregado do enfardamento. No acabamento, né?

Juliana: Ah, entendi, lá foi onde o senhor trabalhou mais tempo?

Assis: Mais tempo.

Juliana: Mas o senhor passou por outras funções também?

Assis: Ah, eu trabalhava em toda parte por lá, emprestado naqueles lugar lá das fábrica lá, no lugar de outro, tirando férias.

Carpinteiro, Assis era um “arigó” dentro da casta fabril da *company town*. Mesmo que, por seu tempo de serviço, pudesse supervisionar outros operários, ainda assim não tinha “status” suficiente para ser considerado um *funcionário*. Então, como outros trabalhadores de base, era transferido constantemente de função e local. Suas ocupações variavam de acordo com a demanda por mão-de-obra – ele era um “trabalhador volante” dentro das IKPC. Além do setor do Acabamento, trabalhou por oito anos no acampamento da Mina de Carvão, construindo silos, pontes, igrejas e “casas pros chefe de lá”. Trabalhou no setor de Moradia (onde conheceu Péricles Pacheco da Silva) também construindo casas; e empilhando madeira no Pátio T da indústria quando não apareciam serviços de carpintaria. A remuneração que recebia por essas diferentes ocupações, exercendo-as 12 horas por dia, “era mais ou menos”, dava para “passar bem” com a família.

Juliana: E o salário que o senhor ganhava era suficiente pra viver bem ou era pouco? O senhor lembra?

¹⁶¹ Péricles Pacheco da Silva foi o primeiro prefeito eleito de Telêmaco Borba depois de sua emancipação da comarca de Tibagi, em 1964. Também foi deputado estadual do Paraná por dois mandatos, em 1982 e 1986.

Assis: Não, pra mim ainda era mais ou menos, porque a gente como carpinteiro ganhava mais ou menos, não era muito ruim, eu era um administrador de mestre-de-obra, né? E então a gente ganhava mais ou menos, que dava pra passá bem. Trabaiei muito tempo empiando madeira no pátio T, eles não tinham serviço, às vez eu ia lá e pegava no pátio T, eu trabaiei uma porção de ano. Mas também era bom o preço de empição e eu empiava muita madeira por dia. Tinha dia que eu empiava até... Teve dia que eu empiei lá, era de 80 a 100 metros que eu empiava por dia, e teve um dia que eu empiei 112 metro corrido assim, não cúbico, né? [...]

Juliana: Nossa! (Risos) E quantas horas o senhor trabalhava por dia? O senhor lembra?

Assis: Ah, aquele tempo eu trabaia 12 horas pareio. (Risos)

Juliana: Nossa Senhora! Era bastante, né?

Assis: Era 12 horas, mesmo no Krabin quando eu trabaiei emprestado lá, nois trabaia 7, pegava às 7 [da noite] e largava 7 da manhã, outro pegava 7 da manhã e largava 7 da noite.

Instalado com a família numa casinha próxima ao Pátio T ainda em 1951, Assis lembra que ela tinha dois quartos, sala e cozinha e que “custou um pouco” para consegui-la. Nas horas vagas, costumava jogar futebol e ir à igreja. Em 1952, participou das primeiras reuniões do loteamento da Cidade Nova, organizadas no cinema de Harmonia. Em 1953, comprou um dos terrenos e se mudou para a margem oposta da fábrica no Tibagi.

Assis faz questão de frisar que deixou o trabalho fabril em 1983 não porque alguma coisa o desagradasse nas IKPC, mas porque já tinha cumprido seu tempo de serviço. Aposentado, construiu sozinho, durante um ano, a casa em que mora atualmente. Orgulhoso de sua obra, conta que sempre trabalhou muito. E, como o narrador de Benjamin (1987), decidiu encerrar sua entrevista com um ensinamento prático: tanto naquele tempo quanto hoje, “só não vive bem quem não quer trabalhar”. Diante desse conselho, façamos a volta para retomar suas colocações sobre a fábrica como um marco civilizatório para a “corrutela de índios” da região.

Mesmo sendo criado no meio rural, Assis passou mais tempo de sua vida junto à indústria do que à terra. Esse distanciamento com a lida na roça faz com que estruture sua trajetória entre o antes e o depois da fábrica, salientando as dificuldades que encontrava em Ortigueira e as facilidades que vieram quando passou a ser um operário. De fato, estradas, transporte, acesso à saúde, ao lazer, às cooperativas – tudo isso estava vinculado à instalação da indústria. Os benefícios de tais recursos foram superiores à experiência de ser um “caboclo” – seja pelo “otimismo memorial” ou pela estetização do passado, o carpinteiro não faz qualquer menção a um tratamento diferenciado ou às barreiras erguidas na *company town* devido a sua “casta”. Pelo contrário, Assis se alinha à memória forte da Fazenda Monte Alegre, exaltando o progresso fabril e a benevolência das Indústrias Klabin. Ainda hoje ele é

grato à empresa e aconselha que a nova região que acabou de receber a Unidade Puma¹⁶² saiba aproveitar a oportunidade de ter uma “firma forte”.

Assis: Hoje tá deferente um pouco, mas também é bom, Krabin é uma boa firma. E os projetos deles é tudo 100% como aquele lá [Fazenda Monte Alegre], também vai servir muito pra aquela turma lá [Unidade Puma]. Não só a turma de Ortigueira mas muitos outros lugares, né? Com eles não tem enrosco, né? É uma firma forte! É isso aí.

A forte memória grata é decorrência direta do paternalismo praticado na *company town*. Assis também nomeia seus pais – como Samuel Klabin e Karl Zappert. Quando questionado sobre Luiz Vieira, diz não se recordar desse diretor, reforçando o papel altamente burocrático cumprido por este último. Outros “cablocos” da região que percorreram o mesmo caminho de Assis, deixando a roça pela indústria, também estruturam suas narrativas de vida a partir do trabalho e da chegada da “civilidade”. João Batista de Paula Pinto, o João Tirano, conta que, antes de ser contratado para guiar as primeiras expedições dos Klabin em Monte Alegre, teve uma série de ocupações – inclusive como guarda-costas de um deputado de Tibagi. Foi o seu tempo de “selvagem”, em que era temido por arranjar brigas.

Projeto Tempo e Memória (PTM): Diz que o senhor era impossível... o senhor era de briga... como é que era?

João Tirano: Não... eu às vezes...

PTM: Diz que todo mundo andava armado aqui. Diz que até parecia bang bang...

João: Andava, andava, agora...

PTM: Por que era tão violento aqui?

João: Sabe como é, antigamente a ignorância era bastante. O povo ainda tava meio selvagem. Não é como hoje em dia que tem esses, como se diz, que querem bancar o terrorista... Mas tem um pouco mais de democracia e antigamente não. O povo já tava mesmo, o povo desses matos aí... Como conheci lugares que às vezes matavam um quase todo dia: Lageado Bonito, Reserva, esses lugares assim morria gente quase todo dia, matado, né? Agora eu, ela gostava que eu não percurava, mas se me percurasse eu topava também, né? Isso agora com a velhice...

PTM: Diz que o senhor foi capanga?

João: Como era? (Risos)

PTM: Diz que o senhor foi capanga.

João: Nós trabalhávamos meio assim de guarda-costas...

PTM: Em que época foi isso?

João: Isso foi na época de 35 pra 36, não é?

João Tirano, como um legítimo “caboclo” do Tibagi, tinha o “instinto belicoso” descrito por Fernandes (1974). Mesmo que não procurasse confusão, estava pronto para enfrentá-la quando aparecia. No entanto, os tempos de “ignorância” ficaram para trás quando

¹⁶² A Unidade Puma é um dos projetos mais recentes das Indústrias Klabin. Inaugurada em 2016, a nova fábrica de celulose do grupo está localizada no município de Ortigueira (PR).

passou a ser um operário das IKPC. Nas picadas, nas construções e, depois, no manuseio do próprio maquinário da indústria, Tirano aposentou a fama de “capanga”, restando apenas a característica de “difícil”. Quando não aceitava determinada situação, questionava os chefes e participava ativamente de ações operárias – como veremos nos próximos tópicos. Nem esse traço de sua personalidade, todavia, passou incólume à memória forte engendrada pelo paternalismo:

PTM: Eu imagino que o senhor não ficava quase em casa.

João: É quase não ficava na casa, maior tempo na fábrica. Mas com tudo isso eu não me queixo de ter... Eu trabalhei, eu trabalhei graças a Deus numa firma que toda gente daqui garantia. Garantia e tive prestígio. Até o próprio diretor técnico que chegou aí pra assistir tudo as montagem, o tal do Dr. Zappert, ele me queria muito bem, porque aqui ele andava quando nois tava campeando o lugar da fábrica aqui no Harmonia, ele dormia na barraca junto com nois.

PTM: Ah, ele já estava junto?

João: Tava junto, Dr. Zappert.

PTM: Ele foi o primeiro.

João: É, ele foi o primeiro, até que quando ele foi embora ele me deixou muita, mas muita recomendação. Disse: ‘olhe, o senhor trabalhe direito que toda vida vai trabalhar no Klabin e sua recomendação eu vou deixar por escrito, já deixei lá no escritório de São Paulo sua recomendação’. Eu disse: ‘então tá bom’. Quando ele voltou passar, ele ainda me tornou a falar: ‘trabalha direitinho’. Ele me queria muito bem, não é? Às vezes nois brigava com ele... Às vezes nós brigamos, fiquemo uns dois mês um não olhava na cara do outro.

Apesar dos desentendimentos, causados principalmente pelos pedidos de aumento de salário, João Tirano e Karl Zappert tinham uma relação de amizade – aspecto que sua narrativa de vida fez questão de frisar. O Tirano temido nas redondezas tinha sido superado, e a figura de operário das IKPC “que trabalha direitinho” ocupou seu lugar.

Não é nosso intuito generalizar as pontuações que fizemos a partir dessas duas narrativas de vida – afinal, se assim o fizéssemos, estaríamos incorrendo no mesmo erro das retóricas holistas –, mas é importante destacar que dois “caboclos” do Tibagi, trabalhadores braçais com suas diferenças e semelhanças, destacam a vinda das IKPC à Monte Alegre como uma mudança drástica em suas vidas: de comportamento, de mobilidade, de ocupação. O *nomos* dos pinheirais, portanto, se fez sentir não só no ambiente exterior, como também na própria subjetividade desses sujeitos, cristalizando ainda mais as memórias fortes da fazenda, que encontram reverberação em distintas trajetórias de vida.

Para encerrar nossas considerações sobre as memórias fortes, trazemos à discussão o tráfico de bebidas alcóolicas na *company town* durante o período de lei seca instaurado por Luiz Vieira. Até então tratado como o maior fator de resistência dos operários, defendemos

nesta tese sua classificação como um ajustamento secundário – ou seja, um delito permitido dentro da estrutura da instituição total.

5.1.2 A falsa resistência: o jogo de luz e sombra sobre o tráfico de bebidas alcóolicas

No capítulo anterior, vimos que entre as características dos sistemas de punições e privilégios das instituições totais elencadas por Goffman (1974) estão os ajustamentos secundários – práticas que não desafiam diretamente as equipes dirigentes e que permitem que os internados tenham “satisfações proibidas” ou “satisfações permitidas por meios proibidos”.

Tais práticas recebem vários nomes: ‘os ângulos’, ‘saber que apito tocar’, ‘conivências’, ‘tratos’. Tais adaptações aparentemente atingem seu florescimento completo nas prisões, mas, evidentemente, outras instituições totais também as possuem. Os ajustamentos secundários dão ao internado uma prova evidente de que é ainda um homem autônomo, com certo controle de seu ambiente; às vezes, um ajustamento secundário se torna quase uma forma de abrigo para o eu, uma *churinga*, em que a alma parece estar alojada. (GOFFMAN, 1974, p.54).

A partir dos ajustamentos secundários, os internados criam códigos e meios de controle social informais, classificando aqueles que são “dedos duros” (ou seja, delatores dos esquemas ilícitos) e os “boas praças” (coniventes com os “ângulos”). Analisando a lei seca e o tráfico de bebidas alcóolicas na década de 1940 em Monte Alegre, o primeiro aspecto que chama a atenção é a sua lembrança recorrente. Sua proibição é uma memória forte – registrada em todos os livros que versam sobre a história de Telêmaco Borba e, também, reverberada nas entrevistas com os velhos do município. E, geralmente, dois aspectos acompanham essa rememoração: a tentativa constante de moralização dos operários e da região, levada a cabo pela indústria, e a criatividade dos traficantes. Em tempos de pingas inflacionadas, homens e mulheres inventaram inúmeros dispositivos para manter o álcool circulando na cidade-empresa.

Tal potência memorial poderia nos levar à conclusão prematura (como tem sido feita há muitos anos) de que a tráfico de bebidas foi o grande ponto de resistência da classe trabalhadora da fazenda. No entanto, ao invés de enxergarmos essa memória forte como contraposta ao paternalismo, à benevolência e ao *nomos* dos pinheirais, propomos analisá-la alinhada a todas as outras. Ao criminalizar o álcool, Luiz Vieira não quis estirpá-lo da *company town*, mas controlar também esse meio de lazer e sociabilidade. Por mais que o fundo das garrafas tenha se transformado em *churingas* do eu dos trabalhadores, nunca teve força suficiente para romper esse espaço. A bebida clandestina não ameaçava as estruturas da

instituição total, pelo contrário, era um importante afrouxamento de rédeas para assegurar o controle em outros tantos aspectos.

Fernandes (1974) entrevistou o próprio Luiz Vieira para escrever o trecho dedicado à lei seca em seu livro. De acordo com ele, o contrabando maior era feito pelo rio Tibagi onde, engenhosamente, haviam estendido um cabo aéreo, com roldanas, que atravessava de uma margem a outra. As garrafas de aguardente eram cuidadosamente presas com um arame ao cabo e puxadas durante a madrugada para dentro do território das IKPC.

[...] a cachaça vinha, também, presa à cintura dos que se arriscavam a nado; ocultas, no fundo das canoas; amarradas debaixo do casco, vertida nos tanques de gasolina dos caminhões que então funcionavam a gasogênio, escondidas nos cupins do campo, e até mesmo dentro duns pães compridos, especiais, que alguns recebiam de Pirai. (FERNANDES, 1974, p.87).

Nos postos limítrofes da fazenda, os guardiões eram autorizados a revistar veículos e pessoas, bem como quebrar as garrafas que porventura encontrassem. Alcione dos Santos Rebonato lembra que era comum que os trabalhadores fossem retirar as bebidas que compravam dos contrabandistas “no meio do mato”. Se antes a pinga custava de 8 a 10 cruzeiros, com a lei seca, ela passou a custar 100 cruzeiros.

Alcione: Uma vez tinha o Sargento Leonardo aqui, que era o Delegado, ruim que era uma ferida, achou dois sacos de pinga num talião no mato, quebrou uma na outra assim, era só gente chorando: ‘por favor, me dá uma, me dá uma.’ Tinha gente que chegava a lamber o chão de vontade de sentir o gosto da pinga, ele não deu para ninguém, quebrou tudo, umas 100 garrafas de pinga ele quebrou ali.

Tanto João Tirano quanto Pedro Ferreira Prestes, o Pedro Baguá, também afirmam em suas entrevistas que costumavam “tomar um traguinho escondido” nas horas de folga, principalmente aos domingos. Já Francisco de Assis Alves não tinha o hábito de beber, mas se recordou da lei seca e dos pequenos alambiques que começaram a surgir nas margens do Tibagi para sustentar o consumo da *company town*. Segundo ele, os contrabandistas compravam as garrafas a quatro cruzeiros para revender a 50 – e, mesmo com a vigilância e as apreensões frequentes, o tráfico persistiu até a liberação completa.

Euclides Marcolla¹⁶³, médico contratado pelas IKPC em 1943, considera que a proibição foi correta, já que antes dela eram comuns os ferimentos com facas e armas de fogo

¹⁶³ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 10 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

durante as brigas dos operários embriagados. A lei seca, no entanto, não prejudicou apenas os espaços de sociabilidade dos “arigós”.

Projeto Tempo e Memória (PTM): O senhor foi o primeiro médico aqui?

Euclides Marcolla: Não, o segundo médico. O primeiro médico era o Dr. Trajano, que esteve aqui mais ou menos dois, três anos, depois se suicidou porque bebia demais. E o Trajano tinha uma coisa interessante com ele, que o Dr. Luiz Vieira determinou aqui em Telêmaco Borba e em Monte Alegre, naquela época, a lei seca. Então o que que ele fazia? Ele era médico, nós tínhamos uma farmácia, eu não cheguei a alcançar o tempo dele, eu vim logo depois da morte dele também, ele tomava Biotônico Fontoura em grandes quantidades, era uma coisa bárbara, acabava com o Biotônico da farmácia, e o coitado suicidou-se.

Ao lado de casos drásticos como o de Trajano estava a insubordinação velada de alguns funcionários graduados que se recusavam a seguir à risca todas as ordens de Vieira. Ruth Sporn¹⁶⁴, mulher de Ignácio Sporn – engenheiro elétrico polonês contratado pelas IKPC em 1942 – conta que, assim que chegaram, encontraram um “regime muito militar” em Monte Alegre, mas que nem por isso aposentaram o “barzinho”.

PTM: E quando ele [Ignácio] chegou na fazenda, o local onde ele foi morar, ainda não havia Harmonia, então...

Ruth Sporn: Moravam na Fazenda Velha, depois foi construído aquele hotel, então cada engenheiro tinha seu apartamento no hotel, tinha um refeitório muito grande, era um hotel muito rústico, mas confortável. E quando eu cheguei o regime lá era um regime muito militar, foi contratado um Engenheiro, o Dr. Vieira, se não me engano, não sei se ele era do norte, mas ele trabalhava lá fazendo os açudes no norte, e ele veio como Engenheiro Chefe, então a primeira ordem era fazer de Monte Alegre um lugar onde era proibido o álcool. Agora, o Ignácio, naturalmente, não acatou muito essa ordem, não é que ele bebia, mas ele tinha um barzinho no apartamento dele, que era um barril grande, que ele mandou fazer e era em formato de barril, e quando vinha uma visita aquele barril tinha rodinha, então quando vinha alguma visita oficial para lá, o barril era rolado para uma das salas, então essa lei antialcoólica funcionou em parte.

Como veremos mais adiante, a lei seca influenciou inclusive na construção da chaminé das Indústrias Klabin (um dos *lugares de memória* mais celebrado de Monte Alegre). Fica evidente, então, a força memorial desse ajustamento secundário que mostra certas fissuras de desobediência, mas que, em momento algum, pôs em xeque a estrutura da *company town*. A proibição das bebidas alcóolicas, enquanto lembrança compartilhada, oscila entre a anedota e as práticas “civilizatórias” e “moralizadoras” do processo de colonização da região. Não representa uma ameaça à identidade e à memória metacoletivas. Na verdade, ao

¹⁶⁴ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 23 de fevereiro de 1994, em São Paulo (SP).

ser iluminada e circular dentro do grupo como o grande sinal de resistência dos trabalhadores, joga na sombra outras lembranças muito mais “perigosas” – e, por isso mesmo, relegadas à fraqueza memorial e às redes subterrâneas de compartilhamento.

5.2 MEMÓRIAS FRACAS E RESISTÊNCIAS

Michael Pollak (1989, p.4), observando os estudos sobre memória que apareciam no final do século XX, notou que eles ressaltavam muito mais a disputa e os conflitos do que a continuidade e a estabilidade contidas em conceitos como o de “memória coletiva” de Halbwachs. A história oral, dentre outros métodos de pesquisa, ao se voltar aos excluídos e marginalizados, evidenciou a existência de memórias subterrâneas – o outro lado da moeda das “memórias oficiais” e nacionais. Vinculadas às culturas minoritárias e dominadas, as memórias subterrâneas acentuam o “caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”, prosseguindo seu trabalho de subversão no silêncio.

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças [subterrâneas] são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes stalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. (POLLAK, 1989, p.8).

As memórias subterrâneas, por não encontrarem reverberação num plano amplamente coletivo, representam uma forma de angústia para aquele que lembra: sem escuta, ele pode tanto ser punido por aquilo que diz quanto se expor a mal-entendidos. Guardadas, portanto, em estruturas de comunicação informais, não têm a força nem a organização necessárias para fazerem frente ou se imporem a outras memórias mais fortes e majoritárias. “Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.” (POLLAK, 1989, p.8).

Para Pollak (1989), o problema que as memórias subterrâneas enfrentam a longo prazo é a sua “transmissão intacta” até que encontrem essas circunstâncias oportunas e possam romper a barreira do “não-dito” e invadirem o espaço público, transformando-se em

pontos reconhecidos de contestação e reivindicação. É imprescindível, então, que as memórias marginalizadas também saibam se organizar (a exemplo das fortes memórias nacionais) garantindo sua propagação. É preciso ganhar em potência – mas também em reprodução, em recepção, em discurso, em *lugares*. “[...] na realidade, mais do que necessidade de memória, o que parece existir é uma necessidade metamemorial, ou seja, uma necessidade da ideia de memória que se manifesta sob múltiplas modalidades nas sociedades modernas.” (CANDAU, 2014, p.126). Enquanto permanecem fracas, as memórias subterrâneas são incapazes de engendrar um sentimento de identidade estruturante – perdendo a disputa para outras lembranças mais fortes e ordenadas.

As questões da resistência operária, da saúde e da segurança dos trabalhadores, da poluição e da população “cabocla” dos entornos da Fazenda Monte Alegre sempre foram memórias fracas, (re)transmitidas majoritariamente pelas narrativas orais. Tal fato fica evidente nesta tese, já que a maioria das lembranças que apresentamos nesse tópico são fruto da história oral. Vilipendiadas pelo *nomos* dos pinheirais, ainda não encontraram as circunstâncias oportunas, às quais se refere Pollak (1989), para aflorarem no espaço público. Por perturbarem as bases da identidade construída metacoletivamente para a região, são descartadas da memória grupal. Como bem sublinha Candau (2014, p.129-130), esse tipo de esquecimento é fundamental para a criação dos laços sociais e para a afirmação identitária. Citando Renan, conclui que “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e também que todos tenham esquecido outras tantas coisas”.

Johann Michel (2010), analisando os grupos nacionais, também destaca o papel do esquecimento dentro das políticas simbólicas que estabelecem o conjunto de dispositivos e ações postos em práticas por autoridades públicas, com o intuito de construir uma imagem ideal, consensual, ordenadora e legitimadora.

Subsiste em toda política simbólica uma função ideológica que remete a uma dimensão quase narcisista do grupo e do poder: forjar imagens, símbolos e narrativas que permitem aos indivíduos se reconhecer em um espelho idealizante, ao mesmo tempo como membros de um determinado grupo e diferentes de outros. Entre as políticas simbólicas, aquelas que trazem a cena o passado coletivo gozam de um status privilegiado em razão de um fenômeno antropológico massivo: não existe identidade (individual ou coletiva) sem o suporte da história e da memória (individual ou coletiva). (MICHEL, 2010, p.14).

Quando determinados membros de um grupo criam uma memória metacoletiva, elegem o que deve ou não ser lembrado. Por isso, Michel (2010, p.24) propõe a existência não só de uma política da memória, mas também de uma política do esquecimento. Diferenciando

o esquecer involuntário¹⁶⁵ do esquecer intencional, tenta demonstrar que, tanto na manipulação deliberada do passado quanto na destruição consciente de documentos, há a instrumentalização do esquecimento – “fatos do passado ou personagens históricos são intencionalmente evacuados senão da memória coletiva, pelo menos da memória oficial”. Esse parece¹⁶⁶ ser o caso de Monte Alegre: alguns assuntos, assim como alguns personagens, foram intencionalmente evacuados da memória metacoletiva, mas permaneceram sendo lembrados nas redes informais de comunicação.

Por sua característica essencialmente difusa e desorganizadora, optamos por apresentar as memórias fracas a partir de quatro temas centrais: 1) a resistência operária; 2) os acidentes e a falta de segurança no trabalho fabril; 3) os problemas de saúde pública e a poluição na *company town*; e 4) o garimpo e a população do entorno da fazenda. Tais lembranças são frutos da própria documentação das Indústrias Klabin e, também, da evocação dos narradores orais.

5.2.1 A resistência operária

Entre as memórias fortes de Monte Alegre, está a de que os operários das IKPC, seguindo a “índole comedida” dos paranaenses (como Fernandes (1974) gosta de frisar), dificilmente se deixavam levar pelos “agitadores”. “Empregados dedicados”, não davam ouvidos aos discursos políticos, tampouco se envolviam em piquetes e greves. De fato, submetidos à instituição total montada pela empresa, viam-se cercados por todos os lados – mas nem por isso perdiam suas múltiplas formas de reagir. Mesmo nos anos da vigilância ferrenha de Luiz Vieira, encontravam brechas para questionarem a autoridade, reclamavam dos baixos salários, organizavam abaixo-assinados, descumpriam ordens, embriagavam-se em horário de serviço. Essas, e outras atitudes que veremos a seguir, colocavam em xeque a

¹⁶⁵ Michel (2010, p.24) elenca cinco tipos ideais de esquecimento: esquecimento-omissão; esquecimento-negação; esquecimento-manipulação; esquecimento-comando; e esquecimento-destruição. “[...] apenas os três últimos vinculam-se rigorosamente a uma política pública de esquecimento uma vez que fatos do passado ou personagens históricos são intencionalmente evacuados senão da memória coletiva, pelo menos da memória oficial. É mais difícil, ao contrário, falar de política pública do esquecimento ou de política pública anti-memória para os dois primeiros tipos de esquecimento à medida que a ocultação do passado não necessariamente advém de intenções voluntárias por parte dos atores públicos. Sem uma decisão pública claramente identificável, sem o projeto deliberado de passar ao silêncio alguns acontecimentos históricos, o esquecimento não pode se traduzir como política de esquecimento.”

¹⁶⁶ Adotamos o verbo *parecer* porque, como bem pontua Michel (2010, p.14), “não é sempre fácil, quando se analisa uma política memorial, saber com precisão e certeza qual parcela de involuntário existe na omissão de partes do passado comum”.

hegemonia da gestão do “chefão” e, também, a ideia da benevolência irrestrita da fábrica. Por se chocarem diretamente com as balizas da identidade metacoletiva da fazenda, as resistências dos trabalhadores operavam e ainda operam em regimes fracos de memória.

A própria documentação das IKPC traz exemplos de oposições dos operários quanto ao trabalho e à vida dentro da *company town* – inclusive da forma mais básica. Em 12 de julho de 1943¹⁶⁷, Vieira redigiu uma carta a Armando Gorgate notificando-o sobre sua demissão. O motivo foi o desrespeito tácito do funcionário à regra fundamental das instituições totais: seu fechamento. No mês de maio, o trabalhador tinha ganhado uma licença, da qual demorou retornar. Depois, no dia 4 de junho, saiu da cidade-empresa sem autorização. Ou seja, Gorgate foi demitido porque não se submeteu às barreiras da fazenda.

Os casos de indisciplina¹⁶⁸ são frequentemente arquivados pela Secretaria Geral. E, quando não eram cometidos pessoalmente, podiam vir até na forma de recado. Em memorando de 1 de julho de 1944¹⁶⁹, Luiz Vieira pediu ao responsável do setor do Tráfego que apontasse quem foi o “portador do recado mal-criado” que motivou a suspensão do motorista Andreolino Gonçalves. Em outras situações, os trabalhadores escreviam longas cartas ao “chefão” reclamando de seus supervisores diretos, das ordens que receberam ou de transferências à revelia. Nesta correspondência de 25 de maio de 1945¹⁷⁰, Prefeito Barros de Castro relatou a Vieira seus conflitos com Guilherme Ross, chefe da seção das Estradas. No texto, ele expôs não só os “maltratos” que estava sofrendo, mas sua preocupação com os “negros operários sem moradia regular” na fazenda:

Desde há algum tempo venho notando a má vontade do Snr. Guilherme Ross para com minha pessoa, motivos os quais não posso compreender, não somente porque tenha certeza de não existir motivos, como também porque minha conduta não permite tais fatos e coisas, que somente poderiam acarretar prejuízos para mim. Nunca cogitei da vida alheia, nunca fiz o contrário das ordens que recebia, eis porque, Dr. Vieira, ignoro os pormenores dos maltratos e injustiças que sofri do Snr. Guilherme Ross, a ponto de ser forçado a pedir minha demissão dos serviços, afim de evitar maiores contrariedades e contratempos. Levando em consideração o padrão

¹⁶⁷ Carta de Luiz Vieira a Armando Gorgate, 12/07/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁶⁸ Anacília Carneiro da Cunha (1982), analisando o Arquivo do Departamento Pessoal das IKPC entre os anos de 1942 a 1978, encontrou o registro de 255 ocorrências disciplinares. Entre as ações punidas, estavam: negligência no serviço; falta injustificada; desobediência; indisciplina; desacato a elemento superior; dormir em serviço; briga ou desacato sem agressão; briga e desacato com agressão; embriaguez; fraude no cartão-ponto; marcar ponto de colega no serviço; brincar em serviço; abandono de máquina; não fazer uso do cartão-identificação; abandono de serviço; excesso de velocidade; contrabando de bebidas; trafegar na contramão; desonestidade; evacuar na mina de carvão; quebrar ferramentas de propósito; descansar em horário de serviço e jogar baralho na fábrica.

¹⁶⁹ Memorando emitido por Luiz Vieira em 01/07/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁷⁰ Carta de Prefeito Barros de Castro a Luiz Vieira, 25/05/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

da vida que atravessamos presentemente, não era do meu desejo desligar-me da Companhia. Mas, desejo explicar um fato ocorrido há pouco comigo e o Snr. Guilherme Ross, para o que, peço a sua Justiça.

Examinando o estado de conservação da estrada que vai para Pirai, entre o Km. 16 ao 24, notei que a mesma carecia de reparos urgentes, a fim de facilitar a boa marcha dos serviços e o não prejuízo material dos caminhões, quando transitam por essa. Sendo o Feitor da Turma, cumpro com a obrigação de levar o fato ao conhecimento do Snr. Guilherme Ross, ocorrência esta que não surtiu bom efeito, porquanto o Snr. Guilherme Ross em atitude desprovida de educação, maltratou-me, moralmente, não levando em consideração ao que lhe expus. [...] Em outra, procurei explicar ao Snr. Guilherme a situação em que se encontravam os trabalhadores. Sem uma moradia regular, pelo menos, a fim de poderem conter o frio intenso, pedi que o Snr. Guilherme me fornecesse material necessário a construção de ranchos. O dito em resposta pouco aceitável, disse que eu deveria ficar em casa descansando, e q/ o material ele daria quando bem o quisesse e entendesse. Acredito porém que acima de tudo nesta Companhia está o bom trato dos negros operários, que não poupam esforços para o engrandecimento e progresso da mesma. Por conseguinte, necessitam, também, da atenção de quem os dirige, e, neste caso, o senhor tem a palavra. A atitude do Snr. Guilherme, conforme prescreve a Lei, não está certa, porquanto em primeiro lugar está o operário. E uma punição injusta, Dr. Vieira, poderá causar prejuízo para a Companhia. Um homem de brio e caráter, quando ofendido injustamente, toma providências enérgicas. [...] Constatada a verdade, peço a minha reintegração na Companhia e para o mesmo serviço, onde há quase mais de quatro anos venho servindo sem interrupção. [...]

Não há o registro da resposta de Vieira, mas, três meses depois da carta, outra reclamação sobre as atitudes de Guilherme Ross foi escrita – desta vez, por Arthur Gonçalves de Oliveira. Reforçando a qualidade do seu trabalho na gestão dos operários (inclusive impedindo-os de “tomar parte da greve”), Oliveira descreveu o que aceditava ser uma “injusta perseguição” levada a cabo por seu chefe, que o transferiu para a “residência de Mauá” sem nem ao menos ter um cargo para ocupar:

Em dezembro de 1943 comecei a trabalhar para as IKPC na Seção de Estradas, como encarregado da extração de pedregulhos na pedreira. No desempenho de tal função jamais medi sacrifícios, no sentido de corresponder a confiança que meu chefe depositava em mim. Anteriormente, era frequente a desordem provocada pelos próprios encarregados daquele serviço [...]. Os operários que ali trabalhavam permaneciam num vai e vem incessante, tudo porque não existia a ordem e a disciplina tão necessária ao bom andamento de toda a espécie de serviço; felizmente durante o período de 19 meses consecutivos que ali trabalhei, sempre mantive os operários na maior ordem possível ainda agora não deixando tomar parte na greve, atitude essa que o Snr. Guilherme Ross muito apreciou, prometendo a todos uma gratificação, a qual só estava dependendo de V.S. para dar o referido despacho [...]. Entretanto, com muita surpresa de minha parte, o Snr. Guilherme Ross, alegando necessidade de serviço propôs a minha transferência para Mauá, transferência essa que além de colocar-me em situação um tanto humilhante, veio acarretar-me outros prejuízos inclusive nos meus vencimentos por causa da diferença de pensão, com o que não me é possível concordar. Em Mauá não existe necessidade de minha pessoa e tanto isso é verdade que o Snr. Dr. Silvio Aderne sentiu-se embaraçado ao distribuir-me serviço naquela residência, sendo preciso dispensar um feitor para colocar-me; não passando isto de uma injusta perseguição por parte do Snr. Guilherme. [...]

Não há arquivamento da continuidade das duas reclamações, tampouco as respostas de Guilherme Ross e Luiz Vieira. O que podemos concluir das duas cartas é que ambos trabalhadores ocupavam o cargo de feitores – ou seja, eram responsáveis por supervisionar operários de base. Fica evidente a racialização dos “arigós” no texto de Prefeito e a existência de pelo menos um indicativo de greve em 1945, de acordo com a correspondência de Arthur. Esses dois fatos já são suficientes para reiterar algumas premissas que temos defendido nesta tese, quais sejam: o processo de colonização de Monte Alegre e a resistência operária subterrânea. Ainda que greves não tenham sido deflagradas no período da diretoria de Luiz Vieira, sua possibilidade circulava por entre os setores das IKPC – inclusive nos níveis mais baixos da hierarquia fabril. João Tirano, durante sua entrevista ao projeto *Tempo e Memória*, conta sobre a união dos trabalhadores e a maneira como conseguiam se mobilizar rapidamente contra alguma medida que os prejudicava:

Projeto Tempo e Memória (PTM): Eles [trabalhadores] eram muito unidos?

João Tirano: Muito unidos, tinha muita união aquele tempo... Uma vez eles resolveram abrir o açougue às seis horas da manhã, agora nós tinha... O rapaz [abria] o açougue às quatro horas [da manhã], então nós tinha... Às vezes a mulher não podia ir no açougue, às vezes tava doente, criança pequena, isso e aquilo. Nós, eu por exemplo, toda vida eu é que tive que ir no açougue. Agora vão abri seis hora...

PTM: Da manhã...

João: Da manhã. O rapaz avisou um dia: ‘olha, o açougue vai ser aberto às seis hora’. Eu disse: ‘mas não pode... Como é que nós vamo comprar carne? Quando chega aqui, a fila tá grande, quando eu saio daqui é sete hora [da manhã] e quem vai pegar às sete no serviço não tem jeito’. Então ele disse: ‘vocês têm que resolver lá com o chefe lá do açougue’, que era o seu Teixeira, ‘pra vê como é que faz’. Fomo lá e falamos com seu Teixeira, e seu Teixeira disse: ‘não, o açougue vai ser aberto às seis horas [da manhã], nem que eu coloque a polícia’. E eu falei pra ele: ‘se senhor ponhar polícia lá, vai haver qualquer conflito na frente do açougue... Se o senhor mandar amanhã lá um polícia de homem por homem, no outro dia vou armado, não adianta’. Então combinemo: ‘vamo quebrar a porta do açougue’.

PTM: E onde vocês combinaram isso? Lá no bar?

João: Lá no serviço.

PTM: Ah, no serviço.

João: No serviço mesmo. Disse: ‘amanhã vamo quebrar a porta do açougue... Vamo fazê aquilo mais cedo’. E aí no outro dia se reuniram mais ou menos uns quinze... Aquelas mulher que tavam grávida, que tavam por ali nós fomo tirando da fila e digo: ‘saíam da fila porque nós vamo fazer um bloco e vamo quebrar a porta do açougue’. Quando ele passou a mão no trinco da porta nós arregaçamo as portas... Quebramo as duas porta e entramo lá e fizemo aquele reboliço dentro do açougue. Aí veio uma comunicação lá do chefe na fábrica e chegemo na fábrica, reunimo uma comissão e fomo falar com o home, e aí ele achou que ia manter com polícia e eu disse: ‘Não adianta vocês querer manter a população com a polícia porque vai haver qualquer conflito lá na frente do açougue’. Aí ele chamou o açougueiro e disse: ‘como é que podia ser feito?’ Ele melhorou, disse: ‘tem que deixar do jeito que estava, abrir às quatro hora da madrugada, porque eles têm que pegar no serviço e a mulher não pode... Não tem quem vai comprar... A mulher não pode... Mas tem criancinha pequena ou às vezes tá doente, então os marido têm que comprar, que aí ele vai no açougue, compra carne e chega na fábrica e ainda dá tempo de pegar às sete horas no serviço’.

PTM: E só tinha um açougue?

João: Só um açougue.

PTM: E era longe da vila operária?

João: Era... Ele ficava atrás ali da, de onde é o [supermercado] Parati de Harmonia [atrás da Avenida Brasil, principal via da *company town*].

Em outra ocasião, Tirano conta como os trabalhadores se organizaram numa rápida parada do trabalho para protestar contra a falta de açúcar na *company town*. De acordo com ele, durante os anos da Segunda Guerra Mundial, os operários da IKPC “não tiveram uma vida muito boa”, principalmente pelo racionamento de alimentos e pelo excesso de filas:

João Tirano: Pra nós comprar um pão, no tempo da guerra, tinha que entrar na fila. Se era pra comprar um açúcar, tinha que entrar na fila. Aí tinha que sair da casa três hora da madrugada pra ocê ir na padaria pra pegar dois, três pãozinho de fubá ainda, deste tamanho assim. Então quer dizer que era uma vida... Uma vida mais apurada, mais difícil... Se ia no açougue, tinha que entrar na fila pra comprar um quilo de carne, também... [...] Houve uma greve uma vez por modo de açúcar, no tempo da guerra. Parou... todo mundo parou, porque não existia açúcar e todo mundo queria, principalmente quem tem criança pequena e essas coisa. Mas ela [fábrica] parou mais ou menos só umas três hora... Aí o Dr. Zappert subiu lá e falou que o aumento ia sair e naquele dia memo ia ser liberado o açúcar... Todo mundo pro serviço.

Projeto Tempo e Memória (PTM): E como é que foi organizada essa greve? O senhor lembra como é que foi?

João: Sabe como é, essas greve assim sempre têm os cabeça, sempre têm os cabeça... Agora, aquilo ali não foi combinado porque não tinha sindicato ainda...

PTM: Não tinha... Isso é que eu queria saber: onde é que vocês conversavam essas coisas?

João: Então foi combinado entre o pessoal mesmo...

PTM: Na fábrica?

João: Na fábrica mesmo... Combinado... foi nomeado ali três, quatro, cinco cabeça daquilo ali e o povo apoiou tudo aquilo pra ir discutir com a diretoria aquilo lá... Então formaram aquilo ali, disse: ‘vamo parar, vamo parar’ e foi parado mesmo imediatamente. Aqueles que tavam funcionando pra lá, outros chegavam lá e diz: ‘pode parar’. Então foi parando.

Ou seja, mesmo antes da fundação do Sindicato do Papel – assunto que trataremos mais adiante –, os trabalhadores já tinham certa organização e conseguiam coordenar ações de reivindicação dentro da própria fábrica, conversando durante o horário de serviço. Essas lembranças de João Tirano se contrapõem diretamente à afirmação de que só houve uma greve em Monte Alegre, na década de 1960, quando o sindicato já estava atuante. A capacidade de mobilização rápida dos operários expõe uma das fraturas mais significativas da *company town*: a despeito da vigilância constante e do intrincado sistema de punições, os trabalhadores estavam atentos a sua realidade e, quando achavam necessário, impunham suas posições.

Alcione dos Santos Rebonato também dividiu uma lembrança de insubordinação com o projeto *Tempo e Memória*. No seu caso, o problema foi com a linha hierárquica.

Alcione só aceitava ordens e críticas de quem era seu chefe direto – caso contrário, não se sentia na obrigação de atendê-las, ainda mais quando era coagido em frente a outras pessoas.

Alcione dos Santos Rebonato: [...] o Arnaldo Pucil, o Chefe de Compras, ele mandou me chamar lá no Almoxarifado. Eu me apresentei para ele lá, e tinha uns quatro, cinco viajantes lá em volta da mesa dele, e ele me chamou atenção não sei porque lá na frente dos viajantes, o meu chefe não era ele...

Projeto Tempo e Memória (PTM): Que viajantes eram esses?

Alcione: Que vendia, para Klabin.

PTM: Os vendedores que vêm de fora?

Alcione: Eu sei que ele me chamou atenção ali, eu não gostei daquilo, e encrencamos nós dois.

PTM: Aí o senhor esquentou.

Alcione: Ah, vem me chamar atenção perto dos viajantes ali, me chamasse num canto e dissesse. Mas ele não tinha direito nenhum de me chamar atenção, eu não era subordinado a ele, era ao José Igesp e ao Péricles Pacheco, aí discutimos bastante. Chegou no dia seguinte o Mário Bento, Secretário do Péricles Pacheco, ainda brincou comigo no telefone: ‘suba aqui, Alcione, o Pacheco quer dar risada com você’. Quando fala assim era pepino que vinha. ‘Vem aqui, que o Pacheco quer contar uma história para você’.

PTM: E aí o senhor foi falar com o senhor Péricles?

Alcione: É, tinha que ir na marra.

PTM: E aí o que que aconteceu?

Alcione: Eu abri a porta, estava o Pacheco sentado na mesa dele, o Chefe de Compras de um lado. Eu digo: ‘agora sim’. Já entrei tremendo. ‘Senta aí.’ Sentei. Mandou o Arnaldo ler o memorando que o Arnaldo fez para o Pacheco, mas era mentirada.

PTM: Aumentou o caso?

Alcione: Aumentou o caso. Aí o senhor Péricles me disse o quê que queria [trecho inaudível], eu quase perdi a cabeça naquela hora, mas ele era meu diretor, e pensei na família. Uma meia hora aguentando ali a conversa do Pacheco e do Arnaldo, e o dedo do Pacheco, não me mandou embora. ‘E fica pela última vez.’ ‘Tá bom, o senhor me desculpe.’ Fui embora.

Mesmo pedindo desculpas aos chefes na época, Alcione deixou claro que continuava desaprovando as atitudes de Arnaldo, que concordou apenas porque “pensou na família”. Além das reclamações que chegavam por escrito a Luiz Vieira, também existiam as reivindicações por aumento de salário. Feitas individualmente por alguns trabalhadores, eles argumentavam o por que mereciam receber mais por seus serviços. Em carta de 28 de março de 1945¹⁷¹, Cipriano Carneiro Martins, funcionário do Armazém Central, pediu que seu salário fosse aumentado em decorrência do “padrão de vida que atravessava” e da “carestia que tendia a se agravar”. No mesmo ano, no dia 5 de abril¹⁷², foi a vez de Plácido de Assis

¹⁷¹ Carta de Cipriano Carneiro Martins a Luiz Vieira, 28/03/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁷² Carta de Plácido de Assis Feitoza a Luiz Vieira, 05/04/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Feitoza afirmar que a quantia que recebia como operário “não fazia face às despesas obrigatórias de sua casa” e aos últimos imprevistos que vinha enfrentando:

Há 3 meses que tive a infelicidade de perder meu pae, durante cuja enfermidade, tudo sacrifiquei no sentido de arrancá-lo das garras da morte. Operário como sou, com um salário de Cr.\$ 2,50 por hora, bem podeis avaliar a situação aflitiva em que me encontro depois de ter gasto os últimos recursos que dispunha.

Estando minha progenitora agora só, residindo no Norte do país, vejo-me na contingência de ir buscá-la, o que só será possível com a autorização do pedido [melhoria nos vencimentos] que vos faço anexo a esta, pois assim me dará recursos para realizar este meu desejo. Conhecedor como sois da carestia de vida que dia a dia mais se faz sentir, bem podeis avaliar a situação de um chefe de família, que apesar de seu modesto padrão de vida, não pode fazer face às despesas obrigatórias de sua casa.

Ainda em 1945, encontramos a carta de Adalberto Farias, datada de 9 de julho¹⁷³. Adalberto já não pedia um aumento, mas reclamava da quantia concedida – 50 cruzeiros – a qual julgava insuficiente para cobrir “as constantes altas de preços dos gêneros de primeira necessidade”. Notamos que os três pedidos lançam mão de argumentos muito parecidos: o tempo de dedicação à indústria e a alta do custo de vida. Este último fato corrobora, inclusive, a rememoração de João Tirano de que a época da guerra foi difícil para os operários da *company town*. Tal período coincide justamente com a gestão de ferro de Luiz Vieira e com o fechamento mais cerrado da instituição total. Submetidos às três situações concomitantemente, os primeiros anos da década de 1940 foram duros para os trabalhadores das IKPC – e não simplesmente uma epopeia de pioneirismo industrial como conserva a forte memória estruturante da região¹⁷⁴.

Outro aspecto de resistência dos trabalhadores foi o acionamento da empresa na justiça para recorrer das punições, suspensões e multas que lhes eram impostas. Processos foram registrados na documentação produzida por Luiz Vieira e sua equipe, já que estes eram

¹⁷³ Carta de Adalberto Farias a Luiz Vieira, 09/07/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁷⁴ Essa constatação, guardadas as devidas proporções, assemelha-se àquela de Karl Marx quando analisou o desenrolar do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 na França. O campesinato francês, ao invés de aproveitar a situação de instabilidade e dar início à revolução, optou por apoiar a ascensão de Luis Bonaparte ao poder. Uma atitude equivocada, na visão de Marx. Movidos por seus afetos calcados em suas condições de vida e no modo de exploração de sua mais-valia, aos camponeses faltava a consciência classe. Por essa razão, “[...] los campesinos, que viven ‘mucho más gracias a un intercambio con la naturaleza que con la sociedad’, tienden a hacerse una representación del poder según el modelo religioso de una potestad superior, exterior e absoluta, que protege al débil contra las amenazas que pesan sobre él”. (ANSART, 1997, p.155). Tal reflexão auxiliou na compreensão de Marx sobre os motivos que levaram os camponeses a agir como agiram. Procurando proteção de uma autoridade superior, encontraram em Luis Bonaparte a imagem de Napoleão I e o resquício do brilho das épocas passadas – conservado por uma memória forte que ainda circulava na França. Em Monte Alegre, é o brilho da epopeia da ocupação industrial que parece embaçar a visão operária: celebra-se o pioneirismo, esquece-se as agruras desse mesmo processo.

solicitados a responder algumas questões que compunham os trâmites das ações. Em 17 de agosto de 1944¹⁷⁵, a sede das IKPC em São Paulo encaminhou a cópia de um processo que corria junto ao Departamento Estadual do Trabalho, cujo reclamante era o mecânico Alexandre Bauer Filho. Alexandre trabalhava em Monte Alegre desde 7 de janeiro de 1943, recebendo 3,20 cruzeiros por hora. Na ação, alegava que a indústria se recusava a pagar por “onze dias os quais estive a disposição da firma; reclama mais, que em 5 de janeiro do corrente ano [1944], foi acidentado em trabalho, e que por isso, só recebeu alta dia 6 de fevereiro, e que a empregadora descontou o período de suas férias [...]”. O mecânico ainda contestava a multa de 200 cruzeiros que recebeu das IKPC – ao seu ver, completamente indevida.

Em 28 de fevereiro de 1945¹⁷⁶, foi a vez de Luiz Vieira escrever a Adolfo de Oliveira Franco, advogado de Curitiba, sobre o ganho de causa do motorista Isidoro Rodrigues de Moraes em julgamento pela Comarca de Tibagi. Na carta, Vieira encaminha o processo e, também, “documentos necessários a elaboração da defesa” para que a empresa pudesse recorrer ao Tribunal de Segunda Instância no prazo de 10 dias. Pelo teor do texto de Vieira (a cópia do processo não foi arquivada), subentende-se que a ação tratava de três assuntos – tráfico de bebidas alcóolicas; suspensão e multa; e o não transporte de testemunhas. Isidoro teve seu caminhão revistado em um dos postos de fiscalização da fazenda. Foram encontradas garrafas de vinho e cachaça. As primeiras, foram restituídas ao motorista, as segundas, confiscadas em decorrência da lei seca. Pelo delito, o motorista foi suspenso do trabalho por 20 dias e multado. Vieira defende que as penalidades foram justas e previstas em regulamento já conhecido pelo trabalhador.

Ele, como todos os motoristas, sabia perfeitamente que é proibido entrar com aguardente na Fazenda, todavia tentou fazê-lo pois trouxera até o posto fiscal de Ventania (na fronteira da Fazenda). [...] A suspensão de 20 dias deixaria de ser, portanto, uma ‘clamorosa injustiça’; o empregado que tenta burlar um regulamento do qual tem pleno conhecimento, em um assunto para o qual a chefia exige o máximo rigor, não é em verdade um ‘modelo’. O fato de querer levar para casa algumas garrafas de vinho não foi objeto de cogitação como ele pretende fazer crer; essas a chefia restituiu e não viria a castigá-lo por isso. A penalidade incidiu sobre o tráfico de aguardente, exclusivamente.

¹⁷⁵ Carta do Escritório das IKPC em São Paulo (SP) a Luiz Vieira, 17/08/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁷⁶ Carta de Luiz Vieira a Adolfo de Oliveira Franco, 28/02/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Quanto ao não transporte de testemunhas para serem ouvidas no processo, Vieira disse não haver “desumanidade”, já que tinha lançado mão do seu direito de dispor dos veículos da companhia como melhor lhe conviesse, não existindo “qualquer lei que o obrigasse a transportar as testemunhas do adversário”. Para finalizar sua argumentação, afirmou que “o arrazoado da defesa é cheio de insinuações deselegantes em relação à chefia de Monte Alegre e embora o Juiz conheça muito bem o modo de agir da mesma chefia, achou razoável considerar favoravelmente esse arrazoado, para o que talvez tenha influído o fato do advogado do reclamante ser também o promotor da Comarca”. O grande erro do juiz foi, enfim, ter dado ouvidos ao “arrazoado” do conhecido errado.

Quase 30 dias depois dessa carta¹⁷⁷, Vieira voltou a escrever a Adolfo de Oliveira Franco. Desta vez, encaminhou a documentação e a reclamação trabalhista do motorista Manoel Gastardi – cujos vencimentos foram descontados para “pagamento de danos ocasionados em uma das jardineiras pertencentes às I.K.P.C. S/A”. A audiência para julgamento estava marcada para o dia 4 de abril, e o “chefão” pedia ao advogado que preparasse sua minuta de desefa oral, salientando que Gastardi estava embriagado na ocasião do acidente e que “esse motorista era dado ao hábito da embriaguez”.

Esses três exemplos demonstram que nem o “fechamento”, nem a coleção de regras da “escola primitiva” de Monte Alegre, foram capazes de sufocar completamente a agência dos trabalhadores. Quando discordavam da chefia e de seus regulamentos, buscavam auxílio fora das fronteiras da fazenda. Outro aspecto interessante é que os processantes não ocupavam cargos de *status* dentro da hierarquia fabril – eram motoristas e mecânicos, pessoas mais próximas dos “arigós” do que dos engenheiros e diretores.

Se, na década de 1940, a justiça e as redes informais de mobilização eram âmbitos possíveis de resistência, a partir da fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão de Monte Alegre, nos anos de 1950, os operários passaram a contar com um instrumento estabelecido de negociação com a empresa. No entanto, desde a sua criação como associação profissional em 15 de junho de 1956, a entidade já carregava aparentes contradições. De acordo com Anacília Carneiro da Cunha (1982, p.128), “não se sabe com exatidão de onde partiu a ideia inicial dos trabalhadores de Monte Alegre de se juntarem em Associação. Pelo que se percebe através das situações posteriores a esse primeiro momento de formação [...] [a ideia] parece ter surgido na própria cúpula sindical regional, isto é, de fora

¹⁷⁷ Carta de Luiz Vieira a Adolfo de Oliveira Franco, 23/03/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

para dentro [...]”. A aproximação constante dos interesses da entidade com os das IKPC e do poder Estatal também fazem do “jogo duplo” (implícito ou explícito, como ressalta Cunha (1982, p.128)) sua marca “mesmo nos melhores dias de atuação e posicionamento sindical local”.

Das primeiras reuniões e assembleias da associação profissional até seu reconhecimento como sindicato em 1957, a adesão dos trabalhadores sempre foi baixa, motivada, em grande parte, pela desconfiança com relação a sua diretoria, o medo da represália patronal e o insucesso em lutar pelas causas salariais. Cunha (1982, p.132-133), analisando as atas arquivadas pela entidade, destaca que as queixas contra o consultor jurídico e o presidente do sindicato eram recorrentes, sendo mencionados como “irresponsáveis” em quatro encontros seguidos. “Surgiram também, sem maiores explicações pelo plenário, acusações de arranjos feitos entre a Diretoria da Empresa e a Diretoria do Sindicato. A manipulação dos elementos-chave e diretivos da atuação sindical, presidente e consultor jurídico, ocorreram nesses dois primeiros anos de vida sindical.” Somente com a posse de uma nova gestão em junho de 1959 é que o Sindicato do Papel recebeu maior adesão dos trabalhadores e participação mais ativa em suas assembleias – principalmente naquelas que tratavam das reivindicações salariais.

A greve paredista dos trabalhadores das IKPC em outubro 1962 (registrada na memória metacoletiva da região como a *única* greve de Monte Alegre) aconteceu sob o comando da diretoria empossada em 1959, cujo presidente era Joaquim Batista Ribeiro. A movimentação operária que culminou com a parada total da fábrica por três dias teve como estopim a situação dos mineiros da região – que se pronunciaram, em assembleia sindical no dia 15 de abril de 1962, sobre as várias irregularidades que estavam sofrendo em seu ambiente de trabalho. Cunha (1982) observou que as assembleias subsequentes denotavam o “clima de agitação” entre os mineiros. Propostas foram encaminhadas à diretoria da empresa, que cedeu parcialmente às reivindicações apresentadas. Porém, os trabalhadores terceirizados, contratados pelas empreiteiras que prestavam serviço à indústria, não foram contemplados, mantendo os ânimos exaltados. Somou-se a isso, ainda, a realização de um levantamento do custo de vida na fazenda. Promovido por uma comissão designada pelo sindicato, o estudo chegou à conclusão de que viver em Monte Alegre tinha ficado 71,6% mais caro em relação ao ano anterior. Estava formada, então, a atmosfera de insatisfação geral que estruturou o movimento paredista de outubro de 1962.

Uma lista de proposições foi elaborada, constando, entre elas, um aumento de 71,6% de toda a faixa salarial das IKPC. Como as negociações com a empresa não obtiveram sucesso, o sindicato decretou greve geral no dia 9 de outubro.

Três dias depois, em frente à sede do Sindicato, os grevistas reuniram-se para se inteirar dos resultados conseguidos pelas negociações entre a Comissão Especial do Sindicato, a Diretoria da Empresa e o Secretário do Trabalho e Assistência Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Essa audiência de conciliação realizada na Secretaria do Trabalho atendia um pedido especial do Ministro do Trabalho. De cima de um caminhão, o Presidente do Sindicato falou dos resultados conseguidos na referida audiência de conciliação: 1) o acordo não seria por dois anos e sim por um ano; 2) os aumentos espontâneos de outubro de 1961 a outubro de 1962 não seriam compensados; 3) não seria punido nenhum dos participantes do movimento grevista; 4) haveria remuneração para todos os dias paralisados com a greve; 5) seria obedecida a nova portaria ministerial que regulamentava o adicional de insalubridade; 6) seria organizada uma comissão paritária de empregados e empregadores para mensalmente realizar um levantamento do custo de vida; a cada semestre poderia haver revisão salarial; 7) como resultado de muito esforço, assistido pela comissão, conseguiram trazer ao plenário uma contraproposta de 60%, que seria afinal concedida pelas IKPC S/A. Após os debates submeteram-se ao plenário as reivindicações mencionadas, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos. (CUNHA, 1982, p.144-145).

Mesmo que a fundação do Sindicato do Papel e a greve paredista de 1962 extrapolem o recorte temporal delimitado por esta tese, achamos importante mencioná-las porque foram focos evidentes de resistência operária. Os dois fatos, convenientemente esquecidos na narrativa de Fernandes (1974) e em outros documentos-monumentos de Monte Alegre, revelam que as relações entre capital e trabalho não foram sempre *harmoniosas* como a memória e a identidade metacoletivas fazem questão de frisar. Ainda que o paternalismo tentasse aparar as arestas das lutas de classe, elas persistiam – inclusive dentro da própria estrutura burocrática da *company town*. Na documentação da Secretaria Geral, encontramos casos curiosos de como os operários e suas famílias conseguiam “jogar com as regras do jogo” da instituição total. Em memorando de 22 de maio de 1944¹⁷⁸, Luiz Vieira alertou a Seção de Pessoal da existência de um “contravale viciado pelo filho de Silvio Gonçalves Oliveira”. Como o “falsificador” era menor de idade, o “chefão” achou por bem punir o pai com dois dias de suspensão.

Em outro documento de 22 de agosto¹⁷⁹ do mesmo ano, Vieira avisou à Seção Médica que o operário Inácio Swick não podia passar a receber 400 cruzeiros por mês, já que “a situação desse operário na Sec. de Montagem era de Cr.\$ 1,15 por hora e trabalhou durante

¹⁷⁸ Memorando emitido por Luiz Vieira em 22/05/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memórias da Klabin.

¹⁷⁹ Memorando emitido por Luiz Vieira em 22/08/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

algum tempo como guardião quando, excepcionalmente, faz 4 horas extras”. A chefia de Montagem lhe propôs um salário mensal de 350 cruzeiros, “à vista disso o operário pediu transferência, visando naturalmente o aumento. Autorizo o mesmo salário proposto pela Sec. de Montagem, isto é, Cr.\$ 350,00”. A estratégia de pedir transferência para conseguir ganhos salariais era recorrente e veementemente repreendida por Vieira. Era comum, aliás, que uma seção ou empreiteira “roubasse” operários de outras com propostas melhores. Neste memorando de 10 de junho de 1944¹⁸⁰ – intitulado *Aliciação de Pessoal* –, o engenheiro-chefe escreveu à Seção de Pessoal que “José Mário reclamou contra a admissão de alguns operários seus pelo oleiro de Harmonia. Mandei que fossem despedidos e voltassem ao José Mário. O Dr. Caiuby me comunica agora que o serviço de Pessoal fê-los voltar novamente à Olaria. Peço dizer.”

A ocupação e a troca de casas entre os operários também eram fatores frequentes de punição na *company town*. Acordos eram firmados informalmente; parentes vinham sem avisar e permaneciam na cidade-empresa; pessoas que não conseguiam trabalho nas IKPC (ou mesmo quem ainda aguardava por uma casa) se alojavam em “favelas” nos arredores e ali permaneciam. Em 15 de junho de 1944¹⁸¹, Vieira encaminhou a Guilherme Ross uma “relação de moradores de Lagoa que não pertecem à Companhia e para os quais recomendo providências”. Ele não disse que providências eram aquelas, mas, em memorando de 2 de dezembro¹⁸² do mesmo ano, voltou a informar Guilherme sobre a existência de uma “favela perto da casa do Dr. Benito, ocupada com pessoal que parece ser do transporte”. Sua ordem: “remover aquela gente para desmanchar a favela”. No ensejo, também pediu que se retomasse a “matança de cães”. Ou seja, nem os animais domésticos escapavam ao duro controle do “chefão”.

Em 25 de janeiro de 1945¹⁸³, o problema com os “moradores estranhos” na *company town* persistia. Vieira voltou a exigir que Guilherme Ross tomasse providências, agora na região da Serraria. Em 28 de março de 1946¹⁸⁴, foi Ross quem escreveu ao empreiteiro Albino Coelho Romeiro, relatando a situação ilegal de seu operário Manoel Olivino Bueno:

Comunico-vos para os devidos fins que o vosso operário Manoel Olivino Bueno, entrou em uma casa sem a necessária autorização, subornando o antigo morador com

¹⁸⁰ Memorando emitido por Luiz Vieira em 10/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁸¹ Memorando emitido por Luiz Vieira em 15/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁸² Memorando emitido por Luiz Vieira em 02/12/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁸³ Memorando emitido por Luiz Vieira em 25/01/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁸⁴ Memorando de Serviço Interno emitido por Guilherme Ross em 28/03/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

a importância de Cr.\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros). Agora, nega-se a desocupar a referida casa alegando que não tem para onde ir. Solicito de V.S. providências para que o mesmo desocupe a casa mesmo a custa da dispensa do referido operário.

Comerciantes externos também usavam a estratégia de vir à Monte Alegre e permanecer o tempo que conseguissem em hotéis e pensões. Neste memorando de 23 de junho de 1945¹⁸⁵, o engenheiro-chefe alertou a Nagib Nicolau que tinha chegado a seu conhecimento que pessoas estranhas à empresa estavam residindo nas pensões e hotéis “com stock de mercadorias nos próprios quartos para fins comerciais”. Ele recomendava que todos os que se achavam nessas condições se retirassem e que, com exceção dos funcionários das IKPC, ninguém deveria permanecer hospedado por mais de três dias. Em agosto do mesmo ano¹⁸⁶, Vieira voltou a comunicar em circular – desta vez aos residentes e chefes de serviço – que era proibida a “venda por particulares de artigos existentes na Cooperativa, com exceção de cigarros, gasosas, refrescos e frutas”.

Até mesmo dentistas clinicavam clandestinamente na *company town*. Neste memorando de 23 de fevereiro de 1946¹⁸⁷, Luiz Vieira pediu para que Guilherme Ross fornecesse à chefia com urgência “uma relação dos dentistas particulares que têm gabinete nesta Residência, informando aos mesmos que deverão apresentar dentro do prazo de 24 horas seus documentos relativos ao exercício dessas funções, como também sua licença para trabalhar na Fazenda”.

E qual seria o preço de uma licença para empreender na cidade-empresa das IKPC? Certamente, conseguir a autorização da chefia já era um esforço de alto custo – e não faltavam “parceiros” para se aproveitarem de alguma maneira desse fato. Nesta carta de 28 de março de 1945¹⁸⁸, Vieira esclareceu a Nagib Miguel, proprietário do cinema, do bar e do bilhar de Lagoa, que “a concessão lhe foi concedida tão somente por se achar a proposta redigida de acordo com as condições estabelecidas pela Companhia”. Qualquer um que lhe fizesse acreditar o contrário, estava explorando-o:

Prezado senhor,
Por ter chegado ao meu conhecimento que funcionários da Companhia teriam lhe pedido pagamento de gratificação por serviços prestados no sentido de lhe ser concedido o cinema, bar e bilhar explorados por V.S. nesta localidade, comunico, para os fins que lhe convier, que não houve interferência de quem quer que seja. [...] Qualquer interferência de terceiros seria interpretada como advocacia administrativa

¹⁸⁵ Memorando emitido por Luiz Vieira em 23/06/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁸⁶ Circular emitida por Luiz Vieira em 22/08/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁸⁷ Memorando emitido por Luiz Vieira em 23/02/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁸⁸ Carta de Luiz Vieira a Nagib Miguel, 28/03/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

e, como tal, passível de penas disciplinares por parte desta Chefia. Esclareço mais que nenhum ato da Chefia deve à intervenção de pessoas interessadas e sim unicamente à conveniência do serviço.

Espero com isto ter esclarecido qualquer dúvida que pudesse dar margem a que V.S. fosse explorado por pessoas que aleguem ter-lhe auxiliado na concessão do que acima foi referido.

A mesma chefia isenta e preocupada em proteger o empresário das tentativas de extorsão praticadas pelos funcionários do seu próprio quadro administrativo, cinco meses depois ameaçava-o com a possibilidade de fechamento. Com a fundação da Legião Beneficente e o acerto do repasse de 10% dos valores das entradas de cinema para seu caixa, Nagib, sem anuência de Luiz Vieira, achou por bem subir o preço dos bilhetes para não ser prejudicado em sua margem de lucro. No dia posterior à alta¹⁸⁹, o memorando do “chefão” já estava redigido:

Observei porém que ontem, 5ª. feira, as entradas que costumavam ser cobradas a Cr.\$ 2,50 foram cobradas a Cr.\$ 3,00. Assim fazendo e destacando 10% para a Legião, fica essa empresa beneficiada indevidamente em Cr.\$ 0,20 por entrada. Essa situação deve ser corrigida o quanto antes. Determino pois que da venda das entradas de ontem seja recolhida a taxa de Cr.\$ 0,80 por entrada para a Legião e que de ora em diante os programas sejam submetidos à apreciação da Chefia indicando os preços a serem cobrados.

Aparentemente, Nagib fez vista grossa às ordens de Luiz Vieira, motivando-o a escrever um novo memorando¹⁹⁰ três dias depois. O “chefão” não só designou um fiscal para acompanhar o preço cobrado pelas entradas nos dias 4, 5 e 6 de agosto como também para inspecionar o valor dos outros artigos vendidos pelo empresário. A ameaça de fechamento encerrava o aviso: “todas as informações acima devem ser prestadas à Chefia até às 18 horas de hoje, sob pena de ser fechado o estabelecimento até 2º. aviso”.

Os memorandos que listamos aqui ilustram, enfim, que nem sempre as barreiras que cercavam a instituição total eram eficazes. A despeito de toda fiscalização e controle, ainda existiam pontos de fuga, meios de burlar as regras ou simplesmente ignorá-las. Por exemplo, naquela região “cabocla”, um dos costumes mais difíceis de se suplantar foi o plantio – ou a criação de ranchos, como se registrava na documentação da época. Já expusemos nesta tese que uma das primeiras medidas tomadas pelas IKPC ao comprarem a Fazenda Monte Alegre foi justamente proibir que seus “agregados” continuassem cultivando a terra da maneira que faziam até extinguir completamente a prática. Tal tradição, no entanto, mostrou-se resistente.

¹⁸⁹ Memorando emitido por Luiz Vieira em 03/08/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁹⁰ Memorando emitido por Luiz Vieira em 06/08/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

No dia 5 de janeiro de 1944¹⁹¹, Luiz Vieira emitiu uma circular aos residentes e chefes de serviço reforçando que a devastação das “matas do rio Harmonia” era terminantemente proibida e que qualquer infração deveria ser imediatamente repassada ao Setor da Agronomia. Em 29 de junho¹⁹² do mesmo ano, pediu, em memorando, explicações a Guilherme Ross, pois José Benedito da Silva, “empregado do Gumerindo”, havia lhe procurado “para falar sobre rancho”. Um ano depois, em 27 de setembro de 1945¹⁹³, o assunto ainda gerava documentos. Desta vez, Vieira alertava Alcebíades Marques que “as roçadas de mato dentro da Fazenda” só poderiam ser feitas com anuência prévia da chefia. Por isso, queria saber por que o fazendeiro “não pediu autorização para a roçada que se avista do Km. 24 – fundos da casa do Estefano.” Ou seja, o “instinto caboclo” não resistia só entre os “arigós”, mas entre gente de *status* na hierarquia da fazenda, como Alcebíades Marques.

A fiscalização e o controle que pairavam sobre as matas de Monte Alegre também estavam nos quintais. Por entre os muros baixos, o setor de Moradias inspecionava as casas e seus jardins a procura de terra revirada. Neste memorando do Serviço Interno de 31 de julho de 1945¹⁹⁴, a chefia dava autorização ao zelador do cemitério, Pedro de Oliveira, para que sepultasse o corpo de um recém-nascido, enterrado no quintal da família em data desconhecida:

Pelo presente autorizo a proceder o enterro nesse Cemitério de Harmonia de um menor recém-nascido filho de Nelson Vargas o qual sem autorização desta Cia. no quintal de sua residência sepultou-o em data desconhecida. O Delegado deste local Snr. Tte. José Henrique Dias autorizou essa transladação dos restos mortaes tendo procedido as diligências necessárias em face da comunicação verbal que lhe foi feita pelo Encarregado da Fiscalização de Moradias.

Nem a fiscalização periódica, tampouco a vigilância da vizinhança, impediram que Nelson Vargas enterrasse seu filho no quintal, confrontando uma série de etapas previstas no regulamento do Cemitério de Monte Alegre redigido por Vieira. Para encerrar este tópico sobre a resistência operária na fazenda, apresentamos ainda as memórias fracas que rondam um dos *lugares de memória* mais recorrentes da região: a chaminé das Indústrias Klabin do Paraná.

¹⁹¹ Circular emitida por Luiz Vieira em 05/01/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁹² Memorando emitido por Luiz Vieira em 29/06/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

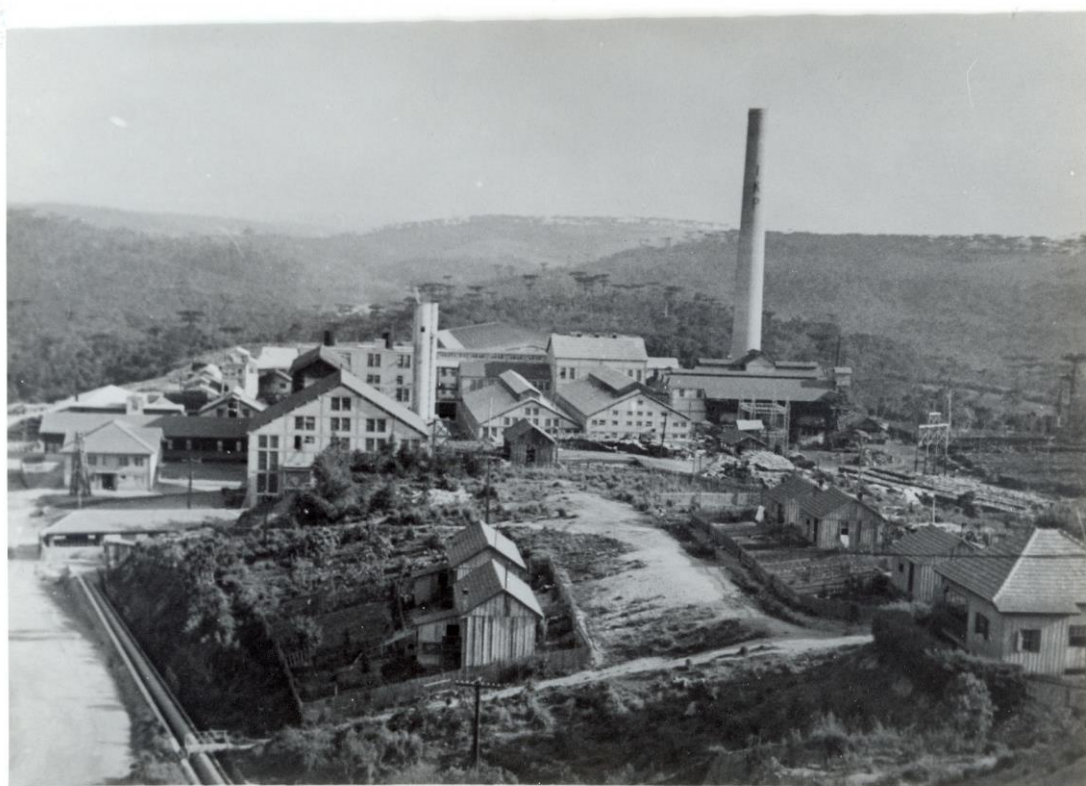
¹⁹³ Memorando emitido por Luiz Vieira em 27/09/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁹⁴ Memorando de Serviço Interno emitido sem assinatura em 31/07/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

5.2.2 A chaminé da discórdia: a obra que afrontou a autoridade de Luiz Vieira

Quando Getúlio Vargas visitou Monte Alegre em 1944, a chaminé da fábrica ainda não estava pronta. De acordo com Fernandes (1974), a obra já tinha 90 metros de altura – e ganharia mais 6 até ser encerrada. Atingida essa marca, seria a “maior da América Latina” na época. A despeito de sua utilidade prática, a chaminé tinha (e continua tendo) um papel simbólico. Quando expeliu fumaça pela primeira vez, em 1946, foi o sinal definitivo de que a indústria “estava respirando” e em plena operação. Fernandes (1974), ademais, atrela seu funcionamento à felicidade e à satisfação de Luiz Vieira: constatar que a “fumaça branca” podia ser vista a vários quilômetros de distância deu-lhe a sensação de dever cumprido. A sigla IKP também foi pintada verticalmente à chaminé, aproveitando-a como letreiro (figura 5). Tal nomeação a revestiu de importância e força memorial – mesmo quando deixou de ser usada nos anos de 1980, não foi demolida por seu valor histórico e identitário. Trata-se, enfim, de um *lugar de memória* privilegiado da narrativa metacoletiva da região.

FIGURA 5 – A FÁBRICA DAS IKPC EM MONTE ALEGRE NO FINAL DA DÉCADA DE 1940, INÍCIO DOS ANOS DE 1950. AO FUNDO, A CHAMINÉ COM A SIGLA VERTICAL IKP



FONTE: Museu Histórico de Telêmaco Borba
Autor desconhecido

Essas lembranças de êxito fabril e de consolidação do *nomos* dos pinheirais que cercam a chaminé são “assombradas” por memórias fracas. A mesma obra que fez o “chefão” sorrir, também abalou sua autoridade inquestionável – foram 96 metros de discussões e resistência operária. Desde a planta, a chaminé já causava trabalho. Em carta de 30 de janeiro de 1943¹⁹⁵, Luiz Vieira escreveu a Horácio Klabin que lhe “repugnava” ter que seguir “croquis de forma defeituosa e de paternidade desconhecida”. Numa reunião anterior no Rio de Janeiro, Horácio pediu a Vieira que conferisse os cálculos da chaminé, bem como assegurasse a maior economia na construção. Os desenhos que chegavam ao engenheiro-chefe, porém, desagradavam-no profundamente. Além de não precisarem exatamente a temperatura da fumaça que seriam expelida, erravam, a seu ver, na própria forma da estrutura:

Não sei como foi organizado esse croqui, é possível que uma grande autoridade o ampare mas convenhamos que ainda não somos país ocupado nem colônia africana. Peço-lhe que obtenha do Dr. Froehlich o cálculo das dimensões da chaminé. Cheguei a dimensões menores das indicadas nos croquis mas não posso completar o projeto diante dos termos categóricos da carta. Penso que se deveria consultar o fabricante das caldeiras obtendo do mesmo uma confirmação formal das dimensões ou indicação das que julgar necessárias.

Vieira não poderia ter usado metáfora mais adequada – colonizadores externos não seriam tolerados. Já havia um processo colonizador acontecendo, e o “chefão” não se submeteria a qualquer “croqui defeituoso” só por se tratar de trabalho de uma equipe estrangeira. Uma semana depois¹⁹⁶, ele voltou a responder Horácio, agora sobre um “estudo americano” para a chaminé. Novamente o engenheiro criticou as propostas “apressadas” e “antiquadas” dos estrangeiros:

Sua carta de 3 [de fevereiro] mostra que o estudo americano da chaminé foi feito às pressas, baseado ainda no critério um tanto antiquado da velocidade de 5ms. O caso concreto em estudo não se compadece com esse critério. Com a nossa mentalidade cabocla chegamos a 80 ms de altura e, 4 ms de diâmetro no topo, admitida a velocidade de 7ms/seg. Os detalhes do cálculo podem ser fornecidos se você quiser.

O fato de Horácio Klabin continuar privilegiando as orientações de equipes de fora irritava Luiz Vieira, que defendia que sua “mentalidade cabocla” conseguia chegar a dados mais precisos e adequados à realidade de Monte Alegre. Na mesma carta, ele ainda garantiu a produção de tijolos especiais na própria fazenda para serem utilizados na chaminé e deu um

¹⁹⁵ Carta de Luiz Vieira a Horácio Klabin, 30/01/1946. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁹⁶ Carta de Luiz Vieira a Horácio Klabin, 07/02/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

parecer favorável à proposta de Garcez – empreiteiro paulista que ficaria responsável por realizar a obra.

No prazo de dois meses, Garcez “custou mas chegou” (para utilizar as mesmas palavras de Vieira) à Monte Alegre com um encarregado e três pedreiros. O empreiteiro ainda escolheu vir na semana santa para começar a trabalhar somente na segunda-feira seguinte. Garcez, enfim, começou “com o pé esquerdo”, recebendo inúmeras críticas do engenheiro-chefe, minuciosamente repassadas em carta¹⁹⁷ a Horácio Klabin:

O encarregado que [Garcez] trouxe é bastante complicado, cheio de exigências, querendo acomodações especiais para os pedreiros, achando a areia má (coisa que o Garcez já devia saber), achando o tijolo pequeno (coisa resolvida pelo Garcez), querendo que se dê tudo, que se faça barracão, enfim, só faltou exigir que se construísse a chaminé para ele. Tive que dizer algumas coisas leves ao homem e resolvi fornecer-lhe madeira para o barracão ficando a construção por conta do empreiteiro, como é justo e como tenho procedido sempre. O Garcez não me deixou projeto nem especificações da chaminé. É preciso que me mande esses elementos com urgência.

Ao sair ontem falou-me de adiantamentos quinzenais. Não estou de acordo. Acho que os adiantamentos devem ser feitos em forma de prestação mediante medição mensal com reserva de uma certa porcentagem como garantia.

Por último, recebi hoje do mesmo Garcez um telegrama farol sugerindo medidas na Olaria para poder dar a chaminé em 40 dias. Respondi como devia. O fornecimento de tijolos é atribuição minha e o programa estabelecido há de ser cumprido por mim, se Deus quiser, como o foi da base que ele nunca imaginou ficar pronta no prazo. Acho muito conveniente vocês assinarem contrato com o Garcez; questão de garantia.

O empreiteiro, na visão do engenheiro-chefe, chegou cometendo uma série de deslizes: trouxe um encarregado que “exigia demais”; não forneceu o projeto da obra para que pudesse fiscalizá-la; queria ser remunerado quinzenalmente e ainda quis palpar em atribuições exclusivas da chefia. A má impressão inicial só se agravou no decorrer dos meses. Quando Garcez veio à fazenda, a base da chaminé estava pronta porque tinha sido construída por João de Deus Quadrado, um empreiteiro da própria região que já prestava serviços às IKPC há algum tempo. Os primeiros 30 metros foram erguidos sem complicações, mas, daí até o topo, Vieira ainda gastaria muitas páginas de reclamações à diretoria de São Paulo.

Nesta carta de 8 de julho de 1943¹⁹⁸, o “chefão” relatou ao escritório-sede paulista que a chaminé estava parada havia 11 dias e que os pedreiros e ajudantes encaminhados pelo engenheiro residente de Harmonia eram constantemente recusados pelo encarregado de Garcez. “[...] diante disso resolvi não me preocupar dora em diante com pessoal para essa

¹⁹⁷ Carta de Luiz Vieira a Horácio Klabin, 24/04/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

¹⁹⁸ Carta de Luiz Vieira ao Escritório das IKPC em São Paulo (SP), 08/07/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

obra. Devo frisar ainda que, pela marcha dos serviços ultimamente observada; os 70 metros que ainda restam a construir consumirão cerca de 140 dias [...]”. Vieira ainda reforçou no final da carta que o problema era exclusivamente de Garcez, já que outros empreiteiros aceitavam a mão-de-obra da região tranquilamente. No dia seguinte¹⁹⁹, o engenheiro-chefe voltou a comunicar a sede que havia acatado o pedido de Garcez e que iria construir “imediatamente um galpão fechado para cozinha do pessoal da chaminé. Tudo foi feito de acordo com o encarregado de obra, dimensões, local, etc. [...]”. O barracão parecia ser a contrapartida à retomada da obra, uma vez que se tratava duma providência para “atender aos pedreiros que o engenheiro Garcez avisou que enviaria com urgência de São Paulo”.

O “chefão”, enfim, teve que ceder às demandas não só de Garcez, como do encarregado que “exigia demais”. O fato, em si, já é notório – e fica ainda mais interessante quando, mesmo com a cozinha, as obras permaneceram paradas. Em carta de 13 de julho de 1943²⁰⁰, Vieira informou ao escritório paulista que, no dia anterior, tinha encaminhado dez serventes para a obra, a pedido do encarregado. “O encarregado porém havia seguido para Pirai aguardar a chegada dos pedreiros prometidos pelo eng. Garcez. Esses pedreiros não vieram e o encarregado dispensou todos os serventes que eu a custo havia conseguido”. Indignado, afirmou que o encarregado queria que ele mativesse um “stock de serventes prontos para lhe entregar a qualquer momento” – e que isso era completamente impossível. Como não era a primeira vez que isso acontecia, escreveu que se desabonava de qualquer responsabilidade em conseguir novos operários para o empreiteiro, bem como do atraso da obra, paralisada em duas semanas.

Apesar de se isentar de responsabilidade, três dias depois, redigiu uma nova resposta²⁰¹ ao escritório das IKPC de São Paulo – desta vez, em tom bem mais moderado. Na carta, explicou que não só a chaminé precisava de operários, outras obras da indústria também. Como haviam poucos pedreiros “radicados” (ou seja, moradores da *company town*), tinham de recorrer a uma mão-de-obra instável, que dificilmente voltava a prestar outros serviços à empresa:

O fato é que já temos encaminhado muitos operários que não permanecem na obra, dahi os pedidos que vez por outra recebo de encaminhar novos operários. É uma

¹⁹⁹ Carta de Luiz Vieira ao Escritório das IKPC em São Paulo (SP), 09/07/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

²⁰⁰ Carta de Luiz Vieira ao Escritório das IKPC em São Paulo, 13/07/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

²⁰¹ Carta de Luiz Vieira ao Escritório das IKPC em São Paulo, 16/07/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

situação desagradável porque a chaminé nunca dispõe de operários suficientes e as demais obras vão se desfalcando pois esses operários em geral não voltam aos nossos trabalhos. Pretendo muito em breve esclarecer ao encarregado que a continuar dessa forma ele terá que procurar operários por sua conta. Operários radicados praticamente não há, a não ser especializados e em porcentagem pequena. Tenho tido que agenciar operários e não é justo que desse ônus a chaminé também não participe.

Quanto a concluir a obra dentro de 90 dias acho muito pouco provável a não ser que o eng. Garcez se resolva a organizar uma boa turma de pedreiros e serventes que permaneçam na obra o que não tem acontecido até agora.

De julho até novembro de 1943, não encontramos mais nenhuma carta de Luiz Vieira relatando a situação da chaminé – o que se subentende é que o problema da mão-de-obra foi resolvido e a construção, retomada. Porém, no dia 13 de novembro²⁰², o engenheiro-chefe redigiu uma carta ao próprio Garcez. O problema, nesta ocasião, não eram mais os operários, mas o encarregado que “exigia demais”. Na correspondência, seu nome apareceu pela primeira vez: Emilio. Emilio tinha se desentendido com Vieira e outros engenheiros residentes de Monte Alegre por causa da remoção de uma viga. O desacato às ordens fez com que o “chefão” entrasse em contato com Garcez para que o encarregado fosse substituído. Garcez, aparentemente, negou o pedido e defendeu a permanência de Emilio:

Tenho em mãos sua carta de 10 do corrente na qual V.S. procura justificar a permanência do seu encarregado Emilio, em Monte Alegre, apesar de meus reiterados pedidos no sentido de que o mesmo fosse substituído em vista de sua desatenção, grosseria, indisciplina. Essa atitude ele a tomou não só contra mim deixando acintosamente de tomar conhecimento de minhas determinações que não lhe competia discutir como também em relação aos engenheiros Pedreira e Bock aos quais desconsiderou em público com palavras grosseiras. Infelizmente V.S. em vez de atender a uma solicitação partida da chefia das obras preferiu acatar as justificativas capciosas do referido mestre.

Não cabia a esse encarregado discutir sobre a conveniência ou não de retirar a viga na ocasião, cumpria-lhe acatar a determinação que lhe comuniquei com um mês de antecedência. Ou então que procurasse a chefia para apresentar suas razões que seriam aceitas se razoáveis. No caso não seriam aceitas pois fui obrigado a retirar a viga para não atrasar a montagem do breeching. [...]

Com essa atitude não me conformo e lamento que um colega habituado a serviço não tenha compreendido imediatamente a situação desagradável que essa protelação criaria para mim. Fico assim livre de agir por minha própria iniciativa afim de manter de pé o princípio da autoridade.

A construção da chaminé, enfim, foi uma coleção de pequenas afrontas à autoridade de Luiz Vieira. Da planta “estrangeira” até o andamento da obra, o “chefão” foi constantemente testado e teve de ceder de inúmeras formas – seja atendendo as demandas da equipe de Garcez, providenciando operários para obra ou simplesmente tendo de conviver

²⁰² Carta de Luiz Vieira a A. Garcez, 13/11/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

com o encarregado que questionava e não acatava suas ordens. Emilio não se dobrava às regras da instituição total e tinha a proteção do empreiteiro. Vieira, então, mandou a linha lógica de hierarquia às favas: ele mesmo agiria “por sua própria iniciativa afim de manter de pé o princípio da autoridade”. Garcez podia até ditar o ritmo da construção e ser o chefe em sua empreiteira, mas a *company town* reconhecia um “chefão” só. E se o Luiz Vieira achasse conveniente, poderia expulsar o encarregado das fronteiras de Monte Alegre.

O processo de construção conturbado da chaminé ainda revela outro aspecto da fazenda dos anos de 1940: a dos serventes e pedreiros. Por não terem qualquer especialização, esses trabalhadores tinham apenas contratos temporários – e, como temporários, não tinham direito à moradia e aos outros benefícios oferecidos pela empresa. Não havia, portanto, um “acordo” entre a perda relativa da autonomia e as vantagens de ser um morador da *company town*. Esses operários se viam submetidos à uma série de regulamentos cuja única contrapartida era o salário. E um salário módico, certamente, não compensava o cerceamento de sua liberdade. Tal aspecto fica evidente quando cruzamos a documentação das IKPC com as lembranças de Francisco Maria Quadrado²⁰³. Tito, como ficou conhecido na região, era filho de João de Deus Quadrado e acompanhou de perto a construção da base da chaminé e dos metros que foram se seguindo. Em entrevista ao projeto *Tempo e Memória*, conta que o principal entrave para a conclusão da obra foi a lei seca. Sem acesso à bebida alcoólica, os trabalhadores cruzaram os braços aos 30 metros de altura:

Francisco Maria Quadrado: Tanto é [que] quando veio uma firma de São Paulo, a firma Garcez, para fazer a chaminé, porque nós fizemos a base, e essa firma veio para levantar a chaminé. E quando estava numa altura mais ou menos de uns 30m de altura, o Dr. Vieira proibiu a cachaça, e eles pararam, porque sem cachaça eles não subiam. Então ficou parada a obra. Então o Dr. Vieira pediu para meu pai, e propôs para a turma dele fazer, tinha o senhor [trecho inaudível] Fernandes, chamado de Gaúcho, era o chefe da parte de pedreiro. Então meu pai mandou ele fazer, mas era muito lento, eles não tinham prática. E eles no acampamento deles lá na fábrica, que tinha lá os quartos deles, e o Vieira ia lá, olhava, o negócio parecia que não crescia, um dia ele falou para o meu pai: ‘chama eles aqui’. Meu pai chamou. ‘Pode deixar fornecer cachaça para eles.’ Então eles voltaram a trabalhar. Então eles chegavam lá em cima: ‘cachaça’, eles gritavam assim: ‘cachaça’. Para levar o tijolo, massa, e quando eles queriam beber, cachaça lá para cima. Eles faziam aquilo até de propósito. Mas aí a turma ia beber cachaça com eles, eles tinham.

Relegados ao *status* mais baixo da hierarquia fabril, os operários temporários vinham desacompanhados à fazenda, eram alojados em barracões (sem cozinha, como verificamos

²⁰³ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em agosto de 1993, em Telêmaco Borba (PR).

pela documentação de Vieira) e ainda eram impedidos de consumir bebidas alcóolicas. Cientes da importância da chaminé e da pressão para sua conclusão, improvisaram um movimento paredista e de diminuição do ritmo de trabalho até que o “chefão” cedesse e os liberasse da lei seca.

5.2.3 Os acidentes e a falta de segurança no trabalho

Os acidentes são um assunto marginal na narrativa metacoletiva de Monte Alegre. Inerentes ao trabalho fabril, entraram para a memória forte da região como “fatos raros de acontecer”, pois, mesmo sem qualquer material de segurança, “todos faziam tudo com muita dedicação e carinho”. (COLÉGIO ESTADUAL, 1997, p.117). A documentação da empresa, no entanto, aponta no sentido contrário. Cunha (1982), analisando o Arquivo do Departamento Pessoal das IKPC entre os anos de 1942 e 1978, chegou a alguns dados conclusivos. Separando as ocorrências por setor, a pesquisadora verificou que, em determinadas áreas da indústria, a média registrada era de dois acidentes por trabalhador. Ela notou, também, que existia uma estreita correlação entre o local de trabalho, a insalubridade, a periculosidade e o número de ocorrências e doenças entre os operários.

Não foi a maioria dos empregados que sofreu acidentes ou tiveram de pedir afastamento do trabalho para tratamento de saúde. O que se verificou é que determinados locais ou atividades de trabalho propiciaram condições de repetição das ocorrências ‘doenças’ e ‘acidentes’, em maior frequência. O trabalho com as máquinas, de maneira geral, demonstrou ser alvo de maior número de acidentes em proporção ao número de empregados; em contraposição, o trabalho burocrático nos escritórios registrou menor índice de doença ou acidentes. O trabalho na mecânica, na extração de carvão e nas serrarias, alcançou o maior índice de acidentes e doenças no cômputo geral. (CUNHA, 1982, p.109-110).

É lógico de se pensar que se nos anos de 1940 e 1950 os trabalhadores não contavam com qualquer equipamento de segurança, os acidentes eram recorrentes – inclusive aqueles que levavam à morte. Em carta de 19 de janeiro de 1945²⁰⁴, Luiz Vieira encaminhou ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários em Curitiba uma série de documentos para que Hermelina Ferreira Faria pudesse receber a pensão de seu marido, morto em acidente de trabalho em Monte Alegre em 21 de dezembro de 1943. Além do atestado de óbito e da certidão de casamento, também estavam anexadas a certidão de batismo de duas filhas. No

²⁰⁴ Carta de Luiz Vieira ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários de Curitiba (PR), 19/01/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

mesmo dia²⁰⁵, Vieira ainda escreveu ao Diretor do Hospital Oswaldo Cruz de Curitiba, informando que o “período de carência” de Vitorino de Oliveira, empregado das IKPC hospitalizado na instituição, já estava completo – e, agora, precisava de um dos documentos oficiais do trabalhador para dar prosseguimento a sua aposentadoria por incapacidade. Em março de 1945²⁰⁶, o “chefão” voltou a entrar em contato com a diretoria do Oswaldo Cruz encaminhando um novo pedido de aposentadoria por invalidez. Dessa vez, o nome do trabalhador não foi citado.

Tratam-se de três casos graves que, reiterados pelos dados obtidos por Cunha (1982), negam a ideia de que os acidentes eram raros. Neste memorando de 14 de setembro de 1944²⁰⁷, por exemplo, Luiz Vieira pediu “com toda urgência” ao médico Ernesto Duboc informações sobre “como ia passando o acidentado Geraldo Rosa de Souza”. Na documentação, também encontramos relatos de braços fraturados²⁰⁸ e de operários que desapareciam do serviço juntamente com a via de comunicação do acidente de trabalho²⁰⁹. O próprio Francisco de Assis Alves, quando entrevistado para esta tese, recordou-se de algumas ocorrências:

Juliana: E nessa época que o senhor trabalhava na fábrica, trabalhava com as empreitadas cortando madeira, o pessoal se machucava muito durante o trabalho? Tinha acidente assim de trabalho?

Assis: Tinha sim! Acidente sempre de corte de machado essas coisa nos pé, cortava muito, tinha gente que acidentava com serra, aquele tempo sempre dava os acidentes. Mas hoje, depois foi organizando mais com a CIPA²¹⁰ essas coisa foi...

Juliana: Ficando melhor, né?

Assis: É.

Juliana: O senhor nunca chegou a se machucar no trabalho?

Assis: Eu machuquei uma vez na Expedição, que eu trabaiei na expedição também. Uma bobina me pegou, pegou assim... Aquele tempo nós tinha uns carçado especiar, destes forte mesmo... Aquele [calçado] arreventou tudo, encostou o pé aqui na bobina de 600 quilo...

Juliana: Nossa!

Assis: Ela [bobina] pegava e virava assim, nós era muito prático naquele trabaio, mas o companheiro que eu tava com ele, ele não tinha muita prática, ele decerto ficou com medo e tirou o pé, porque nós escorava ela, quando ela queria parar em cima da outra, era assim, então ela vinha aqui caía e né? Quando ela queria parar,

²⁰⁵ Carta de Luiz Vieira ao Diretor do Hospital Oswaldo Cruz de Curitiba (PR), 19/01/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

²⁰⁶ Carta de Luiz Vieira a Vitorino Oliveira, 28/03/1945. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

²⁰⁷ Memorando emitido por Luiz Vieira em 14/09/1944. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

²⁰⁸ Telegrama de Luiz Vieira a Osório Benk, 20/04/1943. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

²⁰⁹ Carta de Luiz Vieira ao Delegado Regional de Polícia de Tibagi, 23/01/1943. No texto, Vieira disse que a “comunicação n.º. 46” ficava sem efeito “pelo fato de o acidentado se haver extraviado juntamente com a guia que se destinava a essa Delegacia”.

²¹⁰ CIPA é a sigla utilizada para Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Geralmente composta por representantes dos empregados e dos empregadores, tem como objetivo identificar os riscos durante o processo de trabalho, bem como fiscalizar e garantir o uso de equipamentos de segurança.

nós sartava por cima dela e segurava ela, daí treliçava pra deixar no certinho. Mas a coisa foi um mês e 14 dias de acidente só, não chegou a quebrar, a gente tem mais uma junta aqui, além dessa tem mais uma assim, né? Então dobrou tudo aí, eu fiquei bem... Tive um acidente de um cortinho de uma chapa, também na ponta de um dedo, dedão. E num tive mais acidente!

Juliana: Mas quando se machucava assim dentro da fábrica, cê podia ir no hospital, a fábrica ajudava?

Assis: Dava todo apoio. Com eles aí não tinha enroscos, era tudo 100%. Eles davam tudo o necessário pra pessoa, né? Davam um crediário, e fosse um machucado grande eles davam um crediário pra ir comprando, era muito bom.

Pedro Baguá também relatou o acidente que sofreu na sua entrevista ao projeto *Tempo e Memória*. Mais séria do que as ocorrências de Assis, Pedro teve que ser aposentado por invalidez aos 33 anos depois de sofrer uma queda “na subida da fábrica”. Na época, era motorista de caminhão, e, ao cair durante o trabalho, teve uma fratura no crânio. Ele conta que ficou cinco dias em coma no hospital e que, quando retomou a consciência, “não conhecia nem o pessoal”. Seu quadro clínico foi melhorando aos poucos e ele pôde “até criar a família”. Mesmo com a aposentadoria precoce, continuou prestando alguns serviços às IKPC como cozinheiro e contador de pinheiros no setor Florestal.

João Tirano, apesar de não ter sofrido acidentes durante os muitos anos de trabalho, narrou algumas situações contundentes sobre a falta de equipamentos de segurança que pudessem resguardar a saúde dos operários. Sem uniforme, luvas, botas ou máscaras “porque a firma não queria dar”, os trabalhadores eram expostos a ácidos e fumaças tóxicas decorrentes do processo de fabricação de papel e celulose:

Projeto Tempo e Memória (PTM): E o que tinha mais acidente? Por que é que tinha tanto acidente de trabalho?

João Tirano: Por que tinha muito acidente? Porque tinha muito acidente, porque eles não, não tinham grande segurança, facilitação... [O] sujeito às vezes ia trabalhar trepado lá, pisando sem, sem uma...

PTM: Não tinha uniforme?

João: É, não tinha uniforme, não tinha uma... Às vezes, trepado numa escada, não fazia andaime, não faziam nada. Às vezes trepavam a pessoa no cano pra apertar um parafuso, às vezes caía. Às vezes tava o sujeito embaixo, facilitando, às vezes caía um cano, pegava... Era assim, não tinha fiscalização. Não é como hoje. Hoje tem a CIPA. A CIPA anda de seção em seção ver o que não tá de acordo: se o sujeito tá sem capacete; se o lugar que ele tem que usar bota, ele não pode tá sem a bota; se é um lugar que tem que usar luva, ele não pode tá sem luva; se o lugar vai esmerilhar qualquer coisa, ele tem que usar o óculos.

PTM: E vocês nunca se preocuparam com isso? Nunca se preocuparam, diante de tantos acidentes?

João: Pois é, depois mais tarde é que entrou a CIPA, aí é que veio vindo mais um... Mais rigor.

PTM: Vocês antes nunca, os operários se uniram pra pedir...

João: Pra pedir? É, não adiantava.

PTM: Mas vocês faziam, vocês pediam isso, vocês achavam...

João: Não adiantava pedir, não adiantava pedir... Porque os próprios chefes diziam que nós não temos direito porque a firma não quer dar. Agora de uns anos é que

entrou. Aí já veio a bota, já veio a luva, já veio o capacete, veio o cinturão, veio a máscara, veio tudo... Eu sei que no lugar que nós trabalhava, tipo no lugar que nós trabalhava, era um absurdo, porque no lugar que tinha gás, que tinha o ácido, a gente entrava ali cinco minutos... Geralmente entrava ali e saía escorrendo sangue pelo nariz, expulsando sangue e depois que veio máscara, aquela coisara e capacete aí melhorou.

PTM: Mas isso foi bem mais tarde?

João: Bem mais tarde.

PTM: Aí muita gente ficava doente, toda hora...

João: Oh, muita gente vivia... Outros atacados do pulmão, outros saía. Teve muitos que saía dali e logo depois não podia voltar mais trabalhar porque o organismo dele já não aguentava aquilo ali... Agora eu fui muito forte porque onde eles entravam com máscara eu entrava sem máscara.

PTM: Ah o senhor... (risos).

João: E até todo mundo dizia...

PTM: O senhor nunca teve problema?

João: Não, graças a Deus.

A adoção dos equipamentos de segurança foi um processo progressivo, implantado no decorrer dos anos pelas IKPC. Porém, até que a sua utilização chegasse em um nível aceitável, muitos trabalhadores se machucaram e, inclusive, perderam suas vidas em Monte Alegre. A fala de Tirano também nos encaminha para um outro tópico que se concatena à segurança e à saúde dos operários: a poluição industrial. Como vimos no início desse capítulo, as consequências ambientais da produção de papel e celulose são um tabu dentro da narrativa metacoletiva da fazenda – mas estão bastante presentes na experiência e nas lembranças dos médicos e moradores da *company town*.

5.2.4 Os problemas de saúde pública: a poluição e as epidemias

Se não havia preocupação em resguardar a vida dos trabalhadores nos primeiros anos de atuação da indústria, que dirá uma consciência de preservação do meio-ambiente. É importante que se frise que o reflorestamento passou a ser implantado não com o propósito de se conservar a flora, mas como medida para garantir o fornecimento de matéria-prima. Tal sentido completamente utilitário é, muitas vezes, distorcido dentro da memória metacoletiva de Monte Alegre – restando a impressão de que, desde a década de 1940, as IKPC já praticavam a “responsabilidade ambiental”. O caso é outro, como apontam as memórias fracas. Não só os trabalhadores eram submetidos à poluição no chão da fábrica, como todos os moradores da *company town*. Havia fumaça e poeira no ar e ácido na água.

Cunha (1982) também elegeu a saúde dos operários como um de seus focos de pesquisa, no entanto, encontrou dificuldade em tratar do assunto – tanto pela escassez de fontes e documentos quanto pela “cautela” dos médicos consultados em apontar causas para

as doenças mais recorrentes em seus gabinetes. A maioria fugia das perguntas da pesquisadora ou, então, dava respostas evasivas. O fato é que as doenças mais frequentes registradas em Monte Alegre até os anos de 1980 estavam diretamente relacionadas à qualidade do ar e da água. Os dados levantados por Cunha (1982) apontam que a gastroenterite, a pneumopatia, a bronquite, a pneumonia e a broncopneumonia acometiam todas as faixas etárias, de bebês a adultos. O único médico que aceitou cruzar os casos do seu consultório com as possíveis condições de insalubridade e poluição ambiental às quais os trabalhadores e moradores de Telêmaco Borba eram submetidos foi o do setor agroflorestal das IKPC.

Embora o paciente vindo da cidade de Telêmaco Borba não seja o mais comum em sua clínica, a incidência de casos de pacientes, principalmente crianças, portadores de doenças respiratórias é marcante. Gases de enxofre atacam a estrutura do alvéolo pulmonar ocasionando asma, bronquite e enfizema. Coloca o trabalhador da mina de carvão como sujeito à infecção pulmonar, silicose, enfizema e fibrose. A arefação do ar no ambiente de trabalho predispõe o organismo do trabalhador a essas doenças. Quanto ao aparecimento frequente de diarreias entre os trabalhadores fabris, vê os hidratos de carbono (farináceos) – alimentação básica, preparada na véspera e acondicionada em embalagens para serem consumidas, muitas vezes, no dia seguinte – como frequentes causadores desses distúrbios gástricos. As entrevistas com os trabalhadores atuais da Empresa confirmaram o diagnóstico do médico da agroflorestal, pelo aparecimento frequente de diarreias entre os trabalhadores de três horários e também casos de silicose comprovada entre os mineiros. (CUNHA, 1982, p.115-116).

O gás de enxofre, que confere constante mau cheiro à atmosfera de Monte Alegre, é resultado do processo de cozimento da madeira para a produção de celulose. Apesar do médico agroflorestal ter associado as gastroenterites à alimentação, elas também estão ligadas à qualidade da água e ao seu tratamento. Como vimos, a instalação do esgoto e o fornecimento de água encanada já foram projetados para a *company town* dos anos de 1940. No entanto, até o final dessa década, tomar a água que vinha pela torneira ainda podia ser perigoso. Nesta carta de 8 de junho de 1949²¹¹, arquivada pela Secretaria Geral das IKPC, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba alertava que as análises colhidas no tanque de abastecimento da cidade-empresa foram classificadas como “suspeitas”, apontando excesso de oxigênio, excesso de matéria orgânica e poluição pela bactéria *Escherichia coli*. O texto ainda diz que não era “caso para alarme imediato”, mas

²¹¹ Carta do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba (PR) às IKPC, 08/06/1949. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

recomendava que alguma providência fosse tomada o quanto antes, pois não havia dúvida “de que a referida água só deve ser bebida uma vez filtrada ou fervida”.

Os próprios moradores da *company town* pareciam estar atentos à pouca qualidade da água fornecida. Francisco Maria Quadrado disse em sua entrevista ao projeto *Tempo e Memória* que o “ácido” proveniente da produção de papel o motivou a procurar um outro lugar para morar, mais afastado da fábrica. Tito rodou a fazenda até encontrar uma fonte intacta, onde o “ácido não batia”. Para quem morava nos acampamentos florestais e nas redondezas, as mudanças na água foram ainda mais evidentes. Os “cablocos” dependiam dos rios e, com a vinda das IKPC, tiveram de adaptar muitos de seus costumes. Vaelson Teixeira e Donis Teixeira²¹² nasceram na atual cidade de Ortigueira, na região do Lageado Bonito, nas décadas de 1930 e 1940 respectivamente. Filhos de pequenos produtores rurais, criaram-se às margens do rio Tibagi. Mesmo com a construção da fábrica e com a oferta de empregos, optaram por permanecer no Lageado, dedicando-se à terra até o final da década de 1970, quando se mudaram para Telêmaco Borba. Ambos se lembram da mudança nítida da água e da flora da região – substituída por *pinus*, espécie de pinheiro não-nativa, introduzida pelo reflorestamento.

Juliana Teixeira: Vocês sentiram alguma mudança assim no clima, na água? Por causa da poluição...

Vaelson Teixeira: Poluição da água, poluição do rio Tibagi, poluído, né? Mudou muito a água do rio.

Juliana: Mudou, vô? Morria peixe, essas coisas?

Vaelson: Mudou. A água mudou muito. Morria peixe, água muito suja, a água não limpava, né? Vinha muito carvão.

Juliana: Carvão?

Vaelson: Carvão! Vinha muito carvão.

Donis Teixeira: Muita espuma.

Vaelson: Muita espuma, né? Muita...

Juliana: Deu pra sentir lá, então? Na Campina deu pra vê tudo isso...

Donis: Lá na Campina! Ali onde, na minha casa... Ali pra cima da casa de vocês, que nós morava ali, né? Nós moremo 20 anos pra cima ali. Nossa! Mas era uma espuma medonha ali!

Juliana: É mesmo?

Donis: Muito, muito! Morria muito peixe que tinha que parar de pescar.

Vaelson: Quando a água tava escura ansim, meia escura, meia marrom, sabe? Se você entrava na água assim, depois saía da água e ficava branca a perna da gente, aquela... Não dava pra entrar na água não. Passava a mão, diz que parece uma farinha, né? Branqueava parece, tipo farinha, sabe?

Donis: E os peixe morriam tudo.

Juliana: Nossa, então a poluição foi feia mesmo.

Donis: Diziam que era soda, diziam que era soda que sortavam aqui.

Vaelson: Poluiu muito a água do rio, os poço, né? Que tinha, ficou tudo... foi entupindo, né? De areia, de barro... Muito limbo, liso.

²¹² Entrevista realizada pessoalmente, na casa dos entrevistados em Telêmaco Borba, em 19/09/2016.

Juliana: Nossa, não sabia não.

Donis: E a mata também que tinha também foi cortado tudo e prantado outras coisa...

Juliana: Plantado o *pinus*, né?

Donis: *Pinu, pinu*, que era mata em toda parte foi cortado e prantado.

Vaelson: Mato, o que tinha de vegetar foi cortado e plantado *pinus*.

Donis: Tinha bastante perto da fábrica nova ali [Unidade Puma], Ju, tinha bastante pinheiro, como dizem, araucária. Mas tinha bastante e foi derrubado tudo pra fábrica aqui. [...]

Juliana: E os bicho? Sumiram por causa de cortar a mata ou não?

Vaelson: Sumiram.

Vaelson e Donis disseram que demorou anos até que os rios da região “dessem uma limpada” e que os peixes parassem de morrer. Provavelmente, esse processo tenha seguido o mesmo ritmo de implantação de tratamento dos dejetos da produção fabril. Vaelson ainda se recordou da sua adolescência, quando costumava acampar na beira do Tibagi para pescar. Ele e os amigos improvisavam uma barraca, “pegava água pra cozinhar, tomava aquela água, que era bem limpa. Depois daí, quando começou a vim o veneno na água, poluiu”. A pesca nas horas de lazer, naturalmente, foi abolida – bem como os banhos ocasionais, já que a espuma e a “soda” ressecavam a pele e deixavam-na “enfarinhada”.

Não é objetivo desta tese versar profundamente sobre as questões ambientais, até porque nos falta o escopo teórico para tanto. Porém, é importante salientarmos que a poluição não só existiu, como foi nítida para os moradores da região. Outras fontes de abastecimento de água tiveram que ser utilizadas, a pesca ficou comprometida, o Tibagi passou a verter “veneno”, as áreas verdes tiveram a fauna esvaziada – tudo isso veio a reboque do progresso fabril. A mesma empresa que abriu estradas e oportunidades para a “corrutela de índios”, fez também cair sua qualidade de vida. E é este jogo de bônus e ônus que fica esquecido na memória metacoletiva de Monte Alegre. Na sua versão forte, a narrativa de instalação da indústria é um apanhado sem fim de benefícios.

Outro assunto cuidadosamente guardado em redes informais de comunicação são as epidemias que assolaram a *company town* nos anos de 1940. O aumento repentino da população na fazenda, aliado à proximidade com a mata e os rios, fizeram os casos de malária e febre amarela aumentarem exponencialmente. Paulo Rios Fernandes²¹³, médico da cidade-empresa e marido de Fernandes (1974), conta em entrevista ao projeto *Tempo e Memória* que o primeiro grande problema de saúde pública em Monte Alegre foi a malária, “porque a malária estava no Paraná, perto desses rios, onde tinha rios, grassava incrivelmente”. O

²¹³ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em agosto de 1993, em Curitiba (PR).

médico também relata que, durante o período da Segunda Guerra Mundial, os dois remédios utilizados para se combater a doença – Atebrina e Atabrina – sumiram do mercado. A solução encontrada foi improvisar um tratamento com remédios manipulados, a base de cloridrato e sulfato de quinino.

Paulo Rios Fernandes: Mas acontecia também que muitas vezes esse sulfato de quinino e esse cloridrato de quinino era falsificado, era pó de giz, então você tinha que sair do sulfato e do cloridrato de quinino que eram falsificados para arrumar alguns produtos que diziam que eram bons para maleita, como violeta de genciana, o tal de gambio azul, não sei o quê, que se fazia na veia, paulidan, e não sei o que mais, então a luta contra a malária foi muito grande. Isso só melhorou... Naquele tempo a parte de saneamento era um tal de Via de Paris, que devia engordar mosquito.

Projeto Tempo e Memória (PTM): Via de Paris, o que é isso?

Paulo: Via de Paris era nome da substância que se colocava nos rios, nos córregos, nas águas paradas. E mesmo quando foi fundado o Harmonia Clube não tinha nada ainda [...]. E nós como médicos, né, eu, o [Euclides] Marcolla, dissemos: ‘não, nós vamos sanear bem aí com Via de Paris’. Mas aquilo no fim não matava nada, nós descobrimos que aquele negócio era para engordar mosquito. Mas no fim, uns anos depois, logo em seguida, começou a haver o Departamento Nacional de Malária, que o Brasil tinha, e esse Departamento Nacional de Malária ajudou muito, veio o DBT, o BHC, essa coisa toda, e aí então se conseguiu acabar com a malária. Mas a luta foi muito grande no começo, tanto que em Mauá, o pessoal de Mauá que trabalhava na represa, começaram a aparecer tantos maleitosos que os hoteizinhos que eles tinham feito em Harmonia, antes de serem inaugurados como hotéis, foram inaugurados como hospitais de emergência, porque a malária grassava incrivelmente. Nós íamos três vezes por semana, eu e o Marcolla, para Mauá, então num dia um ficava no ambulatório, o outro ia nas casas, e o número de casos de doença de malária era horrível, foi muito difícil naquele tempo.

Vítimas do pó de giz ou do “Via de Paris que só engordava mosquito”, os médicos tiveram que enfrentar a epidemia de malária em Monte Alegre. Antes mesmo de Luiz Vieira chegar, a equipe que administrou as primeiras obras na fazenda alertava o escritório-sede em São Paulo sobre a proliferação excessiva de pernilongos. Nesta carta de 27 de janeiro de 1942²¹⁴, não assinada, a situação na região da fábrica era estável, mas havia uma preocupação com a construção da barragem e o desvio do rio. O leito antigo, cheio de buracos e pedras, certamente reteria água de chuva e infiltrações – “habitat propício à criação e proliferação de larvas de pernilongos. O melhor de prevenir a disseminação desses insetos é o de esgotar e secar os poços de água parada que já começam a ficar verdes [...]”. Para tanto, solicitavam o envio de “algumas bombas de ‘membrana’ à mão” e esperavam, assim, “fazer decrescer o perigo da maleita que, no momento, com o número de pessoas muito aumentado, poderia ter consequências peores do que nos anos anteriores”.

²¹⁴ Carta da administração da Fazenda Monte Alegre, não assinada, ao Escritório das IKPC em São Paulo (SP), 27/01/1942. Fonte: Centro de Documentação e Memória da Klabin.

Não há registro do envio ou do recebimento das bombas – no entanto, sabemos que, mesmo com as medidas preventivas, a malária se tornou uma epidemia por vários anos. Em 1944, quando Getúlio Vargas fez sua visita à Monte Alegre, Fernandes (1974) anotou em seu livro que uma das grandes preocupações dos Klabin era proteger o presidente do mosquito, evitando que se expusesse nos horários mais críticos do dia. Euclides Marcolla²¹⁵, também médico das IKPC na década de 1940, disse ao projeto *Tempo e Memória* que, em 1945, o Hotel Central da *company town* chegou a abrigar 800 internados maleitosos, corroborando as lembranças dos “hospitais de emergência” de Paulo Rios Fernandes. Marcolla ainda narrou as ações preventivas *in loco*, feitas nos próprios locais de trabalho. Os trabalhadores eram obrigados a tomar quinino mesmo se não estivessem doentes:

Euclides Marcolla: [...] Essa Mauá, e essa barragem que tem aqui no Harmonia Clube, aquilo ali eu ia com o Dr. Luiz Vieira todo dia de manhã, às 7h da manhã, ele ficava de um lado, eu ficava do outro, e a enfermeira do lado dele, e eu com uma panelinha com cápsula de quinino lá dentro, então o cara para ir trabalhar, passar aquela portinha para entrar para a barragem, ele tinha que tomar uma cápsula, se o cara não quisesse tomar, dizia: ‘Não, eu estou com um zumbido no ouvido’. Porque aquilo dá um zumbido no ouvido e a pessoa fica meio tonta. ‘Eu não posso tomar.’ Toma, se não tomar, vai embora. ‘Eu não quero tomar.’ Então vai lá em cima, pede a conta para o [trecho inaudível], que era o Chefe do Pessoal, e ele dava a conta mesmo. Todos os dias naquela coisa ali dando quinino para os trabalhadores, para não pegarem malária.

Apesar não ter sido tão extensa quanto a malária, na década de 1950, a epidemia de febre amarela silvestre também rondou as fronteiras da *company town*. De acordo com Paulo Rios Fernandes, os primeiros casos apareceram no estado de São Paulo e, pouco tempo depois, já estavam no Paraná. Por apresentar um quadro clínico fácil de se diagnosticar, assim que notou dois casos, o médico já redigiu um relatório para a diretoria das IKPC, informando da situação. Horácio Lafer, que na época era Ministro da Fazenda do segundo governo de Vargas, entrou em contato com o Ministério da Saúde. Como se tratavam de ocorrências isoladas, não ganharam a atenção que Paulo achava necessária – e nenhuma medida foi tomada. Sem apoio, o médico utilizou uma autópsia improvisada para provar que a febre amarela já tinha feito suas primeiras vítimas em Monte Alegre:

Paulo Rios Fernandes: [...] Mas naquele tempo era uma prática interessante, tinha o Pedro Louco, o Pedro Louco era o homem que cuidava do cemitério...
Projeto Tempo e Memória (PTM): Era o coveiro.

²¹⁵ Entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória da Klabin em 10 de outubro de 1991, em Telêmaco Borba (PR).

Paulo: Era o coveiro. E o tal do Pedro Louco naquele tempo começava a mandar para Monte Alegre uns vidrinhos que se fazia... e deu muita encrenca essa coisa, que a gente tinha que ter um lugar separado para fazer isso aqui, mas no interior havia um controle de se fazer uma biópsia hepática, então tinha um aparelhinho assim, que punha aqui no fígado, puxava, saía, ele saía com um pedacinho de fígado, aquilo então era acondicionado naquele vidro, e ia para exame anatopatológico. E lá pelo nosso 6º caso, ou 7º caso, apareceu um laudo, que eu não sei bem aonde, mas apareceu em São Paulo um laudo dizendo que estava diagnosticado anatopatologicamente a febre amarela em Monte Alegre. Se nós não tivéssemos o Pedro Louco, que se arriscava a morrer cada vez que tirasse aquele...

PTM: Ele que fazia isso? Ele que fazia autópsia?

Paulo: O coveiro é que fazia esse negócio. Quando chegava o defunto, que chegava de várias partes, muitas vezes até sem atestado de óbito, de lugares em torno, ele era o encarregado de fazer aquela coleta e mandar. E quem é que podia fazer a não ser o coveiro, né? Mataria um médico se fizesse um negócio daquele, né. Então esse caso foi muito interessante, porque aí nós recebemos imediatamente do nosso Ministro Horácio Lafer o seguinte comunicado: ‘de fato há febre amarela em Monte Alegre, acabei de ser comunicado, agradeço pelo empenho que teve durante esse tempo de nos comunicar, e daqui há 2 ou 3 dias vocês terão aí a Fundação Rockefeller vacinando todas as pessoas, preparem todos os habitantes de Monte Alegre para serem vacinados pela Fundação Rockefeller.’

A vacinação foi eficiente e não houveram mais casos de febre amarela silvestre em Monte Alegre na década de 1950. Já a campanha de combate ao tifo não teve esse mesmo sucesso. Associada à falta de saneamento da água, a doença também acometeu uma parcela significativa de moradores da *company town*.

Paulo Rios Fernandes: Outra coisa que nós tivemos depois da malária era o tifo, o problema de água, o problema de tifo, mesmo na própria barragem de Harmonia nós tivemos alguns casos de tifo. Então nós levávamos muito a sério a vacinação anti-tífica, que também era relativo, porque essa vacinação também não era lá uma coisa assim que vacinasse de fato, só vacinava pouco. Aí isso nos levou dificuldades até o descobrimento da Cloromicetina. Com o descobrimento da Cloromicetina então a febre tifóide não chegava nem a ser registrada, porque a gente dava 2, 3 dias a Cloromicetina e acabava a febre tifóide.

Euclides Marcolla dedicou uma boa parte de sua entrevista ao projeto *Tempo e Memória* para falar sobre a epidemia de tifo em Monte Alegre. Segundo ele, foi um “problema até muito sério” que o fez, inclusive, pensar em deixar o trabalho na fazenda. Marcolla já tinha tratado de tifosos na cidade de Castro (PR) antes de vir à fazenda, e não tinha boas lembranças. “O cheiro da doença” – como ele classificou – era intenso e “pegava no médico”. Os primeiros casos apareceram em Mauá, nos barracões que abrigavam mais de uma família.

Euclides Marcolla: Era uma casa bem grande dividida, aqui morava uma família, separado com parede. Então eu entrei na primeira casa, eu não esqueço até hoje, que é uma amiga minha, a Laura Ribas, eu cheguei lá, a Laura estava ruim. O quê que

houve, Laura? ‘Ah, Dr. Marcolla, eu estou com uma febre, eu não sei o que é, eu estou mal.’ Mas quando eu entrei dentro do quarto dela...

Projeto Tempo e Memória (PTM): Já sentiu o cheiro.

Euclides: Senti o cheiro. Eu digo: essa menina está com tifo. Não disse nada para ela, mas eu examinei, constatei o tifo. [...] Desinfetei a casa toda, mandei botar cal nas privadas, separei o material dela...

PTM: Porque é altamente contagioso, né?

Euclides: Contagioso. Então eu separei tudo e avisei para não deixar as crianças chegarem muito perto dela, lavar as mãos, não comer com as mãos, nada com as mãos sujas. Saí dali, desci aquela escada, o outro me chama: ‘doutor, faça o favor, aqui’. Eu peguei 6 casos, um do lado do outro.

Marcolla diagnosticou esses seis casos em 1946 e, imediatamente, relatou a Luiz Vieira, mesmo sem a comprovação laboratorial do tifo, “guiado apenas pelo cheiro”. Ele pediu ao “chefão” para usar a ambulância das IKPC e ir até Curitiba buscar “vacininhas de Brusquetini”. Tal atitude fez com que entrasse em conflito com Ernesto Duboc, chefe do Setor Médico na época. Duboc não queria ceder a ambulância, Marcolla, então, recorreu à autoridade de Vieira e conseguiu o transporte.

Euclides Marcolla: [...] Eu tive tanto azar, que a ambulância saiu de manhã, quando foi de tarde tinha um caso de parto lá no Km 28, e não tinha ambulância, e o Ernesto então pedia a ambulância [ao Setor de Transportes], aí ele disse assim: ‘mas a ambulância foi para Curitiba’. ‘Mas quem que mandou?’ ‘O Dr. Marcolla.’ ‘Ah, não pode, não tem minha autorização, o Médico Chefe sou eu.’

Irritado por ter sido desautorizado, Duboc colheu amostras de sangue de todos os casos diagnosticados por Marcolla e encaminhou-as para um laboratório de São Paulo, esperando comprovar que o colega estava errado. Os resultados, porém, apontaram cinco ocorrências positivas e uma “duvidosa”. Os exames colocaram Horácio Lafer em alerta, e ele decidiu vir à fazenda pessoalmente para tratar do assunto.

Euclides Marcolla: [...] o Ernesto mandou para São Paulo, mas como chegou em São Paulo [...] quem recebeu aquilo lá foi o Dr. Horácio Lafer, ele recebeu aquilo e disse: ‘ué, tifo em Monte Alegre? Não pode, eu quero saber como é que está esse negócio lá. Então esse exame vai para o laboratório, quando for para mandar para Monte Alegre, passa pela minha mesa aqui, que eu quero passar um rádio para lá, eu quero saber o que é isso.’ Mas dito e feito, veio, ele passou um rádio para cá, passou um rádio para o Ernesto que era o Médico Chefe, dizendo para o Ernesto o seguinte: ‘dos 6 casos encaminhados para exame, 5 deu positivo e 1 duvidoso, e duvidoso não é negativo.’ Então ele recebeu aqui, aqui vinha rádio de lá, não tinha... Ele recebeu aquilo, guardou, não disse nada. Dali mais ou menos uns 15 dias, ele recebeu um aviso de São Paulo do Horácio Lafer: ‘estarei em Monte Alegre tal dia. Horácio Lafer.’ O Ernesto quando viu aquilo disse: ‘e agora, ele vai perguntar...’ Ele pensou assim, né, não sei: ‘ele vai perguntar para o Marcolla se eu recebi os exames de laboratório’. Aí no outro dia chegou para mim o Ernesto: ‘Dr. Marcolla, eu vim trazer para você os resultados.’ Eu olhei assim, olhei a data, fazia 10 dias que estava ali no posto. Deu 5 casos positivos e 1 duvidoso. Eu fui direto para o Dr. Vieira: dr. Vieira, o senhor recebeu algum aviso do Ernesto dos casos de tifo? ‘Não.’ Pois é, pergunte a ele onde é que está o rádio que veio de São Paulo do Dr. Horácio Lafer.

Ele perguntou para o Ernesto, o Ernesto deu para ele. ‘Mas como é que você fica com isso aqui, isso é falta de ética profissional. O que é isso? O Marcolla está tratando esses doentes, você escondeu isso durante 10 dias.’

Para Marcolla esse foi o motivo da demissão de Duboc do Serviço Médico de Monte Alegre. No entanto, como constatamos na documentação de Vieira, essa, provavelmente, foi só mais uma das razões do desgaste do relacionamento de Ernesto com a chefia da *company town*. Colocando os desentendimentos hierárquicos à parte, os relatos dos dois médicos apontam para três epidemias em Monte Alegre entre as décadas de 1940 e 1950: malária, febre amarela silvestre e tifo. Levando, ainda, em consideração os males da poluição, manter a saúde na cidade-empresa podia ser um grande desafio.

5.2.5 A população do entorno da fazenda e o garimpo às margens do Tibagi

Ainda que o *nomos* dos pinheirais queira negar, tanto a Fazenda Monte Alegre quanto seus arredores já tinham uma considerável população nativa. Do outro lado do Tibagi, homens e mulheres se dedicavam ao campo, ocupando pequenas propriedades rurais. Lugares como o Lageado Bonito (citado vez ou outra nas narrativas orais) tinham vida própria, com comércio local. Donis Teixeira, Vaelson Teixeira e Francisco de Assis Alves são legítimos “caboclos” da terra. Os três são do atual município de Ortigueira e moraram durante muito tempo na região do Lageado. Vaelson nasceu no Lageado Bonito em 1935. Era criança quando começaram as primeiras movimentações em Monte Alegre. Da sua família, foram poucos os que se tornaram operários na *company town*. Porém, não faltaram amigos e conhecidos que trocaram a roça pela fábrica. Ir à Harmonia se tornou, então, um passeio recorrente na década de 1940:

Vaelson Teixeira: Eu vinha seguido na Harmonia [*company town*] quando era piá, né?

Juliana Teixeira: É? Que que você vinha fazer aqui no Harmonia, vô?

Vaelson: Eu vinha passear, né? Que tinha os conhecido, nossos amigo, uns vizinho de lá que mudaram tudo pro Harmonia pra trabaiaar, né? Fichado. Então tinha os piá, a gente brincava. Daí nós descia lá na fábrica, sabe? Aquele pessoar tava trabaiaando de marreta, com aqueles plainado tudo, com enxada assim... Nós entrava por dentro da fábrica, aqueles piá que tavam, os conhecido, mexia tudo lá por dentro, saía e ninguém falava nada! Ficava bulindo lá (risos).

Os quilômetros entre sua casa e Harmonia eram percorridos a pé – mas nem a caminhada de quatro a cinco horas desanimava a turma de Vaelson. Apesar de classificar a *company town* como uma “cidadinha” naquela época, conta que dificilmente ia até lá para

outro fim que não a brincadeira. Tudo o que precisavam quase sempre encontravam no próprio Lageado Bonito. Vaelson descreve a região como um “bairro”, com “quatro ou cinco armazéns, bem sortidos”. Com igreja, grupo escolar, bailes periódicos e até “carreira de cavalo”, a vila movimentava a beira do Tibagi.

De fato, o Lageado – que à época ainda fazia parte da Vila de Queimadas²¹⁶ – reunia não só uma série de pequenos produtores rurais, mas também os trabalhadores do garimpo. Vaelson se recorda que “os mais antigos tratavam a região de Bahia”, justamente porque homens e mulheres vieram deste estado para procurar diamantes no Tibagi. Entre os velhos do município de Telêmaco Borba, é comum que se refiram genericamente aos garimpeiros dos anos de 1930 e 1940 como “baianos”, ou como “baianada”. Pedro Baguá citou a “baianada” na sua entrevista ao projeto *Tempo e Memória*:

Pedro Baguá: No rio Tibagi tinha a baianada, eu mesmo trabalhei no garimpo. Eu conheço o rio Tibagi até quase Mauá. [...]

Projeto Tempo e Memória (PTM): E para quem que vocês vendiam esses diamantes?

Pedro: Para capangueiro comprador, vendia para os baianos, tinha alguns baianos que vinham comprar...

PTM: Mas baiano porque era baiano mesmo da Bahia?

Pedro: É baiano mesmo da Bahia, e só moravam naquele rancho para ficarem compradores de diamante.

PTM: Não eram aqui da região?

Pedro: Não, da região naquele tempo não era, da região não tinha movimento nenhum, era pouca gente.

PTM: E o senhor lembra quando que descobriram? Quanto tempo teve isso?

Pedro: Ih, o diamante, quando eu era guri já existia o garimpo, pegavam diamante na região, ninguém ligava, quem descobriu o garimpo daqui foi a baianada que vinha da Bahia, que começaram a garimpar e...

PTM: Mas era baianada mesmo?

Pedro: Não, eram alguns baianos, mas diziam baianada, depois tinha muito baiano que trabalhava, mas eram poucos baianos, mas então se dizia baianada.

Francisco de Assis Alves também lembrou dos baianos garimpeiros e, principalmente, daqueles que não tinham sorte nas águas do Tibagi. Com poucas pedras para vender, esses trabalhadores acabavam tendo uma vida de muita miséria.

Francisco de Assis Alves: Mas tinha gente que vivia apurado, tanto que vivia gente lá daqueles garimpeiros que veio de fora mesmo, lá da Bahia, um tar de Pedro Romário e aquelas turma lá, eles já são morto já. A gente ia lá, eles tavam só de carçozinho, aqueles carçozinho que tava... parece criança, né? Só de carção sem camisa sem nada. E roupa ele quase não tinha, nem roupa pra saí, nem nos vizinho

²¹⁶ Vila de Queimadas foi o primeiro nome dado à região, quando ainda fazia parte da Comarca de Tibagi. Em 1951, foi emancipada como município e ganhou o nome de Ortigueira.

ele saía, tudo despedaçado. E num dava pra viver. Muita gente passava até fome, passou mesmo.

Para Pedro Baguá, a alternância sem meio-termo entre a riqueza e a pobreza era a característica fundamental do garimpo. A alegria e o luxo que vinham com os diamantes eram voláteis, consumidos instantaneamente em “festas e bebedeiras”. Um dos motivos, aliás, que leva os velhos de Telêmaco Borba a se referirem ao Lageado Bonito como um lugar de violência, onde muita gente morria de “morte matada”, é a presença constante dos garimpeiros e da sua riqueza sazonal. Mas nem só de “baianos” o garimpo era feito. Tanto Pedro, quanto Assis e Vaelson – nascidos na região – tentaram a sorte nas bateias. Isso demonstra que, a despeito da incerteza, ser garimpeiro era uma ocupação recorrente. Vaelson, por exemplo, começou a garimpar com 13 anos, “numa época boa, quando o garimpo ainda estava inteiro”. O rio Tibagi sempre foi o “diamanteiro”, mas outros afluentes (e barrancos) também eram explorados.

Vaelson Teixeira: Agora se eu conhecia o garimpo que tava falando ali do rio Tibagi, teve vários diferente ali na Campina, fora do rio Tibagi... Esse arroio do Vira Panela deu diamante, aquele lá da Campina que nois morava lá, aquele do meu pai, também deu bastante diamante.

Juliana Teixeira: O garimpo era forte, né vô?

Vaelson: Era forte.

Donis Teixeira: Ali no Tigre, também teve, deu muito diamante. [...]

Vaelson: É, deu no chão também...

Donis: É, que daí pegavam as pedra no barro, lavavam e... carrinho de mão.

Vaelson: Mas era no arroio mesmo, o pessoal tinha muito garimpeiro, foram longe tirando, longe no arroio, no barranco.

Com as pedras surgindo até no barranco, não é de se estranhar que os operários da *company town* tenham subido na estrutura da fábrica que levava cascalho do Tibagi para procurar ouro e diamante. Desde os tempos de José Félix da Silva, o garimpo sempre teve vitalidade em Monte Alegre. Mesmo depois da instalação e consolidação das IKPC, os garimpeiros nunca deixaram de tentar a sorte nas águas. Com suas canoas, peneiras e enxadas, faziam um “garimpo manual”. Trata-se, enfim, de um traço cultural regional que o *nomos* dos pinheirais não conseguiu apagar.

Juliana Teixeira: [...] Vô, e o que que vocês levavam pra garimpar lá? Que que eram os instrumentos do garimpo de vocês? Era só a bateia?

Vaelson Teixeira: É, naquele tempo nós tinha a canoa, né? Não é o bote que nós tem agora, era canoa. Canoa, peneira, tinha saco de virar cascaia, lavanca, enxada... Era mais isso aí.

Juliana: E aí como é que vocês faziam pra garimpar, vô? Cês iam na beira do rio?

Vaelson: Quando nós ia garimpar assim de manual, daí nós entrava na água e daí ia ca enxada, ia cavando, tirando as pedra e catando o cascaio e colocando dentro da canoa e depois da canoa ia pra peneira.

Juliana: Ah, daí na peneira que via se tinha diamante ou não.

Vaelson: Na peneira que ia descobrindo se tinha pedra.

Juliana: Você já pegou ouro, vô? Ou só diamante?

Vaelson: Peguei ouro também. Ouro nós pegava na bateia, né? Naquele tempo era uma bateia de madeira mesmo, grande assim. Bateava e bateava e ia saindo o pó tudo e ficava só o ouro, quase puro...

É importante destacarmos também que parte dessa população ribeirinha e rural não foi absorvida pelo trabalho fabril. Muitos optaram por continuar em seus sítios, plantando e cuidando das criações. Ainda que a instalação da fábrica provocasse reflexos no seu modo de vida – seja pela poluição, pela migração de amigos e vizinhos, ou até pelo aumento do fluxo de pessoas – a rotina que levavam continuou muito parecida. Tanto Donis como Vaelson Teixeira cursaram apenas até a 4ª. série nos grupos escolares improvisados do Lageado Bonito. Sem muita infraestrutura, Donis se recorda que nem banheiro tinham a disposição:

Juliana Teixeira: Se quisesse estudar tinha que fazer o quê?

Donis Teixeira: Naquele tempo nem se falava de sair estudar fora, minha fia... Era só ali, tirou o quarto ano: pronto! E também a gente ia, andava na escola até uma idade ali de 10, 12 ano, daí criança grande não iam, sempre brigavam nas escola, não dava certo. Aí era só pequeno e assim memo ainda brigavam. E na minha escola vou te contar que a gente pra sair lá pra fora não era assim dizia “dá licença”, tinha que levar uma pedra.

Juliana: Por quê, vô? (risos)

Donis: Uma pedra, Juliana! Pois aquela pedra parava assim em cima da professora ali, que não tinha carteira, fia. Era que nem nós tamo aqui, eu tava ali e era aquela carreira assim de aluno. Nós era uns... Decerto tinha umas 30 criança ou mais! E tudo aquelas mesa assim, dentro da igreja. Então aquela pedra parava em cima da mesa da professora do lado assim. Então cada vez de nós sair, tinha que levar aquela pedra pra não se misturar os menino cas menina e não ficarem lá pra fora brincando. Então a gente pegava aquela pedra, levava e ia lá no mato, porque nem casinha não tinha! Fazia o xixi e de lá vortava com aquela pedra e outro pegava. E daí não saía sem ser com aquela pedra! Aí esse fim! [...]

Assim que terminou seu tempo na escola, Vaelson já começou a ajudar os pais na lida da roça – e os passeios até a *company town* cessaram. Por estarem distantes da sede do município de Tibagi e por não serem vinculados às IKPC, quando adoeciam recorriam à Paulina, benzedeira do Lageado Bonito, ou, então, a Tálamo, o farmacêutico. Donis se lembrou de um aspecto pitoresco dessa farmácia: era também uma loja de tecidos.

Havia, portanto, muita vida no entorno da Fazenda Monte Alegre. Mesmo que esses “caboclos” não tivessem a “disciplina” e a “moral” esperada pela “escola primitiva”, não eram completamente avessos à sociabilidade, como a narrativa de Fernandes (1974) faz supor em alguns momentos. Francisco de Assis Alves ainda fez questão de frisar que quando

morava no Lageado Bonito, esforçava-se para participar de todas as eleições. Sem qualquer transporte público, ia com o cavalo até a sede de Tibagi (o que levava um dia inteiro), passava à noite na cidade, votava pela manhã, e fazia o caminho de volta. A despeito do cansaço, orgulha-se de, aos 91 anos, só ter faltado no último pleito para presidente, em 2014. Na ocasião, estava internado no hospital fazendo um “check up”.

Donis e Vaelson só vinham à Cidade Nova (depois Telêmaco Borba) muito esporadicamente, “porque tinha armazém onde nós morava. E a gente comprava também muita pouca coisa, porque a gente tinha tudo plantado”. Quando se casaram, em 1958, foram morar na beira do rio Imbauzinho, na região conhecida como Campina dos Pupos. Com três filhos, o sustento da casa continuou vindo do que produziam e da venda “do que sobrava”.

Juliana Teixeira: O que vocês plantavam e produziam ali, era pra vocês só? Ou não?

Donis Teixeira: Não, sobrava pra vender, sobrava.

Juliana: O que que vocês vendiam?

Donis: Porco, nós vendia muito porco. Tinha bastante porco. E sobrava... Às vezes vendia de cinco, seis. Não era assim magrinho, engordava, ficava aqueles porco gordo.

Juliana: E vendia pro pessoal ali [da Campina dos Pupos]?

Donis: Daqui! Daqui de Telêmaco Borba [Cidade Nova], [eles] iam buscar.

Juliana: Ah, eles iam buscar o porco lá?

Donis: Iam buscar. Porco, vaca a gente também já criou, alguma dava pra vender. E feijão às vezes tinha pra vender.

Juliana: Tudo eles iam buscar lá?

Donis: Tudo, tudo iam.

Juliana: Mas como é que vocês negociavam? Eles apareciam lá [no sítio] ou vocês vinham aqui [em Cidade Nova]?

Donis: Não, vinha aqui [em Cidade Nova]! Vinha aqui, vendia, marcava o dia e eles ia buscar. Porco assim a gente vinha, vendia, fechava, daí trazia. Às vezes tinha [trecho inaudível] pras beira do rio, daí fazia uma cordinha, ponhava na perninha do porco e vinha tocando devagazinho porque tava gordo.

Donis e Vaelson só se mudaram para Telêmaco Borba no final dos anos de 1970 porque venderam o sítio onde moravam. “Caboclos” resistentes, parecem não ter absorvido as diretrizes memoriais do *nomos* das IKPC. Para eles, não há marcos de divisão em sua trajetória de vida – talvez quando deixaram a terra, mas tal decisão não engloba necessariamente a fábrica. São a “corrutela de índios” que não se deixou “civilizar”, cuja existência foi empurrada para os regimes fracos da memória metacoletiva da região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a saída gradativa de Luiz Vieira da chefia das IKPC em Monte Alegre a partir de 1946, as barreiras que “fechavam” a *company town* foram se afrouxando. O burocrata “matador de dragões” deixava a cena – seu trabalho havia sido cumprido depois de quatro anos de ordens, regulamentos, memorandos, cartas e relatórios. A fazenda já não era mais um sertão e o Brasil tinha outros “oestes” a se desbravar. Com o afastamento de Vieira, Samuel e Horácio Klabin passaram a ser as grandes autoridades da cidade-empresa. Finalmente a família fundadora podia exercer integralmente sua autoridade e propriedade – a potência dos mandos e demandos, no entanto, jamais foi a mesma. Horácio Klabin, como vimos, ficou pouco tempo na diretoria geral. Desgastado com o restante dos sócios, resolveu se dedicar ao que mais tinha lhe agradado em Monte Alegre: estruturar núcleos habitacionais. Foi assim que, nos primeiros anos de 1950, os primeiros trabalhadores da fábrica migraram para os lotes que começavam a ser vendidos na margem oposta do rio Tibagi. De casa em casa, a Cidade Nova de Horácio foi ganhando em tamanho e importância. Uma década depois, já tinha relevância suficiente para suplantar a antiga *company town* e transformar-se no município de Telêmaco Borba.

É interessante notar que, se formos analisar a linha-do-tempo traçada em Monte Alegre, a cidade-empresa esteve em plena operação (com todos os seus recursos, suas obras infraestruturais e seus muitos regulamentos) por menos de 10 anos. No início da década de 1940, ainda se estruturava. No final, já dava sinais de seu declínio e abertura. Esse curto tempo contrasta justamente com a extensão de suas consequências. As fronteiras podem ter sido abertas, mas o *nomos* instaurado na fazenda mostrou – e continua mostrando – vitalidade. Trata-se de um evento nos moldes arendtianos. Nem Luiz Vieira teria sido capaz de prever os rumos de seus documentos, cuidadosamente arquivados em caixas e inesperadamente fragmentados em narrativas, identidades e memórias. O *nomos* dos pinheirais representa um plano de ocupação completo: da terra ao *ser*, as ações tomadas naqueles anos, com seus eixos de inclusão e exclusão latentes, enraizaram-se em Monte Alegre. O mesmo regime que demarcou o chão, ordenou as balizas memoriais e identitárias metacoletivas da região.

Foi essa hipótese que nos norteou nesta tese. No decorrer dos cinco capítulos, esforçamo-nos para demonstrar o quanto conceitos como colonização, colonialidade do ser, estrangeiridade, instuição total, memórias fortes e memórias fracas foram capazes de abrir um outro horizonte de reflexões sobre a história de Telêmaco Borba. Olhando para a chaminé – e

também para sua sombra –, notamos que a cidade-empresa das IKPC, longe de ser formada por um grupo coeso e disciplinado de trabalhadores e supervisores, era permeada por conflitos, por contradições, por exclusões e por uma série de características que coexistem em todo ambiente onde se relacionam diferentes classes. Harmonia foi, antes de tudo, uma *company town*, e assim deve ser observada. Nas mesmas ruas em que circulavam as mulheres brancas dos industriais com seus colares de pérolas, estavam as “caboclas” esterilizadas pelo Serviço Médico. Na mesma fábrica em que engenheiros faziam cálculos sobre a velocidade e a temperatura da fumaça, “arigós” tinham que trabalhar com o nariz sangrando, expostos a gases tóxicos. Monte Alegre foi feita de contrastes, ainda que sua história e memória metacoletivas teimem em negar.

Nesse sentido, retomamos o diálogo que expusemos na introdução deste texto: história e memória, quando postas lado a lado, têm muito a dizer. Ambas se retroalimentam, influenciam-se, selecionam seus acontecimentos e seus heróis. A história da fazenda é feita da mesma substância que orienta as narrativas memoriais. E as narrativas memoriais, por sua vez, apoiam-se nos marcos históricos já consolidados. Como num ciclo permanente, história e memória (re)contam o passado em função do presente e da perspectiva de futuro. Fazendo da memória o cerne essencial desta tese, esperamos, então, ter contribuído para que esse ciclo possa sempre ser repensado, ou ao menos questionado em Telêmaco Borba. As possibilidades não se esgotaram, ainda há muitos caminhos a se percorrer – mas algumas das fissuras memoriais metacoletivas expostas aqui merecem continuar a mostra. É somente interpelando as memórias fortes, analisando o papel do paternalismo e dando espaço a memórias fracas e a outros protagonistas que sujeitos como os “caboclos” e os “arigós” virão à tona.

Por isso, é fundamental que recuperemos, também, a relevância das narrativas orais para esta pesquisa. Lançamos mão de outros tipos de fonte, é verdade, mas os tópicos sobre a resistência operária, os acidentes, a saúde pública e o garimpo só se tornaram possível porque tiveram seus narradores. Guardadas subterraneamente, essas lembranças não só desafiam a história e a memória cristalizadas de Monte Alegre como colocam em xeque a ideia que a maioria dos grupos dominantes tem de que “o esquecimento se instala com o tempo”. (POLLAK, 1989, p.9). Para aqueles submetidos aos eixos de exclusão, a longa espera pelo rompimento das memórias subterrâneas no espaço público não só as reforçam como as colore com doses amargas de ódio e ressentimento. Toda “política do esquecimento” corre o risco de carregar consigo o efeito rebote.

As memórias fracas de Monte Alegre ainda parecem esperar o momento oportuno de sua organização. A cada ano que passa, é mais difícil encontrar homens e mulheres que viram

o “fechamento” e a abertura da *company town* nos anos de 1940. Ficam seus descendentes – que nem sempre se preocupam em manter as narrativas familiares, mas que são igualmente submetidos à ordenação memorial do *nomos* dos pinheirais. Resta, então, o mal-estar das lacunas e das sombras que se escondem nas memórias fortes. Toda criança que nasce em Telêmaco Borba é imediatamente submetida ao cheio de enxofre que paira no ar. Há o incômodo, mas ela não sabe dizer bem por quê. Essa, talvez, seja a metáfora mais adequada para compreender o conflito e a vinculação desigual das lembranças da região.

Em áreas submetidas à colonização e à colonialidade do ser, o ideal é que haja uma atitude *des-colonial*. Rompendo com a dialética do reconhecimento imperial, o *giro de des-colonização* envolve uma nova forma de se reconhecer, desassociada do “aval” do homem branco. Nesse processo, os escravos (e toda a sorte de excluídos) se reconhecem entre si. “El giro de-colonial es también un giro humanístico, que aspira, en parte, a completar aquello que Europa pudo haber hecho pero que el *ego conquiro* hizo imposible: el reconocimiento de todo humano como miembro real de una misma especie, más allá de todo escepticismo misantrópico²¹⁷”. (MALDONADO-TORRES, 2007, p.161).

Se sustentamos que Monte Alegre foi submetida a um processo colonizatório, é fundamental que sinalizemos para seu *giro des-colonial*. É preciso desvincular a existência dos “caboclos” e “arigós” dos brancos industriais, “civilizados” e portadores do progresso. Tal processo passa, necessariamente, pela reflexão e pela mudança dos regimes de memória e identidade. Para que um descendente de “caboclo” ou “arigó” se reconheça dentro de seu grupo, é imprescindível que ele saiba quem foram os “caboclos” e os “arigós”; que olhe mais atentamente para a história e para os *lugares de memória* da região; que ouça os narradores operários que passaram pela instituição total obedientes ou desobedientes. Atitudes que, em maior ou menor grau, foram contempladas nesta tese.

Na última página de seu livro, Fernandes (1974, p.227) optou por finalizar sua narrativa com uma única frase: “Lá na Fábrica, as máquinas estão rodando”. Já que esta pesquisa, em muitos momentos, assume a forma de uma contra-narrativa de *Monte Alegre, cidade-papel*, façamos um adendo à observação da autora. Lá na fábrica, as máquinas estão rodando – e, aqui fora, a vida persevera.

²¹⁷ Tradução nossa: “O giro des-colonial é também um giro humanístico, que aspira, em parte, completar aquilo que a Europa podia ter feito mas que o *ego conquiro* tornou impossível: o reconhecimento de todo humano como membro real de uma mesma espécie, indo além de todo escepticismo misantrópico”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes consultadas:

COLÉGIO ESTADUAL Dr. Luiz Vieira. **A Fazenda Monte Alegre conta seu canto**: obras selecionadas mediante concurso literário. Telêmaco Borba: Klick Editora, 1997.

CONY, Carlos Heitor; LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer. **Wolff Klabin**: a trajetória de um pioneiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CORAIOLA, André Miguel. **Capital do papel**: a história do município de Telêmaco Borba. Curitiba: A.M.S. Coraiola, 2003.

FERNANDES, Hellê Vellozo. **Monte Alegre**, cidade-papel. Curitiba: Edição da Autora, 1974.

O TIBAGI, Monte Alegre, n.4, ano I, p.5, 1948.

O TIGABI. Monte Alegre, n.10, ano I, p.7, 1948.

PLANO DIRETOR DE HARMONIA. LT Arquitetura, Telêmaco Borba, mar., 2005.

Fontes documentais:

BIBLIOTECA PÚBLICA DE TELÊMACO BORBA. Acervo documental: Telêmaco Borba, 2016.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA KLABIN. Acervo documental: Jundiá, 2016.

MUSEU HISTÓRICO DE TELÊMACO BORBA. Acervo documental e fotográfico: Telêmaco Borba, 2016.

Fontes orais:

ALVES, Francisco de Assis. Entrevista concedida à pesquisadora na residência do entrevistado. Telêmaco Borba: 23 dez. 2016. (50'02''): gravação em áudio.

BODSTEIN, Arthur Oscar (entrevista, ago. 1993). Curitiba – PR, CDMY, 1993.

FERNANDES, Hellê Vellozo (entrevista, ago. 1993). Curitiba – PR, CDMK, 1993.

FERNANDES, Paulo Rios (entrevista, ago. 1993). Curitiba – PR, CDMK, 1993.

KLABIN, Ema Gordon (depoimento, 04/05/1992). São Paulo – SP, CDMK. 1992.

KLABIN, Horácio (entrevista, 06/10/1993). Rio de Janeiro – RJ, CDMK, 1993.

MARCOLLA, Euclides (entrevista, 10/10/1991). Telêmaco Borba – PR, CDMK, 1991.

OLIVEIRA, Elieze Mathias (entrevista, 08/10/1991). Telêmaco Borba – PR, CDMK, 1991.

PINTO, João Batista de Paula (depoimento, 11/10/1991). Telêmaco Borba – PR, CDMK, 1991.

PRESTES, Pedro Ferreira (entrevista, ago. 1993). Telêmaco Borba – PR, CDMK, 1993.

REBONATO, Alcione Santos (entrevista, 11/10/1991). Telêmaco Borba – PR, CDMK, 1991.

TEIXEIRA, Donis. Entrevista concedida à pesquisadora na residência da entrevistada. Telêmaco Borba: 19 set. 2016. (49'07''): gravação em áudio.

TEIXEIRA, Vaelson Antunes. Entrevista concedida à pesquisadora na residência do entrevistado. Telêmaco Borba: 19 set. 2016. (49'07''): gravação em áudio.

QUADRADO, Francisco Maria (entrevista, ago. 1993). Telêmaco Borba – PR, CDMK, 1993.

Bibliografia:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **Los clínicos de las pasiones políticas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12.ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ASSIS Chateaubriand. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa378473/assis-chateaubriand>>. Acesso em: 1 de jun. 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, Brasília, mai./ago., 2013, p.89-117.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana B. **Company towns**: labor, space and power relations across time and continents. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 15.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BREPOHL, Marion. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos extensionistas do império, 1896-1914. **Revista Brasileira de História**, v.33, n.66, São Paulo, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882013000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 de jun.2017.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Economia**, Brasília, v.13, n.3b, set.-dez. 2012, p.897-916.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. A cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.22, n.1, São Paulo, jun.-jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142014000100161>. Acesso em 28 mai. 2017.

_____. Núcleo Fabril X Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. In: **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Campinas, out., 1998.

_____. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. In: **Anais do Encontro Nacional da Anpur**, 7., 1997, Recife, p.715-727.

CUNHA, Anacília Carneiro. **O homem papel**: análise histórica do trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A 1942-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982.

DITZEL; Carmencita de Holleben Mello; LAMB, Roberto Edgar. Campos Gerais, ocupação dos. In: **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/campos_gerais_ocupacao.htm>. Acesso em 1 jun. 2016.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FERNANDES, Cláudio. **Crise de 1929**. História do Mundo, 2016. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>>. Acesso em 30 jun. 2016.

FERNANDES, Tania Maria. Edição de entrevista: de linguagem falada à escrita. In: MONTE NEGRO, Antonio Torres; FERNANDES, Tania Maria (orgs.). **Histórial oral**: um espaço plural. Recife: Universitária UFPE, 2001.

FERREIRA, Marcelo Santana. Polissemia do conceito de instituição: diálogos entre Goffman e Foucault. **Ecos**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 2012, p.74-86.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, **Enciclopédia Einaudi**, v.1: Memória – História, s/1, Portugal, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v.2, n.2, dez., 199.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Topoi**, v.9, n.17, jul.-dez. 2008, p.45-66.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. **Pangermanismo e nazismo**: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Curitiba: SAMP, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (coords.). **El giro**

decolonial: reflexiones para uma diversidade epistemica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. Indústrias Klabin do Paraná de Celulose: a sociogênese do projeto político-empresarial (1930-1940). **História e Perspectivas** (48), Uberlândia, jan./jul., 2013, p.99-126.

MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação:** sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.

MEYER, Frank. Company towns in a transnational commodity chain: social and environmental dimensions of aluminum production in Porto Trombetás, Brazil, and Ardal, Norway. In: BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana B. **Company towns:** labor, space and power relations across time and continents. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento?. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago./nov., 2010.

MILGRAM, Avraham. Reflexões sobre o sionismo e Israel. **Webmosaica**, v.1, n.1, jan./jul. 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. In: **Anais do V Encontro Regional de História** – ANPUH, Ponta Grossa, jul. 1996.

MONTE NEGRO, Antonio Torres; FERNANDES, Tania Maria (orgs.). **Histórial oral:** um espaço plural. Recife: Universitária UFPE, 2001.

NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion. **Indiferenças:** percepções políticas e percursos de um sentimento. São Paulo: Intermeios, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História** (10), dez. 1993.

PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em história oral. **Projeto História** (10), São Paulo, dez. 1993.

_____. Ideologia e consenso do trabalho sob fascismo italiano. **História e Perspectivas** (42), Uberlândia, jan./jul. 2010, p.171-184.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. **Os mineiros da floresta:** sociedade e trabalho em um fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PERRY, Lisa. Reflections on an Appalachian Camelot: place, memory, and identity in the former company town of Wheelwright, Kentucky, USA. In: BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana B. **Company towns: labor, space and power relations across time and continents**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PERROT, Michelle. **História da vida privada**, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v.1, n.2, Rio de Janeiro, 1996, p.59-72.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História** (14), São Paulo, fev. 1997.

_____. Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História** (10), São Paulo, dez. 1993.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História oral. **Projeto História** (15), São Paulo, abr. 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga Moraes. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice; Revistas dos Tribunais, 1988. p. 14-43.

RABITZ, Cornelia. **Judeus na Lituânia: o fim de esplêndida cultura**. DW, 2013. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/judeus-na-litu%C3%A2nia-o-fim-de-uma-espl%C3%AAndida-cultura/a-16621150>>. Acesso em 28 jun.2016.

SCHMITT, Carl. **O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europeum**. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

SCHPUN, Mônica Raisa. O nascimento de uma metrópole. **História viva**, São Paulo, n.47, 2007, p.90-94.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória**: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969). Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, 3: a força dos trabalhadores. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIEIRA, Ana Flávia Braun. **Análise do discurso fundador de Telêmaco Borba no jornal O Tibagi (1948-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

WALDENFELS, Bernhard. **Topographie de l'étranger**: études pour une phénoménologie de l'étranger. 1. Paris: Van Dieren Éditeur, 2009.

WILLER, Marcelo. **Harmonia**: uma utopia urbana para o trabalho. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.